

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**ELISA CRISTINA DE CARVALHO**

**PROGRAMA DE ACOLHIDA DE CIENTISTAS UCRANIANAS NO PARANÁ:  
FORMAÇÃO DE AGENDA DE POLÍTICA E IMPLEMENTAÇÃO À LUZ DA  
TEORIA DOS MÚLTIPLOS FLUXOS**

**CURITIBA  
2024**

**ELISA CRISTINA DE CARVALHO**

**PROGRAMA DE ACOLHIDA DE CIENTISTAS UCRANIANAS NO PARANÁ:  
FORMAÇÃO DE AGENDA DE POLÍTICA E IMPLEMENTAÇÃO À LUZ DA  
TEORIA DOS MÚLTIPLOS FLUXOS**

**WELCOMING PROGRAM FOR UKRAINIAN SCIENTISTS IN PARANÁ:  
AGENDA SETTING AND IMPLEMENTATION THROUGH THE LENS OF  
KINGDON'S MULTIPLE STREAMS THEORY**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza.

Coorientador(a): Claudia Siqueira Baltar.

**CURITIBA  
2024**



Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Curitiba



ELISA CRISTINA DE CARVALHO

**PROGRAMA DE ACOLHIDA DE CIENTISTAS UCRANIANAS NO PARANÁ: FORMAÇÃO DE AGENDA DE POLÍTICA E IMPLEMENTAÇÃO À LUZ DA TEORIA DOS MÚLTIPLOS FLUXOS**

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutor Em Planejamento E Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Planejamento Público E Desenvolvimento.

Data de aprovação: 30 de Novembro de 2023

Dra. Maria Lucia Figueiredo Gomes De Meza, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Christian Luiz Da Silva, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Raylene Rodrigues De Sena, Doutorado - Universidade do Estado do Amazonas (Uea)

Dr. Ricardo Lobato Torres, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 01/12/2023.

## **AGRADECIMENTOS**

Permita-me expressar minha sincera gratidão àqueles que, em tempos passados, abriram os caminhos pelos quais hoje eu percorro. Seus sacrifícios incansáveis e esforços perseverantes pavimentaram as estradas que me trouxeram até aqui. A eles dedico meu mais profundo respeito e admiração.

Aos que aqui estão e que me presenteiam com suas histórias, apoio e companheirismo, deixo minha sincera gratidão. A construção dessa estrada teria sido impossível sem a ajuda de cada um de vocês. Cada palavra de encorajamento, cada crítica construtiva e cada contribuição material foram essenciais para que eu pudesse atingir este ponto.

Não posso deixar de agradecer também àqueles que me sucederão. Afinal, a jornada não se encerra aqui. Há ainda muito caminho a percorrer e muitas estradas a serem construídas. Desejo que meu trabalho seja útil e proveitoso para vocês, assim como o trabalho daqueles que me antecederam foi para mim.

Por fim, lanço uma mensagem a todos os que, assim como eu, se aventuram pelo caminho da pesquisa e da descoberta: juntos, somos mais fortes. As vias que compartilhamos se expandem, e o amor pelo conhecimento e o desejo de fazer do mundo um lugar melhor guiarão sempre nossos esforços.

*“Achei que morreria vendo uma Ucrânia livre”.*

(Wira Kloczak, 99 anos)

Única sobrevivente do Holodomor Ucrâniano que se tem registro na América Latina

## RESUMO

A presente tese examinou a aplicabilidade da Teoria dos Múltiplos Fluxos de Kingdon (2014) na análise da formulação de agenda e das práticas implementadas no Programa de Acolhida aos Cientistas Refugiados Ucranianos, uma iniciativa da Fundação Araucária no Paraná, Brasil. Este estudo interdisciplinar investigou a gênese da agenda política que culminou na criação do programa, assim como as estratégias e práticas adotadas em sua implementação. Optou-se por uma metodologia qualitativa e exploratória, com ênfase na análise indutiva do Programa de Acolhida como um estudo de caso singular. Os métodos empregados na coleta de dados abrangeram entrevistas semiestruturadas, observação participante, análise documental e de conjectura, além do rastreamento de processos. A pesquisa integrou uma análise contextualizada das dinâmicas e ações de vários atores envolvidos, visando identificar os três fluxos propostos por Kingdon: do problema, das soluções e dos processos políticos. Evidências ressaltaram a influência significativa dos empreendedores políticos na formação da agenda e a atuação de descendentes ucranianos no Paraná como catalisadores na mobilização dessa agenda, graças ao capital social e político de uma comunidade de imigrantes historicamente estabelecida no estado. Quanto à implementação, evidenciou-se a presença marcante de empreendedores políticos, na figura dos docentes universitários, não necessariamente ligados à comunidade ucraniana, cujas iniciativas individuais foram cruciais para a execução das atividades de acolhimento dos pesquisadores ucranianos. Em determinados contextos, essa situação revela a falta de suporte institucional por parte das universidades e uma preparação por vezes inadequada para o acolhimento desses pesquisadores estrangeiros. A pesquisa apontou para uma tendência a negligenciar a carga de trabalho vinculada ao processo de estabelecimento de migrantes no Brasil, caracterizado por processos burocráticos lentos e barreiras linguísticas. A pesquisa também observou que, embora o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos tenha proporcionado benefícios imediatos na internacionalização, para amplificar seu impacto nos Programas de Pós-Graduação é imprescindível reconsiderar os critérios de desempate para favorecer a inclusão de pesquisadores ucranianos em programas com avaliações 3 e 4 no ranking da CAPES, nos quais o impacto da presença destes pode ser potencialmente maior. Além disso, propõe-se a expansão do escopo do Programa de Acolhida para abarcar um leque mais amplo de acadêmicos deslocados, enfatizando a importância de oferecer uma plataforma para compartilharem suas experiências e pleitearem as necessidades das populações deslocadas. A pesquisa enfatizou a necessidade de estudos futuros que avaliem o impacto do programa sob perspectivas mais específicas, incluindo os beneficiários diretos, programas de pós-graduação, estudantes e a comunidade externa no contexto das universidades participantes. Sugere-se uma abordagem sociológica e participativa para explorar a inserção cultural dos pesquisadores ucranianos e investigar a inter-relação entre a migração ucraniana, o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos no Paraná e seu impacto ao nível internacional. A conclusão da tese ressalta a necessidade premente de elaborar políticas que fomentem a representatividade das comunidades migratórias no Brasil, permitindo-lhes construir capital social e político para mobilizar recursos em prol de suas agendas.

Palavras-chave: Teoria dos Múltiplos Fluxos; Formação de Agenda; Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos; Acadêmicos deslocados.

## ABSTRACT

This thesis explored the applicability of Kingdon's (2014) multiple streams theory in analyzing the agenda-setting and practices implemented in the Welcoming Program for Ukrainian Scientists, an initiative of the Araucaria Foundation in Paraná, Brazil. This interdisciplinary study investigated the emergence of the policy agenda leading to the creation of the program, as well as the strategies and practices adopted during its implementation. A qualitative and exploratory methodology was chosen, focusing on the inductive analysis of the Welcoming Program as a singular case study. Data collection methods encompassed semi-structured interviews, participant observation, document analysis, conjectural analysis, and process tracing. The research incorporated contextualized analysis of the dynamics and actions of various actors involved, aiming to identify the three streams proposed by Kingdon: the problem stream, the policy stream and politics stream. Evidence highlighted the significant influence of political entrepreneurs in shaping the agenda and the role of Ukrainian descendants in Paraná as catalysts in mobilizing this agenda, owing to the social and political capital of a historically established immigrant community in the state. Regarding implementation, the presence of political entrepreneurs, embodied by university faculty not necessarily connected to the Ukrainian community, was evident. Their individual initiatives proved crucial in executing activities to welcome Ukrainian researchers. In certain contexts, this situation revealed a lack of institutional support from universities and sometimes inadequate preparation for hosting these foreign researchers. The research indicated a tendency to overlook the workload associated with the settlement process of migrants in Brazil, characterized by slow bureaucratic processes and language barriers. The study also observed that, while the Welcoming Program for Ukrainian Scientists provided immediate benefits to internationalization, reconsidering tie-breaker criteria to favor the inclusion of Ukrainian researchers in programs ranked 3 and 4 by CAPES is essential. In these programs, the impact of their presence can potentially be more substantial. Furthermore, the expansion of the Welcoming Program's scope to encompass a broader range of displaced academics is proposed. Emphasis is placed on the importance of providing a platform for sharing experiences and advocating for the needs of displaced populations. The research underscored the necessity of future studies evaluating the Welcoming Program's impact from more specific perspectives, including direct beneficiaries, graduate programs, students, and the external community within the participating universities. A sociological and participatory approach is proposed to explore the cultural integration of Ukrainian researchers and the interrelation between Ukrainian migration, the Paraná hosting program and its international impact. The paper concludes by highlighting the urgency of developing policies that promote the representativeness of migrant populations in Brazil and enable them to build social and political capital to mobilize resources in support of their causes.

Keywords: Multiple Streams Theory; Agenda-Setting; Welcoming program for Ukrainian scientists; Displaced Academics.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Processo de Categorização das Informações.....</b>	<b>113</b>
<b>Figura 2: Processo de tramitação da candidatura dos pesquisadores.....</b>	<b>126</b>
<b>Figura 3: Linha cronológica da formação da Agenda .....</b>	<b>141</b>
<b>Figura 4: Sociograma das Instituições na formação e operacionalização da política .....</b>	<b>147</b>
<b>Figura 5: Representação do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos a partir da Teoria dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014) .....</b>	<b>156</b>
<b>Figura 6: Mapa das cidades com influência da migração ucraniana versus universidades receptoras.....</b>	<b>161</b>



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Categorização dos modelos de análise de políticas públicas .....</b>	<b>41</b>
<b>Quadro 2: Resultado da busca sistematizada .....</b>	<b>66</b>
<b>Quadro 3: Relação entre objetivos da pesquisa e técnicas .....</b>	<b>96</b>
<b>Quadro 4: Categorização da Amostra .....</b>	<b>106</b>
<b>Quadro 5: Detalhamento da Amostra Categorizada .....</b>	<b>110</b>
<b>Quadro 6: Protocolo de Pesquisa .....</b>	<b>114</b>
<b>Quadro 7: Detalhamento da delimitação da pesquisa.....</b>	<b>116</b>
<b>Quadro 8: Relação das Categorias de Análises (CA) e respectivas variáveis constitutivas (VC) e operacionais (VO), finalidade e instrumentos de pesquisa .....</b>	<b>119</b>
<b>Quadro 9: Alocação do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergencial (PDPG) de Solidariedade Acadêmica da CAPES (Universidade, Nacionalidade e País de Origem).....</b>	<b>138</b>
<b>Quadro 10: Descrição das Métricas de centralidade da Figura 4 .....</b>	<b>148</b>
<b>Quadro 11: Métricas de centralidade da Figura 4.....</b>	<b>149</b>
<b>Quadro 12: Análise da Formação da Agenda (variáveis operacionais) .....</b>	<b>152</b>
<b>Quadro 13: Perfil dos municípios participantes .....</b>	<b>162</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1: Ranking Times Higher Education (THE) 2022.....</b>	<b>163</b>
<b>Tabela 2: Quadro dos Programas participantes da Política e sua respectiva nota .....</b>	<b>171</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
ACF	Advocacy Coalition Framework
Cód. Civ.	Código Civil
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira
NU	Nações Unidas
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
SDG	Sustainable Development Goals
SEED	U.S. National Academies' Scientists and Engineers in Exile or Displaced
TEP	Teoria do Equilíbrio Pontuado
TMF	Teoria de Múltiplos Fluxos
VC	Variáveis Constitutivas
VO	Variáveis Operacionais

## LISTA DE ACRÔNIMOS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
GPP	Global Public Policy
ICT	Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação
IFPR	Instituto Federal do Paraná
ONU	Organização das Nações Unidas
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino – Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
NAS	U.S. National Academy of Sciences - NAS)
SEED	U.S. National Academies’ Scientists and Engineers in Exile or Displaced
ICT	Instituição Científica e Tecnológica e de Inovação (ICT)
FA	Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1.1</b>	<b>Questão de Pesquisa</b> .....	<b>22</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>23</b>
<b>1.3</b>	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>23</b>
<b>1.4</b>	<b>Contribuições e Ineditismo</b> .....	<b>23</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AGENDA EM EVOLUÇÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>2.1</b>	<b>Políticas Públicas: conceitos e tendências</b> .....	<b>27</b>
<b>2.2</b>	<b>Análise de Políticas Públicas: Aplicações e Abordagens</b> .....	<b>37</b>
2.2.1	Os diferentes conceitos de Agenda .....	45
2.2.2	Modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon: origem e estrutura .....	48
2.2.3	O fluxo de problemas .....	50
2.2.4	O fluxo de soluções .....	52
2.2.5	O fluxo de processos políticos .....	55
2.2.6	A janela política .....	56
2.2.7	Críticas e contribuições a Teoria dos Múltiplos Fluxos .....	60
2.2.8	Políticas Migratórias e a Teoria dos Múltiplos Fluxos .....	65
<b>3</b>	<b>A MULTIDIMENSIONALIDADE DOS FENÔMENOS MIGRATÓRIOS</b> .	<b>75</b>
<b>3.1</b>	<b>Dimensão Teórica</b> .....	<b>76</b>
<b>3.2</b>	<b>Dimensão Normativa</b> .....	<b>82</b>
<b>3.3</b>	<b>Dimensão Global</b> .....	<b>86</b>
<b>3.4</b>	<b>Dimensão Estatal</b> .....	<b>89</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>93</b>
<b>4.1</b>	<b>Caracterização e tipo da Pesquisa</b> .....	<b>93</b>
<b>4.2</b>	<b>Desenho e etapas da Pesquisa</b> .....	<b>96</b>
4.2.1	Fundamentação teórica .....	99
4.2.2	Análise documental e de conjuntura .....	100
4.2.3	Rastreamento de Processos .....	102
4.2.4	Sociograma .....	103
4.2.5	Coleta de Dados .....	104
4.2.6	Tratamento dos dados .....	112
<b>4.3</b>	<b>Delimitação da Pesquisa</b> .....	<b>115</b>
<b>4.4</b>	<b>Limitação da Pesquisa</b> .....	<b>117</b>
<b>4.5</b>	<b>Categorias de Análise</b> .....	<b>118</b>

<b>5</b>	<b>ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE AGENDA E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACOLHIDA A CIENTISTAS UCRANIANOS .....</b>	<b>123</b>
<b>5.1</b>	<b>Fundação Araucária e o Programa Acolhimento De Cientistas Ucranianos.....</b>	<b>124</b>
<b>5.2</b>	<b>Contextualização .....</b>	<b>129</b>
<b>5.3</b>	<b>Da solução ao problema: a análise da formação da agenda.....</b>	<b>139</b>
<b>5.4</b>	<b>Do processo político à janela de oportunidade .....</b>	<b>145</b>
<b>5.5</b>	<b>Implementação do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos sob a perspectiva dos Atores.....</b>	<b>159</b>
<b>5.5.1</b>	<b>A internacionalização como externalidade positiva.....</b>	<b>168</b>
<b>5.6</b>	<b>Pontos de Reflexão .....</b>	<b>175</b>
<b>5.7</b>	<b>Desdobramentos potenciais e perspectivas para estudos posteriores .....</b>	<b>179</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>181</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>184</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DE COORDENADOR DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO OU PROFESSOR SUPORTE...206</b>	
	<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CIENTISTA UCRANIANO .....</b>	<b>208</b>
	<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA DE ATOR PÚBLICO OU SUPORTE TÉCNICO .....</b>	<b>210</b>
	<b>APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O ATOR CIVIL ....</b>	<b>212</b>
	<b>ANEXO A - CHAMADA 09/2022.....</b>	<b>214</b>
	<b>ANEXO B - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO CHAMADA 09/2022 .....</b>	<b>241</b>
	<b>ANEXO C - CHAMADA Nº 10/2022.....</b>	<b>244</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A migração internacional é um fenômeno coletivo que está intrinsecamente relacionado às mudanças estruturais e políticas que reverberam em diversas dimensões, tais como a econômica, política e cultural, afetando o cotidiano das populações tanto no país de origem quanto no de destino (Castles; Haas; Miller, 2014). Embora a migração seja comumente entendida como um processo voluntário, individual ou coletivo, nem sempre é esse o caso, já que ela também pode ocorrer de maneira forçada.

No mundo globalizado, a migração forçada é consequência de mudanças estruturais, políticas e sociais frequentemente relacionadas à expansão dos mercados, que podem gerar conflitos sociais nos países de origem, resultando em deslocamentos forçados (Castles, 2003; Castles; Haas; Miller, 2014; Sassen, 2016).

O Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR<sup>1</sup>– esclarece que, embora frequentemente utilizado como um conceito amplo e aberto que abrange diferentes tipos de deslocamento ou movimento involuntário, tanto dentro quanto fora de um país, as migrações forçadas não possuem um *status* legal ou uma definição universalmente aceita (UNHCR, 2016). O termo abrange uma ampla gama de fenômenos migratórios involuntários, tanto aqueles que cruzam fronteiras internacionais quanto aqueles que se deslocam dentro do mesmo país, seja em decorrência de desastres ambientais, conflitos, fome ou de projetos de desenvolvimento em larga escala<sup>2</sup> (UNHCR, 2016). Segundo Delgado-Wise e Márquez (2012), ele se refere à mobilidade humana causada por anomalias ou conflitos que não estão relacionados à dinâmica da acumulação de capital, tais como conflitos políticos, fome, violência decorrente de guerras, guerrilhas, tráfico de drogas ou desastres naturais.

O mundo tem testemunhado um aumento sem precedentes de refugiados e pessoas deslocadas, resultando em níveis recordes desde a Segunda Guerra Mundial (UNHCR, 2022). De acordo com o relatório "*Global Trends: Forced Displacement*"

---

<sup>1</sup> Em inglês, United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR).

<sup>2</sup> Apesar da recomendação da ACNUR de evitar o uso do termo migração forçada em função do seu generalismo, no caso específico desse trabalho, ao tratar dos acadêmicos em deslocamento, esse uso é pertinente.

(2022), o número de migrantes forçados em todo o mundo chegou a 89,3 milhões no final de 2021, o que representa mais de 1% da população mundial. Essa situação se deve principalmente ao aumento não apenas do número de conflitos, como é o caso da Somália, do Iraque, do Afeganistão, da Síria, do Sul do Sudão e, recentemente, da Ucrânia, mas também a situações de vulnerabilidade e violação dos direitos fundamentais, como é o caso da Venezuela.

Nas primeiras décadas do século XXI, o Brasil recebeu um fluxo migratório de haitianos, ganeses, senegaleses e europeus, que, fugidos da crise econômica da Europa e atraídos pela reputação e visibilidade internacionais do Brasil, em um contexto de estabilidade econômica que o país viveu até 2014, decidiram aqui se instalar (Assis, 2018). Em 2016, o país começou a registrar um número crescente de migrantes venezuelanos, em grande parte devido à crise econômica, política e social que assola o país vizinho (González-García; De Carvalho, 2023).

De acordo com Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (Cavalcanti; De Oliveira; Silva, 2022), em 2010, o número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil era de apenas 619 pessoas. Porém, esse número aumentou para 82.552 em 2019 (maior média histórica) e, em 2021, foi de 29.107<sup>3</sup>. No que concerne o número de migrantes, segundo o relatório do Observatório das Migrações Internacionais, em 2021, 1,3 milhão de imigrantes residiam no Brasil (Obmigra, 2021).

Diversos fatores contribuíram para o aumento do número de imigrantes e refugiados no Brasil, dentre eles, o aumento dos fenômenos que desencadeiam os fluxos migratórios e o reconhecimento do país como um importante exemplo de acolhimento humanitário na região.

A aprovação da Lei nº 13.445/2017, também chamada Lei da Migração, instituiu uma nova política migratória para o país, voltada para o acolhimento humanitário, com o objetivo de garantir a proteção dos direitos humanos dos migrantes e refugiados que chegam ao país (Brasil, 2017). No entanto, apesar deste importante marco legal, ainda é comum deparar-se com notícias de xenofobia, trabalho análogo à escravidão e outras violações dos direitos humanos envolvendo imigrantes e refugiados (Chade, 2022; Stropasolas, 2023).

---

<sup>3</sup> Essa queda pode ser atribuída à pandemia, período no qual a maioria dos países fechou suas fronteiras para não-nacionais.



Ainda se faz necessário o debate que coordene e articule ações setoriais implementadas pelo Poder Executivo federal em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e com a participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme preconizado pelo artigo 120 da Lei nº 13.445/2017 (Brasil, 2017). Nesse sentido, no dia 23 de janeiro de 2023, foi instituída a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 290, que instituiu o Grupo de Trabalho voltado para o estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como a revisão do Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017, a qual institui diferentes grupos de trabalho e inclui a participação de diferentes atores da sociedade no debate.

A responsabilidade pela implementação de políticas de acolhimento de refugiados e imigrantes é compartilhada entre diferentes esferas de governo. O governo federal é responsável pela elaboração de políticas nacionais e pela coordenação geral do sistema de acolhimento. O Ministério da Justiça e Segurança Pública é o órgão responsável pela concessão de refúgio, ações de regularização migratória, pelo combate ao tráfico de pessoas e pela proteção dos direitos dos migrantes e refugiados no país.

A efetivação das políticas de acolhimento, especialmente no que concerne à oferta de serviços públicos como saúde, educação e assistência social, constitui a prerrogativa dos governos estaduais e municipais. Para além das esferas governamentais, entidades como universidades, agências de fomento e diversas instituições têm desempenhado um papel significativo ao desenvolverem projetos de acolhimento no âmbito de suas respectivas jurisdições.

Um exemplo desse tipo de iniciativa é o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos, instituído pela Fundação Araucária, a agência de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná que configura o estudo de caso desta tese, que se propõe a examinar tanto a conformação de agenda dessa política com sua implementação.

A migração ucraniana no Paraná foi um fator relevante na história e formação étnica do estado. Segundo Czaikowski (2011), teve início no final do século XIX e início do século XX, impulsionada pela necessidade de mão de obra para a expansão da agricultura. No Paraná, os primeiros imigrantes chegaram à região de Mallet, Sul do estado. A partir daí, a migração se intensificou e os imigrantes se espalharam por

diversas regiões do estado, principalmente nos municípios de Prudentópolis, Irati, União da Vitória e Curitiba (Dolinski, 2022).

A presença dos imigrantes ucranianos teve grande impacto na cultura e na economia do estado. Eles trouxeram consigo costumes e tradições, como a música, a dança e a religião, que se mantiveram preservados ao longo dos anos. Além disso, a agricultura também foi impulsionada pela chegada dos imigrantes, que trouxeram técnicas e conhecimentos de cultivo que se mostraram eficientes para a região (Michalzechen, 2013).

Cerca de 130 anos após a migração ucraniana no Brasil, aproximadamente 80% dos imigrantes e descendentes estão concentrados no Paraná, sobretudo na região centro-sul. Estima-se que 75% da população residente na cidade de Prudentópolis tenha laços com a migração histórica ucraniana. Como destaca Czaikowski (2011), a preservação das tradições e dos costumes deixados pelos imigrantes ucranianos é um legado importante que se mantém vivo até os dias de hoje em diversas regiões do estado.

Com a deflagração do conflito na Ucrânia, foi natural o surgimento da expectativa de que uma parte do fluxo de deslocados ucranianos decidisse vir ao Brasil. Assim, no dia 03 de março de 2022, o Brasil divulgou a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 28, que dispõe sobre a concessão do visto temporário e a autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais ucranianos e aos apátridas afetados ou deslocados devido à situação de conflito armado na Ucrânia (MJSP/MRE, 2022).

Em mais de um ano de conflito, calcula-se que 12 milhões de ucranianos deixaram suas casas, sendo que mais de 8 milhões buscaram refúgio em outros países (UNHCR, 2023b). Dessas estatísticas, avalia-se que cerca de 22.000 sejam pesquisadores e cientistas (McGrath; Lempinen, 2021).

Na literatura, é possível encontrar os termos "acadêmico deslocado" e "acadêmico em exílio". Apesar de frequentemente utilizados de forma intercambiável, há uma ligeira diferença entre eles. O termo "acadêmico deslocado" se refere a um acadêmico que foi forçado a fugir de seu país de origem devido à guerra, ao conflito, ou a outra instabilidade política, independentemente de serem deslocados internos. Nesse contexto, há uma impossibilidade de retornar ao seu país devido à perseguição ou ao conflito. Há uma emergência na busca por reassentamento em outro país (Fierros-Pesqueira; Castillo-Federico, 2022; Oleksiyenko *et al.*, 2021).

O termo "acadêmico em exílio" refere-se a um acadêmico que, por perseguição política, ideológica ou outras ameaças à sua segurança pessoal, optou por deixar seu país de origem. Em teoria, eles teriam uma maior flexibilidade no processo de reassentamento, podendo retornar ao seu país de origem uma vez que seja seguro fazê-lo. Ambos os conceitos estão entrelaçados, embora a diferença seja contextual.

A maior parte dos estudos existentes concentra-se em experiências dos acadêmicos-refugiados da Europa ocupada pelos nazistas (Oleksiyenko *et al.*, 2021). O conceito de "acadêmico deslocado" surge quando das migrações forçadas na Europa ocupada pelos nazistas, vinculando o termo à Segunda Guerra Mundial. Em seu livro "*The Rescue and Achievement of Refugee Scholars*", Bentwich (1953) retrata as tensões enfrentadas pelas universidades e comunidades de pesquisa britânicas, americanas, turcas e palestinas que receberam acadêmicos e cientistas deslocados da Alemanha entre 1933-1952.

Os fatores que motivaram o acolhimento variaram desde razões humanitárias até utilitárias. Embora em alguns casos o resgate desses intelectuais tenha sido motivado por um senso de dever humanitário, a acomodação desses refugiados gerou tensões políticas nos países anfitriões, o que, em alguns momentos, tornou difícil consolidar a vontade política, os recursos e a empatia humana necessários para uma ação efetiva (Bentwich, 1953). Em outras situações, a indústria buscava talentos científicos e tecnológicos estrangeiros.

Países como os Estados Unidos da América favoreceram acadêmicos ilustres, enquanto o Reino Unido e outros países europeus estavam mais abertos aos jovens refugiados acadêmicos, que, posteriormente, poderiam alcançar reconhecimento em suas áreas (Kohn, 2011). A título de exemplo, nos EUA, nas décadas de 1930 e 1940, um consórcio de organizações ajudou quase 400 acadêmicos deslocados, incluindo 100 físicos, a serem alocados em Universidades norte-americanas. Na mesma época, as patentes registradas no país aumentaram cerca de 30% nas áreas de estudo desses cientistas<sup>4</sup> (Willicox, 2017).

As migrações forçadas de acadêmicos são motivadas por diversos fatores, tais como conflitos armados, perseguição política, ideológica ou étnica, desastres naturais, entre outros. Cada profissional qualificado que se desloca representa um investimento

---

<sup>4</sup> Obviamente que essa relação causal não é direta, mas evidencia o potencial de incentivo à pesquisa que o acolhimento de cientistas refugiados possui.

significativo por parte do país de origem e um benefício direto para o país receptor, que não cobriu o custo de educá-los (McGrath; Lempinen, 2021). Os intelectuais são considerados um dos recursos mais valiosos de qualquer nação, devido ao seu treinamento longo e oneroso e, principalmente, por representarem uma oportunidade perdida quando deixam seu país de origem (Dodani; Laporte, 2005).

Atualmente, diversas iniciativas e programas internacionais têm sido efetivados para promover o acolhimento dos acadêmicos deslocados. Por exemplo, as Academias Nacionais dos EUA de Cientistas e Engenheiros no Exílio ou Deslocados (SEED<sup>5</sup>) ajudaram a evacuar e reassentar um grupo de pesquisadores afegãos após a retomada de poder do Talibã em 2021<sup>6</sup>. Recentemente, a Academia Polonesa de Ciências tem desenvolvido ações semelhantes com os cientistas ucranianos<sup>7</sup>.

No contexto ucraniano, especificamente, o termo “acadêmico deslocado” reemergiu após a anexação da Crimeia à Rússia e a invasão dos Donbas em 2014 (Oleksiyenko *et al.*, 2021). A segunda onda de cientistas ucranianos em deslocamento<sup>8</sup>, em razão do conflito iniciado em fevereiro de 2022, agrava uma situação já não tão rara na Ucrânia: a fuga de cérebros, um fenômeno caracterizado pela migração de recursos humanos qualificados na busca de melhores padrões e qualidade de vida, salários mais altos, acesso à tecnologia avançada e condições políticas mais estáveis nos países desenvolvidos (Fierros-Pesqueira; Castillo-Federico, 2022).

A literatura oferece escassa cobertura do deslocamento de acadêmicos resultante dos atuais conflitos regionais e guerras transnacionais (Oleksiyenko *et al.*, 2021). A maioria das iniciativas de acolhimento de cientistas deslocados está em países desenvolvidos. Isso talvez se justifique pela tradição já estabelecida em receber pesquisadores internacionais e, principalmente, pela forte atratividade desses países no contexto global.

Nos países em desenvolvimento, esse tipo de iniciativa ainda é raro, com ocorrências documentadas na Jordânia, no Líbano, na Turquia, na Malásia e na África do Sul (Ergin; De Wit; Leask, 2019; Ghazzoul, 2022; McGrath; Lempinen, 2021). A

---

<sup>5</sup> U.S. National Academies’ Scientists and Engineers in Exile or Displaced.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.nationalacademies.org/news/2022/02/safe-passage-for-scientists-evacuating-scientists-and-engineers-from-afghanistan>

<sup>7</sup> Id., *ibid.*

<sup>8</sup> Na história recente, a primeira onda foi motivada pelo conflito de 2014 entre Rússia e Ucrânia, que acabou com a anexação da Crimeia pela Rússia.

partir disso, observa-se uma lacuna de pesquisa acerca desse tipo de iniciativa no âmbito brasileiro.

Em março de 2022, o governo paranaense, por meio da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná e com o apoio da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), lançou o Programa de Acolhida a Cientistas Ucrânicas<sup>9</sup>.

O objetivo do programa é prover assistência humanitária emergencial aos cientistas ucranianos em um fluxo contínuo, por meio de recrutamento e realocação em Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação (ICTs) sediadas no estado do Paraná, por um período de até dois anos (Fundação Araucária, 2022a). Desde sua criação até abril de 2023, 13 professores e professoras já foram alocados em dez Instituições de Ensino Superior paranaenses, distribuídos em nove cidades do estado. A meta é acolher 50 pesquisadores (Fundação Araucária, 2022a).

A pesquisa sobre acadêmicos deslocados é uma área emergente e pouco explorada pela academia. Durante a investigação bibliográfica desta tese, foi possível identificar duas fases distintas (De Carvalho; Saes; Meza, 2023). A primeira refere-se aos deslocamentos de acadêmicos resultantes das duas grandes guerras, sobretudo da segunda (Bentwich, 1953; Stella; Štrbáňová; Kostlán, 2011). Os mais recentes estão relacionados ao conflito na Síria do início da década de 2010 (Akkad, 2022; Ghazzoul, 2022; O'keeffe; Pásztor, 2016).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2022), projetos de acolhimento em médio prazo são importantes em contextos de conflitos armados e outras circunstâncias que levam à deslocação forçada de acadêmicos, permitindo que eles continuem a contribuir com a produção científica e a formação de recursos humanos em suas áreas de especialização, fortalecendo a capacidade local de pesquisa e promovendo o desenvolvimento humano e social. Portanto, é fundamental criar condições adequadas para a integração desses acadêmicos nas comunidades científicas de acolhimento, a fim de aproveitar todo o potencial de suas habilidades e experiências (OECD, 2022).

---

<sup>9</sup> Grifo da autora. O uso do feminino se justifica por neste Programa, inicialmente, o público-alvo serem pesquisadoras mulheres, uma vez que ucranianos do sexo masculino, entre 18 e 60 anos, estavam impedidos de sair do país pela Lei Marcial. Com o passar do tempo, cientistas do sexo masculino foram aceitos. Assim, no restante da tese, foi priorizado o uso do masculino singular ou plural ao se referir aos beneficiários do programa e ao nome oficial do programa.

No contexto dos acadêmicos deslocados, especialmente os ucranianos, a mobilidade individual apresenta-se como um caminho viável com o potencial de fornecer subsídios para futuras parcerias produtivas entre institutos e universidades do país e contrapartes em todo o mundo (OECD, 2022).

Esses acadêmicos possuem conhecimentos especializados em áreas de estudo e, quando capazes de contribuir com a circulação e produção de conhecimento, podem ajudar a fortalecer a capacidade local de pesquisa, melhorando assim a capacidade das regiões e promovendo o desenvolvimento (Fierros-Pesqueira; Castillo-Federico, 2022; Oleksiyenko *et al.*, 2021).

Isso se intensifica no contexto das universidades, que desempenham um papel fundamental na criação, disseminação e aplicação do conhecimento por meio de pesquisa e ensino, gerando novos conhecimentos e ideias, formando recursos humanos qualificados e possibilitando avanço humano e tecnológico, essenciais para o desenvolvimento econômico, social e regional.

Apesar da crescente consciência sobre a importância de acolher esses indivíduos em universidades e na sociedade em geral, há poucos estudos sistemáticos sobre as políticas e práticas de acolhimento, os desafios enfrentados pelos acadêmicos deslocados no processo de integração<sup>10</sup> e os impactos dessas ações na produção científica e no desenvolvimento local<sup>11</sup>.

A presente tese surge a partir de uma trajetória profissional e acadêmica de mais de dez anos, focada no papel da internacionalização na universidade e sua

---

<sup>10</sup> No contexto acadêmico, a noção de integração migratória é amplamente reconhecida como um conceito de significativa abrangência e natureza multifacetada. Essa noção refere-se primordialmente à inserção e adaptação dos migrantes nas esferas sociais, econômicas, culturais e políticas das sociedades receptoras. O termo "integração" alude ao processo mediante o qual os migrantes se incorporam de forma integral à sociedade de acolhida, participando ativamente na comunidade e, simultaneamente, usufruindo das oportunidades e dos benefícios que tal inserção lhes proporciona. Esta integração, caracterizada por sua complexidade intrínseca e composta por múltiplos fatores, ultrapassa a mera adaptação dos migrantes, englobando também a receptividade e ajustes necessários por parte da sociedade hospedeira. Esse processo é frequentemente o foco de divergências e debates intensos no âmbito acadêmico (Ager; Strang, 2008; Favell, 2019; Klarenbeek, 2019; Saharso, 2019; Schinkel, 2018). Na construção desta tese, optou-se deliberadamente por evitar o uso recorrente do termo "integração", considerando que o objetivo central não reside em debater exaustivamente o conceito per se. Em substituição, foram selecionados termos alternativos como "acolhida", "acolhimento", "assentamento" e "estabelecimento", entre outros. Quando o termo "integração" é empregado, ele é utilizado com uma conotação mais sociológica, referindo-se à plena integração de indivíduos estrangeiros no âmago de uma comunidade ou país.

<sup>11</sup> Informação resultante de uma conversa via Academia.eu com o Professor Peter McGrath, membro da TWAS, *The Academy Of Sciences For The Developing World*.

relação com a questão do refúgio e das migrações forçadas. Não é incomum que, quando se trata de políticas de acolhimento, os atores políticos tendam a agir de maneira emergencial, quase improvisada (González-García; De Carvalho, 2023). São raras as ocasiões nas quais a política migratória é refletida e organizada com uma abordagem que considere diferentes dimensões do acolhimento. Essas características tornam o “Programa de Acolhida aos Cientistas Ucrânicos” um estudo de caso único em seu contexto. Ainda, essa temática completa os estudos relacionados com papel das Universidades no acolhimento de refugiados e migrantes (De Carvalho, 2019), apresentando um caso específico sobre acadêmicos em deslocamento na América Latina e em países em desenvolvimento.

O objetivo desta tese é analisar o Programa de Acolhida a Cientistas Ucrânicos sob duas perspectivas. A primeira é a conformação da agenda, ou seja, como a política pública foi estruturada e aprovada, utilizando a Teoria dos Múltiplos Fluxos desenvolvida por John Kingdon em 1984. Esta teoria é importante em contextos de análise de políticas migratórias, visto que a migração é uma narrativa social construída, e o entendimento da migração é particular a cada realidade e indivíduo, o que pode influenciar a maneira como ela é gerenciada e entendida. A segunda perspectiva busca entender como se deu a implementação do programa nas diferentes universidades do Estado e identificar o possível impacto no contexto dos Programas de Pós-Graduação em termos de internacionalização e na comunidade de inserção em termos de atividades de extensão.

Esta tese está dividida em seis grandes seções, incluindo esta introdução. A construção do conhecimento passará pelas temáticas das políticas públicas, modelos de análise de políticas, a questão do refúgio e migrações, a metodologia, a apresentação e a discussão dos dados e, por fim, as considerações finais.

## **1.1 Questão de Pesquisa**

A questão de pesquisa que norteia este estudo refere-se ao processo pré-decisório do “Programa de Acolhida aos Cientistas Ucrânicos”, onde se busca identificar quais foram os fatores que influenciaram na conformação da agenda dessa política e que resultou em sua inserção na agenda, como também as práticas relacionadas ao processo inicial de sua implementação. Sendo as perguntas de pesquisas secundárias, a saber: "Quais são os fatores determinantes que influenciaram o processo pré-decisório e a inclusão na agenda política do 'Programa

de Acolhida aos Cientistas Ucranianos'? E quais foram suas práticas de implementação?".

## **1.2 Objetivo Geral**

Analisar, sob a lente da Teoria dos Múltiplos Fluxos, a formação de agenda e as práticas de implementação do Programa de Acolhida a Cientistas Refugiados Ucranianos, desenvolvido pela Fundação Araucária no estado do Paraná, bem como suas possíveis externalidades.

## **1.3 Objetivos Específicos**

- a) Analisar a política de acolhida dos pesquisadores ucranianos dentro do arcabouço teórico empírico dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014);
- b) Identificar os atores e fatores que influenciaram na conformação e implementação da política pública de acolhida de cientistas ucranianos no estado do Paraná, considerando o contexto político e social no qual a política foi criada;
- c) Examinar as práticas de acolhimento e os principais desafios enfrentados na implementação da política de acolhimento, em seus respectivos contextos;
- d) Pesquisar as possíveis externalidades da política em seus diferentes contextos de implantação.

## **1.4 Contribuições e Ineditismo**

A tese em questão apresenta contribuições importantes para o estudo da política pública de acolhimento de cientistas refugiados ucranianos no estado do Paraná. A partir dos objetivos específicos propostos, foram desenvolvidas análises detalhadas sobre diferentes aspectos relacionados à formação da agenda e implementação do Programa de Acolhida, bem como as práticas no contexto de acolhimento e internacionalização das universidades.

Ao analisar o processo de formação da agenda do Programa de Acolhida com base na Teoria dos Múltiplos Fluxos de Kingdon (2014), foi possível identificar mecanismos que levam as políticas públicas a serem incluídas na agenda governamental e a entender a dinâmica das instituições científicas, tecnológicas e de inovação na formulação de políticas públicas.

A identificação dos atores e fatores que influenciaram na conformação da política pública de acolhimento de cientistas refugiados ucranianos no estado do



Paraná também foi uma contribuição relevante, pois permitiu entender como diferentes atores e grupos de interesse foram envolvidos nesse processo e como eles influenciaram a formulação da política. Estudos de caso como este permitem uma compreensão mais profunda de como o Brasil, mais especificamente o estado do Paraná, tem lidado com essa modalidade migratória.

Sob uma perspectiva teórica, a pesquisa oferece uma compreensão dos desafios e das oportunidades relacionados ao acolhimento de refugiados na comunidade científica por meio de uma análise qualitativa do processo. Usando métodos de pesquisa, como rastreamento de processos, entrevistas, análise de sociogramas, análise documental e bibliográfica, essa abordagem oferece uma análise completa e matizada do processo de implementação, destacando o papel de vários atores e fatores na definição da agenda.

Ao analisar as práticas de acolhimento de acadêmicos deslocados adotadas pelas diferentes universidades participantes em seus contextos distintos, a tese ofereceu uma visão ampla e detalhada das diferentes abordagens, práticas, barreiras e dificuldades encontradas pelos atores no processo de acolhimento dos cientistas refugiados ucranianos em municípios distintos. Conforme salientado por Sassen (2012), as cidades têm adquirido uma relevância cada vez maior no âmbito dos estudos sobre migração e refugiados, assim como em diversas outras pautas contemporâneas, incluindo desenvolvimento, combate à desigualdade econômica e promoção da sustentabilidade ambiental.

A investigação das repercussões da política de acolhimento de cientistas refugiados ucranianos é uma contribuição relevante, porque permite entender como essa política afetou os contextos locais. Essa análise pode ser útil para avaliar os efeitos de políticas públicas de acolhimento de refugiados em outros contextos e regiões. Esse tipo de programa se mostra promissor como ação de recepção e acolhimento aos acadêmicos deslocados, dentro de uma abordagem sistêmica, organizada e direcionada, e com potencial de ser replicado.

O Estado não deve encerrar sua responsabilidade quando os refugiados são recebidos e documentados corretamente. Nesse momento, surgem outras necessidades que devem ser atendidas e processos que devem ser executados para garantir que os recém-chegados possam viver com dignidade na sociedade de acolhimento. As práticas implementadas até o momento reforçam a necessidade de adoção de modelos complementares de admissão de forma mais sistemática,

buscando sustentabilidade e desenvolvimento em consonância com a Meta 7 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 da Agenda 2030 das Nações Unidas (Giljević; Lalić Novak, 2020). O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10, intitulado "Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles", tem como Meta 7 (10.7) a criação de políticas de migração responsáveis e bem gerenciadas. Essas políticas visam facilitar a migração e mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas. A meta 10.7 do ODS 10 enfatiza a importância de estabelecer abordagens adequadas e estratégias eficazes para lidar com a migração, reconhecendo que a mobilidade populacional pode desempenhar papel significativo na redução das desigualdades, tanto dentro dos países quanto entre eles (Sivakumar; Irudaya Rajan, 2022).

Ainda, esse estudo se alinha com trabalhos prévios (Bastos, 2017; Mikosz; De Lima, 2018; Perelles, 2021; Ribeiro, 2019) realizados no contexto do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que ressaltam o papel das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) no desenvolvimento regional e na inclusão. Mais especificamente, este estudo faz parte da construção de um corpo teórico-empírico no campo das migrações dentro da linha de Políticas Públicas e Planejamento, cuja primeira contribuição veio por meio de um artigo publicado em conjunto (De Carvalho; Perelles; Meza, 2020; Perelles, 2021) e, mais tarde, em uma dissertação de mestrado (Perelles, 2021).

Este estudo inova na escolha do tema e em sua abordagem ao apresentar uma perspectiva empírica e teórica, com foco na formação da agenda no campo das políticas migratórias ainda pouco explorada na literatura nacional e internacional. Além disso, a aplicação da Teoria dos Múltiplos Fluxos de Kingdon (2014) na análise do processo de formação da agenda dessa política pública é uma contribuição relevante para a área de políticas públicas em países em desenvolvimento. A elaboração de políticas migratórias continua pouco estudada em estados pós-colonialistas "emergentes", onde se supõe que sejam os motores socioeconômicos ou as intervenções internacionais que determinam a elaboração de políticas (Natter; Thiollet, 2022). Ao discutir os processos das políticas públicas, com foco no planejamento e implementação, a tese faz a interface entre planejamento e políticas públicas.

No âmbito do doutorado profissional, um requisito parcial é a elaboração de um produto-final técnico em conjunto com a tese. Neste estudo, o produto se materializa

em dois momentos distintos: durante e após a elaboração da tese. Durante a tese, os dados obtidos por meio da pesquisa foram compartilhados com a Fundação Araucária, fornecendo insumos e *feedback* para aprimoramentos e correções do “Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos”. Em seguida, um guia do Programa foi desenvolvido como resultado deste estudo. O propósito desse guia é facilitar o processo de integração dos refugiados ucranianos nas universidades, além de fornecer apoio às instituições menos internacionalizadas para que possam aproveitar ao máximo os benefícios dessa política. O guia também visa incentivar a inscrição de cientistas ucranianos no Programa. Sua elaboração foi realizada em parceria com os atores envolvidos, a saber: Fundação Araucária, Programas de Pós-Graduação de acolhida e os pesquisadores ucranianos.

Finalmente, a tese em questão apresenta uma relevante contribuição para o campo das políticas públicas e para o debate acadêmico acerca do acolhimento de cientistas refugiados. Ao trazer novas perspectivas e evidências empíricas pertinentes, buscou enriquecer a discussão existente e contribuir para a tomada de decisões informada nesse tema complexo.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AGENDA EM EVOLUÇÃO**

O presente capítulo apresenta uma introdução histórica e conceitual do campo das políticas públicas, apresentando debates relacionados aos seus conceitos, suas abordagens e aplicações. A discussão sobre políticas públicas encontra fundamentos teóricos nas ciências políticas, sociais e econômicas, bem como na administração pública, no direito, na teoria das organizações, na engenharia e na psicologia social. Complementarmente, o capítulo perpassará a área de análise de políticas públicas, incluindo modelos teóricos relevantes para a sua análise.

No campo da análise de políticas públicas, existem diversas teorias e modelos teóricos que buscam compreender os processos de formação de agenda. Como enquadramento teórico deste trabalho, optou-se pelo Modelo Teórico e Empírico dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014). De acordo com Kingdon, a formação de agenda é resultado da convergência de três fluxos: o fluxo de problemas, o fluxo de políticas e o fluxo político. Portanto, é importante apresentar conceitos fundamentais e debates teóricos no campo das políticas públicas, a fim de introduzir os fundamentos teóricos que permeiam este estudo, com destaque para a Teoria dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014).

Segundo Araújo e Rodriguez (2017), o Modelo dos Múltiplos Fluxos é considerado um dos marcos analíticos predominantes por ser mais coeso e coerente no que diz respeito à análise da definição de agenda. Modelos como este se baseiam em proposições empiricamente verificáveis, claras e abrangentes, sendo passíveis de replicação em diferentes áreas e situações, com contextos distintos no âmbito das políticas públicas e suas características (Araújo; Rodrigues, 2017).

### **2.1 Políticas Públicas: conceitos e tendências**

De acordo com Muller (2008), as sociedades territorializadas deram origem às primeiras intervenções estatais, que, posteriormente, seriam chamadas de políticas públicas. Com o aumento da complexidade dos problemas e das questões para os quais se esperava soluções estatais, as políticas públicas tornaram-se cada vez mais complexas, sendo necessário gerenciar os antagonismos entre diferentes setores sociais.

Assim, as políticas públicas surgem da necessidade de resolver problemas sociais, sendo que é através delas que as sociedades definem sua relação com o mundo e consigo mesmas. Elas consistem em intervenções do governo para

solucionar problemas sociais por meio de ações em determinados setores da sociedade ou espaços geográficos (Muller, 2008).

Na história moderna, as políticas públicas têm sua origem na Europa, particularmente na França e Inglaterra, como uma resposta aos efeitos negativos do mercado sobre a classe trabalhadora (Muller, 2008). No entanto, o desenvolvimento acelerado das sociedades pós-guerra impulsionou o papel do Estado na produção de políticas públicas, dando origem a uma área de estudos mais formal e estruturada (Heidemann, 2009).

A área de conhecimento das políticas públicas se originou de duas abordagens distintas, a europeia e a norte-americana (Souza, 2006). A abordagem europeia baseia-se em teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo na produção de políticas públicas, enquanto a abordagem norte-americana é mais prática e descompromissada com as bases teóricas e acadêmicas, enfocando o estudo do papel do Estado por meio de uma abordagem com ênfase na ação dos governos (Souza, 2006).

Ainda na concepção francesa, a política pública é um fenômeno social e político específico, baseado empiricamente e construído analiticamente (Boussaguet; Jacquot; Ravinet, 2019). Ela é vista como a ciência do Estado em ação e, de um ponto de vista mais operacional, assume a forma de um programa governamental em um setor da sociedade ou área geográfica (Meny; Thoenig, 1992).

Dentro da abordagem norte-americana, o estudo das políticas públicas surge na década de 1930 com a introdução da ideia de análise racional por Harold Lasswell. Ele, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton são considerados os quatro autores fundadores da área de políticas públicas (Souza, 2006).

A instrumentalização da política pública pelo governo americano teve início durante a Guerra Fria, impulsionada pela necessidade de um planejamento rigoroso nas tomadas de decisões. Segundo Souza (2006, p. 23), a proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se estendeu para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social, dando origem às *policy sciences*.

Em 1951, foram publicados dois livros fundamentais para a área de políticas públicas. O primeiro deles, intitulado "The Governmental Process" (1951), de autoria de David B. Truman, que é a obra pioneira na abordagem de grupos de interesses e suas técnicas de influência sobre os processos de políticas públicas. Já o segundo

livro, "The Policy Sciences" (1951), de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell, delimitou o campo de conhecimento multidisciplinar, orientado para a resolução de problemas públicos concretos (Secchi, 2014).

No seu trabalho "Comportamento Administrativo" (Simon, 1957), Herbert Simon questionou a racionalidade subjacente às decisões dos atores políticos. Embora esses indivíduos possam ter intenções racionais, Simon argumentou que, ao enfrentarem um problema, sentem-se obrigados a agir com base em escolhas influenciadas por fatores como capacidades cognitivas e restrições ambientais. Isso prejudica o processo de tomada de decisão baseado na racionalidade (Simon, 1957). Os atores políticos estão, igualmente, sujeitos a essa racionalidade limitada, o que os leva a uma busca por soluções "satisfatórias", em vez de focar na viabilidade técnica ou financeira da solução (Barros, 2010; Mintrom, 2016).

Enquanto Simon se concentrou na busca por soluções satisfatórias por meio de processos racionais aceitáveis, os estudos de Lindblom focaram no valor prático e normativo desses processos. Surgiu, assim, a ideia de incrementalismo nas políticas públicas, entendida como uma estratégia realista de promoção de sucessivas etapas de melhoramentos com base em experiências passadas (Cairney, 2012a). Lindblom propôs ainda a incorporação de variáveis, como relações de poder e integração entre fases do processo decisório, questionando a simplicidade da abordagem de seus colegas Lasswell e Simon (Souza, 2006).

O aporte central de Easton residiu em uma abordagem sistêmica, a qual apresenta conceitos sobre a relação entre o processo político, as políticas públicas e o respectivo contexto social, econômico e político. Conforme o autor, a política pública é definida como um sistema composto por formulação, resultados e ambiente, alimentado por informações de partidos, mídia e grupos de interesse que influenciam resultados e efeitos (Souza, 2006). Todavia, o sistema proposto por Easton não pode ser analisado de maneira isolada, visto que cada elemento somente pode ser compreendido no todo, uma vez que seus comportamentos são condicionados por mecanismos de suporte do ambiente social, incluindo partidos, mídias, grupos de interesses e pressões políticas. Tais dinâmicas, além de influenciarem o sistema, mantêm-no em atividade (Araújo; Rodrigues, 2017).

Dentro do campo das políticas públicas, há uma diferenciação dos termos "polity", "politics" e "policy" na língua inglesa cuja nuance não se reproduz em língua portuguesa, uma vez que a tradução fica como "política" (Frey, 2000; Secchi, 2014;

Souza, 2006). Esses termos foram propostos por Easton (1965) e se referem às diferentes dimensões do processo político.

O termo “polity” se refere à dimensão institucional e jurídica da política, ou seja, às regras, normas e instituições que compõem o sistema político, tais como o sistema jurídico e a estrutura institucional do sistema político-administrativo. É o conjunto de instituições formais que definem a organização política, tais como a Constituição, as leis e as instituições governamentais (Frey, 2000).

“Politics”, por sua vez, é a dimensão da disputa política, referindo-se às relações de poder que ocorrem dentro da estrutura institucional definida pela “polity”, as formas de obtenção e manutenção do poder (Secchi, 2014). Trata-se dos processos políticos e das tensões decorrentes da imposição de objetivos, conteúdos e decisões de distribuição e negociações que ocorrem entre os diferentes atores políticos (Frey, 2000).

“Policy”, segundo Frey (2000), engloba o conteúdo político das decisões políticas. Inclui as políticas públicas e as decisões sobre alocação de recursos e distribuição de benefícios na sociedade. É o resultado das disputas e negociações políticas que ocorrem dentro da estrutura definida pela “polity” e pela “politics”. A essas tensões resultantes do processo político, que envolve conflito e consenso dentro da arena política, dá-se o nome de “policy arena”. As arenas não são locais físicos, mas, sim, abstratos, onde forças políticas e relações entre os atores políticos decidem os caminhos pelos quais uma política irá ou não se materializar (Rua; Romanini, 2003).

De acordo com Souza (2006), a formulação de políticas públicas envolve a identificação de problemas e necessidades, a proposição de soluções, a definição de objetivos, a alocação de recursos e a implementação e avaliação das políticas. Ainda, como preconizado por Easton, as políticas públicas são influenciadas por diversos fatores, como o contexto político, social e econômico, os interesses dos atores envolvidos, as relações de poder, a cultura política e os valores e as ideologias da sociedade (Souza, 2006; Araújo; Rodrigues, 2017).

A construção das políticas públicas é caracterizada por alguns elementos comuns, apesar das diferentes abordagens e concepções apresentadas na literatura. Embora existam divergências entre os autores fundadores da temática, estas não se opõem, e, sim, complementam-se, possibilitando a articulação para explicar questões relacionadas às políticas públicas (Araújo; Rodrigues, 2017).

Apesar de existir uma vasta literatura sobre o tema, não há conceito único de políticas públicas. Isso se deve ao fato de que a literatura referente ao tema discorda em questões fundamentais. Segundo Lemieux (2009), há quatro diferenças que ajudam a entender a falta de consenso em torno do conceito de políticas públicas. Essas divergências seriam (i) conceituais; (ii) instrumentais; (iii) de abrangência e (iv) de processo.

A (i) primeira discordância diz respeito a quais ações ou inações tomadas pelos atores governamentais podem ser declaradas políticas públicas. Dye (2013) define políticas públicas como tudo o que o governo decide fazer ou não fazer. Igualmente, Astorga e Facio (2009) afirmam que as políticas públicas se referem às ações, decisões e omissões por parte dos diversos atores envolvidos nos assuntos públicos. Elas contemplam um conjunto de ações intencionais e causais que usam instrumentos de procedimentos e de recursos, de maneira constante e coerente, objetivando proporcionar soluções duradouras e, em última instância, atingir benefícios públicos (Astorga; Facio, 2009).

Nunes (2020) entende que as políticas públicas englobam tudo o que diz respeito à vida coletiva em sociedade, sendo que em sua grande maioria possuem caráter permanente em razão da sua interferência direta ou indireta na vida dos indivíduos. Complementarmente, Heidemann (2009) argumenta que as políticas públicas tratam da presença mais prática e direta do Estado junto à sociedade, baseada em um planejamento que permita às políticas obterem um grande alcance, podendo se considerar a existência de ação e a intenção.

Na contramão, Secchi (2014) questiona a premissa de que as políticas públicas também se referem à omissão ou à negligência. Para o autor, a inação de um governo em relação a um problema de interesse público não pode ser classificada como uma política pública, uma vez que a decisão de não agir implica na impossibilidade de visualizar as demais características de uma política pública, como sua implementação e seus impactos.

Em consonância, Rua (2009) destaca que nem todas as políticas definidas pelo Estado se constituem em políticas públicas. Embora uma política pública implique em decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública, sendo que, para a autora, apenas as decisões governamentais constituiriam políticas públicas.



O segundo elemento de distinção (ii) diz respeito ao que os atores governamentais, a população em geral ou a mídia costumam identificar como sendo as políticas públicas e que elas se referem. Ou seja, na linguagem dos pesquisadores, o que seriam os enunciados de políticas, quem instrumentaliza e como a política pública é instrumentalizada (Lemieux, 2009).

Lemieux (2009) entende que seriam documentos públicos adotados por pessoas em autoridade: deputados do parlamento, ministros, conselho de ministros, membros de conselhos municipais, mas também membros de conselhos de administração de estabelecimentos escolares ou do setor de saúde (Lemieux, 2009).

No que diz respeito aos instrumentos, Lascoumes e Le Galés (2012) entendem que a ação pública é um espaço construído por meio de técnicas, instrumentos, objetivos e conteúdo. Para esses autores, os instrumentos da ação pública consistem em dispositivos técnicos e sociais que organizam relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários, a depender das representações e dos significados que lhes são atribuídos. Eles atuam como meio de estruturar a ação administrativa e orientar as relações entre a sociedade política, através do executivo administrativo, e a sociedade civil, por meio de seus sujeitos administrados.

A instrumentação da ação pública revela a teorização da relação entre governo e governados. Cada instrumento representa uma forma condensada do poder social e de seu exercício. Esses instrumentos possibilitam a consideração da ação pública sob a perspectiva de suas técnicas e seus usos, com o intuito de estruturar políticas públicas (Lascoumes; Le Galés, 2012).

Para alguns autores, políticas públicas se restringiriam a um conjunto de decisões tomadas por um ator político ou um grupo de atores políticos (Dye, 2013). Apesar de o Estado manter o protagonismo na formulação de políticas públicas, entende-se que este não é o único ente habilitado para fazê-las.

A divergência sobre a responsabilidade pela elaboração das políticas públicas pode ser explicada pela abordagem estadista e pela multicêntrica. Segundo Secchi (2014), a abordagem estadista, também conhecida como estadocêntrica, considera que apenas as ações emanadas do Estado podem ser definidas como políticas públicas, uma vez que ele detém o monopólio legítimo delas, excluindo qualquer outro ator.

Essa visão baseia-se nas origens dos estudos das políticas públicas e justifica-se na hierarquia estatal, atrelando uma atuação intervencionista do Estado às políticas

públicas (Secchi, 2014). Entretanto, críticas a esse posicionamento residem no fato de que tal perspectiva ignora o embate acerca das ideias e dos interesses que formam a essência da política pública e abandona seu aspecto conflituoso, bem como os limites que cercam as decisões dos governos (Souza, 2006).

A abordagem multicêntrica considera, além dos atores estatais, as organizações não governamentais, os organismos multilaterais e as redes de políticas públicas no estabelecimento de políticas públicas (Secchi, 2014). Secchi (2014) entende que as políticas públicas são os mecanismos de resolução de problemas públicos, de modo que sua formulação é multicêntrica, devendo-se, para sua caracterização, considerar os conflitos sociais que as tornam necessárias e a participação popular para solução destes conflitos. Dessa perspectiva nasceram teorias como a governança pública e as redes de políticas públicas, entre outras.

A (iii) discordância sobre qual a abrangência das políticas públicas trata do desdobramento destas em programas, projetos e atividades; distinções que geralmente não são consideradas pelos pesquisadores da área, ou seja, de qual maneira os atores governamentais operacionalizam as políticas públicas (Lemieux, 2009).

De acordo com Secchi (2014), o conceito de políticas públicas abrange tanto as macrodiretrizes estratégicas responsáveis pelas políticas de Estado e sociedade global, quanto as diretrizes intermediárias e operacionais direcionadas a sub-regiões, como municípios, bem como políticas administrativas e de organização governamental local. O autor ainda entende que programas e projetos seriam elementos operativos de uma determinada política, e não a política em si.

A última (iv) distinção se refere ao processo de formação das políticas, sobre como um governo reage a uma situação, uma ocasião, um problema ou uma crise sem que necessariamente tenha havido um estudo analítico anterior (Lemieux, 2009). Kraft e Furlong (2018) destacam que as políticas públicas são propostas resultantes de um conjunto de análises e estudos realizados pelo governo, sendo influenciadas por condições sociais e econômicas, valores políticos, estrutura do governo e cultura.

A definição de problemas é um elemento central do conflito e da atividade política. Ela é utilizada para explicar, descrever, recomendar e persuadir, afetando a atividade governamental e a produção de políticas públicas (Capella, 2018). A literatura recente indica que a definição de problemas influencia o conflito político.

Stone (1997) argumenta que a definição de problemas é uma representação estratégica de situações e é feita por meio de linguagens simbólicas, como narrativas simbólicas e numéricas, que promovem um determinado curso de ação e defendem ideias contra interpretações conflitantes. As narrativas que estabelecem relações de causa e efeito são comuns na definição de problemas e na representação simbólica na política.

Para Schmidt (2018), o conceito de política pública remete para a esfera do público e seus problemas e suas questões coletivas, sendo que o público se distingue do privado, do particular, do indivíduo e de sua intimidade. Por outro lado, o público distingue-se do estatal: o público é uma dimensão mais ampla, que se desdobra em estatal e não estatal.

Secchi (2014) vincula o conceito de política pública à tentativa de enfrentamento de um problema público. Sendo que, para que um problema seja público, ele deve repercutir em uma quantidade significativa de pessoas ou ter um impacto de envergadura. Além disso, os atores políticos devem considerá-lo de interesse geral.

O autor entende que problema público deve ser entendido como "a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública" (Secchi, 2014, p. 7). Para o autor, essas decisões tratam do conteúdo concreto e simbólico das decisões políticas, incluindo o processo de construção e implementação de tais decisões (Secchi, 2014). A partir disso, entende-se que o problema é a diferença entre o que se gostaria que fosse uma realidade pública.

Rocheffort e Cobb (1994) apontam sete elementos fundamentais na definição do que seria problema público. O primeiro é a causalidade (i), ou seja, estabelecer uma narrativa que aponte as causas primárias para que um problema possa ser definido e apresentado de forma consistente, permitindo atribuir responsabilidades. O debate sobre o problema tende a mover-se para explicações que atribuem causas intencionais (esforço deliberado e intencional de causar efeitos perversos) ou causas não intencionais (efeitos não previstos, situações não antecipadas, entre outras possibilidades).

O segundo é a gravidade (ii), que envolve entender a importância do problema e capturar a atenção de atores centrais ao processo de formulação de políticas. Parte da premissa de que o que parece urgente para certos grupos não é necessariamente para outros (Rocheffort; Cobb, 1994).

O terceiro elemento do modelo proposto por Rochefort e Cobb (1994) é a incidência (iii), que consiste em identificar quem é afetado, em que extensão e com que gravidade. As situações que se deterioram ao longo do tempo tendem a ser percebidas como mais graves em comparação com aquelas que mantêm certa estabilidade ou têm um declínio lento. A intensidade também está relacionada à incidência, uma vez que as situações que ocorrem com frequência ou as que são percebidas como eventos que se intensificam ao longo do tempo tendem a ser rapidamente identificadas como problemas públicos, resultando em pressão pública para a intervenção (Rochefort; Cobb, 1994).

Outro elemento importante é a novidade (iv), ou seja, situações não usuais ou sem precedentes (Rochefort; Cobb, 1994). Conforme afirmado por Downs (1972), a atenção da população em torno dos problemas é cíclica, passando por fases de pré-problema, descoberta, entusiasmo, percepção das dificuldades e custos, declínio do interesse e deslocamento do debate público para outros problemas.

A proximidade (v) também é um fator relevante na definição de problemas em políticas públicas, pois situações que afetam diretamente a vida das pessoas, envolvem atores importantes e estabelecem um vínculo emocional são percebidas como sendo de maior gravidade (Rochefort; Cobb, 1994). Além disso, se as pessoas envolvidas têm a habilidade de expressar suas preocupações politicamente, a questão pode ser expandida para outros grupos sociais.

A crise (vi) é outro elemento importante, na medida em que se refere a uma situação grave que requer atenção e ação corretiva. A retórica da calamidade é usada na linguagem política para chamar a atenção para um problema, especialmente em situações em que há diversas outras questões competindo por atenção (Rochefort; Cobb, 1994). As narrativas de declínio também podem ser utilizadas para representar problemas, apresentando a situação atual como potencialmente desastrosa e exigindo uma ação urgente e enérgica (Stone, 1997).

Por fim, a percepção social (vii) a respeito dos grupos sociais afetados pelos problemas é fundamental na definição do problema, já que pode influenciar a legitimidade da atenção dada às situações relacionadas a essas populações (Rochefort; Cobb, 1994). O processo de construção social do público-alvo envolve o reconhecimento de características básicas desse grupo e a atribuição de valores, símbolos e imagens a essas características. A definição de problemas na política é influenciada pela construção social do público-alvo, pelos recursos de poder dos

grupos afetados pelo problema, pela perspectiva dos fins ou meios na definição do problema e pelas possíveis soluções (Schneider; Ingram, 2005).

A relação entre problemas e soluções é complexa e não tão evidente quanto parece. O Professor Richard Hoefer<sup>12</sup>, da University of Texas Arlington, ressalta que, em muitos casos, já existe um consenso sobre qual seria a política "correta". No contexto da hegemonia neoliberal, os debates em torno das políticas são limitados, com possíveis discordâncias restritas ao momento ou ao orçamentário, e não em relação à finalidade da política em si. Sendo que essa situação se reproduz em diferentes níveis, inclusive nas elites governantes, dificultando a quebra de consensos estabelecidos.

Esse tipo de fenômeno pode resultar em autocracia e perda de impulsos democráticos, dificultando o acompanhamento dos modelos de formulação de políticas (Hoefer, 2023). Nos Estados Unidos, por exemplo, o Partido Republicano não elaborou uma plataforma oficial para as eleições de 2020, deixando claro que qualquer coisa que o candidato desejasse seria a plataforma política do partido, mesmo que ele mudasse de ideia frequentemente (Hoefer, 2023).

O autor enfatiza que essas situações de "pós-política" podem levar a uma situação de "política crua", onde o que importa não é a política, mas, sim, quais grupos serão beneficiados por elas. Nesse sentido, as políticas públicas são utilizadas como ferramentas para atender a fins específicos, muitas vezes não relacionados diretamente com os problemas públicos (Hoefer, 2022).

Como exemplo disso, a bolsa-caminhoneiro e o aumento do Auxílio Brasil, implementados em agosto de 2022, meses antes das eleições no Brasil, parecem ter sido criados com fins eleitorais, não necessariamente com vistas a resolver um determinado problema social. Hoefer (2023) ressalta que é importante lembrar que as políticas públicas são soluções para problemas bem definidos, mas a vitória política nem sempre leva à redução desses problemas, ou seja, nem sempre há mudança de *status quo*.

É importante que as políticas públicas sejam formadas em função dos problemas que se desejam solucionar, podendo, assim, advir de clamores, demandas e ações da sociedade civil, visando resolver conflitos e problemáticas sociais. Nesse

---

<sup>12</sup> O conteúdo dos próximos parágrafos é resultado de uma interação via e-mail entre a pesquisadora e o autor em abril de 2023 (Hoefer, 2023).

sentido, a implementação e eficácia das políticas públicas dependem também dessa mesma sociedade, não sendo suficiente a hegemonia ou coerção do Estado para a resolução dos conflitos abarcados pelas políticas públicas.

A complexidade e a diversidade das políticas públicas exigem abordagens plurais e multidisciplinares, que levem em conta a heterogeneidade dos contextos e das demandas sociais. É fundamental compreender que as políticas públicas não são meramente uma questão técnica, mas também envolvem questões políticas, sociais e culturais, que devem ser consideradas em sua formulação e implementação.

No atual contexto, o debate sobre o significado de políticas públicas envolve uma reflexão crítica sobre sua natureza e função, questionando se elas são meramente instrumentos de governos para solucionar problemas específicos ou se devem ser vistas como uma expressão mais ampla da democracia e dos direitos sociais, bem como sobre o papel do Estado e dos diversos atores envolvidos nesse processo.

A compreensão das diferentes abordagens e concepções sobre políticas públicas é essencial para a construção de uma base teórica sólida e crítica capaz de orientar a análise e a prática das políticas públicas em diferentes níveis.

A análise de políticas públicas é uma área de estudo crucial para compreender o funcionamento e a efetividade das políticas implementadas. Na próxima seção, as aplicações e abordagens da análise de políticas públicas foram exploradas juntamente com as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas na análise destas, fornecendo uma visão abrangente sobre o tema.

## **2.2 Análise de Políticas Públicas: Aplicações e Abordagens**

A mudança de paradigma na ciência política tradicional, que reconheceu que a política pública (“policy”) exerce uma influência determinante sobre a política (“politics”), foi fundamental para a estruturação do campo da análise das políticas públicas. Anteriormente, as políticas públicas eram vistas como meros desdobramentos das disputas políticas, resultantes diretas das lutas políticas. Porém, dentro da nova perspectiva, a política (“politics”) passa a ser entendida como fortemente moldada pelas decisões e ações políticas efetuadas (“policies”) (Secchi, 2014).

A partir dessa concepção, a análise de políticas públicas assumiu papel de destaque, impulsionando o estudo dos seus diferentes tipos. Essa abordagem

permitiu uma compreensão mais aprofundada dos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas, bem como das interações entre os atores políticos envolvidos. Dessa forma, a análise de políticas públicas revelou-se ferramenta fundamental para o estudo do cenário político contemporâneo. No âmbito desse contexto, o estudo dos tipos de política pública floresceu, proporcionando *insights* valiosos sobre diferentes abordagens, instrumentos e mecanismos utilizados na formulação e implementação das políticas públicas.

Assim, a análise de políticas públicas surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, como uma resposta à necessidade de avaliar as políticas governamentais em um contexto de racionalização do Estado e da política. Essa abordagem divergiu da tradição europeia centrada no Estado e nas suas instituições, baseada na produção governamental para entender a implementação de políticas públicas.

No decorrer do século XX, a abordagem funcionalista influenciou o estudo das políticas públicas, que via os problemas como mensuráveis e passíveis de solução. Os teóricos dessa abordagem defendiam que os problemas sociais poderiam ser gerenciados objetivamente, desde que se fizesse uso da capacidade técnica e se desenvolvessem estudos capazes de recolher dados para análise e busca de soluções. Nessa perspectiva, a técnica dominava a abordagem, utilizando modelos e ferramentas quantitativas para avaliar as políticas (Capella, 2018).

Na perspectiva da escola institucionalista tradicional, as instituições são regras formais que condicionam a conduta dos indivíduos. Elas moldam e desenvolvem as políticas públicas. Essa abordagem reconhece que as instituições estabelecem parâmetros para as interações políticas e a tomada de decisões (Secch, 2014). Nessa perspectiva, a análise das políticas públicas enfatiza o papel das instituições na elaboração, implementação e modificação das políticas ao longo do tempo. As instituições são consideradas elementos essenciais que moldam o comportamento dos atores políticos, influenciando as decisões no campo das políticas públicas.

Estudiosos da Escola de Chicago argumentaram que os problemas públicos são construções sociais, e, portanto, são interpretações das situações cotidianas que são consideradas relevantes pelos tomadores de decisão em políticas públicas. Assim, para entender a construção do problema, é importante analisar definições e pressupostos subjacentes a determinadas construções sobre problemas e a identificação de pontos de vista alternativos (Parsons, 2007). Nessa época, diversas

abordagens teóricas surgiram, incluindo a escolha racional de Herber Simon (1947) e a teoria da agenda de Walter Lippmann (1913).

Na década de 1980, houve uma crítica crescente à abordagem técnica e uma valorização de abordagens mais críticas e reflexivas, buscando compreender as políticas públicas em seus contextos sociais, políticos e culturais. Esse movimento foi denominado de "análise crítica de políticas públicas" e contou com contribuições de importantes de autores, como John Kingdon (1984).

Parsons (2007) argumenta que a evolução da análise de políticas públicas, juntamente com a utilização de seus resultados para aprimorá-las, contribuiu para a aproximação entre a cultura acadêmica e a administração pública.

De acordo com Hill e Varone (2014), a análise de políticas públicas é o estudo das causas e consequências das decisões políticas. Em outras palavras, ela se dedica à investigação dos processos que conduzem à criação, implementação e avaliação de políticas públicas. Trata-se de uma ferramenta importante para compreender as políticas públicas, os seus contextos, as dinâmicas e soluções (Kraft; Furlong, 2018). Cada solução deve ser analisada individualmente, a fim de compreender o grau de influência das diferentes dimensões envolvidas (Araújo; Rodrigues, 2017).

A análise de políticas públicas não se restringe à escolha das políticas públicas, contudo, envolve a compreensão do processo de deliberação e debate, bem como a interação entre instituições públicas, o processo político e o conteúdo das políticas em si, o que abrange diferentes abordagens da ciência política (Frey, 2000; Kraft; Furlong, 2018). Busca-se, assim, transcrever o processo político na perspectiva científica, com o objetivo de compreender a ação do governo, seus motivos e efeitos, visando ao aperfeiçoamento das políticas públicas e à redução dos problemas sociais (Dye, 2013; Ham; Hill, 1993).

Para alcançar avaliações imparciais no processo de formulação de políticas, incluindo a antecipação de consequências por meio do pensamento crítico, é necessário buscar informações por meio da análise de políticas públicas (Kraft; Furlong, 2018). Stone (1997) destaca que essa análise deve considerar o contexto político e institucional no qual as políticas são criadas e implementadas. Identificar as preferências dos atores envolvidos no processo político é outro aspecto fundamental da análise de políticas públicas, pois permite compreender como os atores políticos influenciam o processo de criação e implementação de políticas públicas (Zahariadis, 2007).



Dado que a análise de políticas públicas é um processo multidimensional, que ocorre em diferentes níveis de ação e decisão e envolve diversos atores governamentais e não governamentais, com o objetivo de solucionar problemas públicos e distribuir recursos e poder, sua análise requer uma avaliação técnica das múltiplas dimensões das políticas públicas, incluindo uma análise dos processos político-administrativos, dos arranjos institucionais, das ações dos atores políticos e dos instrumentos e das estratégias políticas (Frey, 2000).

A compreensão dos processos de deliberação e debate que permeiam a elaboração das políticas públicas é um aspecto crucial na sua análise. Conforme destacado por Weible e Sabatier (2014), a análise de políticas públicas compreende o estudo do processo de tomada de decisão, do conteúdo das políticas e dos resultados dessas políticas. Analisar essas dimensões permite compreender como as políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas, bem como quais são os seus efeitos sobre a sociedade. Para Hill e Varone (2014), a análise de políticas públicas pode fornecer informações úteis para a tomada de decisão, permitindo identificar alternativas para a melhoria das políticas públicas empreendidas.

O estudo de políticas públicas incorporou modelos conceituais desenvolvidos em diferentes abordagens que, a priori, não foram formuladas com a finalidade de analisar políticas públicas (Dye, 2009). O desenvolvimento de modelos analíticos para organizar e sistematizar estudos foi necessário na formulação e gestão das políticas públicas. Esses modelos buscam simplificar a realidade, produzir generalizações e identificar aspectos relevantes das questões estudadas. Ao longo do tempo, vários modelos foram criados para analisar o ciclo de vida das políticas públicas, cada um com perspectivas analíticas complementares, não excludentes (Araújo; Rodrigues, 2017; Dye, 2013; Trevisan; Bellen, 2008).

Segundo Secchi (2014), existem vários modelos de análise de políticas públicas, sendo que, para proceder a uma análise, o pesquisador pode selecionar dentre um desses modelos (aplicação dedutiva) ou elaborar o seu próprio (desenvolvimento indutivo). Em outras palavras, os modelos não pretendem oferecer uma previsão ou dar uma explicação cabal. Ao invés disso, buscam identificar algumas variáveis e relações-chave que, segundo determinada teoria, são muito importantes (Dye, 2009).

Os modelos de análise de políticas públicas variam de acordo com a evolução dos estudos sobre políticas públicas e o propósito da análise (Souza, 2006). Os fatores

que motivam as ações dos atores em diferentes momentos da política passaram a ser considerados à medida que o corpo teórico se desenvolveu, com modelos enfocando temáticas como poder político, infraestrutura existente, consenso e motivações pessoais, dentre outros (Knoepfel *et al.*, 2007).

Winkler (2009) argumenta que é elucidativo categorizar os diferentes modelos de acordo com a parte do processo político-administrativo que cada um deles enfoca. Quase todos os modelos tratam principalmente da especificação e da escolha de propostas político-administrativas. Cada teoria guarda em si as visões sobre a formulação e a implementação de políticas e programas públicos de seus autores, sendo estes modelos expressos por pressuposições explícitas sobre as variáveis fundamentais e a natureza das relações existentes entre elas (Winkler, 2009).

O Quadro 1 apresenta alguns desses modelos e seu respectivo foco. O quadro foi elaborado com base no trabalho de Winkler (2009, p. 130) e em outras leituras, servindo como um exercício pedagógico, sem a intenção de esgotar o tema.

**Quadro 1: Categorização dos modelos de análise de políticas públicas** (continua)

Modelo	Questionamento	Foco	Processo Administrativo
Agenda-setting	Como público, mídia e grupos políticos e outros fatores influenciam a entrada (ou não) de algumas questões na agenda política?	Tomada de Decisão	Formulação
Arena Política	Como são construídas as arenas políticas e como se comportam no contexto de diferentes políticas?	Conflitos e consensos	Formulação, implementação e regulamentação
Ciclo	Como interagem os atores nas diferentes etapas do processo de formulação de políticas públicas?	Barganha entre os diversos atores	Formulação, implementação e regulamentação
Coalizão de Defesa	Qual a influência de valores, crenças e ideais dos atores nos subsistemas que determinam as políticas públicas, como administram os recursos em defesa de seus interesses?	Agência entre interesses e recursos	Formulação, legislação e regulamentação e avaliação
Elite	Como as elites influenciam a opinião pública e sistema político no processo de formulação das políticas?	Poder da elite	Formulação, legislação e regulação

**Quadro 01 – Categorização dos modelos de análise de políticas públicas****(continua)**

<b>Modelo</b>	<b>Questionamento</b>	<b>Foco</b>	<b>Processo Administrativo</b>
Equilíbrio Pontuado	Como ocorrem as condições de estabilidade e mudanças drásticas no contexto das políticas públicas e como se dá a tomada de decisão dentro do sistema político e seus subsistemas?	Fatores de interferência na política e a acomodação da tomada de decisão	Formulação, implementação, regulamentação e avaliação
Grupo	Como atuam os grupos de interesse e qual sua influência na formulação de políticas públicas?	Grupos de interesse	Formulação, legislação e regulamentação
Incremental	Como acontece o processo de mudanças nas políticas públicas, realizadas paulatinamente, sem grandes rupturas?	Poucas propostas	Formulação
Institucional	Como interagem as instituições públicas e privadas na formulação das políticas públicas?	Instituições Governamentais	Formulação, implementação
Múltiplos Fluxos	Quais fatores favoreceram a entrada de uma questão na agenda?	Tomada de decisão	Formulação
Opção Pública	Como a perspectiva econômica influencia as escolhas realizadas pelos atores políticos e impacta na maximização dos resultados esperados?	Grupos de interesses	Formulação, legislação e regulamentação
Político	Como são acomodados interesses dos atores no contexto do sistema político no processo de tomada decisões políticas ou de decisões racionais?	Barganha entre os diversos atores	Formulação
Processual	Como se dá a construção de políticas públicas dentro de um processo lógico, sequencial e deliberativo, que contempla a tomada de decisão e a interação entre atores?	Tomada de decisão	Organização de agenda
Racional	Como se dá a aplicação da racionalidade no processo de definição de políticas?	Avaliação de propostas	Formulação e avaliação
Rede Política	Como são acomodados os interesses e as crenças pessoais em contextos de conflitos ou coalizão?	Coordenação entre interesses, crenças e conflitos	Formulação e implementação

**Quadro 01 – Categorização dos modelos de análise de políticas públicas****(conclusão)**

<b>Modelo</b>	<b>Questionamento</b>	<b>Foco</b>	<b>Processo Administrativo</b>
Sistêmico	Sendo a formulação de políticas públicas um sistema dinâmico, com entradas, processamento, saídas e retroalimentação, como se conjugam às influências diretas e indiretas do ambiente?	Interações complexas	Formulação e implementação
Teoria dos Jogos	Como se dá a tomada de decisão em contextos de pluralidade de opiniões e posições políticas?	Jogo racional	Formulação, legislação e regulamentação

**Fonte: Autoria própria (2023)<sup>13</sup>**

Embora a análise de políticas públicas tenha evoluído ao longo dos anos para abranger a complexidade e heterogeneidade das políticas, a diversidade de modelos teóricos pode levar à simplificação excessiva e à omissão de aspectos essenciais do processo de decisão que levaram à institucionalização de uma determinada política. Portanto, é fundamental conduzir a análise com rigor científico e técnico, independentemente do modelo teórico adotado (Flexor; Leite, 2007).

O campo das políticas públicas tem se adaptado às novas demandas da sociedade, interessando-se por temáticas como a descentralização e a coordenação de políticas (Lotta, 2019; Wegrich; Štimac, 2014), a participação social (Brasil, 2013), a gestão de problemas considerados globais<sup>14</sup> e a influência da implementação de políticas públicas como fator agravante ou mitigante das desigualdades sociais (Lotta; Pires, 2019). Desde a metade do século XX, estudos sobre movimentos sociais, mídia e opinião pública, questões urbanas, entre outros, têm sido influentes para a pesquisa sobre formulação de políticas públicas. Nesse contexto complexo, é necessário aplicar modelos de análise com um olhar crítico capaz de capturar nuances visíveis e invisíveis, assim como adaptá-los às condições locais (Frey, 2000; Lotta *et al.*, 2022). No Brasil, a análise de políticas públicas é predominantemente normativa e prioriza aspectos mais técnicos e descritivos (Faria, 2005).

<sup>13</sup> Com base em diversos autores (Dye, 2013; Parsons, 2007; Wegrich; Jann, 2007; Winkler, 2009).

<sup>14</sup> Ver capítulo subseção 3.3.4 desta tese.

De acordo com Capella (2018), a análise da agenda política engloba a compreensão dos processos de mudança e estabilidade política. A fase de formulação é de extrema importância para a compreensão das mudanças nas políticas públicas, bem como para entender a participação dos atores envolvidos, suas ideias, crenças e a própria implementação das políticas. Essa fase é considerada como pré-decisória e compreende a identificação de problemas que requerem atenção governamental e a busca por soluções viáveis, levando em consideração seus custos e efeitos previstos (Capella, 2018).

A literatura acadêmica tem ressaltado que a definição da agenda é uma fase crucial no desenvolvimento de políticas públicas (Capella, 2006, 2018, 2020a, 2020b; Souza, 2006; True; Jones; Baumgartner, 2011). As teorias de formação de agendas auxiliam na compreensão de como algumas questões se tornam públicas enquanto outras não, tendo em vista as limitações de recursos técnicos, financeiros e pessoais (Hogwood; Gunn, 1984). A escolha entre os diversos problemas apresentados pelos atores envolvidos é o que culmina na definição da agenda, afetando a configuração da política ao longo do processo. Desse modo, a distribuição desigual do poder pode levar à priorização ou exclusão de determinados problemas antes de uma análise mais aprofundada (Wegrich; Jann, 2007).

No caso específico no objeto de estudo dessa tese, é fundamental considerar as implicações políticas, sociais e humanitárias envolvidas no processo de acolhimento de cientistas ucranianos e as possíveis consequências decorrentes dessa política. Assim, para buscar uma compreensão mais ampla e aprofundada das condições que cercam o acolhimento desses cientistas, optou-se por utilizar a Teoria dos Múltiplos Fluxos de Kingdon (2014). Segundo o modelo, questões políticas não se convertem automaticamente em problemas políticos, todavia, exigem uma convergência de fatores para que isso ocorra.

Compreender a construção do problema público na política de acolhimento de cientistas ucranianos é crucial neste estudo, pois a alocação de cientistas ucranianos que não estão no Brasil não se caracteriza propriamente como um problema público, embora no contexto do Paraná ele possua uma peculiaridade: a migração histórica ucraniana.

O estado do Paraná abriga o terceiro maior grupo de descendentes ucranianos na América Latina, com mais de 400.000 pessoas (Czaikowski, 2011, [s.d.]). A conotação humanitária emergencial da ação não pode ser ignorada, no entanto, seria

essa a finalidade da política ou uma estratégia cujo contexto viabiliza a mobilização de recursos e esforços de forma mais célere e eficaz. Portanto, o estudo de caso também representa uma oportunidade para reflexão crítica sobre o que constitui um problema público e o processo de formação de agenda.

Cairney e Jones (2016) afirmam que a Teoria dos Múltiplos Fluxos é especialmente útil em estudos de caso, devido à sua aplicabilidade universal. De acordo com Hoefler (2022), há vários artigos em língua inglesa que aplicam a teoria, demonstrando sua versatilidade e riqueza teórica. Na atual conjuntura de políticas públicas, marcada pela ineficácia das políticas públicas em lidar com problemas complexos, essa teoria é mais adequada para uso, dada a complexidade de fatores que ela incorpora na análise da tomada de decisão governamental (Hoefler, 2022).

Os próximos subcapítulos têm como objetivo introduzir a Teoria dos Múltiplos Fluxos no contexto da análise de políticas públicas, com foco na formação de agenda. Além disso, serão apresentados alguns estudos anteriores que aplicaram essa teoria, buscando oferecer maior esclarecimento sobre suas premissas, vantagens e desvantagens. Entretanto, antes de explorar esses processos com mais detalhes, é necessário compreender as diferentes interpretações ao conceito de agenda.

### 2.2.1 Os diferentes conceitos de Agenda

A fase de agenda é composta pela compreensão e definição do problema. Esta possui grande influência em todo o processo de produção de políticas, direcionando o debate e influenciando as escolhas e ações tomadas nos momentos de implementação e avaliação (Capella, 2018). Segundo Capella (2018), a agenda envolve tanto uma dimensão mais difusa das crenças e dos entendimentos sobre problemas, quanto os aspectos concretos, materializados em documentos como projetos de lei e outros instrumentos.

De acordo com Birkland (2015), a agenda é composta por uma coleção de problemas, entendimentos sobre causas, símbolos, soluções e outros elementos relacionados a problemas públicos que chamam a atenção do público e de funcionários públicos. Essas questões estão intimamente ligadas aos atores vinculados ao governo e são objeto de estudo da literatura especializada em políticas públicas.

De acordo com Dearing e Rogers (1996), a agenda governamental consiste em um conjunto de questões que são comunicadas em uma hierarquia de importância em

um determinado momento, sendo tais questões problemas sociais que caracterizam situações de conflito entre dois ou mais grupos envolvendo a distribuição de recursos. Enquanto algumas questões são mais consensuais do que outras e se apresentam como quase inquestionavelmente legítimas, é difícil defender um ponto de vista contrário. A "hierarquia de importância" é um elemento crucial para o entendimento do conceito de agenda, onde algumas questões são priorizadas em detrimento de outras, competindo pela atenção de servidores públicos, políticos e cidadãos. De acordo com Capella (2018), embora a importância de uma questão possa ser identificada ao longo do tempo, o processo de definição da agenda é fluido e as questões são constantemente hierarquizadas.

Birkland (2015) propõe diferentes níveis de agenda, sendo o universo da agenda, o conjunto de todas as questões possíveis de serem debatidas em uma democracia. A agenda sistêmica é composta por questões mais aceitáveis do ponto de vista da comunidade, enquanto na agenda governamental, também conhecida como agenda institucional ou formal, estão as questões que estão sob consideração dos tomadores de decisão. Já a agenda decisória contempla as questões prontas para a tomada de decisão, seja no plano local, estadual ou federal (Capella, 2006).

De acordo com Zahariadis (2016), agenda governamental pode ser definida como uma lista contextual de prioridades de ações governamentais que envolve quatro conceitos-chave: contexto, definição de prioridade, ação e foco. A ideia de contexto implica a compreensão das dinâmicas mais amplas da sociedade, política e economia, a fim de entender a percepção de problemas e sua urgência. A definição de prioridade envolve a distribuição de atenção entre os diversos problemas existentes. A ação se refere ao processo de filtragem de temas, com base na capacidade de ação governamental em relação a essas questões. Por fim, o foco busca compreender o trânsito entre os diferentes tipos de agenda.

Dada a multiplicidade e complexidade das questões que se apresentam aos formuladores de políticas públicas, apenas algumas serão consideradas dentro da agenda governamental em um dado momento (Capella, 2006). Poucas questões passam da agenda governamental para a agenda decisória e assumem a característica de questões prontas para uma decisão ativa. Frequentemente, a transição das questões presentes na agenda sistêmica para a governamental ocorre quando a atenção da opinião pública é desperta ou quando parte considerável do

público demanda algum tipo de ação concreta do Estado com relação a uma preocupação.

Cobb e Elder (1971) apresentam três modelos distintos de transição: Modelo de Iniciativa Externa, Modelo de Mobilização e Modelo de Iniciação Interna, sendo cada modelo relacionado às características específicas do sistema político em que a construção da agenda se desenvolve. O primeiro modelo, de Iniciativa Externa, ocorre quando as questões surgem em grupos externos ao governo que, por meio de alianças, conseguem expandi-las para a agenda sistêmica e, posteriormente, para a agenda governamental. No segundo modelo, de Mobilização, as questões têm origem dentro do próprio governo: a questão já está inserida na agenda governamental, mas obter o apoio do público ampliará as chances de sucesso na sua implementação (Cobb; Elder, 1971). O último modelo, o de Iniciação Interna, considera que as questões têm origem dentro do governo, porém, diferente do modelo de Mobilização, não seguem para a agenda sistêmica. Isso ocorre por interesses políticos ou limitações técnicas que acabam fazendo com que essas questões não cheguem ao público e também por falta de esforço de seus propositores (Cobb; Elder, 1971).

Cada um desses modelos de formação de agenda está relacionado às características específicas do sistema político em que a construção da agenda ocorre. Em democracias liberais, a primeira forma de articulação seria mais provável, enquanto a segunda seria típica de sociedades hierarquizadas, onde os líderes concentram grandes parcelas de poder. Regimes burocráticos-autoritários, com grande concentração de riqueza e *status*, tenderiam a construir suas agendas seguindo a terceira explicação (Cobb; Elder, 1971).

Dentro da visão de Kingdon (2014), a agenda governamental é constituída por uma série de questões que são consideradas pelo governo em um determinado momento. O autor define a agenda decisória como um subconjunto da agenda governamental, que inclui questões prontas para serem decididas pelos formuladores de políticas. Kingdon também diferencia dois níveis de agenda: a agenda fixa, que aborda questões que são uma preocupação contínua do governo, como a economia e a resolução de crises, e a agenda decisória, que é formada por meio do processo de filtragem mencionado anteriormente. Além disso, o autor destaca a existência de agendas especializadas que refletem a natureza setorial da formulação de políticas públicas. Para Birkland (2015), a distinção entre a agenda governamental e a agenda decisória representa a jurisdição legítima da autoridade governamental existente.



Kingdon (2014) oferece uma análise detalhada da formação da agenda sob a perspectiva da Teoria dos Múltiplos Fluxos. De acordo com o autor, a formação da agenda governamental implica em um processo de "filtragem" que envolve a seleção de assuntos a serem priorizados pelo governo. Este processo é influenciado por múltiplos atores, interesses diversos e contingências, o que impede a predominância de um ator específico na formação da agenda.

Nesse contexto, Kingdon (2014) enfatiza a distinção entre questões da agenda e alternativas políticas, que são componentes essenciais para a formação da agenda governamental. Para o autor, para que ocorra a inclusão de uma determinada temática na agenda, as questões identificadas devem ter soluções acessíveis para os tomadores de decisão. A Teoria dos Múltiplos Fluxos destaca ainda que as questões políticas não se tornam automaticamente problemas políticos. A conclusão da etapa de formação da agenda requer a convergência de múltiplos fluxos dinâmicos, incluindo os fluxos de problemas, soluções e da arena política. A percepção das questões pelos atores é um fator determinante para a conexão entre solução e problema e, conseqüentemente, a inclusão na agenda. Nas próximas seções, será apresentada a teoria e seus fluxos.

### 2.2.2 Modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon: origem e estrutura

A Teoria dos Múltiplos Fluxos (TMF), apresentada por John Kingdon, um renomado cientista político norte-americano, em sua obra intitulada "Agendas, Alternatives, and Public Policies", constitui uma abordagem analítica amplamente utilizada para compreender como determinados temas se tornam relevantes e atraem a atenção do governo em um dado momento histórico, influenciando a formação da agenda governamental e a formulação de políticas públicas (Kingdon, 2014). As ideias originais de Kingdon foram publicadas em 1984, e o autor atualizou seu trabalho em duas versões subsequentes lançadas em 1995 e 2010.

Em sua pesquisa inicial, Kingdon entrevistou 247 indivíduos nos Estados Unidos, metade dos quais eram funcionários governamentais e a outra metade eram atores diretamente envolvidos em políticas de saúde e transporte, ao longo de um período de quatro anos, nos verões de 1976, 1977, 1978 e 1979. Durante esse tempo, os participantes foram submetidos às entrevistas anuais, que abordavam os assuntos que lhes interessavam, as suas motivações para esse interesse e as temáticas que poderiam ganhar relevância no futuro (Cairney; Jones, 2016; Kingdon, 2014).

O modelo proposto por Kingdon (2014) concentra-se nas etapas pré-decisórias do processo de políticas públicas, que envolvem a formação da agenda governamental e a identificação de alternativas para a formulação de políticas (Capella, 2006). Para desenvolver seu modelo de múltiplos fluxos, Kingdon combina conceitos provenientes da teoria do ciclo de políticas públicas, introduzida por Laswell, e da teoria da "lata de lixo" ("*garbage can*"), desenvolvida por Cohen, March e Olsen em 1972.

Segundo a concepção de Cohen, March e Olsen (1972), os modelos existentes na época não eram capazes de compreender a natureza imprevisível e caótica do processo de formulação de políticas públicas. A teoria da "lata de lixo", no contexto das políticas públicas, postula que há uma quantidade maior de problemas do que de soluções e, conseqüentemente, as questões que entram na agenda estão mais relacionadas às opções de solução do que necessariamente à priorização do problema em si. Metaforicamente, as soluções e os problemas são lançados em uma "lata de lixo" de onde são aleatoriamente resgatados pelos tomadores de decisão, sem uma análise prévia (Souza, 2006).

Dentro da perspectiva da "lata de lixo", as organizações são consideradas formas anárquicas, caracterizadas pela falta de clareza na expressão das preferências de seus membros, pela falta de compreensão dos processos organizacionais e pela alta rotatividade dos participantes. Nesse contexto, quatro fluxos evoluem independentemente: o fluxo de problemas, o de soluções, o de participantes e o de escolhas.

Inspirado nessa base conceitual, Kingdon (2014) desenvolve a Teoria dos Múltiplos Fluxos, com o propósito de descobrir padrões dentro do caos, em vez de se concentrar na anarquia presente no processo. A TMF é composta por quatro etapas que compõem o ciclo de políticas públicas: a formação da agenda, a avaliação das soluções disponíveis, a seleção da alternativa dominante entre as possíveis e a implementação da decisão (Capella, 2006). Essas etapas se desdobram em três fluxos distintos, em vez dos quatro propostos pelo modelo da "lata de lixo": o fluxo de problemas, o fluxo de soluções e o fluxo de processos políticos, os quais serão detalhados posteriormente (Kingdon, 2014).

Segundo Kingdon (2014), esses fluxos são autônomos e não estão diretamente relacionados entre si. O sucesso em uma fase não implica necessariamente no sucesso das demais, e as mudanças na agenda governamental ocorreria por meio da

convergência dos três fluxos em um momento crítico conhecido como janela de oportunidade. O objetivo é explicar como elementos estruturais se combinam e influenciam o processo de formação da agenda e definição de alternativas (Capella, 2006).

O próximo subcapítulo tem como objetivo apresentar os fluxos da Teoria dos Múltiplos Fluxos, revisar alguns estudos prévios no contexto políticas de refúgio e migratórios nos quais essa teoria foi aplicada de forma a proporcionar um melhor entendimento das premissas, contribuições e limitações do modelo.

### 2.2.3 O fluxo de problemas

A compreensão do que constitui um problema público é uma questão crucial no processo de formação da agenda. Existem questões que são problemas, contudo, algumas não são percebidas como tal, ou, se são, nenhuma ação é tomada para resolvê-las ou mitigá-las. O primeiro fluxo proposto por Kingdon (2014) refere-se aos problemas e concentra-se no processo pelo qual o autor chama de "condição-inicial" ("condition"<sup>15</sup>), que pode ser potencializada e vir a compor a agenda. As condições-iniciais são questões toleradas no cotidiano e, portanto, não são consideradas relevantes ou prioritárias na agenda. Sob a influência de diferentes mecanismos, a tolerância em relação a elas acaba, ou seja, passa a se acreditar que algo deve ser feito a respeito desse *status*. A partir disso, essas condições-iniciais podem potencialmente transformarem-se em problemas, com maior probabilidade de se tornarem parte da agenda (Kingdon, 2014).

O fluxo dos problemas do modelo de Kingdon analisa como essas condições-iniciais são reconhecidas e os motivos pelos quais elas são incluídas na agenda governamental (Gottens *et al.*, 2013). Kingdon baseia a teoria no princípio de que há uma discrepância entre as condições-iniciais observadas e os problemas de interesse dos governos (Kingdon, 2014).

As condições-iniciais permanecem latentes por certo tempo até se tornarem problemas visíveis dentro do prazo estabelecido para sua resolução. As condições-iniciais podem ou não ser convertidas em problemas passíveis de constituírem a agenda decisória.

---

<sup>15</sup> Esse termo é traduzido ao português brasileiro como questão (Capella, 2006). Mas, para evitar confusão na terminologia, neste trabalho, optou-se por defini-lo como **condição-inicial**.

Três fatores influenciam a atenção governamental e favorecem a transformação de uma condição-inicial em problema: eventos ou crises, indicadores e *feedback*. Para que um problema receba atenção, é necessária a ocorrência de um evento ou crise (Zahariadis, 2008). Evento refere-se a uma ocorrência incomum, definida como prejudicial ou reveladora e que tem o potencial de causar danos futuros. Esses danos podem se concentrar em uma área específica ou em um grupo de interesse, todavia, devem ser reconhecidos simultaneamente pelos formuladores de políticas e pelo público em geral (Birkland, 1998).

O segundo mecanismo está relacionado aos indicadores que chamam a atenção para questões preexistentes, mas que, por diferentes razões, não receberam atenção política anteriormente. Dados quantitativos desempenham um papel importante ao demonstrar a existência de uma situação que requer atenção governamental. No entanto, mesmo que a emergência e a visibilidade social da questão sejam evidentes, ela pode não ser incluída na agenda devido a restrições orçamentárias e outros indicadores que impedem sua implementação (Kingdon, 2014).

Por fim, o *feedback* se refere a políticas e projetos em andamento, cujos resultados parciais ou finais têm repercussões negativas entre atores políticos, burocratas e a sociedade civil. Por exemplo, o monitoramento de programas por meio de cumprimento orçamentário, alcance de metas, reclamações e o surgimento de consequências não antecipadas são mecanismos que podem direcionar a atenção dos formuladores de políticas para os problemas. Quando se intensificam as pressões políticas ou de outros atores, como a imprensa, a opinião pública e os grupos de interesse, há maior potencial de que determinada condição-inicial seja incluída na agenda (Kingdon, 2014).

Mesmo que esses mecanismos evidenciem questões socialmente relevantes, elas não se convertem automaticamente em problemas constituintes da agenda. A premissa do modelo é que os problemas, por serem construções sociais, são interpretações de situações cotidianas identificadas como relevantes para os formuladores de políticas públicas. Há um importante elemento interpretativo que define como uma condição-inicial será percebida, seja como problema ou não (Kingdon, 2014). Por exemplo, considerando determinado contexto em que muitos trabalhadores estão se afastando em decorrência de acidentes de trabalho, para algumas pessoas, isso pode indicar falhas na normatização ou fiscalização da

segurança do trabalho, enquanto para outras, o aumento pode ser circunstancial. Assim, as ideologias e crenças dos atores envolvidos têm relevância na conversão de uma condição-inicial em problema e na sua inclusão na agenda decisória, seja para manter ou alterar o *status quo* existente (Kingdon, 2014).

Além disso, dentro do modelo, existem cinco situações em que a atenção em relação a um determinado problema pode diminuir. Isso pode ocorrer (i) quando o problema é resolvido ou (ii) parece ter sido; (iii) quando não se consegue resolver o problema; (iv) quando há restrições de tempo e orçamento; ou (v) quando se percebe que a resolução do problema exigirá recursos e ações não facilmente acessíveis (Kingdon, 2014). Assim como as condições-iniciais não são automaticamente incluídas na agenda quando se transformam em problemas, a conversão desses problemas em soluções não ocorre de forma automática. A priorização dos problemas está intrinsecamente ligada à viabilidade de resolução para os decisores (Overpelt, 2017). É necessário que o problema seja de resolução acessível aos tomadores de decisão (Kingdon, 2014).

Após analisar o processo pelo qual os problemas se tornam relevantes na agenda governamental, é fundamental compreender como esses problemas são transformados em soluções viáveis. Esse processo de escolha de soluções para os problemas constitui o segundo fluxo de Kingdon, o qual será abordado na subseção seguinte.

#### 2.2.4 O fluxo de soluções

O segundo fluxo está relacionado às soluções e é denominado "policy stream" em língua inglesa, fazendo referência ao conteúdo das decisões políticas (Frey, 2000). Kingdon (2014) atribui uma interpretação biológica à concepção de soluções. Assim como as moléculas que circulam, as ideias também seguem um padrão semelhante, formando uma espécie de "caldo primitivo" ("primeval soup"). Nesse caldo, as ideias não são estáticas, elas nascem, combinam-se entre si, evoluem e/ou são descartadas, podendo emergir em circunstâncias favoráveis desde que atendam aos requisitos de viabilidade política; aceitabilidade e custos (Kingdon, 2014).

A seleção natural desse "caldo" é realizada por comunidades de especialistas, tanto internas quanto externas ao governo (Kingdon, 2014). Esses especialistas avaliam as alternativas, selecionando aquelas com maior aplicabilidade e convertendo

as em políticas públicas. Essa seleção natural consiste em depurar as soluções existentes e verificar sua viabilidade.

As comunidades de especialistas são heterogêneas em termos de conhecimento técnico, de nível de especialização, coesão e ideologias. Isso significa que propostas alinhadas aos valores dessas comunidades têm maior chance de sobrevivência. Essas comunidades tendem a apoiar as questões de interesse do governo (Kingdon, 2014). Cabe aos portadores de conhecimento específico avaliar as propostas em razão de sua capacidade técnica e, portanto, do valor de suas proposições. Para Kingdon (2014), os grupos de interesse são relativamente fracos na promoção de questões para a agenda, sendo mais influentes na promoção de alternativas para políticas específicas.

Quanto mais fragmentada for a comunidade, mais fragmentada será a solução, o que poderia inviabilizar sua aplicação. Os conflitos resultantes da incompatibilidade de valores entre os membros de uma comunidade repercutem em uma arena política mais ampla, na qual os debates políticos também envolvem outros atores de interesse (Kingdon, 2014).

As alternativas e soluções são desenvolvidas dentro das comunidades de políticas, compostas por pesquisadores, assessores parlamentares, acadêmicos, funcionários públicos, analistas pertencentes a grupos de interesse, entre outros, que compartilham preocupação em relação a uma área específica de políticas públicas. Nessas comunidades, as ideias circulam entre os especialistas, por vezes durante longos períodos, até serem aceitas.

Em razão do tempo de “depuração” nesse processo, algumas ideias são combinadas em novas propostas, outras são alteradas ou reformuladas e eventualmente descartadas em um processo competitivo de seleção. É responsabilidade das comunidades de especialistas refinarem as ideias em soluções que atendam aos critérios específicos, a fim de aumentarem a competitividade na agenda decisória.

Nesse processo de depuração, é possível identificar que alguns critérios comuns podem influenciar a sobrevivência das ideias, tais como a viabilidade técnica da solução; sua aceitabilidade e receptividade pelas comunidades de especialistas, pelo público em geral e pelos tomadores de decisão (Kingdon, 2014). Outro ponto é a absorção de custos somada à capacidade de antecipar problemas futuros, como

contingenciamento orçamentário e outras restrições de viabilidade. Importante destacar que tais critérios não são exaustivos.

São resilientes as ideias que possuem maior viabilidade, segundo tais critérios, e emergirão no topo do "caldo primitivo" para a efetiva consideração dos participantes do processo decisório (Kingdon, 2014). A proposta é formulada e apresentada ao público, a fim de familiarizá-lo com a solução, tornando-a mais aceitável e reduzindo sua rejeição.

Importante ressaltar que o fluxo de soluções não exerce influência sobre a agenda, já que as soluções elaboradas pelas comunidades apenas chegarão à agenda quando forem percebidos os problemas (Capella, 2018).

Dentro da proposta de Kingdon (2014), o foco está no valor dado às ideias, mais do que à estrutura. Conceitualmente, ideias seriam reivindicações subjetivas sobre descrições do mundo, relações causais, ou a legitimidade normativa de certos atos<sup>16</sup> (Parsons, 2002). Elas podem transformar o mundo ou permanecer latentes. Assim, ideias são temporais, cada período histórico dá espaço para uma determinada proposta ser analisada e pode favorecer sua consideração (Kingdon, 2014). As ideias não pertencem a ninguém, sendo que as políticas públicas não são em totalidade resultado da ideia que lhes deu origem, mas, sim, dos fatores e das circunstâncias que as forjaram (Capella, 2015). As ideias geradas não surgem necessariamente de uma percepção prévia sobre problemas específicos. As interpretações dos atores são importantes, já que geralmente as soluções são criadas para que, em seguida, serem associadas a um determinado problema.

No próximo capítulo, será apresentado o terceiro fluxo de Kingdon, o de processos políticos. A partir do encontro entre o fluxo de problemas, de soluções e os processos políticos, é possível compreender melhor como a interação entre atores e interesses diversos influencia a formulação e implementação de políticas. Esse diálogo contribui para uma compreensão mais abrangente e aprofundada da análise de processos políticos que envolvem a emergência de soluções.

---

<sup>16</sup> "Ideas are subjective claims about descriptions of the world, causal relationships, or the normative legitimacy of certain actions" (Parsons, 2002, p. 48).

### 2.2.5 O fluxo de processos políticos

Do inglês "politics stream", definido em língua portuguesa como os processos políticos (Frey, 2000), o terceiro fluxo é composto pela dimensão da política "propriamente dita". Nesse fluxo, três elementos fundamentais influenciam a formação da agenda: o clima nacional, as forças políticas organizadas e as mudanças de governo (Kingdon, 2014).

O clima nacional, ou humor nacional, refere-se à percepção positiva ou negativa dos atores envolvidos no processo decisório em relação a uma determinada questão. A percepção de um clima favorável cria incentivos para a promoção de determinadas ideias, enquanto um clima desfavorável pode desestimular sua consideração pelos participantes do processo decisório (Kingdon, 2014).

Embora o termo "nacional" esteja presente, o clima não necessariamente se refere ao público em geral, e, sim, aos grupos de setores específicos cuja influência é sentida pelos decisores por meio de visitas, correspondência, reportagens e mídias. O compartilhamento de questões por diversas pessoas ao longo de um período pode favorecer ou desestimular sua consideração. O monitoramento do ambiente político permite a avaliação das questões que possuem maior força e despertam maior interesse entre os grupos políticos e o eleitorado em geral (Kingdon, 2014). Além disso, avalia-se a probabilidade de certas questões serem bloqueadas, definidas, alteradas ou sustentadas durante o processo de inclusão na agenda (Capella, 2016b).

O segundo elemento do fluxo do processo político é composto pelas forças políticas organizadas, exercidas principalmente pelos grupos de pressão. Essas forças políticas influenciam a formação da agenda por meio de "lobby" e outros mecanismos de convencimento (Kingdon, 2014). O apoio ou a oposição dessas forças a uma determinada questão sinaliza consenso ou conflito na arena política, permitindo que os formuladores de políticas avaliem se o ambiente é propício ou não para uma proposta.

Diferentes atores podem se unir ou dispersar na defesa de propostas específicas, utilizando estratégias, como barganha e negociação, por meio das quais os lados opostos tentam maximizar seus interesses e incluir questões de interesse mútuo na agenda. Os acordos construídos por meio de barganha diferem dos consensos negociados nas comunidades de especialistas do fluxo de soluções, pois os primeiros são resultado de um processo de convencimento (Gottens *et al.*, 2013).



Elementos internos de mudança no governo, como eleições, alterações de gestão, rotatividade de pessoal no nível estratégico, mudanças na composição do Congresso e/ou Senado, e, até mesmo, na jurisdição sobre quem deve debater uma determinada questão, impactam a formação da agenda (Kingdon, 2014). A disputa jurisdicional envolve diferentes setores e pode abrir caminho para a inclusão ou exclusão de um assunto na agenda. Algumas temáticas podem ser sistematicamente ignoradas por diferentes razões, caracterizando um bloqueio de agenda (Capella, 2016b).

Dentro do fluxo do processo político, Kingdon destaca que as mudanças no clima nacional e as mudanças internas no governo são os maiores propulsores de transformações na agenda governamental. Essas ocorrências têm o poder de trazer tópicos para a agenda, podendo abrir uma janela de oportunidade (Overpelt, 2017) ou adiar sua implantação.

Apesar de independentes, a conformação da agenda exige a confluência dos três fluxos (problemas, soluções e processos políticos) (Kingdon, 2014). A janela de oportunidade é fundamental na interseção dos fluxos de processos políticos, soluções e problemas, criando um contexto propício para a adoção de políticas específicas.

#### 2.2.6 A janela política

A janela de oportunidade política é um período no qual as condições políticas, sociais e contextuais se alinham de maneira favorável, permitindo a inclusão de determinadas questões na agenda governamental e a implementação de soluções propostas. Ela ocorre como resultado da convergência (“coupling”) entre os três fluxos, em um curto período no qual um problema é reconhecido pelo governo, uma solução está disponível e as condições políticas tornam o momento propício para a mudança, possibilitando que as questões ascendam à agenda (Kingdon, 2014).

O conceito de janela de oportunidade política introduz um elemento adicional de temporalidade e contingência no processo decisório. Por meio dessa perspectiva, reconhece-se que a disponibilidade de oportunidades políticas favoráveis pode facilitar ou dificultar a adoção de políticas específicas.

Existem duas possibilidades para a ocorrência das janelas: no fluxo de problemas e no fluxo de processos políticos. Embora o fluxo de soluções seja um elemento fundamental na convergência, ele não influencia a formação da agenda.

Entretanto, sem ele, uma questão presente na agenda não consegue avançar para a agenda decisória (Kingdon, 2014).

No caso do fluxo de problemas, a emergência de uma questão, seja causada por um evento específico, um *feedback* prejudicial ou um indicador negativo, favorece a abertura de uma janela. No âmbito do fluxo de processos políticos, a oportunidade de mudança pode surgir devido às alterações no clima nacional, eleições de novos políticos, ações de lobby ou processos de negociação dentro das forças políticas organizadas (Capella, 2018).

De acordo com Kingdon (2014), as janelas se abrem periodicamente e de forma previsível, como nas mudanças de governo, eleições, algumas fases do ciclo orçamentário, votações no Congresso e debates legislativos, mas os resultados não são igualmente previsíveis. Outras janelas podem se desenvolver de maneira imprevisível. Assim, a oportunidade de mudança na agenda pode ocorrer tanto de forma planejada quanto imprevisível. Outra característica das janelas é o seu caráter transitório. Sejam provocadas por eventos programados ou não, as oportunidades de acesso de uma questão à agenda não perduram por longos períodos (Kingdon, 2014).

O encerramento da oportunidade de mudança na agenda ocorre quando um dos fluxos se desarticula em relação aos demais (Capella, 2018; Kingdon, 2014). Da mesma maneira que fatores influenciam em prol do acesso de questões à agenda, o inverso também ocorre. Da mesma forma, quando há a percepção de que um problema foi resolvido, a atenção dos formuladores de políticas se volta para outros assuntos. Outro exemplo é quando as alternativas não provocam efeitos, levando os formuladores de políticas a julgarem inúteis seus esforços, havendo grandes possibilidades de a janela se fechar.

Sendo escassas as janelas de oportunidade, os empreendedores políticos têm um papel primordial a desempenhar quando há ocorrência. Esses atores se aproveitam dessas oportunidades para incluir causas que lhes são relevantes na agenda decisória, sendo denominados empreendedores políticos (Mintrom; Norman, 2009). Compete a eles promover a conexão entre os fluxos, uma vez que inúmeros problemas e propostas emergem quando as janelas se abrem, e isso pode saturar o sistema. Caso os atores estejam dispostos a investir recursos suficientes, alguns desses problemas podem ser resolvidos e algumas propostas podem ser implementadas. Porém, outros problemas e soluções permanecem estagnados se não houver mobilização de recursos adequados para sua adoção.

Os empreendedores políticos não são necessariamente atores políticos; eles podem ser lobistas, servidores de carreira ou qualquer outro ator relevante na esfera jurídica em questão (Garcés-Mascareñas; Gebhardt, 2020). Logo, não possuem uma esfera específica de atuação, podendo ocupar cargos no governo (no Poder Executivo, em postos de alto nível ou funções burocráticas; no Congresso, como parlamentares ou assessores) ou estar fora dele (em grupos de interesse, na comunidade acadêmica, na mídia). São indivíduos especializados em determinada questão, com habilidades para representar ideias de outros indivíduos e grupos, ou desfrutam de uma posição de autoridade dentro do processo decisório, o que favorece a receptividade de suas ideias (Kingdon, 2014).

Hábeis negociadores, os empreendedores políticos possuem conexões políticas; são persistentes na defesa de suas ideias, levando suas concepções de problemas e propostas a diferentes fóruns. Eles colaboram para a aceitação das soluções, estabelecendo conexões entre uma solução e um problema. Há um processo de suavização das soluções para torná-las mais "vendáveis" aos formuladores de políticas (Zahariadis, 2008).

Esses agentes estão sempre atentos e dispostos a "acoplar" os três fluxos, investindo seus recursos para gerenciar questões que possam beneficiá-los (Bakir; Gunduz, 2020). São motivados por uma combinação de diversos elementos, como preocupação com problemas específicos, busca de benefícios próprios, reconhecimento de suas conquistas, promoção de seus valores e, até mesmo, o simples prazer de participar.

A atuação dos empreendedores políticos se alinha com a ideia defendida por Heidemann (2009) de que as políticas públicas são compostas por um conjunto de processos, métodos e expedientes usados por indivíduos ou grupos de interesses para influenciar, conquistar e manter o poder, sendo empreendidas como funções de Estado por um governo, com o intuito de resolver questões gerais e específicas da sociedade.

Segundo Kingdon (2014), os empreendedores políticos atuam em três cenários: buscam o reconhecimento de um problema que os preocupa, exercendo pressão para sua inclusão na pauta de discussão; promovem suas propostas de solução por meio de persuasão e redução da resistência; e facilitam a convergência dos fluxos ao identificarem uma janela de oportunidade que possa impulsionar suas ideias ao topo da agenda.

Uma vez que as janelas se abrem, os empreendedores entram em ação; caso contrário, devem aguardar pela próxima oportunidade e, então, promover a conexão entre os três fluxos. A não atuação de um empreendedor compromete a convergência entre os fluxos, pois ideias não serão defendidas, problemas não encontrarão soluções e momentos políticos favoráveis serão perdidos pela falta de propostas (Capella, 2016a).

Além dos empreendedores políticos, Kingdon (2014) destaca outros dois grupos de atores. Os atores visíveis ocupam cargos burocráticos de alto nível, como membros do Poder Legislativo e nomeados politicamente. Esses indivíduos possuem acesso a informações privilegiadas e diferentes recursos para influenciar cada fluxo do processo sendo, dessa maneira, centrais nas mudanças da agenda. Pela sua natureza representativa, sendo legitimados pelo voto popular, esses atores estão sujeitos ao escrutínio da imprensa, da opinião pública e da população em geral. Para o autor (Kingdon, 2014), o presidente é o ator mais influente com poder de determinar os assuntos da agenda, contudo, sua equipe trabalha nas alternativas a serem incluídas nessa agenda.

Outra categoria de atores visíveis inclui os indivíduos nomeados pelo presidente para ocupar cargos nos altos escalões da burocracia governamental, os atores do Poder Legislativo (senadores e deputados), os participantes do processo eleitoral (partidos políticos), grupos de interesse, a mídia e a opinião pública (Kingdon, 2014). Embora reconheça a influência da mídia, Kingdon considera que esta é limitada sobre as autoridades, visto que a cobertura midiática não se concentra nos aspectos mais relevantes das questões e, portanto, é ignorada por aqueles que têm o poder de decisão (Siqueira, 2018). Da mesma forma, a mídia especializada, apesar de sua maior competência técnica, tem um envolvimento indireto no processo em termos de mobilização da opinião pública. A influência dos partidos políticos se dá por meio de agendas políticas, plataformas governamentais, lideranças no Congresso e, de forma mais ampla, nas expectativas de seus eleitores e afiliados (Kingdon, 2014).

Os atores invisíveis são agentes externos ao governo que possuem influência predominante na geração de alternativas e soluções (Kingdon, 2014). Esse grupo é composto por servidores públicos, analistas de grupos de interesse, assessores parlamentares, acadêmicos, pesquisadores e consultores. Também fazem parte grupos formados por empresários, sindicatos e ambientalistas que buscam pressionar o governo em prol de suas agendas de interesse. Quanto maior for a capacidade de

mobilização desses atores, em termos de recursos e influência, maior será a chance de suas propostas serem avaliadas (Capella, 2016a).

Kingdon (2014) reforça que a distinção entre atores visíveis e invisíveis é sutil. Os atores visíveis são responsáveis por criar oportunidades de acesso à agenda governamental, exercendo uma atuação mais influente na fase de tomada de decisão, na definição da agenda, assim como participando intensamente dos fluxos de problemas e dos processos políticos. Enquanto isso, os atores invisíveis desempenham um papel determinante na escolha de alternativas, atuando principalmente sobre a agenda de decisão, no processo de identificação e definição dos problemas públicos a serem enfrentados.

Na Teoria dos Múltiplos Fluxos (2014), cabe aos atores visíveis tomarem decisões concretas sobre a agenda política, enquanto os atores invisíveis têm a capacidade de exercer influência de forma menos concreta. No próximo segmento, destacaremos as valiosas contribuições teóricas do modelo de Kingdon, bem como as limitações que podem surgir ao aplicar essa abordagem. Ao examinar esses aspectos, ampliaremos nossa compreensão da relevância e eficácia desse modelo analítico para capturar os meandros da formulação de políticas em diferentes cenários.

### 2.2.7 Críticas e contribuições a Teoria dos Múltiplos Fluxos

Tanto como um marco analítico único quanto como complementar, desde a sua concepção, a Teoria dos Múltiplos Fluxos tem sido amplamente utilizada como uma ferramenta de análise de políticas públicas em diversos setores, com inúmeros estudos de caso em nível mundial. Com êxito, o Modelo de Múltiplos Fluxos tem sido testado em contextos políticos e institucionais diferentes daqueles para os quais foi originalmente concebido (Ackrill; Kay; Zahariadis, 2013; Cairney; Zahariadis, 2016; Jones *et al.*, 2016; Zahariadis, 2003, 2007, 2008, 2014; Zahariadis; Exadaktylos, 2016).

Em 2016, um estudo foi conduzido com o objetivo de determinar o escopo das aplicações da Teoria dos Múltiplos Fluxos por meio da análise de artigos escritos em língua inglesa e publicados no período de 2000 a 2013. Esse estudo demonstrou que a teoria foi aplicada em 65 países diferentes, abrangendo diversas áreas de políticas, em múltiplos níveis de governança e por pesquisadores de diferentes partes do mundo (Jones *et al.*, 2016).

A grande aplicabilidade da teoria de Kingdon se deve da facilidade oferecida pelo seu esquema conceitual, possibilitando a realização de muitos estudos empíricos. A característica de universalidade e abstração que o Modelo dos Múltiplos Fluxos apresenta e permite certa flexibilidade na sua aplicação, também podem resultar em ambiguidade, porquanto existem várias maneiras de enquadrar um problema político (Zahariadis, 2007).

Segundo Jones *et al.* (2016), as aplicações da Teoria dos Múltiplos Fluxos requerem consistência na operacionalização dos seus conceitos centrais, a fim de facilitar o desenvolvimento teórico da abordagem. Como as ideias desempenham um papel fundamental na teoria, elas podem ser modificadas, dar origem a outras ideias ou, até mesmo, serem descartadas. Isso significa que é necessário analisar as ideias considerando os atores visíveis e invisíveis, o contexto e a história, na tentativa de compreender a sua origem e relevância, evitando distorções das contribuições da teoria.

A teoria de Kingdon é capaz de fornecer uma visão aprofundada sobre a concepção que os atores políticos têm de seus papéis e do impacto que outros atores exercem na definição da agenda política. Ao aplicar esse modelo em contextos empíricos, surgem oportunidades para o debate sobre modelos concorrentes de processo de formulação da agenda política. Ao abranger uma multiplicidade de variáveis explicativas, o modelo busca trazer certa ordem a um universo caótico e imprevisível, como é o caso da conformação da agenda e do processo de elaboração de políticas públicas (Zahariadis, 2008).

No âmbito da proposição inicial da Teoria dos Múltiplos Fluxos, os atores envolvidos na formulação de políticas públicas manifestam preferências problemáticas, decorrentes das particularidades inerentes ao modelo da "lata de lixo", cuja concepção é que o processo político é caracterizado pela ambiguidade. Isso permite diferentes interpretações dos problemas. A alta competitividade entre os problemas, que restringe demais a agenda em um processo seletivo imperfeito, abre espaço para uma seleção imperfeita de informações. Além disso, a limitação temporal decorrente do período de abertura das janelas condiciona a tomada de decisões antes mesmo que os atores envolvidos tenham plena clareza sobre suas preferências.

Em consonância, Cairney e Jones (2016) afirmam que, durante uma janela de oportunidade, os atores possuem um tempo muito curto para decidir, o que pode

implicar em uma decisão apressada e pouco alinhada com as próprias preferências do decisor, pois os processos de decisão carecem de racionalidade e linearidade.

Divergindo desse entendimento, Zahariadis (2003) evidencia que o empreendedor, em particular, possui objetivos claros nos quais empenhará seus recursos. O autor destaca que o arcabouço teórico de Kingdon concebe a ambiguidade como núcleo central do processo de formulação de políticas, sendo habilmente manipulada a fim de servir a distintos propósitos. Nesse sentido, um dos papéis preponderantes do empreendedor consiste em administrar a ambiguidade, conferindo-lhe sentido e criando significados em relação às questões em discussão, com o intuito de difundir ideias entre os demais atores que se deparam com preferências problemáticas.

Desse modo, considerando que o acesso de uma determinada questão à agenda política está intrinsecamente relacionado aos três fluxos previamente delineados no modelo de Kingdon, as análises de Zahariadis (2003, 2007, 2008) contribuem para evidenciar o papel crucial desempenhado pelos empreendedores enquanto atores únicos, dotados de preferências claras, cujas ações se orientam no sentido de manipular os demais atores, especialmente os tomadores de decisão.

Outra limitação do modelo diz respeito ao papel da imprensa como ator de influência, o qual é menos evidenciado na teoria. Na atualidade, o poder de influência, não apenas da imprensa, mas também das redes sociais e dos grupos de chat, não pode ser negligenciado ao tratar da mobilização da opinião pública. Por meio do uso das redes sociais, a resposta pública às decisões governamentais é quase imediata e, com a conectividade dessas manifestações, torna-se quase impossível aos tomadores de decisão manterem-se indiferentes a essas reações. Um caso recente que demonstra essa influência foi o corte das verbas das universidades em 2022, no qual a reação em cadeia das redes sociais, somada à cobertura midiática e às reivindicações de organizações setoriais, fez com que, em menos de 48 horas, a decisão do governo fosse revertida (Brum, 2022).

Diferenças culturais, políticas e institucionais entre os países também não foram um ponto de preocupação para Kingdon (Béland, 2016). O processo de formação de agenda em um país com sistema político presidencialista não é igual ao de um parlamentarista, por exemplo. Ao aplicar o modelo de Kingdon em contextos democráticos parlamentaristas, Zahariadis (2003) destaca a possibilidade de criar, de forma deliberada, oportunidades de mudança, no caso de dissolução do parlamento

e convocação de eleições, por exemplo. Isso permite a manipulação das janelas de oportunidade para a criação de ambientes mais propícios a determinados atores. Se os empreendedores lograrem alterar o contexto vigente, podem incrementar suas chances de êxito ou obstruir as oportunidades de outros atores (Zahariadis, 2003).

Segundo Béland (2016), esses fatores institucionais específicos não são obstáculos e nem anulam a aplicabilidade da teoria. O autor aponta que essas não seriam exatamente falhas do modelo, já que se relacionam com as circunstâncias contextuais, cabendo ao pesquisador incluí-las na análise (Béland, 2016).

Isso evidencia a plausibilidade da endogeneização das janelas de oportunidade por intermédio do sistema político-administrativo. Da mesma forma, os burocratas também detêm o poder de criar oportunidades para a abertura dessas janelas, ao acentuar ou obliterar convenientemente características de determinados eventos, a fim de favorecer demandas específicas ou estabelecendo comissões ou forças-tarefa para promover a conexão entre soluções e problemas (Cairney; Zahariadis, 2016; Zahariadis; Exadaktylos, 2016).

À luz disso, a presença ou não de “think tanks”, oligarquias, burocratas, sistemas com tendência mais centralizadora ou não, pluralista ou não, influenciam a forma como os processos se desenvolvem. Sendo que uma justaposição mecânica negligenciaria a capacidade de influência dos atores que participam dos processos.

Finalmente, Zahariadis (2003, 2014) sugere algumas ampliações relevantes ao modelo original de Kingdon. Em primeira instância, destaca-se a possibilidade de utilização desse modelo para compreender o processo mais amplo de produção de políticas públicas. Tal perspectiva implica, em parte, romper com a abordagem cíclica das políticas, que tem sido objeto de críticas contundentes por parte de teóricos do campo das políticas públicas. Por outro lado, torna-se viável a aplicação do modelo para investigar momentos, como durante a implementação com foco nas interconexões entre formulação da política e sua implementação (Zahariadis, 2014).

Importante ressaltar que essas limitações não rechaçam nem diminuem o valor da teoria. A Teoria dos Múltiplos Fluxos fez e tem feito importantes contribuições ao estudo e análise das políticas públicas. Ela se sobressai ao ir na contramão dos modelos que consideram os processos de desenvolvimento de políticas como racionais e sustentados pela lógica da solução de (Tiernan; Burke, 2002). A teoria também rejeita modelos que apresentam uma relação frouxa entre problemas e as soluções políticas oferecidas pelos tomadores de decisão (Kingdon, 2014). A mesma



ambiguidade que, por vezes, se mostra um gargalo, também é uma força, segundo Cairney (2012b), que conclui que a possibilidade de aplicar o modelo a sistemas políticos diversos, resultante de seu caráter generalista, se dá graças a seu pressuposto básico, o qual entende que os governos são anarquias organizadas.

Cairney (2012b) advoga que o paradigma proposto por Kingdon detém incontestável pertinência para a investigação dos processos de formulação de políticas públicas em distintos países, uma vez que a concepção e concretização dessas políticas, em contextos diversos, são invariavelmente marcadas por elementos característicos das anarquias organizadas. Tais elementos compreendem a presença de ambiguidade, a competição por atenção, o processo falho de seleção de informações, as restrições temporais na tomada de decisões e o afastamento da racionalidade compreensiva, que envolve formas lineares e sequenciais de deliberação.

No tocante à delimitação do escopo e aos setores analisados por meio do modelo, Zahariadis (2014) ressalta tanto a pluralidade de campos de atuação quanto a sua aplicabilidade em distintos níveis de governança. Originalmente, Kingdon (2014) debruçou-se sobre políticas relacionadas à saúde e ao transporte, em âmbito federal. Estudos recentes têm ampliado a abrangência desse modelo, contemplando tanto a escala local quanto a supranacional (Cairney; Zahariadis, 2016; Zahariadis, 2014).

Outra aplicação relevante do modelo diz respeito à maneira como Kingdon concilia dois fatores intrínsecos ao mundo político: ideias e interesses. O modelo não ignora a noção de interesse próprio, no entanto, enfatiza o papel das ideias na geração de problemas e soluções (Zahariadis, 2003, 2014). A ampliação do modelo para questões de política externa também é mencionada por Zahariadis como uma possibilidade que permite a análise das interações entre atores domésticos em relação a questões originadas no contexto externo (Zahariadis, 2003).

Embora a produção acadêmica que vincula à Teoria dos Múltiplos Fluxos e as temáticas migratória e de refúgio seja ainda reduzida, a flexibilidade do modelo dos Múltiplos Fluxos se mostra relevante nesse campo de estudo. O estudo conduzido por Jones *et al.* (2016) identificou pesquisas voltadas à análise de políticas públicas em diversas esferas, como defesa, política externa, meio ambiente, educação, saúde, segurança, gerenciamento de crises, transporte, comércio, bem-estar social, agricultura, artes, diversidade, trabalho, tecnologia, entre outras. Entretanto, não

foram incluídas pesquisas relacionadas especificamente às questões migratórias e de refúgio.

Dando continuidade à construção do arcabouço teórico desta tese, o próximo capítulo trará consigo as diferentes dimensões do fenômeno da migração e do refúgio, a fim de fornecer uma análise mais abrangente. Neste capítulo, serão abordados conceitos e termos normativos relevantes para a caracterização do universo que abrange o tema estudado. Essa perspectiva teórica amplia a compreensão dos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que influenciam a migração e o refúgio. Ao examinar as diferentes dimensões do fenômeno, será possível compreender de forma mais completa os desafios, as lacunas e as perspectivas relacionadas à migração e ao refúgio, fornecendo assim uma base sólida para a análise posterior das políticas e práticas implementadas nesse campo, mais especificamente a de acolhimento de cientistas ucranianos, tema basal dessa tese.

#### 2.2.8 Políticas Migratórias e a Teoria dos Múltiplos Fluxos

A fim de identificar as produções científicas que aplicaram o modelo dos múltiplos fluxos em políticas públicas relacionadas à temática das migrações e refúgio e examinar as contribuições desses estudos no sentido de construir subsídio para análise da política de acolhimento, realizou-se uma busca sistematizada<sup>17</sup>. Não foi estabelecido um recorte temporal, considerando a expectativa de que existam poucos trabalhos que atendam aos requisitos da busca, evitando assim restringir os resultados.

Com base no referencial teórico e no desenho da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos completos, capítulos de livros, teses e dissertações; disponíveis no *Google Scholar*, nas Plataformas Scopus, no Portal de Periódicos da CAPES e Banco de Teses e Dissertações da CAPES, escritos em língua inglesa e portuguesa. Após o filtro inicial, que teve como objetivo garantir que os documentos encontrados abordassem efetivamente a Teoria dos Múltiplos

---

<sup>17</sup> A escolha deliberada do termo 'busca sistematizada' surgiu em resposta à insuficiência de resultados significativos obtidos através da aplicação de um protocolo de revisão sistemática que utilizava combinações específicas de palavras-chave, como 'Kingdon+acadêmicos deslocados'. Esta observação levou ao ajuste da metodologia para incluir uma variedade mais ampla de combinações de strings. O método adaptado, que apresenta os achados mais relevantes dentro do escopo da pesquisa, demonstrou ser mais eficiente e pertinente, proporcionando uma adaptação mais adequada às peculiaridades e à intrincada complexidade das temáticas interligadas nesse estudo.

Fluxos, seja como marco teórico ou analítico, foram encontrados 01 trabalho de graduação; 04 dissertações de mestrado; 01 tese de doutorado; 07 artigos publicados em Revistas Científicas; 01 “working paper” e 01 artigo publicado em Anais de eventos. Essas contribuições foram divulgadas no período compreendido entre os anos de 2013 e 2021 (Quadro 2).

**Quadro 2: Resultado da busca sistematizada**

(Continua)

Referência	Descrição
ACKRILL, R.; KAY, A.; ZAHARIADIS, N. Ambiguity, multiple streams, and EU policy. <i>Journal of European Public Policy</i> , v. 20, n. 6, p. 871–887, 2013.	Investiga as políticas de refúgio estabelecidas dentro da União Europeia, destacando as relações ambíguas entre os países membros.
AFZAL, M. H. BIN. The detrimental impacts of restrictive immigration policies during global health crises: Health inequities and mobility crisis. 2021 IEEE Technology and Engineering Management Conference - Europe, TEMSCON-EUR 2021. <i>Anais...</i> Institute of Electrical and Electronics Engineers Inc., 17 mai 2021.	Aborda o papel crucial dos Empreendedores de Políticas na reformulação e promoção de políticas de imigração em meio a crises globais de saúde.
ALSHOUBAKI, W.; HARRIS, M. Multiple streams theory: Insight into the global compact on migration. <i>Journal of International Studies</i> , v. 14, n. 1, p. 74–88, 2021.	Aplica a Teoria dos Múltiplos Fluxos para analisar como se deu a formação da agenda que resultou na assinatura do Pacto Global das Migrações.
BREITENVIESER, C. B. Políticas para Migrantes: formação da agenda do Governo municipal de São Paulo. <i>Dissertação</i> – São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2019.	Pondera sobre a formação da agenda governamental e a seleção de alternativas que levaram à política pública para a população imigrante residente no município de São Paulo.
COUTINHO, F. DE M. A. Análise da Reforma Migratória Brasileira: Formulação, Agenda e Decisão. <i>Dissertação</i> – Brasília: Universidade de Brasília, 2018.	Aborda a alteração na legislação migratória brasileira de 2017.
FAGERSTRÖM, S. A refugee crisis as a policy window: a case study on the Hungarian immigration policy change in 2015. <i>Graduação</i> – Estocolmo: Swedish Defense University, 2 jan. 2017.	Analisa a mudança de direção nas políticas de refúgio da Hungria durante a Crise Migratória Europeia de 2015.
FARIAS, N. I. DE. Refugiados da Birmânia na Tailândia: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas. <i>Dissertação</i> – João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018.	Examina a acolhida de refugiados da Birmânia na Tailândia.
GAESS, K. L. Explaining Germany’s refugee policy change in 2015 in comparison with the Netherlands. <i>Master Thesis in Public Administration</i> . University of Leiden, 2017.	Compara as políticas migratórias e de refúgio da Alemanha e dos Países Baixos após a Crise Migratória Europeia de 2015.
HOFMANN, E. T. <i>et al.</i> Policy Streams and Immigration to Russia: Competing and Complementary Interests at the Federal and Local Levels. <i>International Migration</i> , v. 54, n. 2, p. 34–49, 1 abr. 2016.	Utiliza o Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon para explicar as políticas de imigração na Rússia em nível federal e regional.
JAKOBSSON, E. How climate-induced migration entered the un policy agenda in 2007–2010: A multiple streams assessment. <i>Politics and Governance</i> , v. 9, n. 4, p. 16–26, 2021.	Discute a emergência e o reconhecimento da migração induzida pelo clima como uma questão importante na agenda política internacional.

**Quadro 2: Resultado da busca sistematizada**

**(conclusão)**

Referência	Descrição
LI, Y. <i>The Influence of Media Coverage on UK Refugee Policy from the Perspective of Multiple Sources Theory</i> . Lanzhou: [s.n.].	Explora a relação entre a cobertura midiática e o desenvolvimento da política de refugiados no Reino Unido.
MCDANIEL, P. N.; RODRIGUEZ, D. X.; WANG, Q. Immigrant integration and receptivity policy formation in welcoming cities. <i>Journal of Urban Affairs</i> , v. 41, n. 8, p. 1142–1166, 17 nov. 2019.	Examina a formação e a implementação de políticas locais de receptividade e integração de imigrantes nos Estados Unidos, com foco em três cidades: Nashville, Dayton e Chicago.
OVERPELT, L. Explaining change and stability with Multiple Streams Framework (MSF) in the Netherlands and Germany during the 2015 refugee crisis. <i>Master of Science - Public Administration – International &amp; European Governance – Leiden: Leiden University</i> , 2017.	Compara as políticas migratórias e de refúgio da Alemanha e dos Países Baixos após a Crise Migratória Europeia de 2015.
SAGER, F.; THOMANN, E. Multiple streams in member state implementation: Politics, problem construction and policy paths in Swiss asylum policy. <i>Journal of Public Policy</i> , v. 37, n. 3, p. 287–314, 1 set. 2017.	Debata a aplicação do modelo de múltiplos fluxos nas políticas de asilo na Suíça.
SERVENT, A. R. The EU's refugee "crisis": Framing policy failure as an opportunity for success. <i>Politique Européenne</i> , v. 65, n. 3, p. 178–210, 27 mar. 2020.	Perquire sobre a crise dos refugiados na União Europeia e investiga como os formuladores de políticas enquadram a crise como uma "ameaça" ou "oportunidade".
SIQUEIRA, D. C. DE. Políticas Públicas para refugiados sírios no Canadá, no Chile e no Brasil na perspectiva de John W. Kingdon. Uma contribuição à teoria dos múltiplos fluxos. <i>Tese — São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC</i> , 2018.	Analisa as políticas públicas para refugiados sírios no Canadá, Chile e Brasil.

**Fonte: Autoria própria (2023)**

Os estudos em questão apresentam distintas perspectivas analíticas sobre políticas, tanto em âmbito nacional quanto no caso da União Europeia, supranacional e multinível.

Ackrill *et al.* (2013) realizaram uma análise das políticas de refúgio estabelecidas dentro da União Europeia, com especial atenção às relações ambíguas que caracterizam o bloco, apesar dos esforços para fundamentar seus processos decisórios na racionalidade. O estudo evidencia que a racionalidade limitada das decisões resulta na predominância de soluções determinantes para os problemas, influenciando o processo de tomada de decisão e a formação da agenda (Zahariadis, 2007).

O trabalho de Hofmann *et al.* (2016) utiliza o Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon para explicar as formas de governança nacional e regional adotadas pela Federação Russa para lidar com níveis sem precedentes de imigração internacional. Observa-se que a adoção da política migratória na Rússia, em âmbito federal, é

relativamente imune às tendências econômicas ou necessidades de mão de obra e, por outro lado, é mais sensível aos objetivos políticos externos e internos. No nível regional, predominam preocupações socioeconômicas e sociopolíticas locais, com objetivos políticos secundários. Argumenta-se que as mudanças na política migratória ou as políticas adotadas em âmbito regional podem ser explicadas pelo efeito da interação entre mudanças na liderança política, da adoção de políticas em nível federal e do contexto em nível regional. A utilização da abordagem de "anarquia organizada" do Modelo de Múltiplos Fluxos para analisar a política migratória em âmbito federal e local na Rússia destaca os papéis complexos e dinâmicos que a política, os problemas e as soluções disponíveis desempenham na formulação das políticas (Hofmann *et al.*, 2016).

Gaess (2017) e Overpelt (2017), em seus estudos síncronos de Mestrado, comparam as políticas migratórias e de refúgio da Alemanha e dos Países Baixos no período de pós-Crise Migratória Europeia de 2015. Enquanto ambos os países enfrentaram um alto fluxo de refugiados em 2015, o governo alemão adotou uma abordagem mais acolhedora. O governo holandês manteve uma abordagem restritiva. Ambas as pesquisas buscam testar a capacidade do Modelo de Múltiplos Fluxos (MMF) de explicar o desenvolvimento de abordagens distintas nas políticas de refugiados na Alemanha e nos Países Baixos, analisando as mudanças abruptas ocorridas e a combinação de problemas, políticas e fluxos políticos em uma janela de oportunidade.

Gaess (2017) concentra-se no estudo das políticas migratórias da Alemanha durante a crise migratória europeia de 2015. A autora identifica uma mudança radical na postura do país, que anteriormente adotava uma política restritiva, para uma postura mais liberal. A autora aplicou o modelo dos Múltiplos Fluxos para examinar três decisões políticas cruciais do governo alemão em 2015 que refletiram a mudança de postura política. Gaess (2017) conclui que o Modelo de Múltiplos Fluxos pode explicar a mudança na política de asilo da Alemanha apenas de forma limitada. Embora o modelo descreva adequadamente a definição da agenda, não considera importantes circunstâncias contextuais e inter-relações. Segundo a autora, a TMF não aborda o processo de tomada de decisões em situações de crise, nem considera a elaboração de políticas em uma estrutura multinível, como é o caso da União Europeia. Além disso, o modelo não reconhece que diferentes atores influenciam o processo de decisão política por meio de sua interação e poder verbal (Gaess, 2017).

Overpelt (2017), de maneira complementar, compara as janelas de mudança e de não mudança dos dois países, utilizando como metodologia principal a reconstrução cronológica dos eventos. A pesquisa conclui que, embora as abordagens políticas tenham se desenvolvido em direções distintas e sob circunstâncias diversas, a Teoria dos Múltiplos Fluxos não leva em consideração os mesmos fatores contextuais e institucionais para descrever com precisão essa diferença. É necessário examinar os fatores que facilitam a estabilidade e as circunstâncias especiais da tomada de decisões em situações de crise e dentro de uma estrutura multinível. Além disso, a autora destaca que o TMF negligencia a natureza evolutiva do empreendedorismo político e o impacto e as consequências da interação entre os diferentes atores nos três fluxos (Overpelt, 2017).

Sager e Thomann (2017) investigam a aplicação desse modelo nas políticas de asilo na Suíça. Eles destacam a interação entre problemas, soluções, oportunidades e lógicas políticas na formulação dessas políticas. O estudo revela que as decisões políticas relacionadas ao asilo na Suíça são influenciadas não apenas por considerações técnicas, mas também por lógicas de políticas herdadas e percepções prevalentes sobre o grupo-alvo. O contexto suíço, assim como o da União Europeia, apresenta sistemas diversificados e multilaterais, relevantes contextos políticos e pressões relacionadas aos problemas de asilo. A descentralização do sistema federal suíço se assemelha à estrutura de governança multilateral da UE, com equilíbrio entre representação política e formulação eficiente de políticas. Além disso, a ascensão de partidos populistas anti-imigração na Suíça no início do milênio reflete a tendência semelhante que ocorre atualmente em vários países europeus. A comparação histórica sugere que a persistência de lógicas políticas institucionalizadas pode influenciar a integração de requerentes de asilo nos mercados de trabalho. Países que têm como tradição favorecer o acesso ao mercado de trabalho aos refugiados podem ter maior probabilidade de integrá-los, enquanto aqueles com percepções anti-imigração e falta de apoio político podem impedi-los (Sager; Thomann, 2017).

No estudo de Fagerström (2017) sobre a mudança nas políticas de refúgio da Hungria, durante a Crise Migratória Europeia de 2015, é explorado o processo desencadeado pelo governo húngaro com o fechamento de suas fronteiras para os

refugiados, contrariando as recomendações do Tratado de Schengen<sup>18</sup>. O autor utiliza o Modelo de Múltiplos Fluxos, em conjunto com os estudos da Escola de Copenhague<sup>19</sup>, para compreender como o governo húngaro conseguiu implementar políticas mais duras de securitização das fronteiras. A análise mostra que a convergência entre os fluxos de Kingdon teve como janela de oportunidade a securitização das políticas migratórias na Hungria, resultante da crise migratória europeia, combinada com a narrativa política, que engendrou uma mudança no paradigma da política, indo de encontro ao regulamentado pelo Tratado de Schengen (Fagerström, 2017).

McDaniel *et al.* (2019) desenvolvem a análise da formação e implementação de políticas locais de receptividade e integração de imigrantes nos Estados Unidos, com ênfase nas cidades de Nashville, Dayton e Chicago. Por meio da utilização do modelo analítico de múltiplos fluxos de Kingdon, o estudo revela que diversas forças multissetoriais e multiescalares exercem influência na formação dessas políticas. Apesar das cidades não possuírem controle sobre as leis e políticas de imigração federais, desempenham um papel relevante na promoção de um ambiente acolhedor e seguro para todos os membros da comunidade. As políticas de receptividade e integração são profundamente influenciadas pelas transformações ocorridas nas comunidades locais, produzindo impactos econômicos, políticos e sociais duradouros. O estudo enfatiza a necessidade de avaliar a eficácia dessas iniciativas de integração e receptividade, levando em consideração as experiências cotidianas tanto dos imigrantes quanto dos membros das comunidades receptoras (McDaniel; Rodriguez; Wang, 2019).

Servent (2020), em seu estudo no contexto da União Europeia, analisa a crise dos refugiados e examina as estratégias dos formuladores de políticas para enquadrar a crise como uma "ameaça" ou como uma "oportunidade". O autor utiliza os modelos de enquadramento estratégico e de múltiplos fluxos para identificar as conexões entre a definição do problema e a mudança de políticas. O estudo destaca a importância do

---

<sup>18</sup> Zona de livre circulação na Europa da qual participam 26 dos 28 membros da União Europeia (Fagerström, 2017).

<sup>19</sup> A escola de Copenhague entende que políticas públicas de segurança nascem como resultado de uma interpretação social do problema, projetada a partir de uma agenda política que intencionalmente caracteriza um determinado problema como um problema de segurança.

consenso em torno das normas e da minimização das preocupações geográficas para o sucesso do enquadramento (Servent, 2020).

Li (2020), em seu “working paper”, aborda a relação entre a cobertura midiática e o desenvolvimento da política de refugiados no Reino Unido, utilizando o Modelo de Múltiplos Fluxos. A autora destaca o papel dos jornalistas na forma como o problema dos refugiados é retratado e moldado, todavia, conclui que o *feedback* da mídia não é o principal impulsionador da agenda política de refugiados no Reino Unido. Em vez disso, são as correntes políticas que desempenham um papel mais crítico no desenvolvimento das políticas governamentais. O estudo analisa a política de refugiados no Reino Unido, evidenciando que os mecanismos de *feedback* da mídia não são proeminentes no fluxo de problemas, sendo a implementação da política de refugiados impulsionada por correntes políticas e de políticas, além de influências ideológicas e sentimentos nacionais (Li, 2020).

Alshoubaki e Harris (2021) aplicam a Teoria dos Múltiplos Fluxos para analisar o processo de formação da agenda que culminou na assinatura do Pacto Global das Migrações, um documento embasado na Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes. Por meio da análise dos diferentes fluxos e da janela de oportunidade, os autores reconciliam as discrepâncias entre as políticas públicas nacionais e globais, além de evidenciar a relevância dos atores transnacionais nesse processo. O estudo apresenta uma explicação estrutural da formação da política, na qual os eventos e as crises decorrentes dos desafios enfrentados pela Europa desde 2015 exerceram influência direta ou indireta no estabelecimento da agenda (Alshoubaki; Harris, 2021).

Jakobsson (2021) discute a emergência e o reconhecimento da migração induzida pelo clima como uma questão de destaque na agenda política internacional. Durante o período de 2007 a 2010, a migração induzida pelo clima recebeu ampla atenção e reconhecimento formal nas discussões de governança global. O estudo utiliza o Modelo de Múltiplos Fluxos (MMF) para analisar os fatores e mecanismos que contribuíram para a definição dessa agenda. Destaca-se a importância do enquadramento, da definição do problema, da comunidade política e dos atores-chave na promoção da migração climática na agenda política. O estudo conclui enfatizando a necessidade de considerar tanto os fatores estruturais quanto aqueles baseados na ação humana na compreensão dos processos políticos, ressaltando o papel dos empreendedores políticos na definição das agendas (Jakobsson, 2021).



O artigo de Afzal (2021) aborda o papel crucial dos Empreendedores de Políticas na reformulação e promoção de políticas de imigração em meio às crises globais de saúde significativas. O estudo analisa o papel desses empreendedores durante as crises globais de saúde no século XX e como eles influenciaram a implementação de políticas de imigração. A pesquisa demonstra que, em alguns momentos, a mídia, os políticos e os legisladores retrataram as crises de saúde de uma maneira que gerou discórdia social, ressentimento contra comunidades e raças, além de acesso desproporcional aos recursos essenciais de cuidados públicos. A mais recente crise de saúde da Covid-19 e a retórica associada a ela alimentaram a xenofobia e o racismo contra as populações asiático-americanas e das ilhas do Pacífico. Por fim, o autor argumenta que os empreendedores de políticas exploram indevidamente crises de saúde ao promulgar leis de imigração mais restritivas em meio a emergências de saúde, resultando em uma marginalização significativa da comunidade imigrante em seus países de acolhimento em todo o mundo (Afzal, 2021).

No âmbito brasileiro, a aplicação da Teoria dos Múltiplos Fluxos tem evidenciado uma abordagem abrangente, para a compreensão dos processos relacionados à legislação migratória, acolhimento e políticas afins. Essas pesquisas têm contribuído para o entendimento do processo de formação e implementação de políticas, utilizando a abordagem de Kingdon (2014) no contexto nacional e internacional.

Uma das dissertações relevantes nesse campo é a de Coutinho (2018), que aborda a alteração na legislação migratória brasileira em 2017, com a revogação do Estatuto do Estrangeiro e a sanção da Lei de Migração. O estudo tem como objetivo principal descrever o processo de alteração da política migratória no Brasil, utilizando a Teoria dos Múltiplos Fluxos de Kingdon. A análise realizada identificou problemas normativos, institucionais e simbólicos, além da produção de alternativas de políticas. Verificou-se que a rede de políticas se mostrou fragmentada e competitiva, sem gerar uma alternativa majoritária. Os grupos de interesse exerceram influência na decisão, e duas janelas de oportunidade foram identificadas. Por fim, o autor defende a adaptação da teoria de Kingdon ao contexto nacional, incluindo novas categorias de participantes e atores, como organismos internacionais e organizações do sistema de justiça (Coutinho, 2018).

A tese de doutorado de Siqueira (2018) analisa as políticas públicas para refugiados sírios nos países do Canadá, Chile e Brasil. O estudo busca compreender

por que as políticas públicas para refugiados sírios foram implementadas no Canadá, parcialmente implementadas no Chile e não implementadas no Brasil, relacionando o processo de formação da agenda política com a teoria dos múltiplos fluxos. Os resultados destacam a importância dos elementos histórico-culturais e das mídias sociais na implementação das políticas (Siqueira, 2018).

Farias (2018), em sua dissertação, utiliza o marco teórico da Teoria dos Múltiplos Fluxos para analisar a acolhida de refugiados da Birmânia na Tailândia, com ênfase na solidariedade da população tailandesa dos vilarejos na fronteira entre os dois países e nas consequências disso para a elaboração de políticas públicas de refúgio. Os resultados indicam que a solidariedade e a empatia da população tailandesa têm sido fundamentais para a acolhida dos refugiados, mesmo diante da falta de vinculação legal da Tailândia com os protocolos internacionais sobre refugiados. Embora oficialmente a Tailândia afirme não ter políticas públicas para refugiados, na prática há uma política de fato que permite abrigos temporários, compartilhamento de responsabilidades e busca por soluções duradouras. O autor destaca o papel desempenhado pelas autoridades locais na implementação das políticas, interpretando as diretrizes e pressionando por melhorias nos abrigos e aprovação de novas políticas. Segundo o autor, a Tailândia provavelmente não deve assinar tratados internacionais sobre refugiados devido aos compromissos e custos associados, no entanto, essa abordagem não oficial permite mais flexibilidade e ações efetivas, além de evitar obrigações com a comunidade internacional (Farias, 2018).

O estudo de mestrado de Breitenvieser (2019) analisa a formação da agenda governamental e a seleção de alternativas que levaram à política pública para a população imigrante residente no município de São Paulo. Utilizando os modelos de Múltiplos Fluxos de Kingdon e o Equilíbrio Interrompido de Baumgartner e Jones como referencial teórico, a pesquisa analisa as ações de inclusão de imigrantes promovidas pelo governo municipal desde a gestão de Luiza Erundina até a criação da Coordenação de Políticas para Migrantes na gestão de Fernando Haddad. O objetivo é identificar as concepções sobre o problema público e como a migração foi incorporada na atuação do município a partir de demandas sociais concretas. O caso de São Paulo foi escolhido devido à iniciativa inédita da prefeitura, à relevância do tema para a cidade e ao envolvimento de associações e organizações da sociedade civil na temática migratória (Breitenvieser, 2019).

A busca sistematizada<sup>20</sup> por estudos que aplicaram as teorias dos múltiplos fluxos para analisar políticas de refúgio e migração fortalece a abordagem universal da Teoria dos Múltiplos Fluxos, oferecendo subsídios substanciais para a construção da trajetória metodológica da pesquisa que delinearão a coleta de dados. A multidimensionalidade intrínseca aos fenômenos migratórios destaca a complexidade inerente ao contexto de estudo. Nesse sentido, é imperativo reconhecer e integrar a Teoria dos Múltiplos Fluxos bem como a multidimensionalidade como ferramentas conceituais fundamentais para uma análise abrangente e esclarecida.

Aspectos teóricos, normativos e históricos desempenham papéis interconectados na configuração desses fenômenos, exercendo influência tanto nas políticas adotadas quanto nas experiências dos grupos de migrantes, na próxima seção serão explorados alguns desses aspectos.

---

<sup>20</sup> O uso do termo busca sistematizada foi intencional.

### 3 A MULTIDIMENSIONALIDADE DOS FENÔMENOS MIGRATÓRIOS

A migração é um tópico sensível e de grande relevância política nas sociedades contemporâneas em todo o mundo (Kuusisto-Arponen; Gilmartin, 2015). A definição geral e amplamente reconhecida de migração é o deslocamento de uma pessoa ou grupo de pessoas de uma unidade geográfica para outra, através de uma fronteira política ou administrativa, com o objetivo de se estabelecer permanentemente ou temporariamente em um local diferente de sua origem (OIM, 2009). Esse fenômeno engloba diversas modalidades, incluindo tanto migrações internas em um país como migrações internacionais através de fronteiras.

O conceito de refugiado, inicialmente aplicado a indivíduos que deixaram seus países devido à Segunda Guerra Mundial e que, por receio de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, filiação a um determinado grupo social ou opiniões políticas, não desejavam ou não podiam retornar, tornou-se obsoleto devido a novos desafios e limitações temporais. Isso levou ao desenvolvimento de outras categorias e estruturas normativas (Pacífico; Mendonça, 2010). O termo se enquadra em um grupo específico no contexto mais amplo das migrações, representando uma forma específica de deslocamento. O *status* de refugiado é reconhecido internacionalmente, e tais indivíduos frequentemente buscam asilo em outro país, precisando de proteção contra as ameaças que enfrentavam em sua nação de origem. Do ponto de vista conceitual, enquanto todas as situações de refúgio são consideradas migrações, nem todas as migrações se enquadram na categoria de refúgio.

Já as migrações forçadas abrangem uma categoria mais ampla que inclui não apenas refugiados, mas também pessoas obrigadas a deixar suas casas devido a desastres ambientais, desastres provocados pelo homem ou outras condições adversas. Estas migrações ocorrem sob coação, quando as pessoas são forçadas a se deslocar devido a circunstâncias além do seu controle (Derya Bakbak, 2018; Stankovic; Ecke, 2021).

Os acadêmicos deslocados representam um aspecto mais específico das migrações forçadas, concentrando-se particularmente em indivíduos associados a atividades acadêmicas que enfrentam deslocamento. São estudiosos e pesquisadores que foram obrigados a deixar suas instituições educacionais ou de pesquisa devido a conflitos, perseguições ou condições adversas em suas regiões de

origem. Esse é o caso dos pesquisadores ucranianos acolhidos pelo Programa da Fundação Araucária.

Apesar de haver distinções conceituais e arcabouços legais entre os termos, eles se entrelaçam em diferentes contextos atualmente. À medida que ocorrem transformações sociais em diversas dimensões, os entendimentos mudam e os conceitos se ampliam. Frequentemente, a academia não consegue acompanhar a velocidade em que essas mudanças ocorrem. Na última década, surgiram fenômenos que levaram ao surgimento de refugiados climáticos, pessoas deslocadas devido a crises econômicas e institucionais, perseguidos políticos e vítimas de violência de gênero e violações dos direitos humanos, entre outros.

No âmbito das migrações, as políticas nacionais e os procedimentos migratórios são fundamentados nas legislações de cada país. As políticas migratórias englobam um conjunto de regulamentos, leis e práticas que os governos utilizam para gerenciar o movimento de pessoas através das fronteiras. Elas também abarcam as relações de poder entre atores estatais e não estatais na formação dos desdobramentos da migração, transcendendo o âmbito imediato das políticas estatais (Natter; Thiollet, 2022).

No caso particular dos refugiados, normas específicas são aplicadas pelos países com o objetivo de proteger os solicitantes de asilo e os refugiados, estabelecidas tanto em suas legislações nacionais quanto no direito internacional. Jubilut (2007) destaca a importância dessas normas para assegurar a proteção dos refugiados.

Com o intuito de apresentar a complexidade dos fenômenos migratórios, serão expostas a seguir diferentes dimensões dos fenômenos migratórios, a fim de embasar as discussões posteriores sobre acadêmicos em deslocamento que compõem o objeto de estudo dessa pesquisa.

### **3.1 Dimensão Teórica**

O fenômeno das migrações é compreendido e definido por diversas correntes teóricas. Salim (1992) identifica três correntes básicas: os modelos neoclássicos, que relacionam a economia do espaço e a gestão capitalista da mão de obra; a perspectiva histórico-estrutural, que adota uma abordagem dialética do marxismo e considera que fatores estruturais específicos, como contextos históricos e geográficos, são determinantes para a migração, pressionando grupos e classes sociais e não

garantindo a liberdade de deslocamento; e, por fim, a mobilidade da força de trabalho, que é uma reinterpretação da relação entre migração e acumulação de capital.

Ravenstein (1885), pioneiro no campo da Geografia das migrações, argumenta que a imprevisibilidade humana torna impossível determinar de forma precisa como as migrações ocorrem em sua origem. Contudo, por meio de suas quatro proposições generalistas conhecidas como "Leis das Migrações" (1885, 1889), o autor reconhece que as migrações são influenciadas por fatores econômicos e de desigualdade. As motivações para migrar estão relacionadas aos níveis de desenvolvimento das áreas de origem, marcadas pela pobreza, ruralidade e escassez de oportunidades, em comparação com os contextos de destino, caracterizados pela urbanização, industrialização e possibilidades de oportunidades.

O autor dedicou-se ao estudo do processo de emigração, ou seja, dos movimentos de saída dos indivíduos de seu local de origem para outro, que ocorre em todas as instâncias, locais, regionais e internacionais. A primeira lei estabelece que a distância percorrida é também uma variável importante. Ravenstein (1885, 1889) observou que a maioria das migrações ocorria em distâncias relativamente curtas e que, à medida que a distância aumenta, o número de migrantes diminui. O segundo preceito atesta que a maioria das migrações ocorre em várias etapas, em vez de serem movimentos diretos de um local para outro (Ravenstein, 1885, 1889).

A terceira doutrina estabeleceu que os migrantes seriam, em sua maioria, indivíduos provenientes do mundo rural, que percorreriam preferencialmente pequenas distâncias em busca de melhores oportunidades de emprego e uma maior qualidade de vida. Segundo o autor, o aumento do desenvolvimento econômico, do progresso da tecnologia e dos transportes implicaria um aumento dos fluxos migratórios (Ravenstein, 1885, 1889).

Finalmente, a quarta condição de Ravenstein (1885, 1889) identifica que os homens seriam mais propensos a migrar em busca de trabalho do que as mulheres, embora essa diferença pudesse ser equilibrada ao longo do tempo. A partir dessas premissas, emerge a teoria interpretativa das migrações, denominada repulsa versus atração ("push-pull"). Essa teoria concebe que, no local de origem, os migrantes vivenciam condições de vida precárias que os repulsam, enquanto o local de destino apresenta condições satisfatórias que os atraem (Figueiredo, 2004).

Everett Lee (1965) amplia as Leis de Ravenstein (1885, 1889) ao incorporar fatores que afetam o contexto de atração e repulsa nos países de origem e destino,

podendo estimular ou inibir fluxos migratórios. Esses fatores incluem leis migratórias nacionais, fronteiras políticas, custos de viagem, barreiras físicas e distância. Lee considera também a existência de fatores individuais, como idade, gênero, classe social, educação, inteligência e sensibilidade, que influenciam na decisão de permanecer ou migrar, além da capacidade de adaptação a um novo ambiente social (Lee, 1965).

Essa perspectiva neoclássica tem no indivíduo sua unidade de análise, considerando que o processo migratório decorre de indivíduos racionais que, conscientes de sua situação pessoal e social e da informação sobre as características de duas ou mais regiões com diferentes níveis econômicos, ponderam os custos de emigrar para maximizar seus rendimentos. Com o tempo, os ganhos tenderiam a superar os custos devido à melhoria da situação laboral e salarial, integração progressiva na sociedade de destino, recomposição das relações sociais e ao maior equilíbrio emocional.

Essa interpretação leva a uma abordagem macroestrutural da teoria neoclássica, que vê a existência de países com diferentes níveis econômicos como condição para o processo migratório. Além disso, compreende o mercado de trabalho como mecanismo primário que induz movimentos migratórios, ou seja, países com excesso de oferta de trabalho em relação ao capital tendem a apresentar salários baixos, enquanto em outros países com escassez de oferta de trabalho em relação ao capital, os salários são altos, o que estimula as migrações (Massey; Fischer; Capoferro, 2006). As ações do Estado podem afetar o controle dos fluxos migratórios, na medida em que ele tem influência sobre os mercados de trabalho, sendo que o fluxo migratório descontinuará quando houver um equilíbrio de mão de obra nos mercados.

As principais críticas à perspectiva neoclássica baseiam-se no fato de o modelo não considerar a heterogeneidade interna das sociedades, pois os indivíduos não têm acesso aos mesmos recursos – físicos, financeiros, informacionais – para embasarem suas escolhas (Schmitz, 2015). O modelo de repulsa versus atração é unidimensional, ao desconsiderar a migração de retorno e situações nas quais uma mesma região pode enviar e receber fluxos migratórios.

As teorias migratórias do século XIX passaram a entender a migração como resultado da nova dinâmica do capital, na qual a predominância do urbano sobre o rural empurrou as pessoas em direção às cidades (Matos, 2012). Ou seja, a migração

deixou de ser uma escolha individual, até certo ponto racional, e passou a ser uma escolha restrita pelas limitações impostas pela ordem econômica global (Cardoso; Faletto, 2004; Traspadini, 2014).

No século seguinte, influenciadas pelas duas grandes guerras e os avanços do capitalismo, as migrações passaram a receber um olhar pautado na relação entre o desenvolvimento e a dependência entre os países. Por exemplo, a teoria do sistema-mundo apresenta uma perspectiva macroestrutural para explicar as migrações. Ela compreende o mundo como um único sistema de natureza capitalista, no qual todos os espaços estão integrados em múltiplas manifestações econômicas, políticas e culturais (Arrighi; Drangel, 1997). Assim, a migração é influenciada diretamente pelo sistema econômico global, no qual as diferenças no desenvolvimento econômico entre países levam à migração de trabalhadores de países pobres (periferia) para países ricos (centro) (Peixoto, 2004).

No século XXI, a partir do fenômeno da globalização, ocorre um processo de desarraigamento impulsionado pelo acelerado progresso econômico, que transforma comunidades e estimula as pessoas a abandonarem trabalhos tradicionais em busca de novos lugares, impondo-lhes novos costumes e modos de pensar (Milanovic, 1999). Essa globalização, todavia, resulta em uma evolução negativa da humanidade, promovendo comportamentos competitivos em um mercado de hegemonia que aumenta o abismo social e econômico tanto entre pessoas como entre territórios (Santos, 2008).

De acordo com Milton Santos (2008), dentro da narrativa da globalização, tenta-se vender uma fábula de um mundo caracterizado por unicidade e homogeneidade, que seria benéfico apenas na construção de um mercado de consumo universal. No entanto, o que tem ocorrido é o aprofundamento das diferenças locais (Santos, 2008).

Nesse contexto, as migrações internacionais são resultado do agravamento dessas assimetrias entre os países (Cepal, 2002), o qual também influencia os padrões migratórios (Martine, 2005). A globalização funciona como um motor das migrações, ao mesmo tempo em que reforça suas causas (Massey, 1999).

Sob a perspectiva decolonial, Massey *et al.* (2006) entendem que as migrações internacionais estão estreitamente ligadas ao passado colonial, não apenas devido ao processo neocolonialista, em que as antigas metrópoles continuam a impor suas influências sobre as antigas colônias, mas também por meio de afinidades culturais e linguísticas, bem como aspectos administrativos, investimentos, transporte e



comunicação, que possibilitam a formação de mercados transnacionais específicos e sistemas culturais.

Sassen (2012) atribui às cidades um papel importante no contexto global. A autora acrescenta um novo aspecto ao considerar um sistema multipolar, que opera em rede e tem suas bases nas cidades globais. Essas cidades se constituem como centros de poder e espaços de concepção das atividades produtivas, atraindo fluxos migratórios de mão de obra dual, compostos tanto por trabalhadores indiferenciados como por trabalhadores altamente qualificados (Sassen, 2012). Nesse sentido, as cidades desempenham papel relevante no acolhimento e na integração dos migrantes (Ray, 2003).

Entre as décadas de 1980 e 2010, as migrações foram caracterizadas pelo movimento do sul para o norte global e da periferia para o centro. No entanto, na última década, essa tendência tem sofrido mudanças, com o aumento das migrações sul-sul (De Carvalho, 2022). Até o início do século XXI, a América Latina se caracterizava por três padrões migratórios: migração ultramar, migração intrarregional e, predominantemente, migração para fora da região (Martínez Pizarro, 2001). Atualmente, contrariando essa tendência, o continente passou a apresentar recordes de deslocamentos internos, sendo liderados pelo fluxo venezuelano (De Carvalho, 2022; González-García, 2019; González-García; De Carvalho, 2023).

As migrações sul-sul estão frequentemente associadas a situações de alta vulnerabilidade, como desastres ambientais, crises políticas e econômicas agravadas por violações aos direitos fundamentais. Essas migrações, resultantes do processo de globalização, têm adquirido um caráter permanente (Hagen-Zanker; Postel; VIDAL, 2018).

Em suma, o século XXI, marcado pela globalização, impulsiona o processo de migração por meio do agravamento das desigualdades entre países, provocando o deslocamento de pessoas em busca de melhores condições de vida. Essa dinâmica é influenciada tanto pelo legado colonial como pela concentração de poder nas cidades globais. Além disso, as migrações sul-sul ganham cada vez mais destaque, e os deslocamentos internos na América Latina têm se tornado uma preocupação crescente, revelando a complexidade e a importância do fenômeno migratório na contemporaneidade.

A relação entre migração e desenvolvimento é caracterizada por complexidade e diversidade de perspectivas. Em geral, a migração apresenta tanto impactos

positivos quanto negativos nos países de origem e destino. Nos países de destino, a migração pode ser uma fonte de crescimento econômico, com a oferta de mão de obra em setores específicos e o aumento da diversidade cultural (Piché, 2013a). Entretanto, também podem surgir desafios, como sobrecarga nos sistemas públicos de saúde e bem-estar, bem como problemas sociais, como xenofobia, discriminação e exploração dos migrantes (Piché, 2013b).

Para os países de origem, a migração resulta na desintegração familiar e na perda de capital humano em nações que já enfrentam escassez de Recursos (Massey; Fischer; Capoferro, 2006). A fuga de cérebros pode prejudicar o desenvolvimento industrial e econômico desses países, criando um ciclo vicioso de subdesenvolvimento (Mountford; Rapoport, 2006). Porém, a migração também pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento, porquanto os migrantes frequentemente enviam remessas para suas famílias e comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e o desenvolvimento econômico local (Lussi, 2015a, 2015b). Além disso, a migração alivia a pressão sobre os mercados de trabalho locais e aumenta a oferta de mão de obra em setores específicos. O retorno dos migrantes também pode trazer conhecimentos e experiências adquiridas em outras sociedades, colaborando para o desenvolvimento.

Não há um consenso sobre as causas e os efeitos das migrações, e essas compreensões são dinâmicas, mudando de acordo com as transformações sociais. A complexidade dos fenômenos migratórios, devido à sua natureza porosa, resulta em uma fragmentação das perspectivas teóricas e em uma diversidade conceitual na percepção dessas mobilidades. A notável variação de fluxos, intensidades e direções dificulta a formulação de uma teoria estável que englobe simultaneamente dimensões micro e macro, aborde questões individuais e sistêmicas, e relacione histórias de vida, questões políticas, jurídicas, econômicas e culturais. Embora essa maleabilidade e multidimensionalidade impeçam a existência de uma teoria geral das migrações, a diversidade de abordagens teóricas se complementa no contributo comum para um entendimento amplo de como as migrações internacionais ocorrem (Nolasco, 2016).

Estudos recentes têm incorporado novos aspectos para interpretar e analisar os processos migratórios no contexto atual. Entre eles, destacam-se os estudos interdisciplinares que se concentram na questão do refúgio (Hamid, 2012; Prestes, 2013; Pacifico, 2008), nas dinâmicas territoriais (Haesbaert, 2012), nas relações de poder (Boswell, 2007), nas questões de identidade (Peralva, 2008), de gênero

(Gondim; Martini, 2019) e nas políticas migratórias (González-García; De Carvalho, 2023).

Apesar das proferidas "liberalizações globais", a globalização revela um paradoxo no qual existe uma liberalidade na circulação de capitais e mercadorias que entra em contradição com os severos controles impostos à livre mobilidade dos trabalhadores e à fixação das pessoas nos territórios nacionais desses Estados (Pellegrino, 2003). Por se construir por meio das relações transnacionais, as migrações extrapolam o conceito de Estado-nação, ao mesmo tempo em que se relacionam com ele. Assim, seu quadro normativo tende a ser baseado em tratados e protocolos internacionais de cooperação.

Ao explorar as múltiplas perspectivas teóricas que buscam compreender a complexidade das migrações internacionais, somos capazes de adentrar em questões relacionadas às políticas migratórias, aos direitos dos migrantes e à proteção dos refugiados. A próxima seção trata das estruturas normativas que buscam reger a mobilidade humana e a busca por segurança e proteção em contextos de deslocamento forçado.

### **3.2 Dimensão Normativa**

A dimensão normativa da migração refere-se ao conjunto de normas, acordos e regulamentos que orientam e governam a migração internacional. Essas normas abrangem desde políticas nacionais específicas até regimes internacionais, com o objetivo de garantir a proteção dos direitos humanos dos migrantes, de promover a gestão ordenada dos fluxos migratórios e de buscar soluções justas e sustentáveis para os desafios relacionados à migração, conforme preconizado pelo Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 10<sup>21</sup>.

Esses acordos e normas têm como propósito estabelecer um quadro jurídico e ético que oriente as ações dos Estados, organizações internacionais, sociedade civil e demais atores envolvidos no fenômeno migratório. Entre os aspectos contemplados estão o reconhecimento do direito à migração segura e digna, a prevenção de práticas discriminatórias e violações dos direitos humanos dos migrantes, a promoção da integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento e o estabelecimento de

---

<sup>21</sup> Meta 10.7: Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.

mecanismos de proteção para os migrantes em situação de vulnerabilidade, como os refugiados.

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (2009), a migração é considerada uma escolha pessoal que não deve ser influenciada por fatores externos. Contudo, a migração forçada ou involuntária ocorre devido a anomalias ou conflitos que não estão relacionados à dinâmica da acumulação de capital. Esses fatores podem incluir a violência decorrente de conflitos políticos, fome, guerras, guerrilhas, tráfico de drogas e desastres naturais, como furacões e ciclones. Stepputat e Sørensen (2014) destacam a variedade de movimentos migratórios involuntários e categorizam os migrantes forçados ou coagidos como exilados, deslocados, solicitantes de asilo e refugiados, conforme definido pelo ACNUR (2016).

As migrações forçadas consistem em deslocamentos nos quais fatores externos obrigam o indivíduo a deixar seu local de origem e impedem seu retorno. A violência tem sido apontada como uma condição central para explicar essas migrações, juntamente com trinta anos de políticas de desenvolvimento internacional, que resultaram na deterioração de muitos *habitats* (Sassen, 2016).

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR, 2023a), no final de 2021, havia 89,3 milhões de migrantes forçados em todo o mundo, distribuídos tanto no Sul quanto no Norte global. Isso se deve, em grande parte, ao aumento não apenas do número de conflitos, como exemplificado por países como Somália, Iraque, Afeganistão, Síria, Sul do Sudão e, mais recentemente, Ucrânia, mas também é resultado das situações de vulnerabilidade e de violação dos direitos fundamentais, como é o caso da Venezuela.

Criado em 1950, o ACNUR<sup>22</sup> (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) é a agência das Nações Unidas especializada na assistência e proteção aos refugiados. O fluxo migratório de refugiados possui antecedentes históricos remotos; todavia, o debate internacional sobre o tratamento adequado a ser dado à questão remonta ao estabelecimento da Sociedade das Nações, em 1919. Após a Revolução Comunista na Rússia, em 1917, e as crises no antigo Império Otomano, em 1921, o Conselho da Sociedade das Nações autorizou a criação de um Alto

---

<sup>22</sup> Do inglês, UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees.

Comissariado para Refugiados, com a missão de tratar das questões relacionadas aos refugiados russos e armênios (Ramos; Rodrigues; Almeida, 2011).

A Convenção de Genebra em 1933, também conhecida como a Convenção Internacional para o Refugiado, foi o primeiro instrumento jurídico internacional que estabeleceu a natureza e os direitos dos refugiados. No entanto, essa convenção limitava o conceito no tempo e no espaço, aplicando-se apenas aos refugiados que fugiram da Alemanha após 1933 devido às perseguições nazistas. Em resposta às violações dos direitos humanos ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabeleceu, em seu artigo 14, o direito ao asilo em outros países para qualquer pessoa vítima de perseguição, tendo como premissa fundamental a dignidade humana. Esse primeiro instrumento jurídico de proteção aos direitos humanos foi crucial para a construção de um arcabouço legal de proteção, que resultou em outros tratados que expandiram o sistema global de proteção (Jubilut; Madureira, 2014).

A Convenção de Genebra de 1951, conhecida como a Carta Magna da proteção dos refugiados, estabeleceu o conceito de refugiado, seus direitos e deveres básicos, bem como as possíveis razões para cessação da condição de refugiado. Essa convenção universal tornou-se a base do regime internacional de proteção de refugiados, prevendo, em seu artigo 33, o princípio da "não devolução", segundo o qual os Estados que recebem refugiados não podem expulsá-los para fronteiras onde suas vidas ou liberdades estejam ameaçadas.

A Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas definiu o conceito de apátrida, ou seja, uma pessoa que não é considerada nacional por nenhum Estado, estabelecendo normas de tratamento. Por sua vez, a Convenção de 1961 para reduzir os casos de apátridas estabeleceu que nenhuma pessoa ou nenhum grupo de pessoas pode ser privado de sua nacionalidade por motivos raciais, étnicos, religiosos e políticos.

O Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, de 1967, foi elaborado com o objetivo de preencher as lacunas existentes na Convenção de Genebra de 1951, que se limitava a proteger apenas os refugiados que se tornaram deslocados em decorrência de eventos que ocorreram antes de 1951 (Ramos; Rodrigues; Almeida, 2011). Além disso, a Declaração das Nações Unidas sobre o Asilo Territorial de 1967 complementou o Protocolo, esclarecendo que o direito ao asilo territorial é um direito

fundamental das pessoas que buscam proteção contra perseguição e outros perigos em seus países de origem.

Desde a década de 1980, uma série de instrumentos normativos internacionais e regionais tem sido estabelecida com o objetivo de proteger os direitos dos refugiados. No âmbito da América Latina, destacam-se a Declaração de Cartagena, de 1984, e a Declaração de San José sobre Refugiados e Deslocados Internos, de 1994. A primeira ampliou o conceito de refugiado para incluir aqueles que fogem de seus países de origem devido à violência generalizada, conflitos internos, agressão estrangeira, violação em massa dos direitos humanos ou outras circunstâncias que perturbem gravemente a ordem pública. A segunda reforçou a conexão entre o Direito dos Refugiados e os Direitos Humanos, reconhecendo a necessidade de proteger os direitos humanos dos refugiados, dos deslocados internos e de outras pessoas que foram forçadas a deixar suas casas devido à violência e aos conflitos (Jubilut; Madureira, 2014; Lima, 2016).

Posteriormente, em 2004, a Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina buscou definir as linhas de ação da região para a proteção dos refugiados, estabelecendo medidas sustentáveis e mecanismos de execução, continuidade e avaliação das ações. Essa declaração reafirmou o compromisso dos países da América Latina em proteger os direitos dos refugiados, reconhecendo a importância da solidariedade e cooperação internacional para alcançar esse objetivo. Além disso, destacou a necessidade de fortalecer os mecanismos regionais de proteção e promover a integração local dos refugiados (UNHCR, 2016).

Em 2014, a Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano reafirmou a necessidade de buscar soluções duradouras para a questão dos refugiados e apátridas na região, complementando as declarações anteriores (UNHCR, 2016). Essa declaração enfatizou a importância da proteção internacional dos refugiados e do respeito aos seus direitos humanos, bem como a necessidade de cooperação e solidariedade entre os países da região para enfrentar os desafios relacionados aos refugiados.

A Declaração de Nova York, de 2016, atualizou e adotou um conjunto de compromissos destinados a melhorar a proteção dos refugiados e migrantes. O objetivo da declaração foi fortalecer a proteção dos direitos dos refugiados e migrantes em todo o mundo, estabelecendo uma série de compromissos para os Estados-

membros da ONU (Baeninger, 2018). Com uma abrangência geográfica mais ampla, abarcando 193 países, a declaração reconhece a necessidade de uma abordagem abrangente e coordenada para lidar com a questão dos refugiados e migrantes, incluindo a prevenção e a resolução de conflitos, a proteção dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. Também destaca a necessidade de enfrentar as causas profundas da migração, incluindo a pobreza, a discriminação e as mudanças climáticas.

A dimensão normativa da migração desempenha papel crucial na busca por soluções justas e sustentáveis para os desafios migratórios, visto que estabelece marco legal e ético que busca equilibrar os direitos dos migrantes com as necessidades e interesses dos Estados e das sociedades de acolhimento. Ademais, a cooperação e o diálogo entre os atores envolvidos são fundamentais para a implementação efetiva dessas normas e acordos, visando garantir o respeito aos direitos humanos e promover uma abordagem humanitária e solidária da migração internacional.

A necessidade de enfrentar problemas complexos e interconectados, como as migrações, requer a adoção de abordagens holísticas e colaborativas, que transcendam as fronteiras nacionais e promovam a cooperação entre os atores globais. Nesse sentido, as políticas globais se configuram como instrumentos essenciais para a promoção de uma governança global mais efetiva e para o alcance de resultados positivos em escala internacional. Essas políticas englobam uma ampla gama de questões, incluindo migração, direitos humanos, meio ambiente, comércio, segurança e desenvolvimento. Através de sua abrangência e seu impacto, as políticas globais desempenham papel fundamental na busca por soluções eficazes para os desafios enfrentados pela comunidade internacional.

Na próxima parte deste trabalho, será explorada a dimensão das políticas globais, apresentando sua importância, objetivos e principais desafios.

### **3.3 Dimensão Global**

A pandemia da Covid-19, que assolou o mundo em 2020, funcionou como um gatilho que desencadeou um debate profundo acerca da contemporaneidade. Eventos como o fenômeno dos fluxos migratórios (Crise Europeia de 2015), o surgimento de governos extremistas de direita, o aumento no número de episódios de xenofobia e racismo (“Black Lives Matter”), as repercussões da mudança climática, a ruptura da

tradicional divisão do trabalho devido às novas tecnologias (teletrabalho e nomadismo digital), as crises institucionais e políticas e a recessão econômica são, em parte, reflexos da desigualdade, uma questão transversal e quase onipresente em qualquer discussão sobre migrações.

Essas questões, que afetam os países em diferentes escalas, levaram ao surgimento de um debate sobre a necessidade de gerenciar questões consideradas globais de maneira conjunta. As políticas públicas globais (“Global Public Policy” - GPP) têm como premissas fundamentais o fenômeno da globalização e a interdependência entre os países. Seu foco não se concentra apenas nos atores estatais, mas também nos processos de contestação e normatização (Miller, 2014). A globalidade dessas políticas públicas não implica necessariamente na participação e interação de todos os países simultaneamente, mas, sim, que todos os países devem potencialmente compartilhar os problemas políticos abordados pelas GPPs (Nagel, 1990).

As políticas globais não são novidade, os campos da política, da sociologia e das relações internacionais têm se dedicado ao tópico há anos (Miller, 2014). Entretanto, a literatura específica sobre as GPPs começou a ser produzida na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, como resposta à criação de organismos internacionais e ao reconhecimento de problemas de natureza transfronteiriça que exigiam abordagens além das tradicionais políticas públicas centradas no Estado (Nagel, 1990; Reinicke, 1998). Isso ressalta a importância dos esforços cooperativos na solução de problemas globais, que, segundo Soroos (1990a), são uma característica da política mundial contemporânea, devido à interdependência entre os países.

Essas políticas se diferenciam das políticas externas ou nacionais, pois abrangem aspectos regulatórios que visam estabelecer o comportamento permissível dos governos nacionais e daqueles sob sua jurisdição, bem como programas administrados por agências internacionais (Soroos, 1990b). Um exemplo disso é o ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados, cujo objetivo é proteger e oferecer assistência às pessoas refugiadas, deslocadas e apátridas em todo o mundo.

Soroos (1990b) esclarece que as políticas globais surgiram como uma área de estudo com foco na prevenção de guerras e em outras questões econômicas, sociais e ambientais globais. Um dos objetivos dessas políticas é fornecer uma estrutura para entender que muitos problemas são de natureza global e, portanto, devem ser



tratados além do contexto dos Estados individuais. Por essa razão, as questões abordadas pelas GPPs costumam envolver problemas transfronteiriços que podem se originar dentro dos Estados, entretanto, cujas ramificações se expandem, como questões de refúgio, conflitos armados, armas nucleares. Outra categoria de problemas são aqueles relacionados a recursos de propriedade comum, resultantes de conflitos em áreas internacionais compartilhadas, como fundos marinhos, atmosfera e a Antártica. Além disso, existem problemas compartilhados ligados à globalização e à noção de interdependência entre os países, como pobreza e mudanças climáticas (Brinkerhoff, 2002; Nagel, 1990; Reinicke, 1998; Soroos, 1990a; Stone, 2008).

A diferença entre as políticas globais e as políticas públicas internacionais está em sua abrangência, na medida em que as primeiras se relacionam aos processos nacionais em uma arena pública global. Ao contrário das "políticas públicas tradicionais", o gatilho para a formulação das políticas não está no ator estatal (Miller, 2014), e, sim, nos processos decorrentes das questões consideradas globais, como conflitos armados e consequências das mudanças climáticas. Segundo Soroos (1990a), a elaboração dessas políticas é um processo longo, porque requer consenso entre diferentes atores com diferentes interesses. Por conseguinte, as políticas públicas globais baseiam-se na parceria entre os atores, buscando encontrar um acordo mútuo que seja vantajoso para todos os envolvidos (Brinkerhoff, 2002).

As Políticas Globais têm início com um problema político que requer o estudo dos atores envolvidos, a fim de compreender quem são eles e como responder cooperativamente à questão. A visão centralizada no Estado é abandonada, dando prioridade a uma visão macro. Por não serem territorializadas, é possível analisá-las com um olhar crítico sobre os atores, as políticas e os locais envolvidos (Miller, 2014). Existem conjuntos mais diversificados de arenas políticas, incluindo órgãos permanentes, como assembleias, conselhos ou conferências, e arenas *ad hoc*, com agendas estritamente focadas em temas como alimentação, tecnologia, desarmamento e desenvolvimento, como sessões especiais ou conferências mundiais (Soroos, 1990b).

São várias as situações em que os Estados Nacionais aceitam restrições internacionais para resolver problemas globais em maior escala. Um exemplo disso foi o boicote de grande parte dos países ao gás russo, como resposta à invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022. Os debates em torno da ideia de soberania nacional,

nesse contexto, reenquadram o papel das instituições públicas nacionais, que são ampliadas na arena pública, mas deixam de ser as únicas formuladoras e decisivas nos processos de políticas públicas (Bauman; Miller, 2012; Stone, 2008).

Isso alimenta o debate sobre como outros atores participam dos processos de contestação das políticas públicas globais e como se constroem as dinâmicas de poder resultantes de todas as articulações e decisões tomadas em arenas multicêntricas e horizontais (Miller, 2014).

No contexto da migração, as políticas globais visam estabelecer as diretrizes e os direitos que garantam uma abordagem humanitária, justa e sustentável para a gestão dos fluxos migratórios. Ao promover a cooperação entre Estados, organizações internacionais e sociedade civil, as políticas globais buscam proteger os direitos dos migrantes, combater a xenofobia e a discriminação, facilitar a integração e contribuir para o desenvolvimento global. Essas políticas são fundamentais para promover uma abordagem solidária e colaborativa diante dos desafios que transcendem as fronteiras nacionais, com o objetivo de construir um mundo mais justo, equitativo e pacífico.

Enquanto as políticas globais abordam os desafios migratórios em uma perspectiva ampla e colaborativa, reconhecendo a interdependência entre os países e a necessidade de uma abordagem holística, a dimensão estatal focaliza-se nas ações e decisões dos Estados no contexto das migrações. Na seção seguinte, o papel dos Estados na gestão e formulação das políticas migratórias será explorado.

### **3.4 Dimensão Estatal**

Os Estados desempenham papel central na gestão dos fluxos migratórios por meio da formulação de políticas migratórias que estabelecem regras, diretrizes e regulamentos para a entrada, permanência e integração de migrantes em seus territórios. Essas políticas são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo considerações econômicas, sociais, políticas e de segurança.

Intrinsecamente relacionadas à concepção ideal de cidadania para os migrantes, as políticas públicas de migração são desenvolvidas de acordo com o contexto histórico do país e os interesses do Estado (Rogerio, 2019). Dentro das agendas nacionais, a gestão da imigração geralmente não é uma prioridade, a menos que tratada como uma questão de segurança nacional e proteção das fronteiras (Glick Schiller; Salazar, 2013).

As diferentes abordagens às políticas migratórias costumam estar relacionadas aos quatro imperativos estatais: acumulação, segurança, equidade e legitimidade institucional (Boswell, 2007). A interação entre esses diversos imperativos culmina em posicionamentos políticos que, por conseguinte, exercem influência na criação e implementação de determinadas políticas.

Segundo Boswell, é a necessidade do Estado de atender a esses quatro requisitos que acaba o motivando a atender seletivamente aos interesses de diferentes grupos ou instituições da sociedade. Esse contexto ressalta o papel dos determinantes econômicos e sociais nas políticas migratórias.

A abordagem não-política remonta à adoção de políticas migratórias como instrumentos para resolver desequilíbrios demográficos, como baixas taxas de natalidade e o envelhecimento das populações (Boswell, 2007). Segundo a autora, nesses casos, os governos buscam atrair migrantes para suprir a escassez crítica de mão de obra e contribuir para o crescimento econômico. Um exemplo disso foi a migração de mão de obra em vários países da Europa para a reconstrução econômica no período pós-guerra (Freeman, 1995).

Essa perspectiva se perpetua, porquanto a migração de trabalhadores altamente qualificados é cada vez mais considerada como um fator contribuinte para a competitividade econômica e um mecanismo de mitigação dos impactos negativos do envelhecimento da população no crescimento econômico e no aumento da demanda de bem-estar social (Dohlman *et al.*, 2019). Nessa visão economicista, a migração não é percebida como conflitante com a segurança ou a justiça, o que, conseqüentemente, cumpre com os quatro imperativos propostos: acumulação, segurança, equidade e legitimidade institucional (Boswell, 2007).

O segundo tipo de abordagem é caracterizado por uma política elitista, na qual a migração é regulada com critérios de segurança e legitimidade institucional. Políticas mais restritivas buscam proteger o mercado de trabalho e os sistemas de bem-estar social (Boswell, 2007). Essa perspectiva sugere que os migrantes podem competir com os trabalhadores nativos por empregos, resultando na redução dos salários e no aumento do desemprego. Além disso, os migrantes podem sobrecarregar os sistemas de bem-estar social, que podem não ter recursos suficientes para lidar com um grande fluxo de pessoas (Freeman, 1995). Apesar de atender aos critérios de segurança, acumulação e legitimidade institucional, esse tipo de política não atende ao imperativo de equidade. Ela também pode ser combinada com a estratégia de migração como

uma ferramenta de política externa, com foco em parceiros externos (Boswell, 2007). Por outro lado, pode ser utilizada como uma ferramenta ideológica na qual a recepção de grupos migratórios específicos serve para legitimar institucionalmente um governo ou modelo político-econômico em detrimento de outro.

A terceira abordagem é marcada pelo “populismo” e foca em restrições rigorosas baseadas na homogeneidade cultural e segurança como metas principais. Tende a ser adotada por Estados menos liberais ou aqueles que experimentam influxos extremamente limitados (Boswell, 2007).

A falta de transparência caracteriza o quarto modelo, em que a percepção de equidade é comprometida, visto que disposições e normativas complexas limitam a ação dos indivíduos, resultando em um excesso de exceções dificilmente gerenciável (Boswell, 2007). Esse modelo expõe a lacuna entre a política proclamada e a política implementada, e, como consequência, há um risco de perda de legitimidade institucional pelo Estado.

Finalmente, o quinto tipo de abordagem, denominado incontrolado, refere-se a uma narrativa altamente restritiva do Estado, que tolera níveis e empregos irregulares e, até mesmo, os incentiva por meio de regularizações periódicas (Boswell, 2007). Um exemplo disso é a Itália com suas "sanatórias" regulares, que são provisões criadas para legalizar os migrantes que estão ilegais em solo italiano mediante a apresentação de contrato de trabalho. Nesse caso, o Estado corre o risco de comprometer sua legitimidade ao não conseguir controlar adequadamente a migração irregular dentro do seu imperativo de segurança.

Ainda, pode-se mencionar outra vertente, a liberalista, na qual as estruturas políticas e sociais, assim como as políticas governamentais, são concebidas com o objetivo de promover um padrão equitativo de distribuição. Nessas abordagens, a legitimidade institucional é corroborada pela inclusão de grupos étnicos minoritários. Essa incorporação pode fomentar concepções mais pluralistas do escopo do direito (Boswell, 2007).

A incapacidade do Estado de cumprir de maneira satisfatória com todos os imperativos aumenta o risco de perda de legitimidade. Quando confrontados com esse conflito, é provável que eles recorram à abordagem do tipo mobilização populista, incoerência intencional das políticas ou "tolerância" à migração (Boswell, 2007). Já as abordagens não-política e elitista representam uma ameaça menor à legitimidade institucional.

As políticas migratórias e os regimes políticos se coproduzem mutuamente, com a imbricação da política migratória em dinâmicas mais amplas de mudança de regime, formação de estados e ideologia de estados-nação (Natter; Thiollet, 2022). Elas refletem não apenas os valores da sociedade, como também o conflito resultante de sua heterogeneidade. Cabe ao Estado, por meio de suas instituições e seus processos políticos, escolher pela priorização ou não de questões defendidas por eleitores e/ou seus interesses (Kraft; Furlong, 2018).

Como se observa, outras abordagens são possíveis com base em outras combinações entre esses imperativos. De maneira geral, o que se tem são abordagens ambíguas, nas quais, segundo interesses políticos, as regras e normas apresentam certa porosidade (De Carvalho, 2023b).

A limitação do Estado em atender simultaneamente a todos os requisitos e interesses favorece a persistência de contradições e ineficiências nas políticas. Por essa razão, não é raro a existência de dissonância entre a política proclamada e sua práxis (González-García; De Carvalho, 2023).

No próximo capítulo, dedicado à metodologia, serão detalhadas as técnicas e métodos selecionados para dar continuidade à análise da formação de agenda do "Programa de Acolhida de Cientistas Ucranianos" desenvolvido pela Fundação Araucária. Na elaboração da metodologia, o objetivo primordial foi estabelecer um arcabouço metodológico robusto, visando à coleta e análise de dados que permitissem uma compreensão abrangente das experiências, práticas e os impactos da política pública em questão.

## **4 METODOLOGIA**

A metodologia é a espinha dorsal de toda pesquisa científica, pois define procedimentos e técnicas utilizados para a coleta e análise de dados, bem como a validação dos resultados. Neste capítulo, apresenta-se a metodologia adotada para a realização da presente pesquisa, que tem como objetivo investigar a formação da agenda e a implementação da política de acolhida a pesquisadores ucranianos no Estado do Paraná.

Inicialmente, será apresentada a abordagem metodológica selecionada, justificando sua escolha e destacando suas principais características. Em seguida, serão explanados os instrumentos e procedimentos utilizados para a coleta de dados, detalhando as técnicas empregadas para a análise documental, análise de conjuntura, entrevista. Posteriormente, será descrito o processo de análise dos dados, destacando as estratégias de interpretação e a validação dos resultados obtidos. Por fim, serão apresentadas as limitações da metodologia empregada e as medidas adotadas para minimizá-las, bem como as respectivas categorias de análise.

Considerando que o Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos não se assemelha ao contexto no qual a teoria fundamental desta tese foi originalmente desenvolvida, a Teoria dos Múltiplos Fluxos, a metodologia foi desenvolvida no sentido de viabilizar o processo de ressignificação teórica. Tal adaptação se fez necessária para atender às demandas particulares inerentes ao escopo do presente estudo.

### **4.1 Caracterização e tipo da Pesquisa**

O conhecimento humano é construído a partir da interação entre o sujeito e o objeto, estabelecendo uma relação dialética de influência mútua. Esse conhecimento é concretizado na realidade sensível e social, na medida em que se desenvolve por meio das relações humanas e é historicamente adquirido ao longo do tempo (Lefebvre, 1991).

No contexto científico, a metodologia se apresenta como uma lógica sistemática embasada em teorias, que é aplicada na seleção de métodos e instrumentos de coleta de informações e dados, com o intuito de validar ou refutar uma hipótese ou premissa de estudo.

O método científico proposto por Descartes (1996) destaca que a observação de um fenômeno conduz a questionamentos que podem ou não ser comprovados por meio de técnicas empíricas. Para se aproximar do objeto de estudo, é necessário romper com o senso comum, inclusive no âmbito acadêmico, e evitar a ilusão de transparência do fenômeno (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2010).

Com mais de dez anos de atuação no Escritório de Relações Internacionais de uma universidade pública brasileira, tive a oportunidade de acompanhar a evolução das políticas de internacionalização e a inserção de refugiados e outros migrantes (Carling, 2023) no contexto universitário. As vivências profissionais despertaram a curiosidade científica sobre questões vinculadas às migrações e cooperação internacional que me levaram a realizar o mestrado e aplicar para o doutorado.

A presente tese está inserida no contexto de um doutorado profissional, no qual a interação entre o pesquisador e o objeto de estudo desempenha um papel relevante para o desenvolvimento da pesquisa. Como já mencionado, parte dos questionamentos científicos incluídos nessa tese surgiu a partir da experiência e da prática profissional. Durante o desenvolvimento da tese, levantamentos completos surgiram e levaram às modificações e adaptações do projeto inicial. Essas mudanças foram necessárias para melhor capturar a realidade que se buscava estudar, à medida que se aprofundava o conhecimento sobre o contexto de estudo, notadamente o Programa de Acolhida a Cientistas Ucrânicos e a sua inclusão na agenda política.

Inicialmente, o interesse de pesquisa se estruturou em três pontos centrais: a inovação da proposta no contexto nacional e regional, seus possíveis desdobramentos nas universidades de acolhida e a celeridade com a qual esta política foi implementada, característica que a experiência profissional desta pesquisadora demonstrou ser pouco comum no contexto da administração pública, mesmo em situações emergenciais.

O intuito inicial da pesquisa foi a analisar a formação da agenda, partindo da premissa de que o Projeto de Acolhimento de Cientistas Ucrânicos é uma política pública dentro de uma concepção ampliada vinculada à ação do Estado e seus agentes (Dye, 2013), sendo que o Projeto foi criado com forte base discricionária<sup>23</sup> por uma das instituições vinculadas ao Governo do estado do Paraná.

---

<sup>23</sup> Um ato administrativo discricionário é uma ação praticada pela Administração Pública com margem de liberdade decisória. Isso concede ao administrador a capacidade de escolher entre

Outra premissa do trabalho é a compreensão de que os movimentos migratórios frequentemente extrapolam a dimensão normativa devido à sua natureza social, que os torna influenciáveis por diferentes aspectos e, portanto, suscetíveis às manipulações baseadas em narrativas políticas e sociais (Fagerström, 2017).

O acolhimento de acadêmicos deslocados é um fenômeno recente no Brasil e os estudos sobre isso ainda relativamente escassos (Oleksiyenko *et al.*, 2021). A recenticidade do Programa de Acolhida imprime um caráter exploratório a esta pesquisa, pois, ao se interessar pelo estudo de um fenômeno recente, cabe à pesquisadora também a tarefa de o descrever.

Isso torna este estudo indutivo, uma vez que busca produzir conhecimento através da análise de um estudo de caso em particular, o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucrânicos no Paraná. A pesquisa exploratória, que permitiu a compreensão do fenômeno, resultou em achados teóricos que possibilitaram testar a aplicabilidade da Teoria dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014) no contexto das políticas migratórias no contexto latino-americano e expandi-la para além da análise da formação de agenda, incluindo também uma perspectiva de implementação da política (Cairney; Zahariadis, 2016; Jones *et al.*, 2016; Ridde, 2009; Zahariadis, 2003, 2007).

A combinação das técnicas de coleta de dados (Quadro 02) evidencia o caráter qualitativo do estudo com foco em uma perspectiva integrada, que incluiu o contexto, as dinâmicas e agências dos diversos atores envolvidos (Godoy, 1995) no Programa de Acolhida aos Cientistas Ucrânicos, que serviu como estudo de caso. Yin (1994) define o estudo de caso como um tipo de pesquisa descritiva, no qual a coleta de informações e observação permite compreendê-lo e descrevê-lo.

Com base no arcabouço teórico de Kingdon (2014), foram definidas as categorias de análise. A coleta de dados possibilitou desenvolver maior familiaridade com o tema, construir hipóteses e premissas, bem como apoiar a metodologia (Gil, 2002). Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, que incluem (a) analisar política de acolhida dos pesquisadores ucranianos dentro do arcabouço teórico empírico dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014); (b) identificar os atores e fatores que influenciaram na conformação e implementação da política pública de acolhida de

---

diferentes opções dentro dos limites legais. Esses atos permitem que o agente público selecione a solução que mais beneficie o interesse público, fazendo uso de sua discricionariedade ao avaliar oportunidade e conveniência (Rosa, 2019).



cientistas ucranianos no estado do Paraná, considerando o contexto político e social no qual a política foi criada; (c) examinar as práticas de acolhimento e os principais desafios enfrentados na implementação da política de acolhimento, em seus respectivos contextos; (d) pesquisar as possíveis externalidades da política em seus diferentes contextos de implantação. Para tanto, foram empregados os seguintes métodos qualitativos: entrevistas com atores políticos e não políticos envolvidos com o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos realizadas entre fevereiro e maio de 2023; a observação participante das atividades relacionadas ao Programa entre fevereiro e abril de 2023; a análise de documentos, como editais, relatórios, documentos internos relacionados à concepção e operacionalizados do Programa, entre outros, que serão descritos em seguida.

#### 4.2 Desenho e etapas da Pesquisa

Esta subseção tem como objetivo apresentar o desenho da pesquisa e as suas etapas correspondentes, visando investigar o tema proposto. O desenho da pesquisa é uma etapa crucial do processo de pesquisa, porque é nele que se define a estratégia a ser adotada para coletar e analisar os dados. Metodologicamente, este estudo busca atribuir primordial importância epistemológica à Teoria de Kingdon (2014) na análise de formação de agenda e na expansão dessa análise para a implementação de políticas públicas. Dessa forma, a metodologia emprega diversos instrumentos e técnicas para construir um contexto que possibilite uma análise integrada.

Foram adotadas diversas técnicas e etapas metodológicas para alcançar os objetivos propostos deste estudo que estão ilustrados no Quadro 03 a seguir.

**Quadro 3: Relação entre objetivos da pesquisa e técnicas**

(continua)

Método	Técnica	Objetivos (geral e específicos)
Fundamentação Teórica	Revisão Bibliográfica	<p>- Analisar, sob a lente da Teoria dos Múltiplos Fluxos, a formação de agenda e as práticas de implementação do Programa de Acolhida a Cientistas Refugiados Ucranianos, desenvolvido pela Fundação Araucária no estado do Paraná, bem como suas possíveis externalidades (1.2).</p> <p>- Analisar a política de acolhida dos pesquisadores ucranianos dentro do arcabouço teórico empírico dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014) (1.3, a).</p>

**Quadro 3: Relação entre objetivos da pesquisa e técnicas****(conclusão)**

<b>Método</b>	<b>Técnica</b>	<b>Objetivos (geral e específicos)</b>
Fundamentação Teórica	Análise documental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar a política de acolhida dos pesquisadores ucranianos dentro do arcabouço teórico empírico dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014) (1.3, a).</li> <li>- Identificar os atores e fatores que influenciaram na conformação e implementação da política pública de acolhida de cientistas ucranianos no estado do Paraná, considerando o contexto político e social no qual a política foi criada (1.3, b).</li> </ul>
	Análise da conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar a política de acolhida dos pesquisadores ucranianos dentro do arcabouço teórico empírico dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014) (1.3, a).</li> <li>- Identificar os atores e fatores que influenciaram na conformação e implementação da política pública de acolhida de cientistas ucranianos no estado do Paraná, considerando o contexto político e social no qual a política foi criada (1.3, b).</li> <li>- Examinar as práticas de acolhimento e os principais desafios enfrentados na implementação da política de acolhimento, em seus respectivos contextos (1.3, c).</li> </ul>
Estudo de Caso	Rastreamento de Processos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisar as possíveis externalidades da política em seus diferentes contextos de implantação (1.3, d).</li> </ul>
	Entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar a política de acolhida dos pesquisadores ucranianos dentro do arcabouço teórico empírico dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014) (1.3, a).</li> <li>- Identificar os atores e fatores que influenciaram na conformação e implementação da política pública de acolhida de cientistas ucranianos no estado do Paraná, considerando o contexto político e social no qual a política foi criada (1.3, b).</li> <li>- Examinar as práticas de acolhimento e os principais desafios enfrentados na implementação da política de acolhimento, em seus respectivos contextos (1.3, c).</li> </ul>
	Análise de documentos na Internet (páginas, notícias, documentos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar os atores e fatores que influenciaram na conformação e implementação da política pública de acolhida de cientistas ucranianos no estado do Paraná, considerando o contexto político e social no qual a política foi criada (1.3, b).</li> <li>- Examinar as práticas de acolhimento e os principais desafios enfrentados na implementação da política de acolhimento, em seus respectivos contextos (1.3, c).</li> </ul>
	Observações	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar a política de acolhida dos pesquisadores ucranianos dentro do arcabouço teórico empírico dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014) (1.3, a).</li> <li>- Identificar os atores e fatores que influenciaram na conformação e implementação da política pública de acolhida de cientistas ucranianos no estado do Paraná, considerando o contexto político e social no qual a política foi criada (1.3, b).</li> <li>- Examinar as práticas de acolhimento e os principais desafios enfrentados na implementação da política de acolhimento, em seus respectivos contextos (1.3, c).</li> </ul>

**Fonte: Autoria própria (2023)**

A construção teórica desta tese foi cuidadosamente realizada mediante a revisão de artigos, livros, relatórios e anais de conferências relevantes. Essa etapa visou fomentar um debate teórico consistente, identificar um referencial analítico apropriado, estabelecer uma ligação entre a teoria e o estudo de caso em questão, recontextualizar a pesquisa dentro do contexto específico, elaborar o desenho metodológico adequado e identificar os instrumentos de pesquisa necessários. As técnicas utilizadas nessa fase incluíram a revisão bibliográfica e a busca sistematizada<sup>24</sup>.

Para analisar a política de acolhimento dos pesquisadores ucranianos dentro do arcabouço teórico empírico dos Múltiplos Fluxos (objetivo 1, em 1.3, a) e estender e testar a aplicação da Teoria dos Múltiplos Fluxos na implementação da política de acolhimento (objetivo 5, em 1.3, e) o escopo do debate teórico versou sobre compreender (i) o conceito de políticas públicas a partir do debate de diversos conceitos e tendências e (ii) a aplicação e abordagens de análises de políticas públicas para argumentar a escolha do modelo da Teoria dos Múltiplos Fluxos de Kingdon. Ainda neste debate conceitual, tem-se uma reflexão sobre a concepção de agenda e o aprofundamento da Teoria de Kingdon.

A análise documental, que envolveu a minuciosa leitura de documentos oficiais e a análise do contexto no qual a política em estudo foi desenvolvida e os cenários macro e micro relacionados à formação dessa política. O rastreamento de processos, as entrevistas, as reuniões temáticas e a análise de documentos na Internet (Camboim; Bezerra; Guimarães, 2015) foram utilizadas como técnicas complementares. As entrevistas foram conduzidas com diversos atores envolvidos no tema em questão, e a amostra foi selecionada e validada por meio do método de bola de neve.

Em seguida, os dados coletados passaram por um tratamento adequado, que consistiu em etapas, como limpeza de dados, codificação de termos e análise de conteúdo simplificada. Todo esse processo permitiu a organização e análise precisa e eficiente dos dados.

---

<sup>24</sup> O uso do termo busca sistematizada foi intencional.

O objetivo primordial foi desenvolver uma abordagem metodológica abrangente e criteriosa, visando obter resultados significativos que contribuíssem para a análise do estudo de caso em questão.

Embora alguns autores defendam uma abordagem integradora entre os estudos de implementação e as teorias organizacionais e burocráticas, é importante reconhecer a complexidade metodológica que tal abordagem pode apresentar, o que pode gerar desafios para o pesquisador (Ferreira; Medeiros, 2016).

A seguir, serão apresentadas as etapas da pesquisa, que compreenderam desde a preparação do campo de pesquisa até a análise e interpretação dos dados coletados, com o intuito de garantir a precisão e consistência da pesquisa. O caminho metodológico percorrido evoluiu em três grandes vertentes: (i) revisão teórica, (ii) análise de conjuntura e (iii) coleta de dados. Essa divisão é apenas didática, pois as informações obtidas por meio dos diferentes instrumentos de pesquisa se entrelaçaram ao longo de todo o processo investigativo.

#### 4.2.1 Fundamentação teórica

Esta etapa foi crucial para assegurar a robustez na conceituação do problema de pesquisa, conforme argumenta Gil (2008). Quivy e Campenhoudt (1998) ressaltam que o objetivo da revisão bibliográfica é compreender os trabalhos preexistentes relacionados à temática em questão, identificando eventuais lacunas que a pesquisa em curso possa vir a preencher. Adicionalmente, a revisão bibliográfica oferece múltiplas perspectivas sobre a abordagem do tema de interesse.

A revisão bibliográfica preliminar concentrou-se em elucidar a essência da Teoria dos Múltiplos Fluxos, analisando a interação desses fluxos e proporcionando insights valiosos sobre o processo de formação de agendas e tomada de decisões políticas. A revisão bibliográfica evidenciou que esta teoria tem sido amplamente aplicada na análise de diversas políticas públicas, constituindo-se como um modelo robusto para examinar as complexidades inerentes à implementação de programas de acolhimento a refugiados.

Através da busca sistematizada, foi possível cruzar os elementos construtivos da Teoria dos Múltiplos Fluxos com as políticas migratórias, com o propósito de reinterpretar o arcabouço teórico para uma aplicação específica na análise do Programa de Acolhida dos Pesquisadores Ucranianos. Nesse sentido, tornaram-se indispensáveis adaptações teóricas para compreender como a lógica da Teoria dos

Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014), inicialmente concebida em um contexto diferente, poderia ser recontextualizada e efetivamente aplicada ao estudo em questão.

#### 4.2.2 Análise documental e de conjuntura

Complementarmente, a análise documental aprofunda o entendimento da política de acolhimento no contexto teórico-empírico dos Múltiplos Fluxos. Este segmento do estudo visou identificar os atores e fatores que influenciaram na formulação e implementação da política de acolhimento, considerando o contexto político e social. Através da análise de documentos oficiais, relatórios e registros, buscou-se desvendar a complexa rede de influências e decisões que moldaram a referida política.

A pesquisa documental engloba materiais que ainda não foram analisados, como documentos oficiais, reportagens de jornal, postagens em mídias sociais (Gil, 2008). Segundo o autor, a aplicação dessas metodologias apresenta uma vantagem significativa, que é a abrangência na cobertura de fenômenos cujo entendimento requer dados dispersos no espaço ou no tempo.

Os documentos são fontes estáveis e de fácil acesso, podendo ser consultados repetidamente. Eles são discretos, visto que não foram elaborados para fins de estudo, entretanto, são exatos, pois contêm números e nomes que relatam eventos específicos, oferecendo ampla cobertura, contemplando vários eventos e contextos diferentes em um continuum temporal (Yin, 1994).

Como fontes secundárias, os documentos apresentam algumas fragilidades relacionadas à possibilidade limitada de recuperar informações, à parcialidade das informações selecionadas, à parcialidade do autor e, por fim, à acessibilidade (Yin, 1994).

Embora muitos documentos sejam de, relativamente, fácil acesso, a não disponibilidade online e a demora na obtenção de documentos solicitados por meio de mecanismos legais, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), podem impactar a prontidão e a integridade da pesquisa.

Nesta análise, foram considerados documentos contemporâneos e retrospectivos, bem como relatórios do Observatório das Migrações, da Polícia Federal, da Fundação Araucária, bem como editais, notícias e informações disponíveis, incluindo publicações em redes sociais, sites e outras plataformas de

base de dados, principalmente as de acompanhamento de pessoas deslocadas das Nações Unidas.

Já análise de conjuntura foi uma ferramenta útil na construção de um retrato dinâmico da realidade, levando em consideração os fatos, as origens, os atores e as dinâmicas históricas e culturais (Alves, 2008; Velasco; Cruz, 2000). Segundo Alves (2008), a análise de conjuntura não é neutra, na medida em que o pesquisador escolhe quais variáveis de análise priorizar diante da realidade analisada. Para Vieira (2015), os marcos históricos são fundamentais no processo de análise de conjuntura, uma vez que cada fato histórico é uma estrutura rica em particularidades. Essas particularidades contribuem para a percepção global da realidade social.

No contexto dessa pesquisa e com base no arcabouço teórico de Kingdon (2014), procedeu-se com a análise da conjuntura geopolítica que possibilitou interpretar os eventos, tendências e dinâmicas que moldam as relações em um determinado momento. Este método analítico buscou examinar os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que influenciam a dinâmica entre os Estados, organizações internacionais e outros atores relevantes no cenário mundial.

No que concerne ao estudo de caso, múltiplos elementos foram considerados, abrangendo fatores geoeconômicos, tais como relações comerciais, investimentos estrangeiros e desigualdades globais, entre outros; dinâmicas políticas; relações multilaterais.

Dessa maneira, a técnica foi aplicada com o propósito de aprofundar a compreensão do clima nacional, dos eventos e de outros construtos que integram o modelo analítico da Teoria dos Múltiplos Fluxos. Essas dimensões se alinham com os elementos constituintes da teoria dos fluxos, em maior ou menor relevância: os fatos, o contexto, os atores, a política e a arena política (Alves, 2008; Kingdon, 2014; Velasco; Cruz, 2000).

Os princípios teóricos da Teoria dos Múltiplos Fluxos permitem o desenvolvimento de fundamentos que vão além da mera aparência dos fenômenos (Kingdon, 2014). Ao conjugar o contexto internacional decorrente da eclosão do conflito entre Ucrânia e Rússia, no que diz respeito à migração histórica ucraniana em sua conjectura nacional e principalmente local, um panorama relativamente amplo foi construído, o que permitiu entender a complexidade que caracteriza o universo das políticas públicas, sobretudo aquelas vinculadas com movimentos migratórios que

além de acontecer em um espaço transnacional é normatizado por arcabouços nacionais e internacionais.

#### 4.2.3 Rastreamento de Processos

O rastreamento de processos (“process tracing”) é uma abordagem metodológica amplamente utilizada no estudo de políticas públicas, cujo propósito é analisar as condições iniciais que influenciam os processos de tomada de decisão (Schettini; Cunha; Araújo, 2018). Originária da Psicologia Cognitiva, essa abordagem busca compreender o processo de tomada de decisão por meio da análise dos passos intermediários desse processo (Bennett; Checkel, 2014). Quando aplicado à área da Ciência Política, o rastreamento de processos expande-se para explorar cadeias explicativas de fenômenos sociais, diferenciando-se do foco individualista da Psicologia.

No contexto brasileiro, a aplicação do rastreamento de processos concentra-se, em menor escala, na Ciência Política e nas Relações Internacionais (Henriques *et al.*, 2015). Na área da Administração Pública, o debate ainda é incipiente com ênfase em discussões teóricas e metodológicas (Amorim Neto; Rodriguez, 2016; Lima, 2016b; Schettini; Cunha; Araújo, 2018).

Este método avalia a força explicativa de conjuntos de evidências histórico-qualitativas, oferecendo ferramentas para verificar inferências causais em estudos qualitativos que buscam identificar as causas dos efeitos observados (Rodrigues; Rodrigues, 2018). O rastreamento de processos refere-se às etapas intermediárias de um processo, permitindo a elaboração de inferências sobre hipóteses acerca do seu desdobramento e os mecanismos que levaram à ocorrência de um determinado resultado (Bennett; Checkel, 2014). São instrumentos de rastreamento de processos: documentos, entrevistas, histórias e outras fontes que permitem identificar variáveis que confirmem ou refutem a causalidade entre um processo e uma hipótese (Bennett; Checkel, 2014). O rastreamento de processos é uma ferramenta analítica e não descritiva (Lima, 2017). Hall (2003) argumenta que essa abordagem é especialmente útil em pesquisas com amostras pequenas, uma vez que permite testar proposições causais.

Essa característica se alinha ao contexto da análise da política de acolhida aos cientistas ucranianos, na qual o rastreamento de processos foi empregado, sob a perspectiva teórica dos Múltiplos Fluxos de Kingdon. Tal aplicação visou desvendar o

impacto de eventos específicos na emergência e formação da política de acolhida. A abordagem se mostrou instrumental na identificação dos processos inerentes à gestão operacional do Programa de Acolhida a Pesquisadores Ucranianos, constituindo um aspecto crucial da análise dessa política.

Através desta metodologia, foi possível investigar as etapas intermediárias dos processos, o que se revelou fundamental para compreender as dinâmicas complexas e multifacetadas que moldaram a formulação e implementação do Programa de Acolhida a cientistas ucranianos.

#### 4.2.4 Sociograma

Sociograma é uma ferramenta dentro da análise de redes<sup>25</sup> usada para representar visualmente as relações sociais entre membros de um grupo. É particularmente útil para representar as relações sociais em um contexto específico, como uma equipe de trabalho ou um grupo social, permitindo uma compreensão mais aprofundada da dinâmica social e das relações interpessoais representadas (Silva *et al.*, 2021; Vaz, 2020).

O sociograma, ao mapear relações como amizades, colaborações, influências, e interações positivas e negativas, permite a criação de uma representação gráfica composta por linhas e nós. Nele, os membros do grupo são simbolizados por nós, e as relações são indicadas por linhas ou setas, evidenciando conexões recíprocas ou unilaterais, tais como amizade ou influência. A intensidade destas relações pode ser diferenciada por variáveis como o tipo de linha, cor ou espessura. Adicionalmente, o sociograma pode incorporar elementos qualitativos, como a natureza da relação (amizade, conflito, colaboração) e o nível de afinidade entre os membros.

Entretanto, a aplicação do sociograma na presente pesquisa foi limitada. No desenvolvimento desta pesquisa, que explorou a formação da política de acolhimento dos pesquisadores ucranianos, a metodologia da 'bola de neve' inspirou a ideia de adotar a análise de redes. Mas a impossibilidade de avançar nessa direção, particularmente aquela fundamentada em aspectos políticos, deve-se à insuficiência

---

<sup>25</sup> A Análise de Redes Sociais (ARS) é uma metodologia de investigação das estruturas sociais que busca identificar padrões de relacionamento entre atores (Khalid, 2019). A ARS baseia-se na medição e no mapeamento de fluxos e inter-relações entre computadores, pessoas, endereços na internet (Localizador Uniforme de Recursos – URL), organizações, grupos e outras entidades de conhecimento ou informação vinculadas.



dos instrumentos de coleta de dados. Especificamente, os roteiros das entrevistas utilizados não foram projetados para alcançar a saturação – um ponto onde a adição de novas interações não contribui significativamente para o entendimento da estrutura e dinâmica da rede.

Optou-se, pelo uso do sociograma como um instrumento metodológico para mapear as interações e conexões entre as organizações envolvidas na política de acolhimento de pesquisadores ucranianos, buscando revelar padrões de influência subjacentes. O sociograma foi empregado com um propósito didático e ilustrativo, complementando o conjunto de evidências.

As informações representadas no sociograma emergiram das menções espontâneas dos entrevistados e, em alguns casos, foram direcionadas pela pesquisadora, embora sem um roteiro específico para tal. A análise do sociograma buscou avaliar a estrutura da rede, as relações de poder e identificar padrões de conexão e agrupamentos de atores.

Para a elaboração dos sociogramas, recorreu-se ao software UCINET, especializado em análise de redes sociais. As informações para alimentar o UCINET foram coletadas por meio de pesquisa documental, análise da internet e de conjuntura, rastreamento de processos e entrevistas, e organizadas em uma matriz que destacava a presença ou ausência de conexões entre os atores. Essa matriz foi então alimentada no UCINET para gerar a representação gráfica, como ilustrado no capítulo de análise de resultados (Figura 4).

#### 4.2.5 Coleta de Dados

A coleta de dados é uma etapa essencial em pesquisas acadêmicas e pode ser realizada por meio de diversas técnicas, como entrevistas e observação. Neste estudo, essas técnicas foram utilizadas para complementar o arcabouço metodológico e fornecer informações sobre a práxis do tema em estudo, que muitas vezes não são abrangidas pela literatura existente (Marconi; Lakatos, 2003).

A observação direta, uma das técnicas utilizadas, consiste na coleta de informações por meio da observação e exame de fenômenos e fatos utilizando os sentidos. Essa técnica permite estudar uma ampla variedade de fenômenos e oferece dados ao pesquisador, desde que seja planejada de forma sistemática (Marconi; Lakatos, 2003). As mensagens observadas podem ser verbais, figuradas, documentais ou, até mesmo, silenciosas (Franco, 2008).

No contexto deste estudo, a observação realizada pela pesquisadora pode ser considerada parcialmente participante. A pesquisadora não possui vínculo formal com a Fundação Araucária, entretanto, a instituição lhe concedeu acesso à documentação e às atividades desenvolvidas com os pesquisadores ucranianos, dentre elas, o Evento de acompanhamento das atividades realizado em abril de 2022, no qual 12 dos 13 pesquisadores estiveram presentes e narraram suas trajetórias migratórias e contextos de pesquisa atual. Em contrapartida, durante o processo de pesquisa e exame do Programa de Acolhida, a pesquisadora forneceu insumos para o aperfeiçoamento da gestão e melhoria nos processos de implementação do Programa.

A entrevista, por sua vez, é uma técnica que envolve uma conversa profissional entre duas pessoas com o objetivo de obter informações sobre determinado assunto (Gil, 2008; Marconi; Lakatos, 2003). Ela é amplamente utilizada na pesquisa social para coleta de dados ou para auxiliar no diagnóstico e tratamento de problemas sociais (Marconi; Lakatos, 2003).

Existem três tipos de entrevistas: estruturada, não estruturada e semiestruturada. A entrevista estruturada segue um roteiro pré-determinado com perguntas específicas, permitindo a comparação de respostas (Gerhardt, 2009). Já a entrevista não estruturada é totalmente aberta, proporcionando flexibilidade ao entrevistado para discorrer livremente sobre o tema dentro de sua própria estrutura de referências (Richardson, 1999).

No presente estudo, foi adotada a entrevista semiestruturada como metodologia. Foi elaborado um roteiro contendo um conjunto de perguntas relacionadas ao tema de pesquisa (APÊNDICE A/B/C/D). Essa abordagem proporcionou um ambiente de escuta agradável, rompendo com a dinâmica pergunta-resposta, e facilitou a análise do comportamento não verbal (Gil, 2008). Além disso, permitiu que os entrevistados falassem livremente sobre elementos que surgiram como desdobramentos do tema principal (Gerhardt, 2009).

A coleta de dados por meio de entrevistas ocorreu entre fevereiro e abril de 2023, após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), sob o parecer 5.900.451 de 16 de fevereiro de 2023 e o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAE) 65400122.7.0000.0165.

Os atores de interesse foram categorizados em seis grupos distintos, com base em sua atuação no contexto da política em estudo. As características de cada categoria são detalhadas no Quadro 4.

**Quadro 4: Categorização da Amostra**

Ator de Interesse	Características
Ator Civil	Indivíduo pertencente ou não a uma organização civil que exerceu influência direta ou indiretamente na formação da agenda e/ou implementação da política.
Ator Público	Agentes que influenciam diretamente na formação e/ou na implementação da política. Tem relação direta com instituições políticas (Fundação Araucária, Embaixada).
Beneficiário da Política	Cientista Ucrânio – Professor Visitante.
Coordenador de Pós Professor Suporte	Agentes que influenciam diretamente na implementação da política. Tem relação direta com as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT).
Pró-Reitoria Reitoria Escritório de Relações Internacionais (RI)	Agentes que influenciam indiretamente na formação ou na implementação da política. Tem relação direta com ICT.
Responsável pela Proposta	Ator responsável pela elaboração da proposta de pesquisa do beneficiário da política em alinhamento com o escopo de Programa de Pós-Graduação.
Suporte Técnico	Agentes que atuam diretamente na implementação da política e na viabilização do acolhimento, vinculados à Fundação Araucária.

**Fonte: Autoria própria (2023)**

Essa categorização ultrapassa as atribuições do cargo e considera a atuação do indivíduo no contexto político. A lista inicial de entrevistados foi elaborada com base em chamadas disponíveis no site da Fundação Araucária e em buscas realizadas em plataformas digitais, como LinkedIn, sites institucionais e notícias da imprensa.

O Ator Civil pode pertencer ou não a uma organização civil e exerce influência direta ou indireta na formação da agenda e apoio na implementação da política. Esses atores podem ser grupos de interesse, organizações não governamentais, movimentos sociais ou qualquer outra entidade que busque influenciar o processo político.

O Ator Público inclui agentes que possuem uma relação direta com instituições políticas, como a Fundação Araucária ou embaixadas. Esses atores exercem influência direta na formação ou implementação da política. Eles são parte integrante das estruturas políticas e desempenham papel importante na condução das decisões políticas.

Os Beneficiários da Política são os principais destinatários ou beneficiários das políticas implementadas. No caso específico mencionado, temos os cientistas

ucranianos, que são beneficiários do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucrânicos. Eles são os destinatários diretos dos esforços de implementação da política e estão envolvidos na pesquisa ou projeto que está sendo desenvolvido. É importante mencionar que, de forma direta, os Programas de Pós-Graduação também são beneficiados pela política, mas, dentro do escopo do Programa, eles não podem ser considerados como beneficiários.

Os Coordenadores de Pós-Graduação e Professores de Suporte são atores que influenciam diretamente ou indiretamente na implementação da política. Eles têm uma relação direta com as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) e desempenham papel fundamental no apoio e na execução do Programa em maior ou menor escala. Esses atores fornecem suporte técnico, coordenam as atividades acadêmicas, promovem a colaboração entre diferentes partes interessadas e garantem o cumprimento dos objetivos e das diretrizes da política.

Os Representantes da Reitoria, Pró-Reitoria e Escritório de Relações Internacionais frequentemente intermediaram as relações iniciais entre a Fundação Araucária e os Programas de Pós-Graduação dos ICT participantes. Em alguns casos, os Escritórios de Relações Internacionais das Universidades também colaboraram na organização do recebimento dos pesquisadores.

O Responsável pela Proposta é o ator responsável pela elaboração da proposta de pesquisa do beneficiário da política. Esse ator trabalha em alinhamento com o escopo de um Programa de Pós-Graduação e contribui para a definição das diretrizes e dos objetivos do projeto de pesquisa. Como função institucional, pode ocupar o cargo de coordenador de pós-graduação, professor ou pró-reitor de pesquisa.

Finalmente, o Suporte Técnico consiste em agentes que atuam diretamente na implementação da política e na viabilização do acolhimento do beneficiário. Esses agentes estão vinculados à Fundação Araucária, que é responsável direta pela política e fornece suporte técnico, financeiro e logístico tanto para os beneficiários quanto para os Programas de Pós-Graduação, no sentido de promover as condições necessárias para a implementação efetiva da política.

Inicialmente, estava planejada a utilização de questionários estruturados como instrumento de entrevista, com uma amostra restrita composta por atores públicos, coordenadores de Pós-Graduação e beneficiários da política. Porém, durante a fase de pré-teste (Gil, 2008) com três entrevistados, realizados no mês de fevereiro de

2023, constatou-se que os questionários limitavam as respostas e contribuições espontâneas dos entrevistados.

Durante o curso da pesquisa, decidiu-se não realizar entrevistas diretas com os beneficiários da política. Essa decisão foi motivada pela intenção de evitar desconforto aos participantes, visto que reviver episódios relacionados às suas jornadas migratórias poderia ser traumático, considerando a persistência do conflito e a existência de feridas abertas. Assim, todas as informações sobre os beneficiários foram obtidas por meio de conversas informais e apresentações oficiais realizadas durante o evento introdutório do Programa em abril de 2023, bem como pela análise de material de aplicação enviado por eles, como vídeos e documentação.

Em um primeiro momento, cerca de 10 indivíduos foram identificados, sendo que 8 deles foram contatados por e-mail. Com a confirmação das primeiras entrevistas, a lista de potenciais entrevistados cresceu por meio da técnica de amostragem bola de neve. Essa técnica, comumente utilizada em pesquisas qualitativas e nos estudos de caso, consiste em identificar um conjunto inicial de participantes para o estudo e obter indicações de outros possíveis participantes a partir dessa base inicial, tornando a amostra mais robusta (Handcock; Gile, 2011). Essa técnica possibilita a obtenção de informações detalhadas e aprofundadas sobre um fenômeno social ou cultural.

Apesar de ser um método não probabilístico, que não permite inferências estatísticas sobre a população, a técnica de amostragem bola de neve é particularmente útil em pesquisas que envolvem populações marginalizadas ou vulneráveis, nas quais o pesquisador pode enfrentar dificuldades para identificar participantes adequados (Atkinson; Flint, 2001; Dragan; Isaic-Maniu, 2013).

Considerando a temática do estudo, o recrutamento por meio de bola de neve foi a técnica mais apropriada para agrupar os indivíduos e entender suas interações e atuações. Não havia obrigatoriedade na indicação de outro potencial entrevistado, isso ocorreu naturalmente durante as entrevistas, variando de acordo com o contexto.

O principal instrumento de coleta de dados foi a entrevista. Os roteiros semiestruturados (Apêndices A, B, C e D) foram elaborados, visando captar distintas perspectivas e experiências dos atores-chave. Cada roteiro foi direcionado a um grupo específico, a saber: coordenadores de pós-graduação, cientistas ucranianos, atores públicos e atores civis; com o objetivo de explorar os três principais fluxos da teoria: problemas, políticas e processos políticos.

Os roteiros começam com perguntas focadas em como cada grupo se familiarizou com a crise dos refugiados ucranianos, bem como a existência de laços diretos ou indiretos com a Ucrânia. O objetivo é identificar um interesse unificado, o nível de consciência e a fonte de informação sobre a crise, além de possíveis conexões pessoais ou profissionais que possam influenciar a percepção e o envolvimento dos entrevistados com o programa.

Todos os roteiros têm a intenção de captar as impressões iniciais e as expectativas dos entrevistados em relação ao programa. Esta linha de questionamento forneceu insights valiosos sobre como o programa foi recebido e avaliado por diferentes grupos, refletindo a diversidade de percepções e atitudes em relação ao acolhimento dos pesquisadores ucranianos.

Contudo, as diferenças revelaram as nuances específicas de cada grupo. O roteiro destinado aos coordenadores de pós-graduação (Apêndice A) se concentra em aspectos acadêmicos, como o conhecimento prévio sobre a Ucrânia e sua produção acadêmica, a comunicação com os beneficiários e as atividades desenvolvidas no contexto acadêmico. Este enfoque ressalta o papel dos coordenadores como facilitadores acadêmicos e administrativos dentro do programa.

Por outro lado, o roteiro para atores públicos ou de suporte técnico (Apêndice B) inclui questões sobre a origem da ideia do programa, a contribuição institucional na sua criação e a participação de instâncias governamentais, enfatizando seu papel na formulação e implementação de políticas públicas. Este roteiro sugere uma perspectiva mais estratégica e organizacional, focalizando nos aspectos administrativos e na governança do programa.

O roteiro para atores civis (Apêndice C), por sua vez, aborda a reação da comunidade ao conflito, a mobilização em prol do acolhimento e a participação da comunidade em atividades relacionadas. Estas perguntas destacam o papel da sociedade civil e a importância da resposta comunitária no contexto de crises humanitárias.

Finalmente, o roteiro destinado aos cientistas ucranianos (Apêndice D)<sup>26</sup>, é mais pessoal e experiencial. Aborda a situação profissional e pessoal antes do

---

<sup>26</sup> As informações relativas aos pesquisadores ucranianos foram coletadas em um contexto não oficial, uma vez que não foram conduzidas entrevistas formais com este grupo. A obtenção desses dados ocorreu durante eventos relacionados ao Programa de Acolhida, e por meio de conversas informais e não documentadas. Estas interações, embora não estruturadas como entrevistas registradas, se basearam no roteiro designado a essa população.

conflito, a escolha do Brasil como destino e a experiência de acolhimento no país. Este roteiro fornece uma visão das experiências vividas pelos ucranianos, oferecendo uma perspectiva íntima e detalhada do impacto do programa em suas vidas.

As outras interações sociais ocorreram por notícias na internet, participações em eventos, trocas de e-mails e mensagens via WhatsApp, totalizando 53 interações no total. O Quadro 5 apresenta a fonte dos dados coletados para esta pesquisa, divididos de acordo com as diferentes categorias de atores. Também são indicadas as instituições às quais esses atores pertencem e os métodos pelos quais os dados foram coletados.

**Quadro 5: Detalhamento da Amostra Categorizada**

(continua)

Categoria de Ator/Instituição	Entrevista	Pesquisa de Internet	Participação em Evento	Troca de e-mails	Troca de WhatsApp	Total Geral
Professor Suporte		2				2
UNICENTRO		2				2
Pro-Reitoria	1			5		6
UEL				1		1
UEM	1			1		2
UENP				1		1
UNILA				1		1
UNIOESTE				1		1
Coordenador de Pós				2		2
UEL				1		1
UEPG				1		1
Coordenador de Pós Responsável pela Proposta	6	2		3		11
IFPR	1					1
UEL	1			2		3
UEM	1					1
UENP	1					1
UEPG		1				1
UNICENTRO	1	1				2
UNIOESTE				1		1
UTFPR	1					1
Escritório de Relações Internacionais		1				1
UEPG		1				1

**Quadro 5: Detalhamento da Amostra Categorizada****(conclusão)**

Ator Civil	3				1	4
Humanitas	2					2
Líder Civil	1					1
Igreja Presbiteriana Independente					1	1
Pró-Reitoria Responsável pela Proposta	1			1		2
PUCPR	1					1
UNILA				1		1
Professor Responsável pela Proposta				5		5
PUCPR				1		1
UEL				3		3
UEPG				1		1
Ator Público	2		1			3
Embaixada da Ucrânia no Brasil			1			1
Fundação Araucária	2					2
Beneficiário da Política		1	12			13
IFPR			1			1
PUCPR			1			1
UEL			2			2
UEM			1			1
UENP			2			2
UEPG		1				1
UNICENTRO			2			2
UNILA			1			1
UNIOESTE			1			1
UTFPR			1			1
Reitoria		2				2
UEPG		1				1
UNICENTRO		1				1
Suporte Técnico	1		1			2
Fundação Araucária	1		1			2
<b>Total Geral</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>53</b>

Fonte: Autoria própria (2023)

Com o método da bola de neve, a amostra aumentou linearmente, incorporando pessoas de interesse, resultando em 73 pessoas contatadas, sendo que em 20



dessas interações não houve retorno. Assim, a amostra da pesquisa foi estabilizada em n=53, conforme detalhado no quadro 5.

As informações foram coletadas por meio de diversos canais e métodos. Das 73 pessoas inicialmente contatadas, houve engajamento com 53 indivíduos distintos. Sendo, 14 entrevistas individuais formalmente realizadas, 14 diálogos informais em eventos, 16 interações adicionais, que incluíram trocas breves de e-mails, conversas via WhatsApp e citações de falas disponíveis na internet. Essa metodologia mista permitiu a captura de um espectro amplo de informações, refletindo a complexidade e a riqueza das dinâmicas sociais em estudo.

Para fins de organização dos dados, quando a pesquisadora interagiu com o mesmo ator por meio de mais de uma fonte, as entrevistas foram priorizadas como fonte de informação, seguidas pela participação em eventos e, por último, as trocas de e-mails.

As informações obtidas por meio das entrevistas, conjuntamente com as outras metodologias apresentadas no Quadro 3, forneceram subsídios que serão integrados e analisados no capítulo 05, dedicado à apresentação e discussão dos resultados. A seguir, será detalhado o processo de tratamento dos dados coletados.

#### 4.2.6 Tratamento dos dados

A amostra das entrevistas foi composta por 14 participantes. Como a interação e a atuação entre os atores são parte integrante do objeto de estudo desta tese, a decisão de mantê-los em anonimato foi tomada a fim de evitar qualquer situação desconfortável. As instituições foram mencionadas com o intuito de evidenciar a diversidade de instituições, contextos geográficos e institucionais abrangidos pela pesquisa.

Os horários das entrevistas foram agendados por e-mail e/ou WhatsApp, e, em alguns casos, houve a necessidade de realizar entrevistas repetidas com o mesmo participante para acomodar as agendas. As entrevistas tiveram duração média de uma hora e foram conduzidas de forma remota, por meio de um link fixo no *Google Meet*. Elas foram registradas na plataforma Panopto<sup>27</sup> e transcritas automaticamente utilizando a ferramenta de legendagem da própria plataforma. A validação e organização das informações foram realizadas no Microsoft Word.

---

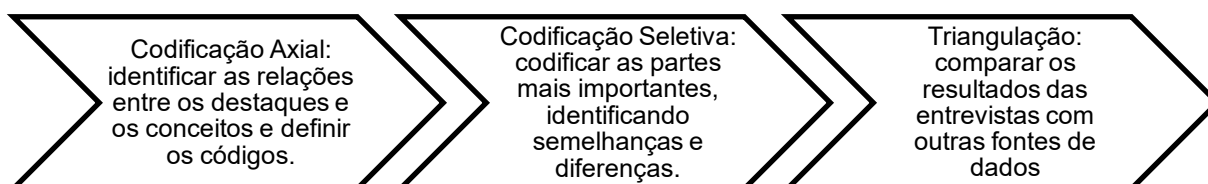
<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.panopto.com/>

O propósito subjacente consistiu em homogeneizar as informações a fim de possibilitar uma codificação mais precisa com dados uniformizados (Franco, 2008). A análise do conteúdo dos documentos baseou-se no modelo delineado por Bardin (2016), que estabelece três etapas que compõem a Análise de Conteúdo. A primeira etapa consiste na pré-análise do material, que envolve a realização de uma leitura inicial (leitura flutuante), seleção dos documentos e formulação de objetivos e hipóteses. A segunda etapa corresponde à fase de exploração, na qual são criados códigos ou categorias. A etapa subsequente envolve o tratamento dos dados, incluindo a interpretação dos mesmos (Bardin, 2016).

A Análise de Conteúdo configura-se como uma técnica de análise qualitativa que busca identificar e categorizar os temas e padrões presentes nas respostas dos entrevistados (Bardin, 2016). Essa técnica se revela valiosa para determinar as questões fundamentais relacionadas a um determinado tópico e compreender as opiniões e perspectivas dos entrevistados.

Por meio da identificação de padrões semânticos em um conjunto de dados textuais, é possível estabelecer temas ou categorias que resumam as principais questões ou tópicos discutidos pelos participantes da pesquisa. Nesse sentido, a codificação da pesquisa foi centrada na análise temática, ou seja, nas partes das entrevistas que se relacionavam aos temas de maior interesse, assim como na análise narrativa, com o objetivo de identificar as motivações, interações e interesses dos participantes da Pesquisa (Franco, 2008). A codificação das entrevistas e dos documentos foi realizada com o auxílio do software Atlas.Ti e seguiu a categorização progressiva apresentada na Figura 1.

**Figura 1: Processo de Categorização das Informações**



**Fonte: Autoria própria (2023)<sup>28</sup>**

<sup>28</sup> Com baseado em Matavire; Brown, 2008; Strauss; Corbin (1998).

A fim de garantir a homogeneidade e a adequação na definição das unidades de contexto e de registro, realizou-se um tratamento prévio dos dados. A unidade de contexto, conforme descrito por Bardin (2016), corresponde ao segmento do material que aborda um mesmo assunto, sendo, no contexto desta pesquisa, os subtemas abordados. Por sua vez, a unidade de registro consiste na menor unidade de análise, sendo utilizadas, neste estudo, as citações que consistem em palavras únicas ou locuções.

O Quadro 6 expõe os elementos de marcação nos quais se fundamenta a codificação das informações e como cada unidade de conteúdo se relaciona no contexto macro da pesquisa.

**Quadro 6: Protocolo de Pesquisa**

<b>Unidade de conteúdo</b>	<b>Objetivos</b>
Atores	Identificar e mapear os atores de influência nos processos formação da agenda e de implementação da política.
Contexto	Explicar fatores endógenos e exógenos que (possivelmente) influenciaram os processos de formação da agenda e implementação da política.
Atuação	Investigar a atuação dos atores nos processos formação da agenda e implementação da política.
Motivações	Categorizar os fatores endógenos (motivações, intenções e interesses) que podem ter influenciado na atuação dos atores nos processos formação da agenda e implementação da política.
Articulação	Explicar as interações dos atores nos processos formação da agenda e implementação da política.
Gargalos	Identificar dificuldades e limitações encontradas no processo de formação da agenda e implementação da política.
Expectativas	Examinar as expectativas dos atores no processo de formação da agenda e implementação da política – antes, durante e depois.

**Fonte: Autoria própria (2023)**

Cada unidade de contexto tem um objetivo específico, contribuindo para uma análise completa e abrangente desses processos. A primeira unidade de contexto, intitulada "Atores", tem como objetivo mapear os diversos atores que exerceram influência nos processos de formação da agenda e implementação da política. Isso implicou identificar e analisar indivíduos, grupos, instituições e organizações que desempenharam papéis importantes nesses processos.

A segunda unidade de contexto, denominada "Contexto", busca explicar os fatores externos que possivelmente influenciaram, ou não, nos processos de formação da agenda e implementação da política. Esses fatores externos podem abranger

aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que moldaram o ambiente no qual a política foi formulada e implementada.

A terceira unidade de contexto, intitulada "Atuação", concentra-se na investigação da atuação dos atores nos processos de formação da agenda e implementação da política. Isso envolve analisar como os atores exerceram sua influência e como suas decisões e seus comportamentos afetaram o desenvolvimento e a implementação da política estudada.

A quarta unidade de contexto, "Motivações", tem como objetivo categorizar os fatores internos que possivelmente influenciaram a atuação dos atores nos processos de formação da agenda e implementação da política. Esses fatores incluem as motivações, as intenções e os interesses dos atores envolvidos.

A quinta unidade de contexto, denominada "Articulação", busca explicar as interações entre os atores nos processos de formação da agenda e implementação da política. Isso implica analisar como os atores se comunicam, colaboram, competem ou confrontam durante o desenvolvimento e implementação das políticas.

A sexta unidade de contexto, intitulada "Gargalos", tem como objetivo identificar as dificuldades e limitações encontradas no processo de formação da agenda e implementação da política. Isso envolve analisar obstáculos, barreiras e desafios enfrentados pelos atores envolvidos nesses processos.

Por fim, a sétima unidade de contexto, denominada "Expectativas", examina as expectativas dos atores no processo de formação da agenda e implementação da política, tanto antes, durante e após esses processos. Isso implica analisar as perspectivas, aspirações e demandas dos atores envolvidos, bem como essas expectativas podem influenciar o desenvolvimento e a implementação das políticas.

A metodologia adotada neste estudo consistiu em um ensaio acadêmico-científico, que integra diversas técnicas qualitativas com a intenção de fornecer uma análise mais aprofundada e com múltiplas perspectivas sobre a política em estudo. Após apresentar as técnicas e os instrumentos de pesquisa, a subseção seguinte refere-se ao processo de estabelecer os limites e o escopo do estudo, definindo claramente o que será investigado e o que não será.

### **4.3 Delimitação da Pesquisa**

As delimitações constituem as características que restringem o escopo da pesquisa, por meio de considerações metodológicas, teóricas e de gestão (Quadro 7).

O presente estudo tem alcance regional abrangendo diferentes cidades do Estado do Paraná por meio de suas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, a saber: UNICENTRO (Irati e Guarapuava), UEL (Londrina), UTFPR (Medianeira), UENP (Jacarezinho), UEPG (Ponta Grossa), PUC/PR e IFPR (Curitiba), UNILA e UNIOESTE (Foz do Iguaçu) e UEM (Maringá).

Este desenho regional correspondeu aos municípios nos quais os cientistas ucranianos estão alocados no âmbito da política de acolhimento. A pesquisadora optou por não entrevistar os pesquisadores ucranianos aprovados que ainda não chegaram ao Brasil, em respeito aos critérios ético-metodológicos estabelecidos. A ideia inicial de visitar alguns contextos foi retirada do escopo do projeto, devido às limitações financeiras, de agenda e de logística tanto da pesquisadora quanto dos entrevistados.

A delimitação tecnológica refere-se ao método utilizado para coletar dados, especificamente por meio de entrevistas realizadas de forma remota. As entrevistas foram conduzidas utilizando a plataforma *Google Meet*. Essa escolha foi motivada por considerações práticas e pela necessidade de superar barreiras geográficas resultantes da delimitação geográfica. Além disso, buscou-se evitar possíveis restrições de mobilidade decorrentes de surtos da COVID-19.

A delimitação temporal abrangeu os acontecimentos ocorridos após fevereiro de 2022, sugerindo que a análise se concentra em eventos e desenvolvimentos recentes. Contudo, também foram considerados elementos históricos relevantes para o tema em estudo.

A delimitação teórica fundamenta-se na Teoria dos Múltiplos Fluxos formulada por John Wells Kingdon em 1984. Essa teoria descreve o processo de formulação de políticas públicas, enfatizando a interação de múltiplos fluxos de problemas, soluções e processos políticos.

O Quadro 7 a seguir apresenta o resumo da delimitação da pesquisa.

**Quadro 7: Detalhamento da delimitação da pesquisa**

(continua)

Tipo	Descrição
Geográfica	Irati, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Jacarezinho, Ponta Grossa, Curitiba, Foz do Iguaçu e Maringá.
Tecnológica	Entrevistas realizadas de forma remota.

**Quadro 7: Detalhamento da delimitação da pesquisa****(conclusão)**

Tipo	Descrição
Temporal	Foco nos acontecimentos após fevereiro de 2022 com recapturas históricas eventuais.
Teórica	Teoria Dos Múltiplos Fluxos De Kingdon (2014).

**Fonte: Autoria própria (2023)**

Em seguida, serão apresentadas as limitações da pesquisa, a fim de evidenciar a transparência e o rigor científico.

#### **4.4 Limitação da Pesquisa**

As limitações da pesquisa são restrições, obstáculos ou desafios que podem afetar a validade, a generalização e a interpretação dos resultados obtidos em um estudo. Essas limitações são inerentes a praticamente qualquer pesquisa, sendo crucial reconhecê-las e discuti-las de forma transparente, pois contribuem para contextualizar os achados e compreender suas possíveis implicações. A seguir, destacam-se algumas limitações identificadas desta pesquisa.

Primeiramente, é importante ressaltar que essa pesquisa possui limitações vinculadas à sua natureza qualitativa, o que restringe a possibilidade de generalizações teóricas. No entanto, isso não impede que haja contribuições a partir dos achados empíricos.

No estudo de políticas públicas, as variáveis são específicas de um contexto e de suas dinâmicas, o que implica que a legitimação do conhecimento adquirido empiricamente não garante resultados semelhantes em outros contextos. Portanto, é necessário um esforço sistemático de teorização sobre o processo de análise a ser realizado para contornar essa limitação.

Em termos metodológicos, a amostragem por bola de neve pode apresentar vieses de comunidade, restringindo as características da amostra a um grupo selecionado. Devido ao foco em um grupo seletivo de atores, esse viés de comunidade é inerente à presente pesquisa. Para mitigar essa limitação, foram feitos esforços para expandir o círculo de pessoas de interesse, incluindo atores civis.

Além disso, a abordagem parcialmente participante adotada pode apresentar limitações devido à proximidade com o objeto de estudo e seu aspecto humanitário, o

que pode resultar em enviesamentos e falta de imparcialidade. A metodologia integrada visou limitar perspectivas unilaterais e contrapor-se a esse risco.

É importante destacar que a volatilidade do conflito na Rússia e a vulnerabilidade dos acadêmicos deslocados podem influenciar na redução ou no aumento da amostra, uma vez que existem casos de acadêmicos aguardando liberação para sair da Ucrânia e outros que podem potencialmente retornar devido a laços familiares e conjugais.

Em relação à questão linguística, ela não representou uma barreira significativa, porquanto os pesquisadores ucranianos falavam inglês ou possuíam algum nível de proficiência em português. Quando necessário, os voluntários se disponibilizaram para colaborar na interação linguística.

Por fim, as mudanças políticas e administrativas decorrentes das eleições de 2022 dificultaram o acesso aos atores políticos, especialmente deputados não reeleitos. Sem cargos públicos, o acesso a esses atores se tornou mais difícil. Foram realizadas diversas tentativas de contato, tanto formais quanto informais, entretanto, infelizmente, sem sucesso. Como consequência, os dados obtidos nessa perspectiva de análise foram secundários, resultado de pesquisas em mídia e internet.

A seção 4.5 apresenta a estruturação das categorias de análise que guiaram a coleta de dados e a análise dos resultados.

#### **4.5 Categorias de Análise**

Com o propósito de estruturar o processo de coleta de dados, foram definidas duas categorias de análise (CA) caracterizadas por variáveis constitutivas (VC) e operacionais (VO). As variáveis constitutivas correspondem aos conceitos-chave que nortearam a pesquisa, enquanto as variáveis operacionais estão relacionadas a dados e informações coletados. Neste estudo, as variáveis constitutivas estão associadas aos pressupostos presentes na Teoria de Múltiplos Fluxos (2014), ao passo que as variáveis operacionais são os dados que serão coletados para analisar o estudo de caso em relação ao contexto empírico e teórico.

O Quadro 08 a seguir apresenta a relação das categorias de análise e respectivas variáveis constitutivas e operacionais da pesquisa como também as finalidades e os instrumentos de investigação.

**Quadro 8: Relação das Categorias de Análises (CA) e respectivas variáveis constitutivas (VC) e operacionais (VO), finalidade e instrumentos de pesquisa**

(continua)

CA	VC	VO	Finalidade	Instrumentos
Formação da Agenda	De acordo com a Teoria dos Múltiplos Fluxos (Kindgon, 2014), a formação de agenda é o processo pelo qual uma condição-inicial torna-se um problema público, desde que encontrada uma solução viável tecnicamente e economicamente que, aliada a outros fatores, propicie a convergência dos três fluxos, a saber: fluxo do problema, fluxo das alternativas e fluxo da arena política (VO - c).	a) Fluxo de problemas a.1) Evento a.2) Indicadores a.3) Feedback	- Identificar os fatores que colaboraram para que a questão dos acadêmicos deslocados ucranianos se tornasse um problema.	- Entrevistas semiestruturadas com atores vinculados direta ou indiretamente à política de acolhimento. - Análise de Conjuntura e rastreamento de processos relacionados à conformação da política.
		b) Fluxo de soluções b.1) Viabilidade b.2) Custos b.3.) Aceitação dos especialistas b.4) Aceitação pelo público b.5) Receptividade por parte dos tomadores de decisão	- Identificar a interação entre os atores na busca pela solução.	- Entrevistas semiestruturadas com atores vinculados direta ou indiretamente à política de acolhimento.
		c) Fluxo de processos políticos c.1) Clima nacional c.2) Forças políticas organizadas c.3) Mudanças de governo	- Identificar os processos e as dinâmicas que influenciaram a formação de agenda e a implementação da política.	- Entrevistas semiestruturadas com atores vinculados direta ou indiretamente à política de acolhimento. - Pesquisa sobre repercussão midiática da questão do refúgio ucraniano no contexto internacional, nacional e local. - Análise de conjuntura e rastreamento de processos relacionados à conformação da política.



**Quadro 8: Relação das Categorias de Análises (CA) e respectivas variáveis constitutivas (VC) e operacionais (VO), finalidade e instrumentos de pesquisa (conclusão)**

CA	VC	VO	Finalidade	Instrumentos
Implementação	Papel, agência e práticas identificadas na atuação dos indivíduos que influenciaram direta ou indiretamente na implementação da política estudada, no arcabouço da Teoria dos Múltiplos Fluxos.	d.1) Atores visíveis d.2) Atores invisíveis d.3) Empreendedores políticos	- Identificar a prática dos atores que influenciaram diretamente e/ou indiretamente na implementação da política.	- Entrevistas semiestruturadas com atores vinculados direta ou indiretamente à política de acolhimento. - Pesquisa sobre repercussão midiática da questão do refúgio ucraniano no contexto internacional, nacional e local.

Fonte: Autoria própria (2023)

A primeira categoria de análise é a formação da agenda, conforme proposto por John W. Kingdon na Teoria dos Múltiplos Fluxos (2014). Trata-se do processo pelo qual uma determinada temática ou tópico se torna um problema público. Isso ocorre quando uma condição-inicial é identificada como um problema e uma solução tecnicamente viável e economicamente sustentável é encontrada, conjuntamente com outros fatores que propiciam a convergência dos três fluxos: fluxo do problema, fluxo das alternativas e fluxo dos processos políticos.

No contexto desta pesquisa, a análise dos dados relacionados à formação da agenda é dividida em três subcategorias. O primeiro fluxo é o fluxo de problemas, cujo objetivo é identificar os fatores que contribuíram para que a questão dos acadêmicos deslocados ucranianos se tornasse um problema público. Essa análise foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas com atores vinculados direta ou indiretamente à política de acolhimento, além da análise de conjuntura e do rastreamento de processos relacionados à conformação da política.

O segundo fluxo é o fluxo de soluções, que busca identificar a interação entre os atores envolvidos na busca por soluções para a questão em análise. Essa análise também foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos direta ou indiretamente no Programa de Acolhida.

Por fim, o terceiro fluxo é o fluxo de processos políticos, que tem como objetivo identificar as dinâmicas e os processos políticos que influenciaram a formação da agenda e a implementação da política. Essa análise é conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas, pesquisa sobre a repercussão midiática da questão do

refúgio ucraniano no contexto internacional, nacional e local, além da análise de conjuntura e do rastreamento de processos relacionados à conformação da política.

A segunda categoria de análise é a implementação de política pública, com foco específico sobre os atores. Os atores são indivíduos que desempenham um papel significativo na formação e implementação da política estudada. Nesta pesquisa, com base na Teoria dos Múltiplos Fluxos de Kingdon (2014), os atores são categorizados em três grupos: atores visíveis, atores invisíveis e empreendedores políticos, sendo que essa categorização regimentou a análise dos atores. Entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos indiretamente na política de acolhimento, conjuntamente com a pesquisa sobre a repercussão midiática da questão do refúgio ucraniano em diferentes contextos (internacional, nacional e local), foram fontes de informação sobre a atuação desses atores.

Os atores visíveis são aqueles que possuem uma presença mais evidente e ativa na política em questão. Eles podem incluir políticos, autoridades governamentais, representantes de organizações da sociedade civil, acadêmicos, entre outros. Esses atores desempenham papel direto na formação e implementação da política, e sua atuação pode ser identificada e analisada por meio de entrevistas semiestruturadas com aqueles que estão diretamente envolvidos na política de acolhimento dos acadêmicos deslocados ucranianos.

Os atores invisíveis, por sua vez, são aqueles cuja influência é menos visível ou perceptível, mas que desempenham papel importante nos bastidores da política. Eles podem incluir consultores políticos, lobistas, especialistas técnicos, grupos de interesse, entre outros. Identificar e compreender a atuação desses atores invisíveis é essencial para uma análise abrangente da formação e implementação da política.

Por fim, os empreendedores políticos são indivíduos ou grupos que desempenham papel proativo na promoção e implementação da política. São caracterizados por sua capacidade de identificar oportunidades políticas, mobilizar recursos e construir coalizões para impulsionar a política em questão. Identificar esses empreendedores políticos e compreender suas estratégias e influência é fundamental para compreender como a política de acolhimento dos acadêmicos deslocados ucranianos foi impulsionada e implementada.

Após uma análise detalhada da metodologia adotada neste estudo, é chegada a hora de adentrar no capítulo de apresentação e análise dos dados coletados. Este capítulo representa o cerne da tese de doutorado, onde os resultados obtidos serão

cuidadosamente expostos e interpretados à luz dos objetivos propostos. Ao mergulharmos nesta etapa crucial da pesquisa, será possível explorar as descobertas empíricas e as evidências que sustentam as conclusões deste estudo.

## **5 ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE AGENDA E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACOLHIDA A CIENTISTAS UCRANIANOS**

O presente capítulo compreende a apresentação e a análise dos dados coletados provenientes da consolidação das informações colhidas. Essa convergência de elementos culminou na realização do escopo deste estudo, que se propôs a analisar, sob a égide da Teoria dos Múltiplos Fluxos, o processo de elaboração da agenda e as práticas de implementação do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos da Fundação Araucária.

Com o propósito de proporcionar uma leitura fluente e uma abordagem mais coesa, optou-se por adotar uma perspectiva que, embora inspirada pela Teoria dos Múltiplos Fluxos, não se vincula rigidamente às suas categorizações, propiciando, assim, uma análise mais orgânica e harmoniosa. Visto que Kingdon (2014) ressalta que os três fluxos não seguem uma trajetória linear, eles podem ser considerados como fluxos independentes, suscetíveis de ocorrer em qualquer sequência.

Na seção inaugural, a atenção volta-se para a análise do processo de formação da agenda, abrangendo o estágio pré-político que culminou no surgimento do Programa de Acolhida de Cientistas Ucranianos no contexto paranaense. Na primeira subseção, será apresentada a Fundação Araucária e os detalhes operacionais do Programa a fim de permitir um entendimento introdutório de como o programa é operacionalizado para então seguir à análise da política. As partes seguintes apresentam a análise com base nos fluxos componentes do arcabouço teórico dos Múltiplos Fluxos. A sequência da análise direciona-se à identificação dos atores e fatores que influenciaram a conformação da política pública.

O segundo subcapítulo abarcará a etapa de implementação, englobando aspectos operacionais, administrativos, bem como as motivações e interações entre os agentes que participaram do processo. No âmago deste escopo, visa-se examinar as práticas de acolhimento e os desafios prementes enfrentados na efetivação da política. Adicionalmente, almeja-se investigar as repercussões imediatas da política em distintos cenários de implementação. A fundamentação deste arcabouço analítico repousa na sinergia dos dados obtidos por meio de entrevistas, análise documental e cobertura midiática. Importa ressaltar que a segunda parte deste capítulo constitui uma ampliação da aplicabilidade da Teoria dos Múltiplos Fluxos, frequentemente empregada na análise da construção de agendas. Atendendo às demandas da banca

de qualificação, optou-se por ampliar a aplicação dessa estrutura teórica, abrangendo também a etapa de implementação, com ênfase na atuação dos atores envolvidos. A coleta de dados proporcionou discernimentos significativos acerca das interações e da atuação desses atores no contexto da materialização da política, viabilizando, desse modo, uma abordagem abrangente não apenas do processo político em questão, mas também contribuindo empiricamente para a validação desta matriz analítica.

### **5.1 Fundação Araucária e o Programa Acolhimento De Cientistas Ucranianos**

A Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) é uma agência governamental do estado do Paraná, no Brasil, cujo objetivo é promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental por meio de investimentos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação. Fundada em janeiro de 2000, a FA trabalha em parceria com outras 27 Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, afiliadas ao Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP). A organização mantém estreita relação com as instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas sem fins lucrativos, bem como com os institutos de pesquisa do Paraná, e desenvolve diferentes tipos de projetos em colaboração com esses atores.

As ações da Fundação são viabilizadas por meio de Chamadas Públicas de Projetos (CPs) e Processos de Inexigibilidade de Chamamento Público (PIs), que envolvem uma avaliação do mérito científico realizada por especialistas na área. No ano de 2022, a Fundação lançou 23 Chamadas Públicas e 15 Processos de Inexigibilidade disponibilizando R\$ 87.619.339,40. Deste total, os recursos da Araucária somaram R\$ 62.690.822,15 e os recursos de parceiros totalizaram R\$ 24.928.517,25 (Fundação Araucária, 2022e).

Dentre os projetos de destaque vale se citar os Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs), que consistem em redes colaborativas de pesquisa voltadas para a ativação e consolidação de ecossistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Paraná; a recente Escola Doutoral da Cátedra Araucária em Desenvolvimento Territorial Sustentável do Eixo Capricórnio, que visa formar uma ampla rede colaborativa composta por mais de 30 instituições signatárias da Cátedra Araucária que atuam no Eixo de Capricórnio a fim de buscar soluções inovadoras para o

desenvolvimento territorial sustentável, reunindo programas de pós-graduação de diferentes instituições. E o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos.

A atuação da Fundação Araucária abrange três eixos estratégicos principais: o fomento à Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação, a verticalização do Ensino Superior<sup>29</sup> e a formação de pesquisadores, e a disseminação da Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação. O Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos opera de forma transversal em relação a esses três eixos.

A Chamada Pública nº 09/2022 – ANEXO A (2022a), que é o principal instrumento do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos, apresentou três objetivos distintos. O primeiro objetivo consiste em fornecer apoio financeiro às Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) do Paraná para a recepção e atuação dos pesquisadores ucranianos nos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu dessas instituições. O segundo objetivo é promover a inclusão das cientistas na comunidade paranaense e estimular futuras colaborações entre o governo do estado e a Ucrânia, visando à reconstrução e ao fortalecimento da economia ucraniana por meio da ciência e da inovação. Por fim, o terceiro objetivo visa favorecer a integração das cientistas ucranianas no desenvolvimento de atividades de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação em todas as áreas do conhecimento que estejam alinhadas com os Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) fomentados pela Fundação Araucária ou com as áreas prioritárias identificadas pelo Conselho Paranaense de Ciência (Fundação Araucária, 2022a).

Devido à imposição da lei marcial na Ucrânia, o programa inicialmente recrutou exclusivamente cientistas do sexo feminino. Os critérios de participação incluíam a posse do título de Doutor e atuação em universidades sediadas na Ucrânia. Posteriormente, passou-se a admitir recém-doutoras, desde que possuíssem conhecimentos básicos da língua portuguesa (Fundação Araucária, 2022d). O programa funciona em chamada contínua até completar o objetivo de acolher 50 pesquisadores.

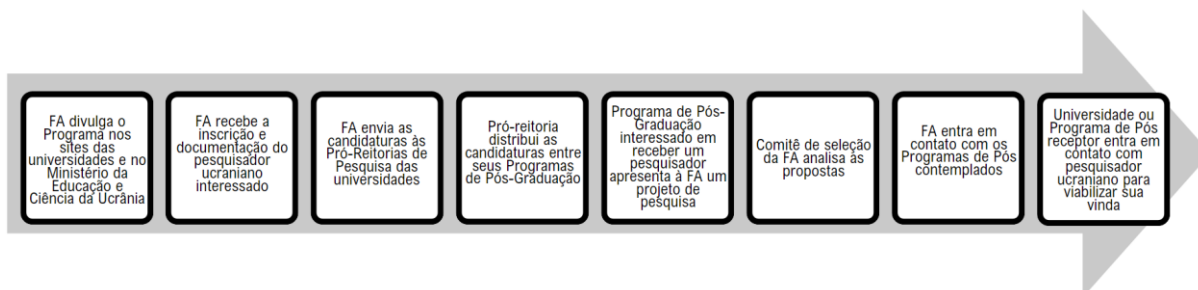
O processo de inscrição (Figura 02) envolve o preenchimento de um formulário disponível no site da Fundação Araucária, o envio de uma carta de interesse que

---

<sup>29</sup> Segundo o Ministério da Educação (MEC), a verticalização prevê que os estudantes tenham acesso a todas as etapas do ensino em uma mesma instituição concentrando seus estudos na sua região. Isso promove a capacitação local e capilariza a oferta de cursos em diferentes regiões (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/78371-educacao-verticalizada-saiba-o-que-e-e-conheca-casos-que-marcam-historia-da-rede-federal>).

defenda a pertinência da candidatura e explique, em até duas laudas, a proposta de pesquisa, a área de interesse e os objetivos pretendidos. Além disso, os interessados também devem anexar um vídeo de até cinco minutos em apoio à sua candidatura. A documentação pode estar redigida em uma das três línguas: ucraniano, português ou inglês.

**Figura 2: Processo de tramitação da candidatura dos pesquisadores**



**Fonte: Autoria própria (2023)**

As universidades parceiras da Fundação Araucária, por meio de suas Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa, são responsáveis por receber as candidaturas dos pesquisadores ucranianos e distribuí-las entre seus programas de Pós-Graduação, levando em consideração a pertinência de área.

Quando um Programa de Pós-Graduação se interessa por um dos perfis dos pesquisadores e está disposto a recebê-lo, apresenta uma proposta de pesquisa à Fundação Araucária, buscando combinar os interesses do programa com a proposta do candidato. Essa proposta pode ser desenvolvida exclusivamente dentro do programa ou envolver a colaboração com outros programas e áreas.

Após a seleção da proposta, cabe à universidade emitir a carta de aceite e facilitar a chegada do pesquisador ao Brasil, incluindo, se necessário, organização do visto, orientações sobre deslocamento e acomodação. O tempo de tramitação desse processo varia de 3 a 6 meses em média ou, até mesmo, mais, dependendo do contexto no qual se encontra o pesquisador selecionado. Há pesquisadores ucranianos que, mesmo com a aprovação da candidatura pela universidade brasileira e a Fundação Araucária, ainda não conseguiram chegar ao Brasil para tomar posse da posição. Em casos como este, a vaga fica reservada até segunda ordem.

A Fundação Araucária fornece suporte linguístico por meio do programa "Paraná Fala Idiomas", que oferece um curso específico denominado "Português como Língua de Acolhimento". Esse curso tem como objetivo auxiliar na integração

linguística e cultural dos pesquisadores e de seus dependentes. O conceito de língua de acolhimento vai além do ensino da língua, abrangendo também a promoção de uma política de solidariedade, em consonância com os princípios expressos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, como dignidade, liberdade, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça (Grosso, 2021). Quando possível, os pesquisadores podem iniciar o curso mesmo estando fora do Brasil, desde que disponham de infraestrutura e condições adequadas. Essa oportunidade permite uma preparação linguística antecipada, visando facilitar a transição e adaptação ao ambiente brasileiro.

Para alcançar o público-alvo e promover a divulgação do programa, a Fundação Araucária estabeleceu parcerias com diversas entidades e instituições. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a Embaixada da Ucrânia e a Representação Central Ucrâniano-Brasileira (RCUB), foram colaboradores importantes nesse processo. Além disso, contou-se com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) e da Cáritas. Assim, o Programa foi divulgado em sites de universidades ucranianas, redes de pesquisadores, no Site do Ministério da Educação e da Ciência da Ucrânia, e entre outros – conferindo legitimidade e credibilidade à iniciativa.

Para auxiliar as universidades no processo de acolhimento e estabelecimento dos pesquisadores, a Fundação Araucária lançou simultaneamente à Chamada Pública 09/2022, a Chamada Pública 10/2022 (ANEXO B) do "Programa Institucional Universidades Amigas: Acolhimento Extensionista aos Cientistas Ucranianos" (Fundação Araucária, 2022b). O edital abrangeu a seleção de bolsistas extensionistas, responsáveis por oferecer apoio diário às universidades e recém-chegados em uma variedade de serviços, incluindo acomodação, aquisição de mobília, inscrição no sistema de saúde, questões de visto, matrícula escolar para crianças, transporte, manuseio financeiro, entre outros. Competindo aos bolsistas acompanhar os professores-pesquisadores, seus dependentes e suas famílias nas atividades do dia a dia, fornecendo orientações sobre a cidade, os campi e as peculiaridades regionais de cada universidade anfitriã. Esperava-se que os bolsistas possuíssem proficiência em inglês ou ucraniano e estivessem matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação no Paraná ou que fossem recém graduados.

Além dos bolsistas, o projeto previa a contratação de um coordenador institucional e um orientador extensionista. O coordenador institucional, indicado pela instituição proponente, era responsável por elaborar a proposta e inscrever a



universidade na Chamada. O orientador extensionista do Programa de Acolhida, vinculado formalmente à instituição proponente, tinha a tarefa de monitorar o desenvolvimento da proposta de pesquisa aprovada durante a candidatura do pesquisador, garantindo sua consonância com as áreas de pesquisa do programa. Este era responsável por assegurar que qualquer atividade ou trabalho publicado como resultado do programa fosse devidamente identificado com as marcas da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e da Fundação Araucária.

Cada instituição participante tem direito a um bolsista orientador extensionista, recebendo uma bolsa mensal de R\$ 1.375,00 por 12 meses, que pode ser prorrogada por mais 12 meses. As bolsas para técnicos extensionistas são de R\$ 1.310,00 mensais, com duração alterada de 6 para até 12 meses. A intenção era fornecer um bolsista para cada pesquisador ucraniano. O orçamento total da Chamada Pública 09/2022, que também incluía o Programa Institucional Universidades Amigas, foi de R\$ 888.000,00 provenientes do Fundo Paraná (Lei Estadual nº 12.020/98, alterada pela Lei Estadual nº 15.123/06).

Ambas as chamadas orientam a execução e a implementação do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos (Fundação Araucária, 2022c). Além do acolhimento de integração dos cientistas na comunidade paranaense, o programa tem como finalidade estimular colaborações conjuntas para a reconstrução e o fortalecimento da economia ucraniana por meio da ciência e inovação, em parceria com o Governo do Estado do Paraná (Fundação Araucária, 2022c).

Os pesquisadores selecionados para participar do programa têm a oportunidade de desenvolver atividades no âmbito do Programa de Pós-graduação das universidades por meio de acolhimento por um período inicial de dois anos, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período. A bolsa mensal oferecida varia de acordo com a categoria do pesquisador. Aqueles com mais de cinco anos de experiência em docência universitária e grau de produtividade acadêmica correspondente recebem uma bolsa de R\$ 10.000,00 mensais, enquadrando-se na categoria Professor – Visitante Especial 1 (PVE1). Já os pesquisadores com menos de cinco anos de trabalho como docente universitária são classificadas como Visitante Especial 2 (PVE2) e recebem uma bolsa mensal de R\$ 5.000,00 (Fundação Araucária, 2022a).

Para viabilizar o financiamento do projeto, a Fundação Araucária destinou a quantia de R\$ 18 milhões, oriundos do Fundo Paraná<sup>30</sup>. Este fundo, estabelecido conforme a Lei Estadual nº 12.020/98 e suas subsequentes modificações introduzidas pela Lei Estadual nº 15.123/06, é gerenciado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti). Considerando que o Programa em questão tem previsão de duração de dois anos prorrogáveis, o montante alocado representa um orçamento anual aproximado de R\$ 9 milhões. Este valor corresponde a 8% do orçamento de 2023 da Fundação, que totalizou R\$ 102,9 milhões, conforme divulgado pela Agência Estadual de Notícias (AEN, 2023a).

A maior parte dos recursos provenientes da Fundação Araucária é repassada à universidade acolhedora, que por sua vez a destina ao pesquisador e aos bolsistas. No entanto, em alguns casos, como ocorreu na Universidade Federal do Paraná, esse método de repasse se tornou um obstáculo para a participação no Programa, devido ao teto orçamentário<sup>31</sup>.

No caso de pesquisadores com dependentes menores de 18 anos ou ascendentes maiores de 60 anos, há um complemento adicional de R\$ 1.000,00 por dependente, limitado a três dependentes. Ademais, a Fundação Araucária assume as despesas das passagens de ida para os pesquisadores e seus dependentes, enquanto a passagem de retorno para a Ucrânia fica a cargo da instituição de acolhimento.

## 5.2 Contextualização

O evento crítico da invasão na Ucrânia pela Rússia, ocorrido em 24 de fevereiro de 2022, constitui o marco central que, à luz da Teoria dos Múltiplos Fluxos (Kingdon,

---

<sup>30</sup> O Fundo Paraná, criado pelo artigo 205 da Constituição Estadual, tem o propósito de proporcionar suporte financeiro para programas, projetos e iniciativas de pesquisa, extensão, desenvolvimento científico e tecnológico, além de ações autorizadas pela Lei Estadual de Inovação e atividades correlatas, seguindo as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT Paraná). As fontes de recursos do Fundo Paraná incluem, no mínimo, 2% da receita tributária anual do Estado a serem destinados à conta Fundo Paraná, sob gestão da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), sendo 1% para apoiar programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e previsões da Lei de Inovação, e outro 1% para investir em iniciativas similares desenvolvidas por Universidades Estaduais, Instituições de Ciência e Tecnologia públicas, Fundações de Apoio e projetos estratégicos da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI, [s.d.]).

<sup>31</sup> O teto orçamentário das universidades e institutos federais brasileiras é um limite máximo estabelecido de recursos financeiros que as instituições de ensino superior podem receber. Esse limite é determinado pelo governo federal e está sujeito a diferentes critérios e ajustes ao longo do tempo.

2014), funcionou como o catalisador preponderante para a formulação e concepção do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos. O conflito adquiriu notoriedade e suscitou um interesse amplo, sensibilizando a opinião pública global, instigando sentimentos de empatia e solidariedade que, por sua vez, propiciaram um contexto propício para o fomento de medidas voltadas à acolhida da população ucraniana em deslocamento.

O desencadeamento do conflito reverberou instantaneamente nos principais meios de comunicação globais, nas plataformas de mídia social e entre as lideranças internacionais. Em específico, em 24 de fevereiro de 2022, as *hashtags* #Ucrania e #Putin emergiram como as mais empregadas no X (antigo Twitter) pelos brasileiros, totalizando um expressivo quantitativo de 4 milhões e 2,9 milhões de *tweets*<sup>32</sup>, respectivamente (GetdayTrends<sup>33</sup>). A abrangência global da temática refletiu uma tendência semelhante, exemplificada pela *hashtag* #Ukraine, que acumulou 2,3 milhões de menções (GetdayTrends<sup>34</sup>).

A União Europeia (UE) prontamente condenou os ataques indiscriminados perpetrados pela Rússia contra os civis e as infraestruturas ucranianos, alçando um apelo enfático para que o país interrompesse as investidas sistemáticas. Como complemento ao apoio manifestado às esferas humanitária, política, financeira e militar da Ucrânia, a UE instituiu sanções à Rússia, que incluíram indivíduos e entidades, e adotou medidas restritivas sem precedentes com o objetivo de enfraquecer as bases econômicas e impedir acesso a tecnologias e mercados relacionados à sua capacidade de conduzir operações bélicas (Conselho Europeu, 2022).

No âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil posicionou-se favoravelmente à resolução advinda da Assembleia Geral da ONU que condenou a invasão russa. Em consonância com esse pronunciamento, outras 140 nações também manifestaram aderência a tal posicionamento (G1, 2022). No contexto dos

---

<sup>32</sup> Estimativas apontam que no X, diariamente são publicados cerca de 500 milhões de *tweets*. Disponível em <https://www.dsayce.com/social-media/tweets-day/>

<sup>33</sup> Disponível em: <https://getdaytrends.com/>

<sup>34</sup> Disponível em: <https://getdaytrends.com/>

demais membros do BRICS<sup>35</sup>, a Rússia opôs-se à resolução, enquanto a China, a Índia e a África do Sul optaram por uma postura de abstenção<sup>36</sup>.

Por intermédio da divulgação da nota à imprensa de número 30, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil expressou preocupação com a situação em tela, enfatizando a imperativa necessidade de uma cessação imediata das hostilidades, buscando uma solução diplomática com base no Tratado de Minsk (MRE, 2022).

Durante discurso na Câmara dos Deputados em Brasília, o Deputado Federal Rubens Bueno, do partido Cidadania-PR, exigiu ações concretas por parte do Ministro das Relações Exteriores com vistas a abordar a invasão russa na Ucrânia. Em seu discurso, o Deputado salientou os vínculos históricos arraigados entre o Brasil e a Ucrânia, articulando que o Brasil assumira uma obrigação moral, política e de acordo com o direito internacional para respaldar a busca pela paz na região, inclusive através do oferecimento de auxílio humanitário (Ferreira, 2022).

No âmbito estadual, o Governador em exercício do Paraná, Darci Piana, externou sua solidariedade ao povo ucraniano, ressaltando os laços robustos que ligam o estado ao país europeu. Em sua declaração, o político salientou a importância de uma resolução diplomática célere, além de expressar inquietação face às implicações humanitárias advindas do conflito (Pereira, 2022).

A Assembleia Legislativa do Paraná, por sua vez, solidarizou-se com a Ucrânia por meio de uma sessão especial, na qual foram condenadas as ações promovidas pela Rússia desde o início do conflito. O vice-governador, Darci Piana, enalteceu a contribuição altamente significativa da comunidade ucraniana para o progresso do estado, ao passo que o deputado Luiz Cláudio Romanelli evidenciou o respaldo da população paranaense à causa ucraniana. Concomitantemente, o Comitê Humanitas Brasil-Ucrânia, que efetuou mobilização de recursos destinados a suprimentos médicos e auxílio direcionado às famílias afetadas pelo conflito na Ucrânia, foi reconhecido pelo cônsul ucraniano no Paraná, Mariano Czaikowski. Nesse ato de solidariedade, a bandeira ucraniana foi hasteada conjuntamente com as bandeiras do Brasil e do Paraná e o edifício da Assembleia foi iluminado com as cores da bandeira ucraniana (ALEP, 2022).

---

<sup>35</sup> Formado por países “emergentes”, o BRICS possui um grande peso econômico e político ao agrupar Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

<sup>36</sup> Com a mudança de mandato presidencial, o Brasil tem tomado uma postura intermediária participando das negociações de paz no conflito.

Em Curitiba, a comunidade ucraniana realizou um ato pela paz entre a Rússia e a Ucrânia no Memorial Ucraniano do Parque Tingui. O evento contou com a presença do prefeito Rafael Greca e foi organizado por igrejas ucranianas, sociedades culturais e a Representação Central Ucraniano-Brasileira (RCUB). Os participantes trajaram roupas tradicionais, portaram bandeiras, acenderam velas e expressaram apoio à paz. O prefeito Greca ressaltou a importância da solidariedade e endossou o apelo pelo fim da guerra, destacando a contribuição que o Brasil pode conferir a essa empreitada (PMC, 2023).

Outras cidades também se manifestaram. A Prefeitura de Prudentópolis (PR) enviou um ofício à cidade-irmã de Ternópil, na Ucrânia, oferecendo refúgio aos moradores afetados pelo ataque russo. Prudentópolis abriga a maior comunidade ucraniana do Brasil, sendo a quarta maior do mundo, com mais de 75% dos seus 52 mil moradores sendo de descendência ucraniana (Paraná Educativa FM, 2022).

Na cidade de Toledo (PR), ações concretas foram empreendidas em prol do acolhimento, com o respaldo de empresários locais e membros do eclesiástico. Uma Comissão de Acolhimento foi instaurada e apresentou propostas às autoridades municipais com vistas à integração de refugiados provenientes do conflito entre Rússia e Ucrânia. O prefeito da cidade alinhou-se com essa iniciativa, refletindo a sincera solidariedade com os deslocados (Gazeta De Toledo, 2022).

A Representação Central Ucraniano-Brasileira (RCUB) é uma organização não governamental que desempenha o papel de representante dos descendentes ucranianos diante das instâncias governamentais do Brasil e da Ucrânia. Ela agrega tanto entidades civis quanto religiosas, constituindo-se por instituições civis localizadas em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e entidades religiosas, englobando 260 comunidades greco-católicas e 18 ortodoxas, além de outras instituições. O escopo dessa representação abarca a ampla parcela de descendentes ucranianos no Brasil, totalizando mais de 600.000 indivíduos.

Na ocasião da invasão da Ucrânia pela Rússia, a RCUB instituiu o Comitê Humanitas Brasil-Ucrânia. O comitê destaca-se por uma abordagem humanista, pacifista e pluralista, com o objetivo primordial de salvaguardar os direitos dos ucranianos e promover o estabelecimento de um cessar-fogo. Com esse intuito, o Comitê Humanitas Brasil-Ucrânia tem consolidado parcerias com instituições de renome, a exemplo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Ministério de Direitos Humanos e órgãos estaduais. Além disso, mantêm

colaborações sólidas com dezenas de municípios e uma diversidade de entidades civis, como os Escoteiros, Rotary, Lions, Ordem dos Advogados do Brasil, Abona, entre outras organizações especializadas no acolhimento de refugiados. A abrangência dessas parcerias estende-se igualmente a instituições vinculadas a diferentes credos religiosos, Maçonaria, Câmaras de Comércio e Associações Comerciais.

O Comitê tem desempenhado compromisso ativo na condução de ações de solidariedade e apoio humanitário em prol do povo ucraniano no contexto do conflito com a Rússia. Entre suas atividades mais marcantes, destaca-se o envio de doações, que ultrapassaram o montante de R\$ 600.000, destinadas à Ucrânia.

No espectro normativo, em 03 de março de 2022, o Brasil emitiu a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 28, estabelecendo as bases para a concessão de vistos temporários e autorizações de residência destinadas ao acolhimento humanitário dos ucranianos impactados ou deslocados pelo conflito armado (MJSP/MRE, 2022). Essa portaria estabeleceu diretrizes para a concessão de vistos temporários, com duração de 180 dias, com a possibilidade de migração para residência temporária por até dois anos após o registro.

Os meses subsequentes ao conflito entre a Ucrânia e a Rússia foram caracterizados como um ambiente propício para a implementação de ações direcionadas ao acolhimento dos ucranianos deslocados. Historicamente, não é incomum que cientistas deixem seus países de origem durante períodos de conflitos ou crises políticas. As universidades e os institutos americanos, por exemplo, têm acolhido cientistas e estudantes ameaçados por guerras, regimes ditatoriais e calamidades desde a Revolução Russa, passando pela Alemanha nazista, União Soviética e o regime do *apartheid* sul-africano, até as guerras no Oriente Médio<sup>37</sup> (Bentwich, 1953).

Nos anos antecedentes à invasão, a comunidade científica ucraniana encontrava-se em um processo de transição, buscando incrementar suas colaborações internacionais e forjar laços científicos com nações vizinhas do ocidente, notadamente a Polônia. Esse realinhamento estratégico refletiu em uma ascensão na produção de publicações científicas e em uma elevação da qualidade das pesquisas ucranianas em conformidade com os padrões internacionais. Tal evolução focalizou

---

<sup>37</sup> IIE's Scholar Rescue Fund (IIE-SRF).

áreas como Engenharia, Informática, Energia, Ciências Terrestres e Planetárias, bem como Ciências Ambientais (OECD, 2022).

Por outro lado, essa renovação científica experimentou um corte abrupto com a eclosão da invasão russa. O aparato educacional foi desestabilizado, com as instituições de ensino constituindo alvos diretos de ataques. Até o final de 2022, mais de 2.528 instituições foram atingidas, resultando em uma destruição completa de mais de 285 delas (Dukhovych; Lubov, 2022). Muitos cientistas foram obrigados a abandonar suas pesquisas e posições acadêmicas em face da necessidade de resguardar suas vidas e de suas famílias, ou mesmo para lutar pelo país. Segundo o Ministério da Educação e Ciência da Ucrânia, em 2021, o país contava com cerca de 60.000 pesquisadores (The Ministry Of Education And Science Of Ukraine, 2021). Dados oficiais do Conselho de Jovens Cientistas do Ministério da Ciência do país mostram que, até 4 de abril de 2022, cerca de 6.000 pesquisadores haviam deixado a Ucrânia. Projeções para o final do mesmo ano indicavam um contingente superior a 22.000, o que equivaleria a mais de um terço da comunidade científica do país (Mcgrath; Lempinen, 2021).

A prolongação do conflito e a subsequente dispersão dos cientistas ucranianos representam um risco para o futuro da ciência no país, conduzindo a uma desestruturação das capacidades físicas e humanas, além de comprometer a colaboração internacional e prejudicar a formação das gerações vindouras de cientistas e profissionais. Logo, a formulação de esforços colaborativos emerge como uma exigência premente, visando atenuar esses impactos e buscar soluções que permitam a continuidade das pesquisas e a reintegração desses cientistas em suas instituições de origem uma vez terminado o conflito (Gaind *et al.*, 2022).

O crescente "êxodo de cérebros" da Ucrânia tem levantado preocupações, levando a Associação Universitária Europeia (EUA) a elaborar recomendações para as universidades que anseiam prover auxílio às suas contrapartes ucranianas. Dentre elas, a promoção de colaborações interinstitucionais entre universidades, incluindo programas conjuntos, compartilhamento de instalações e concessão de bolsas remotas com foco nos acadêmicos ucranianos. A efetivação dessas bolsas concederia aos acadêmicos do sexo masculino, dos quais aproximadamente 80% permanecem em sua terra natal, apoio dentro de suas localidades, sem a necessidade de deixar o país, visto que os acadêmicos masculinos enfrentam restrições para sair da Ucrânia (Greenfield, 2023).

Embora dados estatísticos precisos sejam escassos, líderes universitários na Ucrânia corroboram que o "êxodo de cérebros" tem experimentado um aumento. Tymofii Brik, reitor da Escola de Economia de Kyiv, atesta que, embora não haja cifras precisas, a tendência ao recrudescimento desse êxodo se delinea claramente, e é agravada pela degradação das condições das instituições acadêmicas ucranianas: muitas delas sofreram danos materiais ou foram completamente destruídas em virtude do conflito armado (Greenfield, 2023).

Igualmente, a OECD (2022) enfatiza que a mobilidade individual de cientistas deslocados pode desempenhar um papel crucial na promoção de parcerias produtivas entre instituições e universidades ucranianas e seus equivalentes internacionais. Porém, essa abordagem deve ser de médio prazo, permitindo a continuidade das atividades por períodos prolongados, a fim de evitar a inatividade das competências dos cientistas e de garantir sua conexão contínua com suas instituições de origem. Isso, por sua vez, facilitará a mitigação da "fuga de cérebros" após o término do conflito, revertendo essa tendência prejudicial (Maryl *et al.*, 2022; OECD, 2022).

É pertinente destacar que a designação dos pesquisadores ucranianos acolhidos pelo Programa da Fundação Araucária como Professores Visitantes representa uma consideração estratégica de mitigação do êxodo de cérebros. Ao adentrar sob essa classificação, os acadêmicos não apenas estabelecem um elo contínuo com suas instituições de origem, mas também são dotados da oportunidade de preservar suas contribuições ao corpo acadêmico e científico ucraniano. A manutenção de laços institucionais, embasada nesse estatuto, é de natureza primordial para a contenção dos fluxos migratórios que poderiam erodir o potencial científico e intelectual da Ucrânia.

Complementarmente, a assertiva de que o estatuto legal de um indivíduo não é determinante em si mesmo para a caracterização de sua condição de refúgio alinha-se com um entendimento mais holístico e abrangente do conceito de refugiado. Esta designação transcende os aspectos meramente legais, incorporando as vicissitudes, privações e os desafios que os indivíduos enfrentam em decorrência de forçados deslocamentos. A trajetória dos pesquisadores ucranianos, ao embarcar na jornada de asilo acadêmico, reflete uma narrativa que abraça não somente os aspectos normativos, mas também as dimensões humanas, psicossociais e profissionais das experiências de migração.



Isto posto, é possível enquadrar o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos nos moldes do que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) define como "Vias Complementares de Admissão de pessoas Refugiadas em Países Terceiros" (UNHCR, 2019). Essas vias oferecem meios seguros e regulamentados para que refugiados ingressem em nações terceiras, onde suas necessidades de proteção internacional possam ser plenamente atendidas. Exemplos de tais iniciativas incluem programas humanitários, educacionais e de imigração laboral, assim como caminhos de emprego e patrocínio que permitem que indivíduos e organizações apoiem diretamente a entrada e integração dos refugiados.

No âmbito internacional, várias nações e instituições de pesquisa adotaram medidas transitórias visando acolher cientistas e doutorandos ucranianos deslocados em razão da eclosão do conflito na Europa Oriental. Essas iniciativas buscavam prover a estrutura necessária para continuarem suas pesquisas. Contudo, como relatado pelos entrevistados durante a coleta de dados, as oportunidades oferecidas frequentemente tinham duração limitada, em torno de seis meses, e acabavam não englobando a possibilidade de trazer consigo suas famílias. A expectativa inicial era de que, devido às reprimendas e sanções amplamente aplicadas à Rússia, o conflito seria breve. Todavia, mais de um ano se passou desde o início das hostilidades e, conforme relato dos pesquisadores ucranianos entrevistados, aqueles pesquisadores que obtiveram posições de curto prazo enfrentam agora ambiguidades legais após o término de seus contratos de pesquisa em programas temporários.

Conforme argumentam Streitwieser e Unangst (2018), nos últimos anos, as instituições de ensino superior têm desempenhado papel vital na defesa dos direitos das populações deslocadas, oferecendo oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. No cenário brasileiro, o acolhimento de refugiados e migrantes nas universidades já não é uma novidade. Desde 2013, o projeto "Cátedra Sergio Vieira de Mello", em colaboração com as principais universidades brasileiras, representou um avanço significativo nas políticas de migração. Essa iniciativa tem trabalhado para disseminar o conhecimento e a compreensão das questões relacionadas a refúgio e migração na sociedade brasileira, além de oferecer treinamento para entidades públicas e privadas (UNHCR, [s.d.]).

As universidades brasileiras têm oferecido apoio importante aos estudantes refugiados e migrantes, oferecendo cursos de língua portuguesa, validação de diplomas de graduação e reconhecimento de programas de pós-graduação (mestrado

e doutorado), bem como exames de admissão específicos, entre outras medidas (De Carvalho; Perelles; Gomes De Meza, 2020; Ferreira; Lodetti; Borges, 2021). No entanto, ainda são raras as iniciativas que incluem o acolhimento de acadêmicos deslocados.

Um exemplo é o programa "Refúgio Acadêmico", lançado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em abril de 2022. Com o objetivo de acolher professores, pesquisadores e estudantes que vivem em áreas afetadas por conflitos ao redor do mundo, o plano de ação inclui a mobilização da rede de contatos internacionais da Unicamp para cadastrar interessados e a criação de redes locais de suporte para a integração dos refugiados (Nunes, 2022). O programa foi desenvolvido em resposta aos eventos ocorridos no Afeganistão após a ascensão do regime do Talibã (2021), e representou uma atualização das atividades que já estavam sendo desenvolvidas pela UNICAMP no âmbito da Cátedra Sérgio de Mello e, desde 2022, não é mais necessário que o candidato esteja no Brasil para participar (Mantovani, 2022).

Outra iniciativa similar é o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergencial (PDPG) de Solidariedade Acadêmica, lançado em junho de 2022 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em colaboração com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). O programa oferece suporte a projetos provenientes de instituições de ensino superior que manifestem interesse em acolher docentes e pesquisadores refugiados, proporcionando-lhes a oportunidade de atuar no Sistema Nacional de Pós-Graduação como Professores Visitantes no Brasil. O enfoque central reside na capacitação de recursos humanos de alto nível e na condução de investigação acadêmico-científica em diversas áreas do conhecimento.

Conforme Edital nº 30/2022<sup>38</sup>, foram alocados recursos na ordem de até R\$ 21.260.000,00 (vinte e um milhões e duzentos e sessenta mil reais), destinados ao financiamento de despesas de custeio e concessão de bolsas de estudo do PDPG. Os projetos aprovados contam com a possibilidade de até 02 (duas) bolsas de Professor Visitante no Brasil e até 02 (duas) bolsas de Pós-Doutorado. Destaca-se que os recursos financeiros, distribuídos em até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de

---

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/programas-emergenciais/programa-emergencial-de-solidariedade-academica>

reais) para custeio, contemplam um valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por beneficiário de bolsa. Quanto às bolsas no país para Professores Visitantes, são disponibilizadas 2 (duas) bolsas, cada uma com 24 (vinte e quatro) mensalidades por projeto; e para Pós-Doutorado, são oferecidas 2 (duas) bolsas, cada uma com 12 (doze) mensalidades por projeto. Cabe às instituições de ensino superior participantes prover aulas de língua portuguesa e oferecer benefícios adicionais, como moradia estudantil, alimentação e auxílio financeiro para dependentes (CAPES, 2023).

Segundo dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Protocolo 23546.097544/2023-19), até 16/11/2023, o Programa Emergencial Solidariedade Acadêmica havia recrutado 16 Professores distribuídos em 11 Universidades Federais brasileiras, com diferentes áreas de pesquisa, conforme o Quadro 09.

**Quadro 9: Alocação do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergencial (PDPG) de Solidariedade Acadêmica da CAPES (Universidade, Nacionalidade e País de Origem)**  
(continua)

IES	Área de Avaliação do Programa de Pós-Graduação	Nacionalidade do Pesquisador estrangeiro	País de Origem do Pesquisador estrangeiro
FUFSE	História	Moçambique	Moçambique
FUFSE	Sociologia	Venezuela	Venezuela
UEPB	Ciência Política e Relações Internacionais	Afeganistão	Irã
UFG	Ciência da Computação	Afeganistão	Irã
UFG	Ciência de Alimentos	Venezuela	Venezuela
UFGD	Medicina II	Cuba	Cuba
UFJF	Educação	Venezuela	Venezuela
UFPR	Linguística e Literatura <sup>39</sup>	Ucraniana	Polônia
UFPR	Antropologia / Arqueologia	Venezuela	Venezuela
UFSCAR	Ciência Política e Relações Internacionais	Irã	Irã
UFSM	Ciências Ambientais	Venezuela	Venezuela
UFSM	Química	Venezuela	Venezuela
UNEB	Interdisciplinar	Cuba	Cuba
UNISC	Planejamento Urbano e Regional	Cuba	Cuba

<sup>39</sup> Cabe observar que, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que já tem acesso ao Programa de Acolhida aos pesquisadores ucranianos da Fundação Araucária, recrutou um Professor ucraniano por meio do Programa Emergencial Solidariedade Acadêmica da CAPES. Tal fato suscita reflexões sobre um possível desalinhamento estratégico, pois, para otimizar as vagas, seria prudente explorar o Programa da CAPES para recrutar pesquisadores não ucranianos, considerando a existência de um programa específico para atender a essa demanda. Durante a pesquisa, a UFPR indicou não ter recebido nenhum Professor por meio do Programa Acolhida, atribuindo tal ausência ao teto orçamentário vigente.

**Quadro 9 - Alocação do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergencial (PDPG) de Solidariedade Acadêmica da CAPES (Universidade, Nacionalidade e País de Origem) (conclusão)**

IES	Área de Avaliação do Programa de Pós-Graduação	Nacionalidade do Pesquisador estrangeiro	País de Origem do Pesquisador estrangeiro
USF	Medicina I	Venezuela	Venezuela
USF	Educação	Venezuela	Venezuela

Fonte: Autoria própria (2023)

Tanto o projeto da Fundação Araucária quanto o da CAPES apresentam similaridades em termos de duração e operacionalização, entretanto, existem algumas diferenças importantes: inicialmente, o programa da CAPES exigia que o pesquisador estivesse em território brasileiro. Além disso, as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) devem oferecer uma contrapartida (financeira ou em forma de serviços) para participar do projeto. Ainda, o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos da Fundação Araucária precede a iniciativa do governo federal.

A seção seguinte se propõe a realizar uma análise aprofundada do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos, explorando a trajetória e os fatores de influência que levaram à sua gênese.

### 5.3 Da solução ao problema: a análise da formação da agenda

A ideia do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos surge como um desdobramento de uma reunião não-oficial entre indivíduos ligados à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), à Fundação Araucária e aos Representantes da Comunidade Ucraniana organizada em resposta à crise na Ucrânia. Os participantes se conheciam de outros contextos e a motivação por trás dessa reunião era a busca por medidas de acolhimento para os ucranianos deslocados, discussões que culminariam nas bases conceituais do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos.

No âmbito paranaense, a busca por cientistas provenientes de contextos considerados desafiadores não é uma ideia inédita, conforme destacado por um entrevistado com experiência profissional anterior na Secretaria da Educação. Um exemplo pregresso de iniciativa semelhante foi a tentativa empreendida pelo estado do Paraná de recrutar cientistas na Alemanha no período subsequente à queda do Muro de Berlim, em 1989.

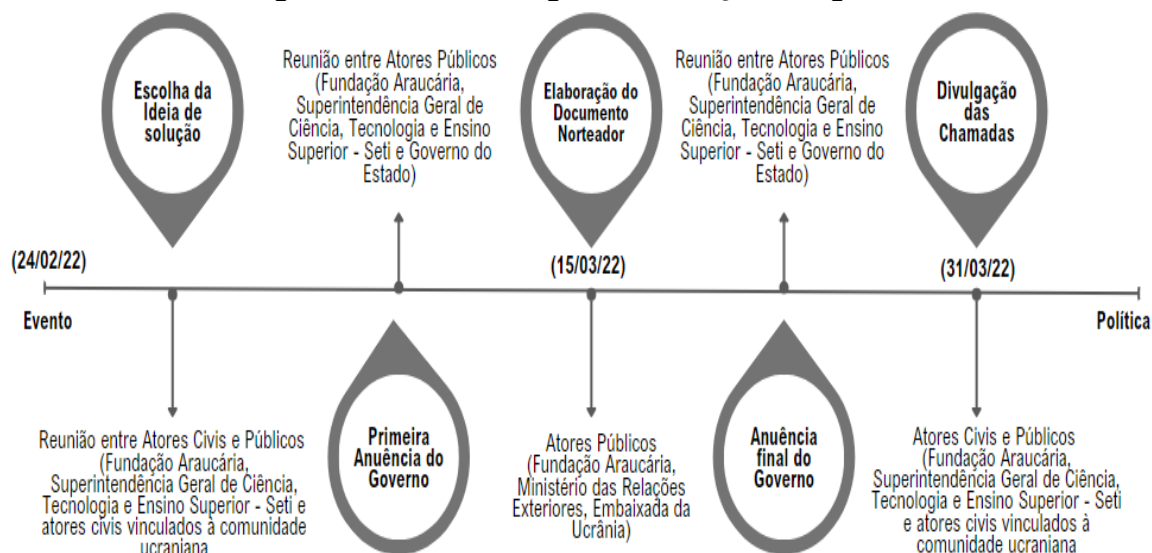
No que concerne à participação das instituições universitárias, não se constatou evidências conclusivas da contribuição oficial destas na concepção do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos. Embora seja verdade que membros afiliados a essas instituições tenham desempenhado papel na formulação da proposta, vale ressaltar que tal contribuição não foi influenciada por suas associações institucionais. Cumpre mencionar que a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) emerge como a única instituição que relatou ter conhecimento antecipado acerca do programa, antes mesmo do lançamento da Chamada 09/2022.

Após aval inicial do Governador do estado, foi elaborado o documento-diretriz norteador, que delineou claramente as motivações, expectativas e intenções iniciais do programa. Esse documento foi elaborado pelo departamento de Relações Internacionais da Fundação Araucária, com apoio técnico do Ministério das Relações Exteriores, da Embaixada da Ucrânia e de outras entidades. Em 15 de março de 2022, menos de um mês após o início do conflito entre Ucrânia e Rússia, o documento-diretriz foi apresentado ao governo como "Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos" para a aprovação final.

Uma vez validada a proposição, uma sequência procedimental se desdobrou. O próximo marco compreendeu a formulação e a subsequente publicação da Chamada nº 09/2022, ocorrida em 31 de março de 2022. Esta foi seguida por um complementar desdobramento, a Chamada Pública nº 10/2022.

A criação do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos possui uma linha do tempo que abrange pouco mais de um mês, conforme ilustrado na Figura 3, que detalha os estágios desde a concepção até o lançamento. Nesse período, o Programa passou de uma ideia à sua formalização como uma política pública.

**Figura 3: Linha cronológica da formação da Agenda**



**Fonte: Autoria própria (2023)**

A emergência humanitária na Ucrânia, conjugada com o enfoque tecnológico da política em questão, propiciou o acesso financeiro disponibilizado pelo Fundo Paraná, cujo propósito reside em respaldar o avanço científico e tecnológico do Estado do Paraná. As despesas correspondentes a este Convênio encontram-se adequadamente regidas pela fonte de recursos originada do Fundo Paraná, estabelecido por intermédio da Lei nº 12.020/1998. Assim, como uma escolha estratégica, a Chamada nº 09/2022 se encontra diretamente alinhada aos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação do estado, reconhecidos pela sigla NAPI.

O aporte financeiro do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos abarca os gastos referentes a deslocamentos de chegada e retorno e subsídios concedidos tanto aos cientistas pesquisadores quanto aos bolsistas de apoio. No escopo da avaliação da viabilidade financeira, ao se debruçar sobre o custo mais preponderante, que é o montante das bolsas destinadas aos pesquisadores, constata-se, mediante uma comparação simplificada com os padrões salariais equivalentes das carreiras compreendidas no âmbito do Magistério Federal, que a remuneração inaugural de um Professor Adjunto, sujeito a uma dedicação exclusiva e com cinco anos de experiência acumulados, totaliza o valor de R\$ 11.611,04. Mesmo ao incorporar o encargo associado aos dependentes (possuindo a potencialidade de atingir um acréscimo de R\$ 3.000), os desembolsos concernentes à manutenção de um docente ucraniano com formação acadêmica, vivência e rede de contatos internacional podem ser

considerados plenamente razoáveis, o que atesta, portanto, que o Programa ostenta uma viabilidade econômica sustentável em longo prazo, considerando os potenciais ganhos que dele derivam.

Diversos são os elementos que atribuem singularidade ao fluxo de deslocados provenientes da Ucrânia. A considerável sensibilização internacional em relação ao conflito no território ucraniano contrasta notadamente com a insuficiente atenção costumeiramente conferida a outros embates, mesmo àqueles que perduram ao longo de décadas. Segundo o Rule of Law in Armed Conflict Online Portal<sup>40</sup> (RULAC), que classifica todas as ocorrências de violência enquadradas como conflitos armados à luz do direito humanitário internacional, na atualidade, 110 conflitos armados encontram-se sob monitoramento, alguns destes persistindo por mais de meio século, mas apenas alguns deles recebem destaque midiático expressivo.

A aparente disparidade no tratamento atribuído pode ser justificada em virtude das possíveis ramificações que os resultados do conflito acarretariam sobre a integridade física e a estabilidade da Europa, já que o conflito na Ucrânia ostenta uma dimensão distintiva por sua composição de cunho geopolítico e econômico.

Tanto a Rússia quanto a Ucrânia exercem papéis preponderantes no panorama político e econômico global. Segundo a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2022), no ano de 2021, tanto a Federação Russa quanto a Ucrânia figuraram entre os três principais exportadores mundiais de uma série de produtos agrícolas, a exemplo de trigo, cevada, milho, colza, óleo de colza, semente de girassol e óleo de girassol.

A Federação Russa é o maior exportador global de fertilizantes nitrogenados, o segundo maior fornecedor de fertilizantes potássicos e o terceiro maior exportador de fertilizantes fosfatados. Por sua vez, a Ucrânia é um dos maiores exportadores de grãos, responsável por 42% da produção mundial de óleo de girassol, 16% de milho e 9% de trigo (FAO, 2022). Em torno de 47% das exportações de alimentos da Ucrânia são direcionadas a países de alta renda, como Espanha, Itália e Holanda, enquanto 26% são destinadas a países de renda média-alta, como Turquia e China, e 27% são direcionadas a países de baixa e média-baixa renda, como Egito, Quênia e Sudão

---

<sup>40</sup> Disponível em: <https://geneva-academy.ch/galleries/today-s-armed-conflicts>

(Humanitarian AID, 2022). O conflito na Ucrânia já resultou em uma perda estimada de cerca de 30% da produção de grãos do país.

Outro aspecto diz respeito ao perfil dos deslocados ucranianos. Eles não se encaixam no estereótipo de refugiados frequentemente retratado nas manchetes dos jornais. Suas características fenotípicas divergem do estereótipo recorrentemente associado a outras categorias de refugiados (Pardy, 2023). Essa discrepância denuncia a existência de uma lógica assimétrica nas políticas de migração e refúgio adotadas globalmente, levantando questões sobre a equidade de tratamento e proteção para os deslocados em virtude de conflitos (De Carvalho, 2023). Destarte, tal discussão aponta para a necessidade de um exame aprofundado acerca da discrepância no tratamento conferido a diferentes populações migrantes e refugiadas, assim como às políticas de migração e refúgio que são adotadas em escala global (Pardy, 2023).

Dentro do contexto do estado do Paraná, uma dimensão adicional se faz presente: a influência da migração histórica ucraniana nessa região específica. A participação e a presença dos ucranianos na construção da identidade cultural, econômica e política do estado do Paraná ressaltam a integração bem-sucedida desse grupo na sociedade local. Essa história progressiva desempenha um papel crucial no panorama atual, no ano de 2023, porquanto as experiências passadas sugerem a possibilidade de reiteração de tais êxitos, o que tende a atenuar possíveis resistências em relação às políticas de acolhimento voltadas para os ucranianos deslocados.

Essa perspectiva nos conduz a uma reflexão mais profunda. Se enfrentássemos circunstâncias semelhantes às que os ucranianos vivenciaram, por exemplo, com grupos como os alemães, italianos, poloneses e outros povos que também tiveram uma influência considerável na formação do estado, podemos conjecturar de forma plausível que tal engajamento de atores poderia ser reproduzido. Isso sugere que a experiência histórica e o engajamento bem-sucedido de grupos prévios podem servir como um modelo a ser seguido e adaptado, caso situações análogas surgissem no futuro.

Efetivamente, quando o conflito na Europa se intensificou, havia a expectativa de um substancial contingente de ucranianos deslocados buscando refúgio em distintas regiões, com destaque ao Brasil e, em particular, ao estado do Paraná, devido às conexões históricas.



Em contrapartida, até junho de 2023, de acordo com a Polícia Federal, o Brasil registrou pouco mais de 400 solicitações de residência permanente oriundas de ucranianos. Conforme previsto, o estado do Paraná sobressaiu como o principal destino destas solicitações, totalizando aproximadamente 153, seguido por São Paulo e Rio de Janeiro (Jornal Nacional, 2023; Sepúlveda, 2023). Porém, o Brasil não se apresentou como um dos destinos mais cobiçados pelos ucranianos. A maioria dos deslocados optou por países vizinhos devido à afinidade linguística e proximidade cultural e territorial. Segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a Polônia acolheu mais de 1,5 milhão de indivíduos provenientes da Ucrânia, atribuindo tal influxo, em grande medida, à sua fronteira com o país de origem (Sepúlveda, 2023).

Não obstante seja recorrente que políticas públicas sigam diretrizes e critérios preestabelecidos, há casos nos quais a decisão de implementar uma política pública pode emergir mediante uma margem de discricionariedade, especialmente quando uma demanda é considerada premente ou uma situação de emergência está configurada, tal como ocorreu no cenário da política de acolhimento dos pesquisadores ucranianos. Esta política foi concebida com o propósito de absorver parte do fluxo de deslocados ucranianos que presumivelmente poderiam migrar para o Brasil, justificando em parte sua formulação. A política foi instaurada com a intenção de intervir em uma situação que, na prática, até o momento de sua criação (e mesmo após), não se configurava como um problema, e, sim, como uma condição-inicial (Kingdon, 2014) em potencial. Sendo que a solução proposta se baseou em soluções que, em certa medida, já eram conhecidas e testadas. Assim sendo, a política parece ter sido delineada com base na intenção de antecipar e responder a esta condição-inicial (Kingdon, 2014), não necessariamente visando solucionar um problema preexistente.

Revisitando o debate iniciado no capítulo anterior, acerca da relação entre um problema público e uma política estabelecida voltada para sua resolução, o presente caso analisado reitera a perspectiva sustentada por Kingdon (2014) ao indicar que a "formulação" de políticas tende a se aproximar mais de um processo voltado à exploração de soluções, em detrimento da resolução direta do problema em si.

No caso em análise, o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos se destaca como uma solução explícita e relativamente sólida para um potencial problema, delineando, assim, que a política está essencialmente interligada à concepção de solução, em vez de estar estritamente associada à abordagem direta

do problema subjacente. É imperativo notar, contudo, que tal argumento não diminui de forma alguma os benefícios da política em questão.

Portanto, advém a questão subjacente: por que uma política, que seria intuitivamente considerada como não correspondente a um problema público evidente, não apenas ingressou na agenda política, todavia, evoluiu para constituir-se como política pública? Tais respostas podem ser encontradas na análise do terceiro fluxo preconizado por Kingdon (2014), o fluxo do processo político. No caso específico do Programa de Acolhida, os achados demonstram que a janela de oportunidade surgiu no âmbito do terceiro fluxo, por meio da articulação de atores, como será detalhado na seção subsequente.

#### **5.4 Do processo político à janela de oportunidade**

Até o momento, as informações expostas evidenciam que, durante a concepção e tramitação do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos até a sua entrada na agenda e aprovação, o clima nacional se apresentou relativamente favorável.

Este cenário se caracterizou pela promulgação da Nova Lei da Migração, a emissão da Portaria Interministerial MJSP/MRE Nº 28, datada de março de 2022, que almejava atender aos ucranianos deslocados e, no âmbito regional, pela formulação do II Plano Estadual voltado às populações migrantes, refugiadas e apátridas do Paraná. Cabe também ressaltar que o ano de 2022 foi marcado por eleições presidenciais e estaduais, e, levando em consideração o significativo contingente de descendentes ucranianos presentes no estado, o programa de acolhida poderia, em perspectiva, ser potencialmente mais benéfico do que o contrário.

Tais fatores, no entanto, não foram suficientes para a ocorrência da janela de oportunidade (Kingdon, 2014). Segundo o autor (2014), as políticas públicas emergem quando atores proativos identificam oportunidades para relacionar problemas a soluções, ou vice-versa. Esta conexão entre esses elementos mencionados figura como elemento crucial para a inserção da proposta de política na agenda.

Dentre os achados sobre a formação da agenda do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos, destaca-se o papel desempenhado por indivíduos específicos que se enquadram, possivelmente, na definição de empreendedores da política, conforme conceituado por John W. Kingdon (2014). O modelo de Kingdon sugere que, para que um problema alcance a agenda política e

resulte em ação legislativa ou política, é necessária a convergência de três fluxos distintos: o fluxo de problemas, o fluxo de políticas e o fluxo político. Os empreendedores políticos são atores que desempenham um papel crucial ao tentar alinhar esses fluxos e, assim, facilitar a formulação de determinada política. Eles são caracterizados pela tenacidade e disposição em investir recursos, como tempo, capital político e reputação, na promoção de determinadas questões ou soluções na agenda política.

No contexto do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos, é evidente que alguns indivíduos foram fundamentais para o seu desenvolvimento e a aprovação, muito possivelmente operando como empreendedores da política. Esses potenciais empreendedores pertencem às entidades de representação ucraniana ou à estrutura governamental (Fundação Araucária, Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior) e em alguns casos a ambos. Eles exibiram traços como persistência na promoção da questão, habilidades de estabelecer conexões, capacidade de articular ideias e sensibilidade para identificar momentos oportunos. Eles desempenharam um papel fundamental na moldagem e apresentação da questão dos pesquisadores de uma forma que atraísse a atenção de formuladores de políticas e do público. Devido à sua influência e participação ativa no processo, podem ser considerados empreendedores políticos.

Essa constatação, por outro lado, não se dá sem certa ambiguidade, pois a identificação precisa desses indivíduos como empreendedores políticos é uma tarefa complexa devido a uma variedade de fatores: a natureza coletiva da ação, múltiplos atores desempenhando papéis de destaque, ou, até mesmo, a relutância dos atores em se identificarem explicitamente como os principais catalisadores do programa.

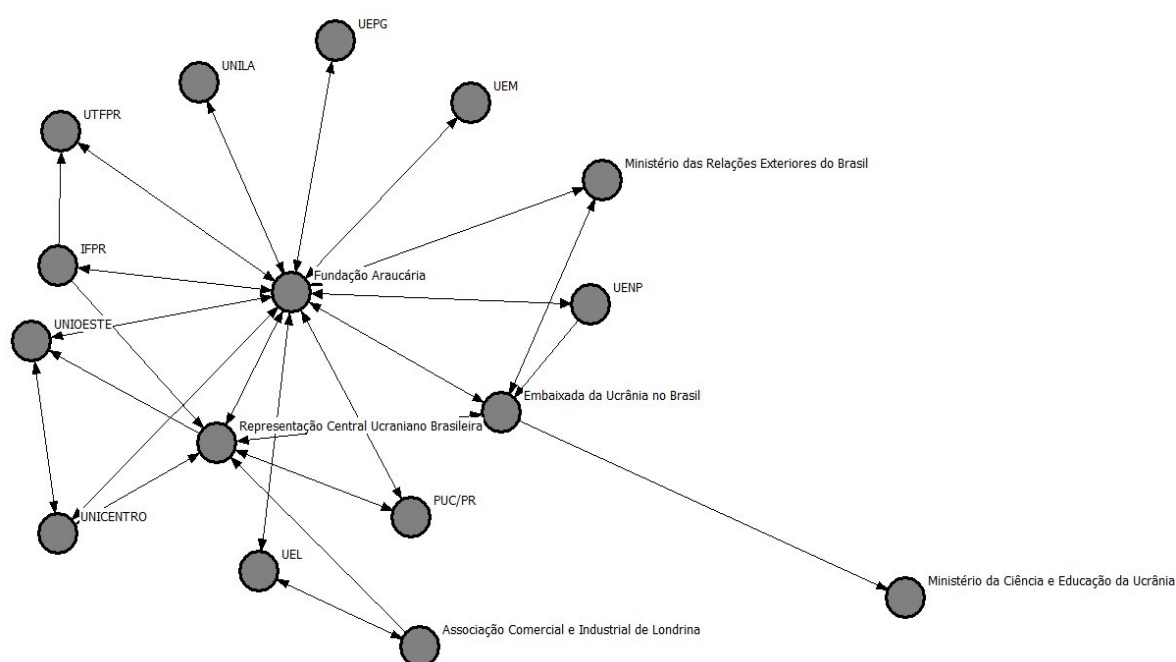
A aplicação do sociograma buscou reforçar esta interpretação. Um sociograma é uma representação gráfica das relações em um determinado contexto, e, no caso dessa pesquisa, foi utilizado para representar as interações entre diferentes instituições envolvidas no processo de criação do programa. A decisão de usar esta ferramenta foi uma tentativa de visualizar e entender a complexidade das relações e interações que levaram à concepção e aprovação do programa. Em outras palavras, ele pode servir como ferramenta para identificar potenciais empreendedores políticos, com base na frequência e na natureza de suas interações com outros atores.

Na composição do sociograma (Figura 4), optou-se por representar as interações entre as instituições envolvidas ao longo do processo de concepção e

elaboração da proposta do programa, a fim de destacar a presença contínua de certos atores em diferentes interações, partindo-se do pressuposto de que as instituições são constituídas por indivíduos. Isto se alinha à premissa de Kingdon, na qual as instituições são constituídas por indivíduos. Isto é, por trás das decisões e ações das instituições estão pessoas – algumas das quais podem operar como empreendedores políticos, fazendo uso de sua influência, recursos e conexões para moldar a direção da política.

Conforme delineado na metodologia, os instrumentos empregados não foram especificamente concebidos para a elaboração de um sociograma. Isso resultou em uma densidade de conexões relativamente limitada, dificultando a extração de padrões significativos ou a condução de uma análise robusta. No entanto, ainda é possível discernir os atores que demonstraram maior proatividade na formação de relações estratégicas. O foco, portanto, se direciona às instituições que estabeleceram vínculos com outras entidades. A partir dessas interconexões, inferimos que tais atores assumiram um papel influente e de liderança – característico de empreendedores – na construção e sustentação de uma rede, o que foi fundamental no processo de desenvolvimento da política analisada.

**Figura 4: Sociograma das Instituições na formação e operacionalização da política**



**Fonte: Autoria própria (2023)**

As medidas de centralidade (Quadro 10) são aplicadas para avaliar a importância de cada nó (ou ator) na rede. Isso permite a construção de *rankings* de *status* entre os agentes do sistema social, determinando quais são mais ativos ou possuem mais prestígio.

**Quadro 10: Descrição das Métricas de centralidade da Figura 4**

<b>Medida</b>	<b>Descrição</b>
<b>OutDeg (Out-Degree)</b>	Representa o número de arestas que saem de cada nó. Indica a quantidade de conexões que um nó estabeleceu com outros nós. Quanto maior o valor, mais ativo o nó é em enviar conexões para outros nós.
<b>InDeg (In-Degree)</b>	Representa o número de arestas que chegam a cada nó. Isso indica quantos outros nós estão conectados ao nó em questão. Maior valor sugere que o nó é um destino frequente de conexões.
<b>Out2loc</b>	É uma medida que avalia a proximidade geográfica entre os nós. Valores maiores indicam uma conexão mais forte entre os nós geograficamente próximos.
<b>In2loca</b>	Similar ao Out2loc, mas medindo a proximidade geográfica a partir do ponto de vista dos nós que se conectam.
<b>Out2Step</b>	Mede a proximidade em termos de caminhos de dois passos (ou seja, conexões intermediárias) a partir do nó.
<b>In2Step</b>	Similar ao anterior, porém, considerando as conexões entrantes.
<b>OutARD (Outgoing Average Reciprocal Degree)</b>	Calcula a média ponderada das reciprocidades das conexões de saída de um nó. Isso está relacionado à proporção de conexões de saída que também têm conexões de retorno.
<b>InARD (Incoming Average Reciprocal Degree)</b>	Similar ao anterior, contudo, para conexões entrantes.
<b>OutClos (Outgoing Closeness)</b>	Mede a distância média dos caminhos mais curtos entre um nó e os outros nós para os quais ele tem conexões de saída.
<b>InClose (Incoming Closeness)</b>	Similar ao anterior, todavia, considerando as conexões entrantes.
<b>Between</b>	Calcula a centralidade intermediária de um nó na rede, ou seja, quão importante é o nó para conectar outros nós.
<b>2StepBe</b>	Mede a centralidade intermediária considerando os caminhos de dois passos.

**Fonte: Autoria própria (2023)**

A análise da figura 4 oferece uma visão pormenorizada das várias métricas de centralidade para cada nó na rede. Essas métricas auxiliam na identificação de nós particularmente centrais, influentes ou estrategicamente posicionados na rede. A alta centralidade intermediária (“Betweenness”) pode indicar que um nó atua como intermediário ou ponte entre diferentes grupos na rede, exercendo controle sobre o fluxo de informações e influências entre eles. A centralidade está relacionada à distância entre dois vértices, mensurando a proximidade geográfica de um vértice, uma instituição, em relação às demais.

**Quadro 11: Métricas de centralidade da Figura 4**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
	OutDeg	Indeg	Out2loc al	In2loca l	OutBeta Cent	InBetaC ent	Out2Ste p	In2Step	OutARD	InARD	OutClos e	InClose	Between	2StepBe t
1 Associação Comercial e In	2.000	1.000	7.000	2.000	1.684	0.513	7.000	2.000	7.167	5.500	36.000	43.000	0.500	0.500
2 Embaixada da Ucrânia no B	4.000	4.000	20.000	24.000	3.910	4.644	14.000	14.000	9.333	9.000	27.000	28.000	16.333	6.000
3 Fundação Araucária	13.000	15.000	31.000	31.000	9.671	10.161	15.000	14.000	14.000	13.500	17.000	19.000	159.167	133.000
4 IFPR	3.000	1.000	19.000	15.000	3.722	2.225	13.000	13.000	8.667	7.333	29.000	32.000	0.000	0.000
5 Ministério da Ciência e E	0.000	1.000	0.000	4.000	0.000	1.018	0.000	5.000	0.000	6.333	60.000	39.000	0.000	0.000
6 Ministério das Relações E	2.000	2.000	17.000	19.000	2.975	3.243	14.000	13.000	8.333	7.833	29.000	31.000	0.000	0.000
7 PUC/PR	2.000	2.000	18.000	21.000	3.257	3.445	13.000	14.000	8.167	8.000	30.000	30.000	0.000	0.000
8 Representação Central Ucr	5.000	6.000	24.000	26.000	5.198	5.566	14.000	14.000	9.833	10.000	26.000	26.000	16.667	10.500
9 UEL	2.000	2.000	15.000	16.000	2.488	2.339	14.000	14.000	8.333	8.000	29.000	30.000	16.833	1.500
10 UEM	2.000	1.000	26.000	15.000	4.236	2.225	13.000	13.000	7.667	7.333	31.000	32.000	0.000	0.000
11 UENP	2.000	1.000	17.000	15.000	2.975	2.225	14.000	13.000	8.333	7.333	29.000	32.000	0.000	0.000
12 UEPG	2.000	1.000	26.000	15.000	4.236	2.225	13.000	13.000	7.667	7.333	31.000	32.000	0.000	0.000
13 UNICENTRO	3.000	3.000	20.000	24.000	3.909	4.412	13.000	14.000	8.667	8.500	29.000	29.000	0.500	0.500
14 UNILA	1.000	1.000	13.000	15.000	2.118	2.225	13.000	13.000	7.667	7.333	31.000	32.000	0.000	0.000
15 UNIOESTE	2.000	3.000	16.000	24.000	2.975	4.412	13.000	14.000	8.167	8.500	30.000	29.000	0.000	0.000
16 UTFPR	1.000	2.000	13.000	16.000	2.118	2.714	13.000	13.000	7.667	7.833	31.000	31.000	0.000	0.000

16 rows, 14 columns, 1 levels.

**Fonte: Autoria própria (2023)**

Na rede analisada, evidencia-se uma notável centralidade da Fundação Araucária (ator 3). Este ator apresenta uma frequência substancial de conexões de entrada (15), o que denota sua alta demanda por outros atores na rede. Além disso, a quantidade considerável de conexões de saída (13) sugere que esse ator possui um considerável poder de influência e mobilidade de recursos dentro do escopo da análise. Esta constatação encontra respaldo na métrica de "Betweenness" do ator 3 (159.167), que excede significativamente os valores dos demais atores (os quais não ultrapassam 16.833). A métrica "Betweenness" é uma ferramenta fundamental na análise de redes, uma vez que avalia em que medida um determinado ator se comporta como intermediário ou elo entre outros atores na estrutura.

A interpretação de um ator com elevado valor de "Betweenness" pode ser dada a partir de diversas perspectivas. A primeira destas perspectivas considera a possibilidade de que este ator desempenhe o papel de "ponte de comunicação". Este cenário implica que o ator em questão conecta diferentes grupos ou subgrupos dentro da rede, assumindo papel crucial na interligação e no intercâmbio de informações e influências.

Uma segunda abordagem ressalta a hipótese de controle do fluxo de informações. Atuando como um ponto central na rede, um ator com alta "Betweenness" tem a capacidade de supervisionar ou direcionar o fluxo de informações, porquanto numerosas comunicações passam por sua influência. Este fato pode conferir-lhe uma posição de proeminência e de poder dentro da rede.

Adicionalmente, uma terceira perspectiva é a do poder de negociação. Em sua função de intermediário, um ator com elevada "Betweenness" pode aproveitar sua

posição para exercer influência nas negociações entre distintos componentes da rede. Sua atuação pode ser crítica na resolução de conflitos ou na coordenação de atividades. A Fundação Araucária desempenha um papel central no cenário estadual no que tange à pesquisa e inovação, e uma parcela significativa de suas iniciativas engloba as Instituições de Ensino Superior do Estado. Isso não somente confere à Fundação um sólido conhecimento técnico na condução de projetos que abarcam múltiplas instituições de ensino, mas também lhe outorga poder de negociação. Tal influência se dá pelo fato de ser do interesse das instituições de ensino a participação ativa na maioria dos projetos, fortalecendo, desse modo, sua parceria com a Fundação e, de certa forma, assegurando sua inclusão em projetos futuros.

Uma quarta interpretação concentra-se na resiliência da rede. A eliminação de um ator com alta "Betweenness" pode gerar um impacto significativo na comunicação e no fluxo de informações na rede. No caso da Fundação Araucária, muitos (quase todos) caminhos passam por ela, sua presença é fundamental para a coesão e estrutura da rede.

Finalmente, a questão de *status* e prestígio também é relevante. Um ator que é frequentemente buscado para intermediar diálogos e conectar diferentes partes pode adquirir *status* e prestígio na rede graças à sua capacidade de facilitar relações e comunicações.

Observam-se variações nos números de conexões entre as entidades: enquanto a "Fundação Araucária" possui diversos vínculos, o "Ministério da Ciência e Educação da Ucrânia" detém apenas um. Estas variações refletem os distintos níveis de participação ou influência na rede e, desse modo, na construção da política.

No que trata especificamente da política, a Fundação Araucária emerge como o núcleo central do sociograma, evidenciando sua posição proeminente nas interações ilustradas. Ela estabelece vínculos diretos com diversas instituições, incluindo o "Ministério das Relações Exteriores do Brasil", a "Embaixada da Ucrânia no Brasil" e a "Representação Central Ucrâniano-Brasileira".

A centralidade da Fundação é ilustrada por setas que se originam dela direcionadas a várias entidades, sugerindo que seja tanto emissora quanto receptora de comunicações ou influências. Algumas dessas relações são recíprocas, por exemplo, com a "Representação Central Ucrâniano-Brasileira", podendo simbolizar colaborações robustas ou interações contínuas. As conexões com instituições

acadêmicas, como UTFPR, UEL, UEM, UEPG e PUC/PR, destacam a colaboração acadêmica ou de pesquisa, que é um forte elemento do Programa.

A centralidade da FA indica seu papel de "ponte de comunicação", unindo diferentes grupos dentro da rede, não apenas absorvendo, mas também disseminando informações. Enquanto entidade de apoio à ciência e tecnologia, cabe a ela definir os critérios e acompanhar os pesquisadores, além de oferecer financiamento e apoio logístico.

A Representação Central Ucrâniano-Brasileira (RCUB), possuindo um número significativo de conexões, destaca-se como um facilitador de questões relacionadas à Ucrânia. Sua ativa participação em todas as etapas de formulação de políticas evidencia seu comprometimento com a causa. Membros da RCUB, particularmente do Comitê Humanitas Brasil-Ucrânia, são ativamente envolvidos na concepção e implementação do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucrânianos e na disseminação de temas associados ao conflito ucraniano. Conforme delineado por Kingdon (2014), o envolvimento multifacetado da RCUB, revela a sua adaptabilidade e influência dentro da rede.

O "Ministério das Relações Exteriores" colaborou com sua expertise técnica no que diz respeito às questões legais e migratórias, enquanto a "Embaixada da Ucrânia" serviu como o principal ponto de contato entre os países, por meio do seu elo direto com o "Ministério da Ciência e Educação da Ucrânia".

A "Fundação Araucária" e a RCUB surgem como pilares, desempenhando funções complementares, e são fundamentais para a direção e coesão da rede.

Apesar Representação Central Ucrâniano-Brasileira não possuir caráter eminentemente político, seus membros – indivíduos vinculados à comunidade ucraniana são professores universitários, políticos, empresários, entre outros, que ostentam um elevado capital social<sup>41</sup> e político<sup>42</sup>. Este capital lhes confere o potencial

---

<sup>41</sup> Embora seu foco principal tenha sido o capital cultural, Bourdieu também abordou o capital social como parte de sua teoria mais ampla sobre desigualdades sociais. Bourdieu (1986) usou o termo "capital social" para descrever os recursos que as pessoas possuem em suas redes sociais e relações interpessoais. Ele argumentou que as redes sociais e os laços sociais podem ser considerados recursos valiosos, que podem influenciar o acesso a oportunidades, informações e recursos na sociedade. Isso inclui tanto relações informais quanto institucionais. Para saber mais, consulte: Bourdieu, P. (1986). "The Forms of Capital". pp. 241–58 in: Handbook of theory and research for the sociology of education, edited by J. G. Richardson. New York: Greenwood Press.

<sup>42</sup> O conceito de capital político está mais relacionado à teoria política e à análise do poder político. Porém, expandindo o conceito de Bourdieu, a ideia de capital político ser considerada uma forma de capital que se baseia nas conexões políticas e no acesso a recursos políticos, como influência sobre



de mobilizar recursos em prol de suas causas, empregando-o de distintas maneiras, desde a angariação de recursos financeiros até a utilização de contatos externos para facilitar processos governamentais.

O Quadro 12 oferece uma síntese abrangente da formação da agenda do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos, tomando em consideração os fluxos delineados por Kingdon e seus elementos (Kingdon, 2014). O esquema identifica cada subvariável de análise, conforme explicitado no Quadro 9 (metodologia), que sumariza a análise da formação da agenda, apresentando uma correlação entre a Teoria dos Múltiplos Fluxos e as variáveis operacionais subjacentes, bem como seus respectivos fluxos. A categoria de análise *formação da agenda* abarca a identificação de problemas e de soluções e os processos políticos que influenciaram a formação da agenda da política de acolhida aos cientistas ucranianos.

**Quadro 12: Análise da Formação da Agenda (variáveis operacionais)** (continua)

CA	VO	Sub-Variável Operacional (Teoria)	Dados (Estudo de Caso)
Formação de Agenda	Problemas	a.1) Evento	- Invasão da Rússia à Ucrânia.
		a.2) Indicadores	- Número de ucranianos deslocados; - Número de deslocados acadêmicos.
		a.3) Feedback	- Integração da Migração histórica ucraniana; - Iniciativas anteriores de acolhimento de deslocados forçados em Universidades no Brasil e no Mundo; - Paraná como o segundo Estado com maior número de acolhimentos de refugiados e migrantes no contexto nacional.
Formação de Agenda	Soluções	b.1) Viabilidade	- Projeto com escopo dentro da jurisdição da Fundação Araucária; - Competência técnica das Universidades paranaenses em pesquisa; - Rede já estruturada de Universidades parceiras.
		b.2) Custos	- Financiamento de caráter emergencial humanitário admissível pelo Fundo Paraná; - Custos aceitáveis no que refere à contratação de Professores/Pesquisadores.

decisões políticas, acesso aos cargos públicos e capacidade de moldar políticas. Segundo James Coleman (1990), o capital político seria um componente do capital social, referindo-se ao poder e à influência que os indivíduos e grupos possuem nas esferas políticas, incluindo sua capacidade de afetar políticas públicas e decisões governamentais. Para saber mais, consulte: Coleman, J. (1990). "Foundations of Social Theory". Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge.

**Quadro 12 – Análise da Formação da Agenda (variáveis operacionais) (conclusão)**

CA	VO	Sub-Variável Operacional (Teoria)	Dados (Estudo de Caso)
Formação de Agenda	Soluções	b.3) Aceitação dos Especialistas b.4) Aceitação pelo público b.5) Receptividade por parte dos tomadores de decisão	-Experiências semelhantes já testadas; -Comoção internacional e regional da sociedade civil e das autoridades; -Rápida tramitação e aprovação do projeto dentro das instâncias governamentais do estado.
		c.1) Clima Nacional	-Criação da Nova Lei da Migração; -Criação do II Plano Estadual destinado a populações migrantes, refugiados e apátridas; -Criação da Portaria Interministerial MJSP/MRE Nº 28, de 3 de março de 2022; Brasil com boas práticas reconhecidas em termos de migração a nível local (São Paulo, Rio Grande do Sul).
		c.2) Forças políticas organizadas	-Autoridades paranaenses se manifestaram a favor do acolhimento; -Descendentes da migração histórica ucraniana em diversos setores da sociedade; -Representação ucraniana organizada.
	Processos Políticos	c.3) Mudanças no governo	-Eleições presidenciais e estaduais (grande contingente de descendentes de ucranianos no Paraná); -Novo mandato presidencial mais comprometido com as causas migratórias e de refúgio.

**Fonte: Autoria própria (2023)**

A análise da formação da agenda, em consonância com o delineamento de Kingdon (2014), orbita na identificação e subsequente promoção de questões ou problemas específicos que adquirem destaque e tração no âmbito do processo de formulação de políticas (fluxo do problema). No contexto do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos, conforme analisado, o evento catalisador foi a invasão da Ucrânia pela Rússia.

O reconhecimento do evento catalisador encontra respaldo no significativo número de cidadãos ucranianos deslocados em decorrência do conflito (UNHCR, 2023b), realçando a crise humanitária que emergiu como sequela da invasão. Além disso, o deslocamento de acadêmicos ucranianos não apenas acentua a gravidade da situação, visto que isso prejudica os intentos acadêmicos e a disseminação do conhecimento, mas também oferece uma oportunidade baseada em práticas anteriores, especialmente em instituições acadêmicas tanto no Brasil quanto internacionalmente.

No que tange aos fatores do fluxo de soluções, a viabilidade do projeto repousa na sua consonância com a jurisdição da Fundação Araucária, capitalizando a

competência técnica das universidades no Paraná para propósitos de pesquisa e aproveitando uma rede já estabelecida de universidades parceiras. Essa abordagem perspicaz ressalta o potencial de sinergia de recursos e conhecimentos já existentes.

Em relação aos custos, esses foram absorvidos pelo Fundo Paraná devido à natureza tecnológico-científica do projeto e à urgência humanitária ucraniana, permitindo um acesso ágil. A preexistência de iniciativas semelhantes, a solidariedade internacional e regional da sociedade civil e das autoridades, bem como o processo de respaldo entre especialistas, público em geral e formuladores de políticas, além de uma aprovação governamental ágil, sustentam a viabilidade de alcançar amplo apoio e participação para o Programa. Cabendo aos empreendedores da política unir a condição-inicial à solução, ou vice-versa, através de articulações dentro do fluxo de processos políticos.

O clima nacional foi moldado pela promulgação da Nova Lei de Migração, pela emissão da Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 28 e, em âmbito regional, pela formulação do II Plano Estadual para migrantes, refugiados e populações apátridas. Todas essas instâncias proporcionaram um ambiente regulatório propício para a execução do programa. Ademais, o recente histórico favorável do Brasil em termos de práticas migratórias, particularmente nas regiões de São Paulo e Rio Grande do Sul, fortalece as perspectivas de êxito.

A partir da segunda metade da década de 2010, houve um aumento significativo das imigrações para o Brasil, com destaque para a chegada de haitianos e venezuelanos. Esse fenômeno resultou em uma reconfiguração dos fluxos migratórios e na busca por novas oportunidades de trabalho no país (Oliveira, 2016).

Na última década, o Brasil tem passado por importantes transformações no que concerne à migração, tanto em fluxos quanto em arcabouço legal e normativo. A aprovação da Lei da Migração, de 2017, representou um marco normativo importante no campo migratório brasileiro. Essa lei trouxe significativas mudanças em relação aos princípios e às garantias, incluindo o repúdio e a prevenção à xenofobia, ao racismo e a outras formas de discriminação, além da defesa dos direitos sociais e trabalhistas dos migrantes por meio de políticas públicas. A lei garante acesso aos direitos e benefícios sociais, como educação, saúde, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social para os migrantes (Assis, 2018).

Esse documento trouxe uma nova perspectiva sobre a condição do imigrante, consagrando a acolhida humanitária como princípio orientador e afastando-se do princípio da segurança nacional que estava presente no antigo Estatuto do Estrangeiro de 1980 (González-García; De Carvalho, 2023). Enquanto a maioria dos países segue uma tendência de securitização das fronteiras e, em alguns casos, a criminalização dos fluxos migratórios, o Brasil adota uma abordagem inversa em termos normativos. Em 2019, o Brasil entrou pela primeira vez na lista dos 10 países com o maior número de solicitantes de refúgio no mundo (Mantovani, 2022).

Dados recentes indicam um crescimento da imigração para o sul do Brasil, especialmente de venezuelanos. Entre abril de 2018 e abril de 2023, o estado do Paraná foi o segundo estado que mais recebeu migrantes, com um total de 18.425 pessoas, ficando atrás apenas de Santa Catarina, que acolheu 21.261 pessoas do total de 102.476 pessoas interiorizadas. A capital do Paraná, Curitiba, foi a cidade que mais recebeu venezuelanos, totalizando 6.548 pessoas. De acordo com o Relatório Anual do OBMigra (2022), o Paraná contava com 27.661 trabalhadores migrantes registrados, representando aproximadamente 14% do total da força de trabalho migrante no país, que era de 187.955 pessoas em 2021.

Em resposta a esse fluxo crescente, em 2018, foi realizada a 1ª Conferência Temática Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, na qual foram deliberadas as propostas para um segundo Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná<sup>43</sup>. Lançado em 2020, vigorando de 2022-2025, a abordagem intersetorial do documento estabeleceu diretrizes de atendimento em áreas essenciais, como educação, família e desenvolvimento social, justiça, trabalho e direitos humanos, segurança pública, comunicação e cultura (Governo Do Estado Do Paraná, 2022).

---

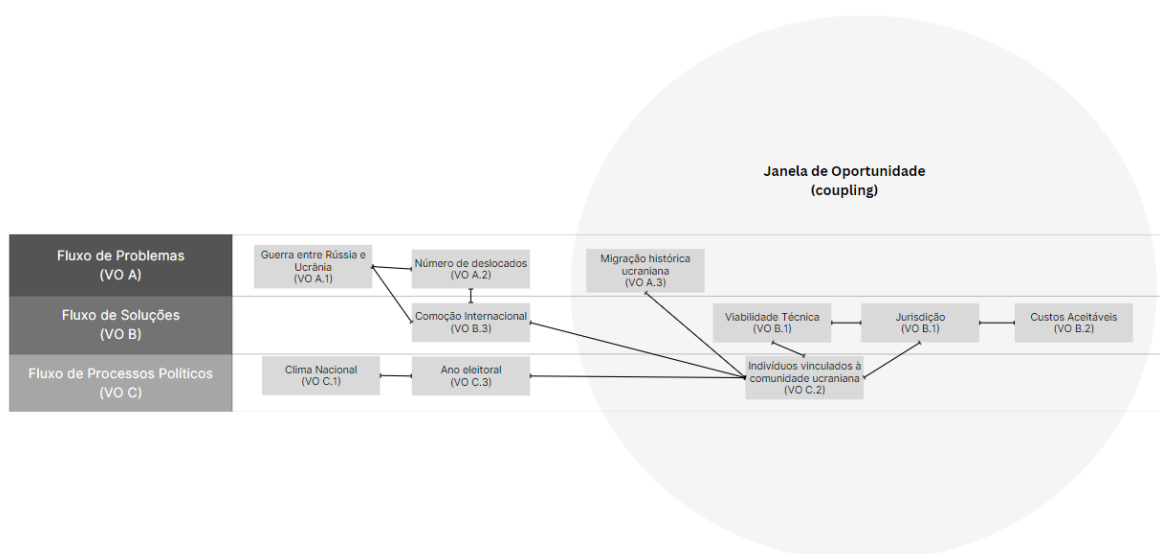
<sup>43</sup> A primeira edição do Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná, teve vigência de 2014 a 2016. O plano foi elaborado com o objetivo de garantir o acesso aos direitos fundamentais e condições de vida digna para a população migrante, refugiada e apátrida no estado. Sua construção contou com a participação de organizações da sociedade civil, que demandaram ao Poder Público a promoção e efetivação da defesa dos direitos desses grupos (Governo Do Estado Do Paraná, 2022). De acordo com o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes do Paraná (CERMA) foi constatado que das 21 ações previstas neste plano, 17 foram efetivamente realizadas. Entre essas ações, 9 foram cumpridas integralmente, enquanto 8 foram realizadas parcialmente (Governo Do Estado Do Paraná, 2022).

As forças políticas organizadas (fluxo político) demonstraram apoio à causa ucraniana. A presença de descendentes de ucranianos em diversos setores da sociedade e a representação ativa da comunidade ucraniana criam um ambiente receptivo para o programa. Além disso, as dinâmicas de transição de governo, como evidenciado pelas eleições presidenciais e estaduais, em conjunto com um mandato inicialmente alinhado com as questões migratórias e de refúgio, ampliam o alinhamento político para a realização do programa.

As evidências ilustram que o processo de construção desta política ocorreu de maneira atípica em comparação com políticas migratórias em geral, sobretudo quando comparado a questões associadas a outros fluxos migratórios, como a atual situação dos deslocados afegãos no aeroporto de Guarulhos (Patriarca, 2023) e o fluxo de venezuelanos em Pacaraima, que teve início em 2017 (González-García; De Carvalho, 2023).

A Figura 5 representa, de maneira resumida, a convergência dos elementos que culminaram na abertura da janela de oportunidade para a criação do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos, embasada na Teoria dos Múltiplos Fluxos de Kingdon (2014).

**Figura 5: Representação do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos a partir da Teoria dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014)**



**Fonte: Autoria própria (2023)**

Kingdon (2014) postula que a formulação de políticas transcende um processo linear centrado na identificação e solução de problemas. Em vez disso, ele propõe a

coexistência e interação de três fluxos conceituais distintos: o Fluxo de Problemas, o Fluxo de Soluções e o Fluxo de Processos Políticos.

No âmbito do Fluxo de Problemas, há uma referência explícita à identificação e ao reconhecimento de problemáticas que demandam ação governamental. Dentro do contexto da política analisada, este fluxo foi consideravelmente influenciado pelo confronto geopolítico entre a Rússia e a Ucrânia, culminando em um deslocamento populacional massivo. Tal evento precipitou reações tanto em uma esfera internacional quanto em contextos locais, sobretudo entre a diáspora ucraniana estabelecida no Brasil e as suas entidades representativas.

Por outro lado, o Fluxo de Soluções se inscreve no âmbito das propostas e medidas disponíveis para os tomadores de decisão política. Estas iniciativas podem emergir independentemente de problemáticas específicas e aguardam circunstâncias propícias para sua implementação. A solidez de parcerias previamente consolidadas entre a Fundação Araucária e as instituições acadêmicas, em conjunto com iniciativas voltadas à integração de refugiados e imigrantes no ensino superior lideradas pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello, endossam a viabilidade técnica da proposta. Adicionalmente, o escopo do Programa, por se alinhar ao mandato operacional e a jurisdição da Fundação, viabilizou acesso a financiamento.

Já o Fluxo de Processos Políticos se configura por uma série de variáveis, que incluem a percepção pública, as mudanças governamentais e outras dinâmicas intrínsecas ao ambiente político. No contexto da política estudada, essas circunstâncias, como os esforços nacionais para acolher migrantes e refugiados, o contexto eleitoral – dada a notável representatividade política da comunidade ucraniana – e a influência dos integrantes de comunidade ucraniana local, facilitaram a interação dos três fluxos. Esta sinergia culminou na emergência da "Janela de Oportunidade", uma conjuntura temporal particularmente propícia à instauração da política, na qual a intervenção de empreendedores políticos se mostrou determinante para sua concretização.

Em suma, a imagem fornece uma visualização clara e sucinta da teoria de múltiplos fluxos de Kingdon adaptada à política analisada. Ela destaca a complexidade inerente ao processo de formulação de políticas, mostrando que não é meramente a identificação de um problema que leva à mudança, e, sim, a intersecção de problemas percebidos, soluções disponíveis e o clima político predominante. Esta representação

reitera que a formulação de políticas é um processo multifacetado, dinâmico e dificilmente previsível.

Em essência, a análise da política, através de suas diferenças e nuances, capturou tanto os matizes contextuais quanto os mecanismos estratégicos necessários para que o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos modelasse a agenda e obtivesse aprovação. Ainda, as forças políticas organizadas desempenharam papel crucial, com autoridades e atores civis vinculados à migração histórica ucraniana mobilizando recursos para possibilitar a abertura da janela de oportunidade. A análise das variáveis operacionais, a formação da agenda e os processos políticos que culminaram na criação do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos esboçam uma narrativa complexa e multifacetada respaldada pelo contexto de desafios e oportunidades moldadas por dinâmicas político-sociais tanto locais quanto globais.

Esta teoria explicativa, que se fundamenta na influência de uma comunidade com capital político e social descendente de uma migração histórica ucraniana, ostenta uma característica intrinsecamente contextual. Formulada com a intenção de elucidar as peculiaridades desta política específica, ela emerge de um contexto conjuntural, marcado pela intersecção de diversos fatores e atores. Este contexto específico pode limitar sua aplicabilidade em diferentes ambientes.

Narrando um contexto para gerar uma explicação, a teoria proporciona a validação do modelo teórico de Kingdon, com base nos dados coletados. Esse procedimento resulta na elaboração de uma teoria explicativa, robustamente fundamentada em evidências empíricas. Vale destacar que a finalidade desta teoria não é a criação de generalizações extensivas, mas sim a execução da análise minuciosa e profunda do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos que é o objetivo desta tese. Assim, esta abordagem proporcionou uma compreensão precisa e contextualizada do programa, enfatizando sua singularidade.

Conclusivamente, este capítulo expõe a interligação entre os elementos teóricos e empíricos, oferecendo uma visão minuciosa da formação da agenda e dos processos políticos que culminaram na concepção do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos. A análise ressalta a aplicabilidade das teorias examinadas e a contribuição significativa que essas abordagens podem conferir ao entendimento das dinâmicas políticas e sociais contemporâneas.

Na sequência, procede-se com a análise da implementação da política, ampliando a reflexão iniciada neste capítulo. Esta análise detalhada utilizará a Teoria dos Múltiplos Fluxos como arcabouço, conforme proposto por diversos autores (Cairney; Zahariadis, 2016; Ridde, 2009; Zahariadis, 2003, 2007; Zahariadis; Exadaktylos, 2016).

Com o intuito de conduzir essa análise, o foco estará na atuação dos atores envolvidos, onde suas motivações, ações e interações são examinadas. A análise preliminar da implementação proporcionou uma compreensão substancial dos desafios e das práticas intrínsecas ao Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos.

Tais percepções têm uma relevância crucial no desenvolvimento do produto-final desta tese de doutorado, que se traduz em um guia do programa, construído em colaboração com os beneficiários da política e os Programas de Pós-Graduação, destinado à promoção do Programa.

### **5.5 Implementação do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos sob a perspectiva dos Atores**

O Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos registrou, até maio de 2023, a chegada de um total de 13 professores, que estão atualmente ativos em 10 universidades localizadas em 9 cidades do estado do Paraná. Dentre o perfil desses docentes, a maioria é do gênero feminino (10) e os restantes (3) são do gênero masculino. É pertinente enfatizar a notável diversidade das áreas de estudo abrangidas por esses cientistas, englobando campos como ensino, educação, linguística e literatura, ciências biológicas III, engenharias II, direito, interdisciplinaridade, história, astronomia e física, planejamento urbano e regional, e demografia<sup>44</sup>. Em relação à faixa etária, essa varia dos 20 aos 60 anos. A maioria dos participantes optou por trazer consigo seus cônjuges e filhos, a uma pesquisadora foi permitido trazer a irmã. E, em dois casos, as cientistas vieram sozinhas e deixaram suas famílias na Ucrânia.

A literatura acadêmica demonstra inúmeras dificuldades que refugiados enfrentam ao se estabelecerem em um novo país (Mendola; Busetta, 2018; Miellet,

---

<sup>44</sup> Classificação das Áreas do Conhecimento definido pela CAPES, para saber mais: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao\\_/24102022\\_Tabela\\_1\\_8\\_44948\\_TabelaAreasConhecimento\\_atualizada\\_2022.doc](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao_/24102022_Tabela_1_8_44948_TabelaAreasConhecimento_atualizada_2022.doc)

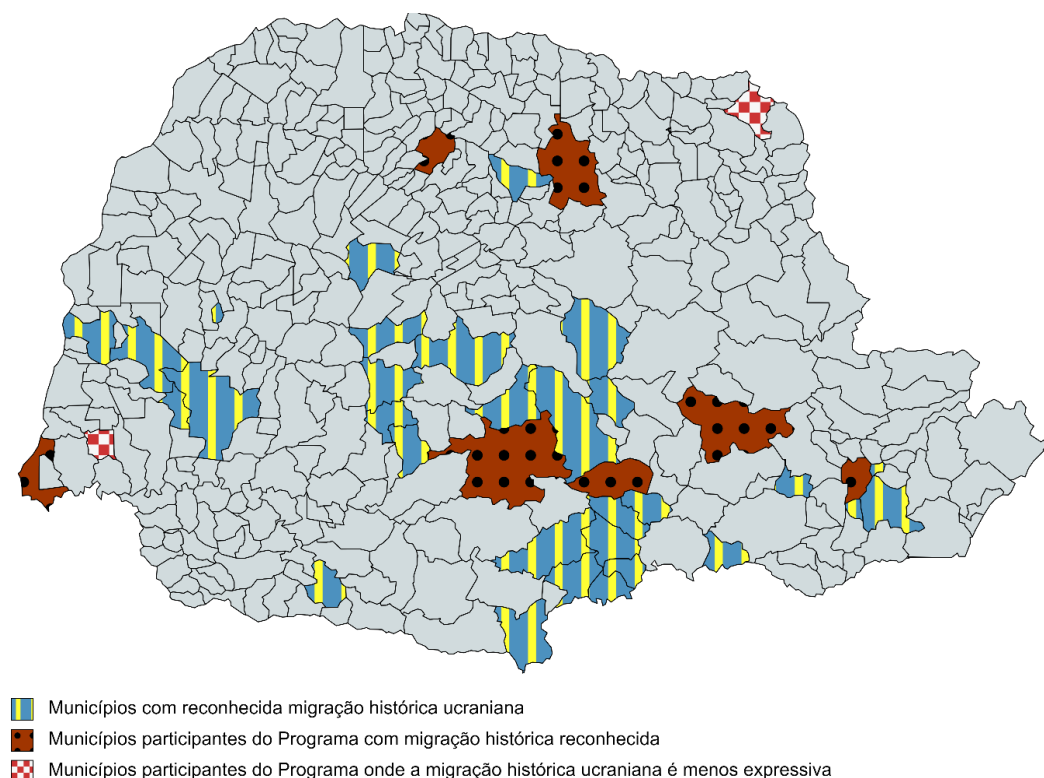


2022; Moreira, 2014). No caso dos pesquisadores ucranianos, as dificuldades incluem a barreira do idioma local, a falta de clareza nos procedimentos, a disponibilidade limitada de informações em um idioma familiar, os requisitos documentais para acessar serviços e moradia, bem como a necessidade de fiadores para aluguel.

No processo de análise visando à identificação dos fatores que contribuíram ou não para o estabelecimento dos pesquisadores nas cidades paranaenses (objetivo específico 1.4 - b), foram designadas como variáveis de análise: (i) a presença ou ausência de uma comunidade ucraniana na cidade, (ii) as características demográficas e sociodemográficas da cidade e (iii) o grau de internacionalização do Programa de Pós-Graduação da instituição de acolhimento.

No contexto da formação de agenda, observou-se que grupos migratórios anteriores, cujos descendentes têm influência política e econômica no contexto regional, influenciaram no resultado da política. Contudo, essa dinâmica parece não ter se repetido no contexto da implementação. A análise do cenário cartografado (Figura 6) revela que a maioria das cidades que acolheu os pesquisadores possui traços da migração histórica ucraniana, exceto nos casos de Medianeira e Jacarezinho.

**Figura 6: Mapa das cidades com influência da migração ucraniana versus universidades receptoras<sup>45</sup>**



**Fonte: Autoria própria (2023)**

A investigação, por outro lado, não revelou uma relação causal clara entre a presença de comunidades formadas por descendentes ucranianos e uma maior facilidade no processo de acolhimento. As cidades de Medianeira e Jacarezinho emergem como exemplos elucidativos, dado que, nesses locais, a representatividade da comunidade ucraniana é menos expressiva. Nelas, a presença dos pesquisadores ucranianos já demonstrou efeitos positivos, tanto no estabelecimento de parcerias acadêmicas e iniciativas de pesquisa quanto na execução de atividades extensionistas destinadas à coletividade. Em locais nos quais a presença da comunidade ucraniana é mais densa, alguns de seus membros desempenharam funções na área de interpretação linguística. Todavia, as contribuições não excederam esse domínio particular. Como nota adicional, destaca-se o relato de uma

<sup>45</sup> A seleção dos municípios com migração histórica reconhecida foi efetuada com base em entrevistas conduzidas com representantes da comunidade, bem como na análise e estudo de documentação, dados publicados em relatórios, trabalhos acadêmicos, notícias, e outras fontes relevantes.

pesquisadora originária da Ucrânia que, influenciada por determinadas circunstâncias, decidiu distanciar-se da comunidade ucraniana na região em questão.

Um fator adicional examinado foi o tamanho da cidade (Quadro 13). Inicialmente, supunha-se que cidades menores poderiam manifestar maior facilidade no processo de instalação, devido à proximidade interpessoal. Entretanto, os desafios mais significativos foram identificados em Curitiba e Irati, cidades com características demográficas consideravelmente distintas. Irati corresponde a 3,34% da população curitibana (Quadro 13). A pesquisa indica que não há uma correspondência direta entre o tamanho da cidade e a facilidade ou dificuldade no processo de instalação dos pesquisadores.

**Quadro 13: Perfil dos municípios participantes**

Municípios	Habitantes (2022) <sup>46</sup>	Per Capita (2020)
<b>Curitiba</b>	1.773.733	R\$ 45.318,46
<b>Londrina</b>	555.937	R\$ 37.766,29
<b>Maringá</b>	409.657	R\$ 46.507,74
<b>Ponta Grossa</b>	358.367	R\$ 48.615,15
<b>Foz do Iguaçu</b>	285.415	R\$ 69.247,40
<b>Guarapuava</b>	182.093	R\$ 41.146,84
<b>Irati</b>	59.250	R\$ 33.519,24
<b>Medianeira</b>	54.369	R\$ 44.389,21
<b>Jacarezinho</b>	40.375	R\$ 36.380,60

Fonte: Autoria própria (2023)<sup>47</sup>

Nota-se, no entanto, uma tendência na qual as cidades menores, devido à limitada oferta de transporte público, podem demandar aquisição de veículos, especialmente para famílias, constituindo um obstáculo adicional em termos financeiros e jurídicos. Entretanto, tal circunstância contrabalança-se com um custo de vida mais acessível para as famílias, compreendendo dois ou três membros, uma característica comum entre os ucranianos.

Por outro lado, o levantamento de informações evidenciou que as instituições universitárias com experiência prévia em acolher estrangeiros, seja através de seus escritórios internacionais, como a PUC/PR, ou por sua natureza internacional, como a UNILA, apresentaram uma integração mais bem-sucedida dos pesquisadores. Esse

<sup>46</sup> Censo 2022.

<sup>47</sup> Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

achado está em consonância com os resultados do Ranking Times Higher Education 2022, que classificou a UNILA e a PUC/PR mais favoravelmente em termos de perspectiva internacional em comparação com outras universidades participantes do Programa contempladas na avaliação.

**Tabela 1: Ranking Times Higher Education (THE) 2022<sup>48</sup>**

Posição	Universidade	Média	Perspectiva Internacional	Pesquisa	Ensino	Citações	Transferência de conhecimento
151+	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	16.1–28.7	72.4	19.0	32.4	17.8	34.9
39	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)	61.7	28.8	64.9	61.8	70.0	47.8
92	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	42.2	26.0	39.7	45.8	46.6	35.7
50	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	56.7	24.2	66.3	61.0	41.8	79.4
45	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	58.4	22.0	73.0	67.8	32.8	37.5
101–125	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)	34.2–39.9	21.7	33.2	52.2	15.1	35.1

Fonte: Autoria própria (2023)<sup>49</sup>

A Fundação Araucária desempenhou um papel central ao atuar como agente de suporte e provedor econômico. A operacionalização da recepção e estabelecimento dos pesquisadores ucranianos nas comunidades ficou sob a responsabilidade das universidades, adaptada ao contexto de cada uma. No contexto da implementação do programa, os professores das universidades desempenharam um papel fundamental.

<sup>48</sup> Na edição de 2023 do *ranking*, foram incluídas outras duas universidades do Programa de Acolhida: a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

<sup>49</sup> Com base no Latin America University Rankings 2022.

Pautada por sua abordagem de co-criação com parceiros, a Fundação optou por não estabelecer conjuntos de regras de implementação excessivamente rígidas. Isso permitiu que as instituições parceiras ajustassem a implementação à realidade de cada contexto, considerando a diversidade entre as universidades e cidades anfitriãs. No entanto, essa flexibilidade resultou em variações substanciais na experiência de implementação. Embora tenha gerado abordagens de sucesso, em que as tarefas foram distribuídas conforme a especialização de cada área, também houve situações em que a atribuição de responsabilidades recaiu sobre poucas pessoas, levando a uma sobrecarga de trabalho adicional, principalmente para os professores responsáveis pelo acolhimento dos docentes. Em certos casos, as dificuldades foram tão acentuadas que alguns programas manifestaram desinteresse em acolher futuros pesquisadores ucranianos.

Outros relatos identificaram dificuldades na execução das bolsas de extensão devido à alta rotatividade dos bolsistas, sugerindo uma possível falta de compreensão em relação ao comprometimento exigido por tais atividades. É relevante observar que, geralmente, a natureza das responsabilidades associadas ao acolhimento de estrangeiros no contexto brasileiro é subestimada, possivelmente explicando a alta taxa de rotatividade.

Em situações em que a incumbência operacional do Programa recaiu sobre docentes, estes utilizaram suas redes pessoais e profissionais para facilitar o processo de estabelecimento. Os docentes brasileiros mobilizaram suas redes pessoais para tarefas específicas, como negociação de descontos em escolas, acesso a serviços de saúde, aceleração de processos documentais e solução de questões burocráticas. Por exemplo, empresários locais concederam descontos em escolas e na compra de carro, profissionais liberais em consultas médicas e carteiras de vacinação, e aceleração de processos documentais para resolver questões burocráticas. Além disso, a população civil, por meio de doações e alojamento, colaborou no acolhimento. Essas ações destacam como as redes de contatos podem acelerar e simplificar o processo de implementação, permitindo aos pesquisadores ucranianos superar obstáculos mais facilmente.

A literatura acadêmica recente tem explorado o papel do capital social dos professores universitários, analisando seu impacto tanto no processo educativo quanto no progresso das suas carreiras acadêmicas (Angervall; Gustafsson; Silfver, 2018; Demir, 2021; Tufan Yalçın, 2023). Complementarmente, este estudo em

particular lança luz sobre o valor do capital social dos professores no âmbito da implementação de políticas. Evidência mostrou que a capacidade de mobilização e a resiliência desses atores contribuiu significativamente para a implementação da política. Através de suas conexões e afiliações, esses atores superaram obstáculos e garantiram a execução das atividades necessárias para a implementação do Programa de Acolhida. Isso ressalta a importância da solidariedade individual como um elemento contribuinte no processo de estabelecimento dos pesquisadores ucranianos. Destaca-se, portanto, a importância da iniciativa, solidariedade e cooperação individuais como elemento de relevância no processo de acolhida de pesquisadores ucranianos.

É importante observar que nem todos os professores que receberam os pesquisadores tinham alguma ligação direta ou indireta com a migração ucraniana histórica. Esse fator, crucial na fase de estabelecimento da agenda, não necessariamente se repetiu na fase de implementação. Isso pode ser explicado pelo entendimento dos professores brasileiros de que acolher os ucranianos era necessário. Entre as motivações identificadas, a dimensão humanitária foi frequentemente mencionada, com entrevistados utilizando termos como "guerra", "perdas", "ajuda" e "bem-vindos". A representante de uma universidade confessional enfatizou a congruência entre o Programa de Acolhida e os seus valores institucionais. Além disso, a perspectiva de internacionalização, abordada mais detalhadamente na seção final deste capítulo, também foi evocada. A justaposição dessas motivações evoca a concepção de Ergin *et al.* (2019), de uma "razão humanitária" na internacionalização forçada das universidades, que é decorrente do reconhecimento da educação superior como um bem público em nível pessoal, nacional e internacional.

O papel ativo dos atores na fase de implementação remete ao conceito de empreendedores políticos, conforme delineado por Kingdon (1984), que são indivíduos que mobilizam recursos a fim de fazer avançar uma política específica. Estes empreendedores são caracterizados não apenas pela sua paixão por uma causa, mas também pela posse de recursos – como conhecimento, conexões, ou habilidades de “advocacy”.

Assim, tanto em termos conceituais quanto práticos, esses professores não apenas se engajaram na promoção e implementação de políticas, como também transformaram capital social, influência e conexões em ações tangíveis – viabilizando

que a política fosse transposta do papel para a realidade. Seu papel vai além da simples implementação; eles são agentes de mudança, identificando desafios enfrentados pelos migrantes e concebendo soluções tangíveis com base em suas redes de apoio. Por meio de sua influência, capital social e conexões, a dedicação e comprometimento destes atores desempenharam papel vital na concretização da política e na criação de um ambiente propício à integração dos pesquisadores ucranianos.

No escopo da Teoria dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2014), diferentes atores assumem papéis distintos. No âmbito do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos, os "atores visíveis" representam os participantes reconhecidos no processo de implementação da política. Conforme Kingdon (2014), tais atores têm um papel evidente, com os coordenadores de programas, docentes de apoio e professores responsáveis pela proposta como exemplos principais. Por outro lado, os "atores invisíveis" emergem de redes pessoais desses atores mais centrais, acabando por auxiliá-los diretamente no estabelecimento dos ucranianos, como técnicos universitários, pessoas da comunidade, empresários e líderes comunitários e participantes de campanhas de doação. Apesar de não ser explícito, esse apoio foi crucial no processo de assentamento.

No que consiste o processo de acolhimento, o contexto dos pesquisadores também influencia este processo. Enquanto alguns chegaram acompanhados por suas famílias, outros deixaram seus cônjuges na Ucrânia. O contexto de deslocamento forçado é intrinsecamente complexo e delicado. No tocante à motivação dos ucranianos em participar dos projetos, a segurança física e a estabilidade para si e suas famílias foram apontadas como a principal motivação declarada. Dos 12 pesquisadores ucranianos<sup>50</sup> no Paraná, três não trouxeram cônjuges, filhos ou irmãos. A possibilidade de trazer a família foi uma das motivações mencionadas, sendo que duas famílias têm filhos com necessidades especiais. Os pesquisadores ressaltaram a oportunidade de continuar suas pesquisas por dois anos, mesmo em meio ao conflito, o que lhes permite manter atividades acadêmicas por um período considerado substancial.

---

<sup>50</sup> Um dos pesquisadores trouxe sua família e sua esposa foi incluída no Programa posteriormente, uma vez já no Brasil – por isso 12 ao invés de 13.

Ademais, os acadêmicos manifestaram o desejo de experimentar a cultura e o ambiente "tropical" do Brasil, exibindo curiosidade em relação ao país anfitrião e abertura a uma experiência multicultural. Cerca de metade dos pesquisadores ucranianos relataram já ter se engajado em atividades comunitárias em colaboração com prefeituras e outras instituições, como leituras para detentos, tradução de jornais históricos sobre imigração ucraniana para o Paraná, projetos de xadrez em escolas municipais e atividades de astronomia. Cerca de 10% desse número pretende propor a criação de núcleos de voluntariado em suas universidades e associações. Estas iniciativas corroboram a argumentação de Ergin *et al.* (2019) de que migrantes forçados têm o potencial de enriquecer e fortalecer a sociedade anfitriã em termos sociais e culturais.

Os pesquisadores ucranianos demonstraram satisfação com o Programa, e dizem-se gratos de poderem ter trazido consigo suas famílias e seus filhos. Algumas crianças apresentam necessidades neuroatípicas e têm recebido a atenção necessária para seu desenvolvimento. Os pesquisadores ucranianos relataram identificar diferenças no sistema educacional brasileiro, que, segundo eles, é mais centrado no aluno.

Quase a totalidade dos entrevistados relatou dificuldade em legitimar a oferta e a seriedade da iniciativa da Fundação Araucária, estando na Ucrânia. Considerando o objetivo do projeto de acolher 50 pesquisadores, esse fator torna-se particularmente crítico, especialmente considerando o contexto de caos e conflito vivenciado pela Ucrânia, que acarreta o risco de fraudes e golpes. A divulgação do Programa no site oficial do Ministério da Educação e Ciência da Ucrânia ajudou a atrair e motivar os interessados, assegurando que a informação chegasse aos potenciais beneficiários de maneira confiável e autêntica.

Um forte investimento na divulgação do projeto em âmbito nacional foi empreendido. A Assessoria de Imprensa da Fundação Araucária dedicou atenção especial às atividades relacionadas ao projeto, divulgando-as por meio do perfil específico do Programa no Instagram. Adicionalmente, um documentário sobre o Programa encontra-se em produção pela Fundação Araucária, em colaboração com a UEPG e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O documentário se concentrará nas trajetórias e experiências dos pesquisadores participantes do projeto, desde sua saída da Ucrânia até a adaptação no Brasil. A data de lançamento do documentário ainda não foi determinada (AEN, 2023b).



Em conclusão, os professores envolvidos na implementação do Programa criaram redes de suporte e solidariedade em torno dos pesquisadores ucranianos, oferecendo assistência prática, orientação e apoio emocional. Esses atores de suporte são cruciais na criação de oportunidades para a implementação bem-sucedida da política, ao facilitarem a adaptação dos migrantes e promoverem a interação com a sociedade receptora.

A ação voluntária e o envolvimento da comunidade acadêmica também podem ter contribuído para a abertura de oportunidades para a implementação bem-sucedida da política, criando um ambiente propício para as atividades do Programa. Além disso, a solidariedade e a motivação individual também foram fatores determinantes na abertura destas oportunidades, enfatizando a importância dos elementos humanos na implementação de políticas públicas.

Utilizando o conceito de "janela de oportunidade" de Kingdon, em relação à implementação, a solidariedade como fator motivacional pessoal, aliada à comoção pela questão da guerra e ao capital social de muitos implementadores, desempenhou um papel crucial no estabelecimento e operacionalização das atividades de recepção e integração dos pesquisadores ucranianos e suas famílias.

Em conclusão, a implementação bem-sucedida do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos no estado do Paraná demonstra a importância de uma abordagem flexível e colaborativa na implementação de políticas públicas, a qual reúne atores diversos que desempenham papéis complementares para superar desafios e criar um ambiente propício para a integração de migrantes em uma nova sociedade.

#### 5.5.1 A internacionalização como externalidade positiva

Enquanto o foco primário desta tese de doutorado reside na análise das dinâmicas políticas e práticas institucionais que circundam o Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos, em um ambiente acadêmico cada vez mais globalizado, a complexidade das dinâmicas políticas e práticas institucionais que circundam o Programa se revela não apenas no seu objetivo primordial, mas também nas externalidades geradas. A uma primeira vista, este programa pode ser interpretado como uma resposta a contingências políticas e humanitárias. Contudo, uma análise mais aprofundada, em particular, aquela realizada por De Carvalho *et al.* (2023), sugere uma externalidade significativa e secundária: a internacionalização das

instituições de ensino superior no Estado do Paraná (objetivo específico 1.4 - d). Este fenômeno não foi um objetivo explícito da política em questão, todavia, emergiu como uma externalidade positiva cujo impacto se estendeu além das intenções programáticas iniciais.

Este capítulo objetiva a identificação e análise de um efeito não antecipado e direto oriundo do programa de acolhimento aos cientistas internacionais. A partir dessa externalidade positiva, empreendemos uma análise, concentrando nossa atenção na perspectiva da internacionalização. Com esta abordagem, aspirou-se compreender como a presença dos cientistas ucranianos está contribuindo para a expansão das fronteiras globais nas esferas acadêmicas e científicas das universidades de acolhida. Fenômeno que tem o potencial de repercutir no contexto do desenvolvimento regional e no aperfeiçoamento da qualidade de Ensino e pesquisa das instituições.

Esta externalidade positiva não prevista suscita questões acerca da contribuição desses cientistas para o desenvolvimento acadêmico e científico das universidades paranaenses. Por um lado, os cientistas ucranianos trouxeram consigo uma gama de competências e conhecimentos que poderão contribuir para o aprimoramento dos currículos e métodos pedagógicos. Por outro, a presença desses acadêmicos facilitou o estabelecimento de colaborações internacionais e parcerias de pesquisa, reforçando a posição das universidades paranaenses no cenário acadêmico global.

Tal constatação sublinha, no estudo de políticas públicas, a necessidade de uma abordagem holística que considere a multifacetada natureza e o poderoso potencial que tais políticas podem manifestar em diferentes dimensões. Por conseguinte, a internacionalização deve ser interpretada não como um epifenômeno, mas como uma externalidade estratégica que reconfigura o âmbito acadêmico de múltiplas formas.

Fica evidente que a internacionalização, embora periférica à missão principal do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos, representou uma transformação positiva e imprevista, reforçando a ideia de que as políticas públicas frequentemente operam em um ambiente complexo, em que os resultados não podem ser inteiramente antecipados, e onde externalidades, sejam elas positivas ou negativas, podem desempenhar papéis cruciais na avaliação do sucesso ou fracasso de uma iniciativa política específica.

No que tange aos potenciais benefícios para os diferentes atores, a Fundação Araucária se beneficia da internacionalização ao atuar como um catalisador para a criação de um ecossistema acadêmico mais diversificado e sofisticado. Este fenômeno auxilia na atração de recursos externos e na geração de capital intelectual, elementos cruciais para a melhoria do *status* e o reconhecimento da Fundação.

Para os pesquisadores ucranianos, o programa representa um ambiente propício para a continuidade da sua produção acadêmica e uma oportunidade para integrar-se em diferentes redes científicas, o que é particularmente benéfico em cenários de deslocamento forçado.

Para as universidades, os benefícios são alcançados através da infusão de competências especializadas e perspectivas globais em seus currículos e métodos pedagógicos. Além disso, o estabelecimento de parcerias internacionais potencializa a visibilidade e o alcance global dessas instituições, que se tornam mais competitivas em um cenário acadêmico internacionalizado.

Cerca de 70% dos coordenadores de pós-graduação entrevistados que aderiram ao programa dizem ter também objetivado "parceria", "colaboração" e "intercâmbio", indicando uma busca por sinergias acadêmicas e científicas. Esse dado sinaliza, mesmo de forma implícita, que a presença de cientistas ucranianos é considerada uma valiosa adição às estratégias institucionais de internacionalização.

A internacionalização, como elucidado por diversos autores, atua como catalisador para o desenvolvimento de competências, visibilidade global e fortalecimento institucional (Gacel-Ávila, 2007; Horta, 2009; Knight, 2003). Além disso, promove o desenvolvimento econômico em longo prazo, a empregabilidade e o engajamento social, bem como a capacidade técnica no país e compreensão intercultural (De Wit; Leal; Unangst, 2020). Com efeito, a inserção em um ambiente multicultural estimula a formação de habilidades particularmente valorizadas no mercado de trabalho global, como a comunicação eficaz, tolerância à diversidade e resiliência (Saes, 2020).

Diversas estratégias são destacadas para promover a internacionalização em nível institucional, incluindo programas de intercâmbio estudantil, currículos internacionalizados, atração de estudantes internacionais, projetos conjuntos de pesquisa e programas de mobilidade de professores (Knight, 2004). A cooperação internacional também é enfatizada, com o crescimento de atividades como programas de mobilidade e pesquisa colaborativa (Enders; De Weert, 2004).

Em que pese a internacionalização não ser o fulcro da política examinada, sua manifestação como uma externalidade relevante ilustra as interações multifacetadas e a complexidade inerente aos programas de acolhida e migração. Não se pode subestimar a importância de uma análise holística, que considere as diversas externalidades geradas, sejam estas de caráter positivo ou negativo.

A aplicação de instrumentos de avaliação como os propostos pela CAPES e por rankings internacionais serve como uma métrica adicional para qualificar e quantificar os impactos dos programas de pós-graduação. Conforme discutido por Saes e Invernizzi (2023), a política de internacionalização se tornou mais explícita e sistemática na última década, e o nível de internacionalização dos programas de pós-graduação se tornou um item específico na avaliação quadrienal, reconhecido como critério de excelência acadêmica e requisito para concessão das notas 6 e 7. Na última década, os Planos Nacionais de Pós-Graduação da Capes têm destacado a internacionalização, citando como efeitos esperados para atividades relacionadas benefícios socioculturais, políticos, acadêmicos e econômicos.

A análise dos programas participantes do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucrânicos, conforme apresentado na Tabela 2, revela que a maioria destes obteve avaliações situadas no intervalo entre 3 e 5, segundo a última avaliação promovida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta faixa de pontuação sugere um estágio incipiente no processo de internacionalização, indicando, portanto, um amplo campo para a implementação de avanços substanciais. Somado a isso, programas com avaliações mais baixas enfrentam desafios substantivos, especialmente no que tange ao financiamento de pesquisa.

**Tabela 2: Quadro dos Programas participantes da Política e sua respectiva nota**

(continua)

Nota do Programa por Cidade	3	4	5	6
<b><u>Curitiba</u></b>				
<i>Mestrado</i>				
<i>IFPR</i>	1			
<i>PUCPR</i>			1	
<b><u>Foz do Iguaçu</u></b>				
<i>Mestrado</i>				
<i>UNILA</i>	1			

**Tabela 2: Quadro dos Programas participantes da Política e sua respectiva nota  
(conclusão)**

<b>Nota do Programa por Cidade</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>
<i>Mestrado e Doutorado</i>				
<i>UNIOESTE</i>		1		
<b><u>Guarapuava</u></b>				
<i>Mestrado</i>				
<i>UNICENTRO</i>		1		
<b><u>Irati</u></b>				
<i>Mestrado</i>				
<i>UNICENTRO</i>	1			
<b><u>Jacarezinho</u></b>				
<i>Mestrado</i>				
<i>UENP</i>		2		
<b><u>Londrina</u></b>				
<i>Mestrado e Doutorado</i>				
<i>UEL</i>		1	1	
<b><u>Maringá</u></b>				
<i>Mestrado e Doutorado</i>				
<i>UEM</i>				1
<b><u>Medianeira</u></b>				
<i>Mestrado</i>				
<i>UTFPR</i>		1		
<b><u>Ponta Grossa</u></b>				
<i>Mestrado e Doutorado</i>				
<i>UEPG</i>		1		
<b><i>Total Geral</i></b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Fonte: Autoria própria (2023)

Um dos entrevistados mencionou ter dificuldades de acesso ao financiamento para promover a internacionalização de programas nota 4, visto que seu orçamento é muito limitado, o que acaba levando criando barreiras que impedem a melhoria ou o progresso em direção à internacionalização. Ou seja, a insuficiência de fundos limita a capacidade do programa de investir em oportunidades de internacionalização, o que é essencial para melhorar sua reputação e posição em rankings acadêmicos. Esta falta de investimento, por sua vez, mantém o programa em uma posição onde continua a ser desafiador obter financiamento, perpetuando o estado de limitação de recursos e impedindo a melhoria da nota do programa.

Assim, para programas com avaliações de 3 e 4, o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos representa uma virada significativa, proporcionando a oportunidade de receber o primeiro pesquisador internacional de forma presencial e impulsionando a internacionalização.

Neste contexto, o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos, promovido pela Fundação Araucária, se destaca como uma alternativa viável para o financiamento de pesquisas, visando a internacionalização. A presença de pesquisadores internacionais pode desempenhar um papel catalisador, instigando um processo de "internacionalização forçada" (Ergin; De Wit; Leask, 2019) e "internacionalização em casa" (Robson, 2017; Robson; Almeida; Schartner, 2017; Watkins; Smith, 2018). Esse fenômeno, ao promover intercâmbios e colaborações, não apenas enriquece o ambiente acadêmico, mas também contribui para o fortalecimento da pesquisa e da projeção internacional dos programas envolvidos.

Infere-se, portanto, que a inserção de um acadêmico internacional em programas de menor internacionalização pode exercer um impacto mais substancial do que em programas já estabelecidos com resultados notáveis. Tal fenômeno promove uma forma de "internacionalização forçada" (Ergin; De Wit; Leask, 2019). Isso não apenas enriquece a diversidade e o acervo de conhecimentos, mas também proporciona um estímulo considerável para o avanço desses programas no panorama internacional. Em nível institucional, tal inclusão tem o potencial de induzir mudanças estruturais e estratégicas profundas. Isso engloba a revisão de currículos para integrar uma visão global, o desenvolvimento de programas de intercâmbio, a formação de alianças internacionais, e a implementação de políticas voltadas para a atração de estudantes e docentes estrangeiros. Ademais, a busca por creditações internacionais é frequentemente empreendida como um método de validação da excelência educacional.

Em relação à comunidade interna, incluindo estudantes, professores e funcionários, a internacionalização proporciona oportunidades valiosas para o desenvolvimento de competências globais, tais como habilidades linguísticas e compreensão intercultural, ao mesmo tempo em que instiga a integração de estudantes internacionais e a adaptação dos currículos. Para a comunidade externa, os impactos se estendem para além das fronteiras institucionais, influenciando as comunidades locais, regionais e globais por meio da colaboração internacional em

pesquisa e inovação, contribuindo assim para o progresso do conhecimento e a resolução de desafios globais.

A internacionalização também repercute economicamente, estimulando o turismo educacional e afetando as economias locais devido à mobilidade estudantil, além de desempenhar um papel vital no fortalecimento das relações diplomáticas e na promoção da compreensão intercultural.

Neste contexto, o projeto de acolhimento de cientistas adquire relevância, possibilitando o avanço em pesquisas de ponta, como aquelas nas áreas do Direito e da Microbiologia. Um exemplo tangível foi a aprovação da Comissão Europeia para estabelecer a Cátedra Jean Monnet, intitulada "EU-Crimjcoop – ERASMUS-JMO-2023-HEI-TCH-RSCH" na Universidade Estadual do Norte Pioneiro (UENP). A colaboração engloba as universidades de Murcia (Espanha), Varsóvia (Polônia) e Lviv (Ucrânia), e contará com financiamento de 30.000 € do Fundo Europeu de Educação.

O projeto tem como objetivo principal criar um curso que abordará estratégias, princípios e conceitos fundamentais da política criminal da União Europeia, espera-se formar cerca de 320 estudantes ao longo de um período de três anos (UENP, 2023).

Este capítulo direcionou seu foco para a identificação de um efeito imediato, que surgiu de forma não antecipada explicitamente pela política analisada, resultando em um resultado direto do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucrânicos. A partir dessa manifestação inusitada, empreendeu-se uma análise, com uma atenção especial voltada para a perspectiva da internacionalização. O objetivo principal foi compreender como a presença dos cientistas ucranianos está desencadeando a expansão das fronteiras globais nas esferas acadêmicas e científicas das universidades de acolhida. Este fenômeno, além de seu potencial no desenvolvimento regional, está contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino e pesquisa nessas instituições.

Adicionalmente, o impacto sociopolítico do programa não pode ser negligenciado. A presença dos cientistas refugiados proporciona uma oportunidade única para o engajamento cívico e para a promoção da educação em direitos humanos e questões relacionadas ao asilo. A universidade, nesse cenário, torna-se um palco para a diplomacia pública e para a advocacia em questões de relevância global, amplificando a influência e a autoridade moral das instituições envolvidas em nível internacional.

Em conclusão, o Programa de Acolhida a Cientistas Refugiados Ucranianos, inicialmente concebido como uma medida humanitária e política, revela complexa tessitura de externalidades que vão além de seu objetivo primário. Estas manifestações multifacetadas abrangem qualidade acadêmica, internacionalização, engajamento social e desenvolvimento regional.

## **5.6 Pontos de Reflexão**

Esta subseção destina-se a apresentar e analisar as limitações e desafios identificados no processo de elaboração e implementação do Programa de Acolhida aos Pesquisadores Ucranianos como resultado dessa investigação, visando contribuir para melhorias ao Programa (produto-final de tese), fornecendo subsídios para reflexões. Parte das observações aqui apresentadas já encontrou abrigo na seção X de apresentação e discussão dos resultados. No entanto, a decisão de reiterá-las nesta subseção justifica-se pela necessidade de consolidar todas as análises pertinentes em um único espaço de exposição.

Durante o processo de elaboração da política do Programa de Acolhida, a ausência de consultas às universidades revelou-se uma limitação significativa. Esta lacuna, por sua vez, resultou em dificuldades substanciais para a preparação prévia das instituições interessadas, tanto em aspectos institucionais quanto práticos. A falta de participação ativa das universidades na concepção da proposta acarretou uma compreensão limitada das responsabilidades a elas atribuídas, potencialmente conduzindo a uma subestimação das atividades necessárias para receber adequadamente os pesquisadores ucranianos. Com vistas a mitigar este problema, propõe-se, de forma assertiva, a promoção de uma troca sistemática de experiências entre as universidades receptoras, não apenas como um meio de compartilhamento de boas práticas, mas, crucialmente, como um estímulo para a cooperação interinstitucional.

No contexto do processo de seleção, constatou-se que, em caso de empate, há uma priorização dos Programas de Pós-Graduação com notas mais elevadas no ranking da CAPES. Embora tal abordagem possua uma lógica compreensível, ela pode apresentar desvantagens para programas com notas mais baixas (3 e 4). A coleta de dados e análises derivadas dessa tese revelaram uma participação mais expressiva de Programas de Pós-Graduação com notas 3 e 4 no Programa de Acolhida de pesquisadores ucranianos do que aqueles classificados com notas 6 e 7.



Esta observação sugere uma possível menor adesão dos Programas 6 e 7, os quais, em virtude de seu nível mais avançado de internacionalização, possuem acesso a um leque mais amplo de opções de financiamento. Por conseguinte, o Programa da Fundação Araucária emerge como uma estratégia particularmente atrativa para os Programas com classificações mais baixas, incentivando a busca pela melhoria do nível de internacionalização. Assim, recomenda-se uma reavaliação dos critérios de desempate e, eventualmente, um reenquadramento da estratégia adotada pelo Programa de Acolhida.

No que tange o Programa Institucional Universidades Amig@s: Acolhimento Extensionista aos Cientistas Ucranianos destinado ao Acolhimento Extensionista de Cientistas Ucranianos instrumentalizado pela Chamada nº 10/2022, observa-se uma discrepância entre a nomenclatura "extensionista" e a concretização efetiva do conceito de extensão no âmbito universitário. A extensão universitária, como parte integral da tríade acadêmica ao lado do ensino e da pesquisa, representa uma interação sistemática e consciente da universidade com a sociedade. Esta interação não se limita às atividades acadêmicas convencionais, mas se estende através de práticas extensionistas que refletem a relação da universidade com o tecido social (Bartnik; Silva, 2009).

Ao analisar especificamente a Chamada nº 10/2022, identifica-se uma interpretação distorcida da extensão universitária. Esta chamada considera a extensão predominantemente como um suporte suplementar ao acolhimento de acadêmicos ucranianos, sem um envolvimento significativo e direto com a comunidade externa. Contudo, em uma resposta compensatória a esse desvio, vem da participação espontânea dos pesquisadores ucranianos em atividades filantrópicas e voluntárias, que superam suas responsabilidades acadêmicas regulares. O voluntariado, prática comum no cenário universitário ucraniano, tem motivado estudantes brasileiros e contribuído para enriquecer a dinâmica acadêmica. Esta modalidade de engajamento extensionista, embora não antecipada inicialmente, tem se revelado crucial para o legado do Programa no âmbito local, incentivando um engajamento mais direto com a comunidade externa. Além disso, diversos pesquisadores ucranianos mostraram interesse em estabelecer grupos de voluntariado em suas instituições brasileiras.

Outra limitação evidenciada diz respeito à obrigatoriedade não explícita de que os Programas de Pós-Graduação selecionados também participassem da Chamada

10/2022 (Programa Institucional Universidades Amig@s: Acolhimento Extensionista aos Cientistas Ucranianos) para obtenção de apoio financeiro e de recursos humanos. Essa flexibilidade resultou em sobrecargas para professores responsáveis pela acolhida, transpondo responsabilidades do âmbito institucional para o nível individual. Uma análise mais aprofundada das razões subjacentes a não participação de alguns Programas de Pós-Graduação no “Programa Institucional Universidades Amig@s: Acolhimento Extensionista aos Cientistas Ucranianos” revela-se essencial para compreender se tal omissão decorreu de desconhecimento, limitações orçamentárias ou outros fatores. As entrevistas demonstraram indícios de desconhecimento do Programa ou má compreensão do que este consistia por parte dos Coordenadores dos Programas de Pós. Nesse contexto, sugere-se a possibilidade de unificação de ambas as chamadas como medida preventiva contra possíveis confusões.

No âmbito macroanalítico, notam-se indícios que apontam para uma potencial transferência de responsabilidade e a ausência de respaldo institucional por parte das universidades em relação aos seus setores, notadamente durante a execução de projetos que extrapolam os limites de uma estrutura já estabelecida, sobretudo no tocante a atividades de pesquisa e extensão. Esta deficiência de apoio não é restrita ao processo de implementação do Programa de Acolhida a pesquisadores ucranianos; ao contrário, conforme sugeriu o discurso dos entrevistados, apresenta-se como uma possível tendência. Diante dessa realidade, uma participação mais ativa das Pró-reitorias de Pesquisa ou setores de Relações Internacionais no processo de implementação emergiria como um elemento crucial para conferir um respaldo institucional mais substancial aos professores encarregados da execução do programa.

A questão de eventuais cortes orçamentários e a não consecução da meta de 50 professores em um prazo aceitável representam desafios que podem comprometer a continuidade do projeto. Além disso, entraves burocráticos, tais como os processos de obtenção de visto e a morosidade nos trâmites administrativos, introduzem obstáculos adicionais para os pesquisadores ucranianos, já em uma situação intrinsecamente delicada. Nesse contexto, seria pertinente estabelecer parcerias estratégicas com os órgãos migratórios, visando a facilitação do processo de emissão das permissões de entrada.

A sustentabilidade em longo prazo emerge como uma eventual vulnerabilidade do programa. Recomenda-se a consideração de planos de contingência para o

encerramento do conflito entre Rússia e Ucrânia e o não atingimento da meta de 50 pesquisadores recrutados, ou mesmo se os professores optarem por não retornar à Ucrânia.

Enquanto a política focada nos pesquisadores ucranianos, o Programa de Acolhida está em conformidade com as diretrizes e capacidades da Fundação Araucária, atendendo a uma urgência específica. Entretanto, ela pode ser vista como seletiva, levantando preocupações sobre a equidade e transparência. Esta situação destaca a importância crucial de revisar e possivelmente expandir o escopo do programa. O objetivo dessa expansão seria incluir uma diversidade maior de acadêmicos deslocados, garantindo assim uma abordagem mais abrangente e equitativa, alinhada com o princípio da inclusão em todas as iniciativas da fundação.

Por fim, outro ponto de relevância diz respeito ao uso não estratégico de diferentes programas de acolhimento de acadêmicos em deslocamento, notadamente o Programa de Acolhida aos Pesquisadores Ucranianos da Fundação Araucária e o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergencial (PDPG) da CAPES. Dada a natureza específica do Programa de Acolhida a pesquisadores ucranianos, sugere-se uma abordagem mais criteriosa, evitando justaposições desnecessárias. Nesse sentido, propõe-se uma alocação mais otimizada, destinando o Programa da Fundação Araucária aos pesquisadores ucranianos e o da CAPES aos pesquisadores de outras nacionalidades, possibilitando assim a acolhida do maior número possível de acadêmicos deslocados.

A intenção de apresentar essas reflexões não é de desqualificar Programa de Acolhida, e sim identificar identificação áreas passíveis de aprimoramento, com o intuito último de promover o desenvolvimento contínuo do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos. Considerando isso, o produto-final dessa tese: Guia Rápido do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos da Fundação Araucária, Paraná - Brasil (De Carvalho, 2023a) apresenta recomendações de aprimoramento ao Programa.

O guia propõe uma abordagem abrangente, abarcando desde aspectos práticos de implementação até estratégias que visam maximizar os impactos positivos resultantes da participação dos cientistas ucranianos no Programa. As recomendações apresentadas incluem diretrizes específicas para a execução eficiente das atividades de acolhimento, destacando a importância da integração do

programa nos contextos dos Programas de Pós-Graduação para promover uma sinergia mais eficaz entre os pesquisadores e as instituições de ensino superior.

Adicionalmente, o documento oferece uma visão estratégica sobre as atividades de suporte necessárias para garantir o êxito contínuo do Programa, reconhecendo a importância de uma infraestrutura institucional robusta e de iniciativas específicas voltadas para a integração efetiva dos pesquisadores estrangeiros. Através dele, buscou-se não apenas disseminar os resultados obtidos, mas também proporcionar uma ferramenta prática e eficaz para os gestores de programas de acolhimento, coordenadores de Programas de Pós-Graduação e demais interessados, facilitando a implementação e aprimoramento contínuo do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos.

### **5.7 Desdobramentos potenciais e perspectivas para estudos posteriores**

A reflexão crítica sobre o Programa revelou *insights* valiosos, delineando possíveis direções para futuras pesquisas. Estas surgem como um imperativo para consolidar e expandir a compreensão do Programa de Acolhida aos Pesquisadores Ucranianos.

Dada a contemporaneidade do objeto de estudo, esta tese reconhece suas limitações na análise de impactos em médio prazo, suscitando a pertinência de investigações mais abrangentes e aprofundadas.

Uma recomendação crucial consiste na realização de pesquisas que avaliem o impacto do Programa sob diversas perspectivas. Esta abordagem multifacetada não se limitaria apenas aos beneficiários diretos da política, abrangendo também os Programas de Pós-Graduação, seus alunos e a comunidade externa à Universidade. A mensuração dos benefícios em médio e longo prazo, bem como as repercussões nos âmbitos científico e institucional, constituem contribuições substanciais para a compreensão holística do Programa.

Outro caminho de pesquisa sugerido é a adoção de uma abordagem sociológica e participativa para explorar a integração cultural dos pesquisadores, especialmente em locais com uma presença histórica significativa de migração ucraniana. A comparação dessas experiências com contextos menos marcados por essa migração pode fornecer subsídios para o entendimento de fatores de influência nos contextos de acolhimento.

A análise da relação entre a migração ucraniana, o programa de acolhimento no Paraná e seu impacto internacional se configura como uma lacuna a ser preenchida. Investigações detalhadas sobre o impacto em longo prazo nas relações de cooperação entre o Paraná e a Ucrânia e a reintegração dos pesquisadores em seus contextos natais podem lançar luz sobre dinâmicas complexas e interconectadas que tocam temáticas adjacentes, como diplomacia científica e "soft power". Compreender como essas iniciativas impactam a projeção internacional do país pode revelar aspectos estratégicos essenciais para a condução eficaz de programas similares no futuro.

Além disso, propõe-se investigar como as políticas migratórias são construídas como um problema público e a influência do capital social e político na conformação dessas políticas públicas em diferentes países, considerando as diversas perspectivas ideológicas e políticas. Somado a isso, explorar como redes sociais e comunitárias moldam o processo de acolhimento e integração de diferentes grupos migratórios.

Ampliar a análise de formação da agenda e da implementação da política para outros programas de acolhimento com características similares sob diferentes modelos de análise e em contextos políticos e sociais diferentes podem se constituir como caminhos que permitam identificar padrões replicáveis e entender como o Programa de Acolhida se adaptaria em ambientes diversos.

Por fim, investigar os efeitos em longo prazo da presença dos pesquisadores ucranianos no contexto paranaense, os processos de "reintegração" desses cientistas em seus contextos natais, assim como o processo de assimilação cultural dos recém-chegados, emergem como uma continuidade natural das reflexões desta tese.

Essas sugestões para pesquisas futuras não pretendem ser exaustivas; ao contrário, buscam oferecer um arcabouço conceitual robusto para a expansão do conhecimento sobre o Programa de Acolhida aos Pesquisadores Ucranianos e, por extensão, para iniciativas similares em contextos diversos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese de doutorado constituiu uma análise aprofundada e interdisciplinar sobre a formulação e implementação do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos pela Fundação Araucária, no Paraná, Brasil. Fundamentando-se na Teoria dos Múltiplos Fluxos de Kingdon (2014), o estudo aborda tanto a formulação quanto a implementação do Programa de Acolhida, examinando a agência dos atores envolvidos, as práticas adotadas e os fatores que influenciaram esses processos.

A análise da formação da agenda revelou uma dinâmica complexa e interconectada. A abordagem multidisciplinar empregada permitiu uma compreensão mais profunda de como os elementos constituintes dos diferentes fluxos preconizados na Teoria de Kingdon se relacionaram como contexto da Política de Acolhimento. Nesse sentido, foi necessário re-conceptualizar os elementos teóricos, construindo uma compreensão mais abrangente do contexto político e social no qual a política de acolhida se insere, elucidando assim as forças que impactaram sua formulação.

As evidências identificaram a participação estratégica de empreendedores políticos, diretamente e indiretamente ligados à gestão pública, mobilizando recursos para a criação da Política de Acolhimento. Estes empreendedores políticos, com vínculos com a comunidade descendente de ucranianos no estado do Paraná, fizeram uso de seu capital social e político para advogar em prol da política de acolhimento de pesquisadores ucranianos.

No contexto de implementação, observou-se novamente a participação de empreendedores políticos, desta vez sem vínculo direto com a comunidade ucraniana. A atuação individual de docentes universitários, vinculados aos Programas de Pós-Graduação, foi crucial para a execução das atividades de acolhimento, destacando uma possível falta de suporte institucional por parte das universidades e uma preparação institucional inadequada para receber cientistas estrangeiros. Questões como engajamento da comunidade e dinâmicas políticas também influenciaram o processo de implementação do Programa.

Ao examinar as possíveis externalidades da política de acolhimento, destaca-se a internacionalização como uma externalidade imediata do Programa. A inserção de pesquisadores ucranianos fortalece a comunidade acadêmica local, estabelecendo pontes internacionais e contribuindo para a promoção global da pesquisa e do

conhecimento, especialmente em Programas de Pós-Graduação com classificação 3 e 4, cuja internacionalização ainda é incipiente.

Parte dos achados e conclusões desta pesquisa encontra-se resumida no Guia Rápido do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos da Fundação Araucária, no estado do Paraná, Brasil. Este produto-final técnico, resultante desta tese, foi elaborado para apresentar de maneira abrangente o referido Programa, especialmente no contexto dos Programas de Pós-Graduação. Sua concepção buscou fornecer orientações, incluindo recomendações para a implementação do programa, atividades de suporte essenciais e estratégias para otimizar os benefícios decorrentes da presença dos pesquisadores ucranianos nos Programas de Pós-Graduação.

Embora as evidências desta pesquisa se baseiem em um caso único, o Programa de Acolhida de Pesquisadores Ucranianos, e generalizações provenientes deste estudo devam ser feitas com cautela, é crucial destacar que a vinculação entre uma comunidade histórica migratória estabelecida e a capacidade de mobilização da comunidade para questões vinculadas a seus interesses levanta indícios de que situações semelhantes possam ocorrer em outros contextos.

Pesquisas futuras que avaliem o impacto do programa sob perspectivas mais específicas, incluindo os beneficiários diretos, programas de pós-graduação, estudantes e a comunidade externa no contexto das universidades participantes, poderiam ampliar consideravelmente o escopo deste estudo. No caso específico do programa, uma investigação sobre a inter-relação entre a migração ucraniana, o Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos no Paraná e seu impacto ao nível internacional no contexto da reconstrução ucraniana poderia ampliar ainda mais o escopo dessa pesquisa, vinculando migrações e relações internacionais.

A tese conclui destacando a urgência de se desenvolver políticas que visem promover a representatividade das populações migratórias no contexto brasileiro. Essa ênfase recai na necessidade de criar espaços propícios que favoreçam a construção de um lugar de fala para essas populações, facultando-lhes a capacidade de edificar capital social e político. A representatividade, nesse contexto, não se restringe meramente à inclusão simbólica, mas envolve a criação de mecanismos efetivos que assegurem a participação ativa e significativa das populações migratórias nas esferas sociais e políticas. A construção desses espaços não apenas reconhece a diversidade dessas comunidades, mas também busca o empoderamento efetivo das

populações migratórias, capacitando-as a influenciar ativamente as decisões que afetam suas vidas. A mobilização de recursos em prol de suas agendas constitui um passo significativo na promoção da equidade, inclusão e na construção de uma sociedade mais justa e colaborativa.



## REFERÊNCIAS

- ACKRILL, R.; KAY, A.; ZAHARIADIS, N. Ambiguity, multiple streams, and EU policy. **Journal of European Public Policy**, v. 20, n. 6, p. 871–887, 2013.
- AEN. Com aumento de 325%, Governo confirma orçamento de R\$ 411 milhões para ciência e tecnologia. **Agência Estadual de Notícias**, 19 mai. 2023a. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-aumento-de-325-Governo-confirma-orcamento-de-R-411-milhoes-para-ciencia-e-tecnologia>
- \_\_\_\_\_. Estado lança programa para empregar cientistas ucranianas em universidades paranaenses. **Agência Estadual de Notícias**, 19 mar. 2023b. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Estado-lanca-programa-para-acolher-cientistas-ucranianas-em-universidades-paranaenses>
- AFZAL, M. H. BIN. **The detrimental impacts of restrictive immigration policies during global health crises: Health inequities and mobility crisis**. 2021 IEEE Technology and Engineering Management Conference - Europe, TEMSCON-EUR 2021. **Anais...**Institute of Electrical and Electronics Engineers Inc., 17 maio 2021.
- AGER, A.; STRANG, A. Understanding integration: A conceptual framework. **Journal of Refugee Studies**, vol. 21, nº 2, p. 166–191, 2008. <https://doi.org/10.1093/jrs/fen016>.
- AKKAD, A. Displaced Syrian academics: unheard voices in academia. **Knowledge, voice and power**, p. 55–58, 2022.
- ALEP. Sessão especial marca o apoio do Poder Legislativo à Ucrânia e a resistência de seu povo. **Assembleia Legislativa do Paraná**, 7 mar 2022. Disponível em: <<https://www.assembleia.pr.leg.br/index.php/comunicacao/noticias/sessao-especial-marca-o-apoio-do-poder-legislativo-a-ucrania-e-a-resistencia-de-seu-povo>>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- ALSHOUBAKI, W.; HARRIS, M. Multiple streams theory: Insight into the global compact on migration. **Journal of International Studies**, v. 14, n. 1, p. 74–88, 2021.
- ALVES, J. E. D. Análise de conjuntura: teoria e método. **APARTE - Inclusão Social em Debate**, p. 1–11, jul. 2008.
- AMORIM NETO, O.; RODRIGUEZ, J. C. C. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 1003–1026, 1 nov. 2016.
- ANGERVALL, P.; GUSTAFSSON, J.; SILFVER, E. Academic career: on institutions, social capital and gender. **Higher Education Research and Development**, vol. 37, nº 6, p. 1095–1108, 19 set. 2018. <https://doi.org/10.1080/07294360.2018.1477743>.
- ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. D. L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 83, p. 11–35, 2017.

ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica. In: ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 137-206.

ASSIS, G. DE O. A. A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS. Em: BAENINGER, R. *et al.* (Eds.). **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018. p. 1–976.

ASTORGA, C.; FACIO, M. ¿Qué Son Y Para Qué Sirven Las Políticas Públicas? **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 2009– 09, 2009.

ATKINSON, R.; FLINT, J. Accessing Hidden and Hard-to-Reach Populations: Snowball Research Strategies. **Social Research Update**, n. 33, 2001.

BAENINGER, R. Pacto Global da Migração e Direitos Humanos. **Jornal da UNICAMP**, São Paulo, 7 maio 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/pacto-global-da-migracao-e-direitos-humanos>. Acessado em: 11 out. 2023.

BAKIR, C.; GUNDUZ, K. A. The importance of policy entrepreneurs in developing countries: A systematic review and future research agenda. **Public Administration and Development**, v. 40, n. 1, p. 11–34, 13 fev. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. Sao Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, G. Herbert A. Simon and the concept of rationality: Boundaries and procedures. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3 (119), p. 455–472, 2010.

BASTOS, A. **O papel da Universidade no Sistema Paranaense de Inovação de 2005 até 2015: o caso da UTFPR**. Dissertação—Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.

BARTNIK, F. M. P.; SILVA, I. M. da. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, vol. 14, nº 2, p. 453–469, 2009. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772009000200010>.

BAUMAN, E.; MILLER, S. D. Comprehensive literature review of Global Public Policy: Creating a framework for understanding Global Refugee Policy. **Refugee Studies Centre, Oxford Department of International Development**, v. December, n. 87, p. 1–41, 2012.

BEACH, D.; PEDERSEN, R. **Process-Tracing Methods**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018.

BÉLAND, D. Kingdon Reconsidered: Ideas, Interests and Institutions in Comparative Policy Analysis. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 18, n. 3, p. 228–242, 2016.

BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. Process tracing. Em: **Process Tracing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 3–38.

BENTWICH, N. **The Rescue and achievement of Refugee Scholars**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1953.

BIRKLAND, T. A. **An Introduction to the Policy Process: Theories, Concepts and Models of Public Policy Making**. 3. ed. Abingdon: Routledge, 2015.

BIRKLAND, T. A. Focusing events, mobilization, and agenda setting. **Journal of Public Policy**, v. 18, n. 1, p. 53–74, 1998.

BOSWELL, C. Theorizing migration policy: Is there a third way? **International Migration Review**, v. 41, n. 1, p. 75–100, mar. 2007.

BOURDIEU, P. The forms of capital. Em: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood, 1986.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. **Dictionnaire des politiques publiques publiques**. 5. ed. [s.l.] Presses de Sciences Po, 2019.

BRASIL, F. G. Políticas participativas e a nova literatura de análise de políticas públicas: Novos horizontes para agenda de pesquisa. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 3, n. 1, p. 44–61, 2013.

BRASIL. LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017. . 24 maio 2017.

BREITENVIESER, C. B. **Políticas para Migrantes: formação da agenda do Governo municipal de São Paulo**. Dissertação—São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2019.

BRINKERHOFF, J. M. Global public policy, partnership, and the case of the World Commission on Dams. **Public Administration Review**, v. 62, n. 3, p. 324–336, 2002.

BRUM, M. Bolsonaro corta verbas de universidades e volta atrás. 7 out. 2022. **Extra Classe**. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2022/10/bolsonaro-corta-verbas-de-universidades-e-volta-atras/>. Acessado em: 11 out. 2023.

CAIRNEY, P. Rationality and Incrementalism. Em: **Understanding Public Policy: Theories and Issues**. New York: Palgrave Macmillan, 2012a. p. 1–330.

CAIRNEY, P. **Understanding Public Policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2012b.

CAIRNEY, P.; JONES, M. D. Kingdon's Multiple Streams Approach: What Is the Empirical Impact of this Universal Theory? **Policy Studies Journal**, v. 44, n. 1, p. 37–58, 1 fev. 2016.

CAIRNEY, P.; ZAHARIADIS, N. Multiple streams approach: A flexible metaphor presents an opportunity to operationalize agenda setting processes. **Handbook of Public Policy Agenda Setting**, p. 87–105, 2016.

CAMBOIM, L. G.; BEZERRA, E. P.; GUIMARÃES, I. J. B. Pesquisando na Internet: uma análise sobre metodologias utilizadas em dissertações do PPGCI-UFPB. **Biblionline**, v. 11, n. 2, p. 123–134, 2015.

CAPELLA, A. C. N. Agenda-setting policy: strategies and agenda denial mechanisms. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 675–691, dez. 2016b.

CAPELLA, A. C. N. Análise de Políticas Públicas: da técnica às ideias. **Ideias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP**, v. 6, n. 2, p. 13–34, 2015.

CAPELLA, A. C. N. Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 6, p. 1498–1512, dez. 2020b.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2018.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **BIB**, v. 61, n. 1, p. 25–52, 2006.

CAPELLA, A. C. N. Policy agenda-setting studies: An overview of brazilian research. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 6, p. 1498–1512, 1 nov. 2020a.

CAPELLA, A. C. N. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. spe, p. 486–505, jul. 2016a.

CAPES. Programa Emergencial de Solidariedade Acadêmica. **Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, 23 jun 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/programas-emergenciais/programa-emergencial-de-solidariedade-academica>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Em: CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (Eds.). **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 1–236.

CARLING, J. The phrase ‘refugees and migrants’ undermines analysis, policy and protection. **International Migration**, v. 61, n. 3, p. 399-403, 2023.

CASTLES, S. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, v. 37, n. 1, p. 13–34, 2003.

CASTLES, S.; HAAS, H. DE; MILLER, M. J. **The Age of Migration: International Populations Movements in the Modern World**. 5. ed. London: Palgrave Macmillian, 2014.

CAVALCANTI, L.; DE OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Brasília: 2022. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMigra\\_2022/RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL/Relat%C3%B3rio\\_Anual\\_2022\\_-\\_Vers%C3%A3o\\_completa\\_01.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anual_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf). Acesso em: 05 jun. 2023.

CEPAL. **Globalization and Development**. Chile: CEPAL, 2002. Disponível em: <<http://www.editoranobel.com.br/arquivos/2007835.pdf>>.

CHADE, J. ONU: imigrante vive xenofobia no Brasil e desmonta mito de país acolhedor. **UOL**, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/06/28/onu-estrangeiro-vive-xenofobia-no-brasil-e-desmonta-mito-de-pais-acolhedor.htm>. Acessado em: 10 out. 2023.

COBB, R. W.; ELDER, C. D. The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory. **The Journal of Politics**, v. 33, n. 4, p. 892–915, 1971.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A Garbage Can Model of Organizational Choice. **Administrative Science Quarterly**. V, 17, p. 1-25.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

CONSELHO EUROPEU. **Resposta da UE à invasão da Ucrânia pela Rússia**. Conselho Europeu da União Europeia, , 2022. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-response-ukraine-invasion/#invasion>>. Acesso em: 25 jun. 2023

COUTINHO, F. DE M. A. **Análise da Reforma Migratória Brasileira: Formulação, Agenda e Decisão**. Dissertação—Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

CZAIKOWSKI, M. **Imigração Ucraniana No Brasil**. 26 abr. 2011. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110426011932/http://www.pessoal.utfpr.edu.br/zasycki/imigracao.html>. Acessado em: 8 abr. 2023.

CZAIKOWSKI, M. Ucranianos no Brasil. [s. d.]. **METROPOLIA CATÓLICA UCRANIANASÃO JOÃO BATISTA**. Disponível em: <https://metropolia.org.br/cultura-ucraniana/etnia/ucranianos-no-brasil/>. Acessado em: 5 abr. 2023.

DE CARVALHO, E. **Imigração Venezuelana: o outro lado da mesma moeda**. XXII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...2022**.

DE CARVALHO, E. **Migrants and Expatriates: double standards or coloniality**: DISSE Working Papers 2023b. Roma: [s.n.]. Disponível em: <[https://web.uniroma1.it/disse/sites/default/files/DISSE\\_DeCarvalho\\_wp7\\_2023.pdf](https://web.uniroma1.it/disse/sites/default/files/DISSE_DeCarvalho_wp7_2023.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2023.

DE CARVALHO, E. **O Ensino Superior brasileiro e o seu papel no acolhimento de refugiados: o caso pioneiro da UFPR**. III SDTS: Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável. **Anais...Matinhos**: nov. 2019.

DE CARVALHO, E. **Guia Rápido do Programa de Acolhida aos Cientistas Ucranianos da Fundação Araucária, Paraná - Brasil**. 2023a. 20 f. Produto de Tese (Doutorado em Planejamento e Governança Pública) - Escola de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023. ISBN: 978-65-00-89574-2.

DE CARVALHO, E.; PERELLES, E.; MEZA, M. L. F. G. DE. Situação de Refúgio e Ensino Superior nas IFES: um passo em direção à integração? **Revista Territorialidades**, v. 1, n. 2, p. 10–24, 2020.

DE CARVALHO, E.; SAES, K. V. R.; MEZA, M. L. F. G. DE. When academic displacement and internationalization intersect, different approaches for inclusion in Higher Education: contributions from the Welcoming Program for Ukrainian Scientists, Paraná - Brazil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, n. 68, p. 133–148, 2023.

DE WIT, H.; LEAL, F.; UNANGST, L. Internationalization aimed at global social justice: brazilian university initiatives to integrate refugees and displaced populations. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 22, n. 3, p. 567–590, 13 ago. 2020.

DEARING, J. W.; ROGERS, E. M. **Agenda-Setting**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996.

DELGADO-WISE, R.; MÁRQUEZ, H. Book: Desarrollo desigual y migración forzada: Una mirada desde el Sur global. **Editorial Miguel Ángel Porrúa**, n. January, 2012.

DEMIR, E. K. The role of social capital for teacher professional learning and student achievement: A systematic literature review. **Educational Research Review**, vol. 33, 1 jun. 2021. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2021.100391>.

DERYA BAKBAK. Forced Migration and Coexistence. **Philosophy Study**, vol. 8, no. 3, p. 130–141, 28 Mar. 2018. DOI 10.17265/2159-5313/2018.03.005. Disponível em: <http://www.davidpublisher.org/index.php/Home/Article/index?id=35350.html>.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DODANI, S.; LAPORTE, R. E. Brain drain from developing countries: how can brain drain be converted into wisdom gain? **Journal of the Royal Society of Medicina**, v. 98, nov. 2005.

DOLINSKI, I. **Os 131 anos da imigração ucraniana e a importância da etnia para o Brasil e para a nossa região**. Disponível em: <https://www.vvale.com.br/jornalocomercio/uma-visita-ao-passado/os-131-anos-da-imigracao-ucraniana-e-a-importancia-da-etnia-para-o-brasil-e-para-a-nossa-regiao/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

DOWNS, A. Up and down with ecology-the issue-attention cycle. **The Public Interest**, v. 28, n. Summer, p. 38–50, 1972.

DRAGAN, I.-M.; ISAIC-MANIU, A. Snowball Sampling Completion. **Journal of Studies in Social Sciences**, v. 5, n. 2, p. 160-177, 2013.

DUKHOVYCH, S.; LUBOV, D. C. Ukraine faces “an education crisis and long-term brain drain”. **Vatican News**, 27 sep. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/en/church/news/2022-09/ukrainian-parliamentarian-warns-of-education-brain-drain.html>. Acesso em: 9 mar. 2023.

DYE, T. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. Em: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Eds.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p. 1–340.

DYE, T. R. **Understanding Public Policies**. 14<sup>a</sup> ed. Londres, UK: Pearson Education, 2013. v. 14

ENDERS, J.; DE WEERT, E. Science, training and career. **Higher Education Policy**, v. 17, p. 129–133, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.hep.83000>

ERGIN, H.; DE WIT, H.; LEASK, B. Forced Internationalization of Higher Education: An Emerging Phenomenon. **International Higher Education**, n. 97, p. 7–9, 13 mar. 2019.

FAGERSTRÖM, S. **A refugee crisis as a policy window: a case study on the Hungarian immigration policy change in 2015**. Graduação—Estocolmo: Swedish Defense University, 2 jan. 2017.

FAO. Information note the importance of Ukraine and the Russian federation for Global Agricultural markets and the risks associated with the war in Ukraine. **FAO Information Note**, 25 mar 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb9236en/cb9236en.pdf>

FARIA, C. A. P. DE. A política da avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, v. 20, n. 59, p. 97–169, 2005.

FARIAS, N. I. DE. **Refugiados da Birmânia na Tailândia: da solidariedade na acolhida à criação de Políticas Públicas**. Dissertação—João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018.

FAVELL, A. Integration: twelve propositions after Schinkel. **Comparative Migration Studies**, vol. 7, nº 1, 2019. <https://doi.org/10.1186/s40878-019-0125-7>.

FERREIRA, A. V. S.; LODETTI, M. B.; BORGES, L. M. Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 141–158, set. 2021.

FERREIRA, C. Deputado cobra preparação do País para receber refugiados ucranianos. **Portal da Câmara dos Deputados**, 22 mar 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/855713-deputado-cobra-preparacao-do-pais-para-receber-refugiados-ucranianos/>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FERREIRA, V. DA R. S.; MEDEIROS, J. J. Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, p. 776–793, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/29522>

FIERROS-PESQUEIRA, E.; CASTILLO-FEDERICO, D. Forced Migration of Displaced Scholars in the 20th Century and Its Impact in the Circulation of Knowledge and Ideas. **Ágora de heterodoxias**, v. 8, n. 2, p. 36–46, 2022.

FIGUEIREDO, J. M. **Fluxos migratórios e cooperação, para o desenvolvimento-realidades compatíveis no contexto Europeu?** Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional—Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, nov. 2004.

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Análise De Políticas Públicas: Breves Considerações Teórico-Metodológicas. Em: MOREIRA, R. J.; LIMA, E. N. DE; DELGADO, N. (Eds.). **Mundo Rural IV: Configuração Rural-Urbanas: Poderes e Políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do Conteúdo**. 3. ed. Campinas: Liber Livro, 2008.

FREEMAN, G. P. Modes of Immigration Politics in Liberal Democratic States. **International Migration Review**, v. XXIX, n. 4, p. 881–902, 1995.

FREY, K. Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 21, p. 211–259, 2000.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. **Ato da Diretoria Executiva 053/2022**, 12 abr. 2022d.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. **Chamada Pública 09/2022 - Programa de Acolhida a Cientistas Ucrânicas - Fluxo Contínuo**, 2022a.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. **Chamada Pública 10/2022 - Programa Institucional Universidades Amig@s: Acolhimento extensionista aos cientistas ucranianos - Fluxo Contínuo**. , 2022b.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. **Documento Norteador: Acolhimento Pesquisadores Ucranianos**. CuritibaFundação Araucária, 15 mar. 2022c.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. **Relatório de Gestão 2022 & Plano de Trabalho 2023**. Curitiba: [s.n.]. Disponível em: <[https://www.fappr.pr.gov.br/sites/fundacao-araucaria/arquivos\\_restritos/files/documento/2023-02/araucaria\\_-\\_relatorio\\_22-23\\_-\\_versao9.pdf](https://www.fappr.pr.gov.br/sites/fundacao-araucaria/arquivos_restritos/files/documento/2023-02/araucaria_-_relatorio_22-23_-_versao9.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2023e.

G1. **Assembleia Geral da ONU aprova resolução contra invasão da Ucrânia pela Rússia; Brasil vota a favor, junto a ampla maioria de países**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/03/02/assembleia-geral-da-onu-aprova-resolucao-contra-invasao-da-russia-pela-ucrania.ghtml>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GACEL-ÁVILA, J. The Process of Internationalization of Latin American Higher Education. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, p. 400-409, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315307303>.

GAESS, K. L. **Explaining Germany's refugee policy change in 2015 in comparison with the Netherlands**. Master Thesis in Public Administration Specialization: — [s.l.] University of Leiden, 2017.



GAIND, N. *et al.* Seven ways the war in Ukraine is changing global science. **Nature**, v. 607, n. 7919, p. 440–443, 21 jul. 2022.

GARCÉS-MASCAREÑAS, B.; GEBHARDT, D. Barcelona: municipalist policy entrepreneurship in a centralist refugee reception system. **Comparative Migration Studies**, v. 8, n. 1, p. 15, 24 dez. 2020.

GAZETA DE TOLEDO. Toledo se prepara para receber refugiados da Ucrânia. **Gazeta de Toledo**, 8 mar 2022. Disponível em: <<https://gazetadetoledo.com.br/toledo-se-prepara-para-receber-refugiados-da-ucrania/>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

GERHARDT, T. E. A construção da pesquisa. Em: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Eds.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2009. p. 43–64.

GHAZZOUL, N. The unheard voices. At-risk Syrian academics in Jordan, Lebanon, and Turkey. Em: AXYONOVA, V.; KOHSTALL, F.; RICHTER, C. (Eds.). **Academics in Exile**. Wetzlar: Majuskel Medienproduktion GmbH, 2022. v. 2, p. 1–279.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GILJEVIĆ, T.; LALIĆ NOVAK, G. Integration of migrants through a prism of specific sustainable development goals: A perspective of public administration. **Sustainable Development**, v. 28, n. 4, p. 1002–1009, 2020.

GLICK SCHILLER, N.; SALAZAR, N. B. Regimes of Mobility Across the Globe. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 39, n. 2, p. 183–200, 2013.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista da Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995.

GONDIM, A.; MARTINI, I. **Gênero, Migração, Dir. Humanos e Rede de Proteção-Onde em me insiro?** Atuação em Rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil. **Anais...**2019.

GONZÁLEZ-GARCÍA, M. R. **Venezolanos en Curitiba: Movimiento migratorio y proceso de integración social**. VI Seminário do NIEM – Políticas de migração e refúgio na América Latina. **Anais...**2019.

GONZÁLEZ-GARCÍA, M. R.; DE CARVALHO, E. Quando o provisório se torna permanente: a Operação Acolhida como política migratória no Brasil. **Revista de Estudos em Organização e Controle - REOC**, v. 2, n. Dossiê APP, p. 28–50, 2023.

GOTTEMS, L. B.; PIRES, M. R. G. M.; CALMON, P. C. D. P.; ALVES, E. D. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. **Saude e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 511–520, 2013.

- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **II Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas 2022-2025**. Secretaria da Justiça e Cidadania, 2022. Disponível em: [https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-06/segundo\\_plano\\_estadual\\_de\\_politicas\\_publicas\\_para\\_migrantes\\_refugiados\\_e\\_apatridas.pdf](https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-06/segundo_plano_estadual_de_politicas_publicas_para_migrantes_refugiados_e_apatridas.pdf)
- GREENFIELD, N. M. Academic partnerships are key to helping Ukraine's HE – EUA. **University World News**, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20230719212943578>
- GROSSO, M. J. DOS R. Língua de acolhimento no contexto migrante português. Em: SOUZA, R. F. DE; COURA-SOBRINHO, J.; PEREIRA DINIZ, M. B. N. (Eds.). **Português como língua de acolhimento: práticas e perspectivas**. 1. ed. Sao Paulo: Parábola, 2021. p. 1–141.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. DE; GOMES, P. C. DA C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 165-2005.
- HAGEN-ZANKER, J.; POSTEL, H.; VIDAL, E. M. Poverty, migration and the 2030 Agenda for Sustainable Development. Em: **Migration and the 2030 Agenda for Sustainable Development**. London: Overseas Development Institute, 2018. p. 1–220.
- HALL, P. A. Aligning ontology and methodology in comparative research. Em: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Eds.). **Comparative historical analysis in the social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 373–404.
- HAM, C.; HILL, M. **The policy process in the modern capitalist state**. 2. ed. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- HAMID, S. C. **(Des)Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil**. Tese—Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. On the Concept of Snowball Sampling. **Sociological Methodology**, v. 41, n. 1, p. 367-371, ago. 2011.
- HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. Em: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Eds.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p. 1–340.
- HENRIQUES, A. B. L.; LEITE, A. C. C.; TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. **Revista Debates**, v. 9, n. 1, p. 09–23, 2015. DOI: 10.22456/1982-5269.52333. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/52333>. Acesso em: 11 dez. 2023.
- HILL, M.; VARONE, F. **The Public Policy Process**. [s.l.] Routledge, 2014.

HOEFER, R. The Multiple Streams Framework: Understanding and Applying the Problems, Policies, and Politics Approach. **Journal of Policy Practice and Research**, v. 3, n. 1, p. 1–5, mar. 2022.

HOFMANN, E. T. *et al.* Policy Streams and Immigration to Russia: Competing and Complementary Interests at the Federal and Local Levels. **International Migration**, v. 54, n. 2, p. 34–49, 1 abr. 2016.

HOGWOOD, B. W.; GUNN, L. A. **Policy Analysis for the Real World**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

HORTA, H. Global and national prominent universities: Internationalization, competitiveness and the role of the State. **Higher Education**, v. 58, n. 3, p. 387–405, 2009.

HUMANITARIAN AID. The Black Sea Grain Initiative: What it is, and why it's important for the world. **Relief Web**, 16 set. 2022. Disponível em: <[https://reliefweb.int/report/ukraine/black-sea-grain-initiative-what-it-and-why-its-important-world-enru?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAiAg9urBhB\\_EiwAgw88mfzwm2OpYnF2eM8bKhakNd\\_oqmONcLrFcT0PSIOvqPBeEV6Ytqf6BoCfPYQAvD\\_BwE](https://reliefweb.int/report/ukraine/black-sea-grain-initiative-what-it-and-why-its-important-world-enru?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAg9urBhB_EiwAgw88mfzwm2OpYnF2eM8bKhakNd_oqmONcLrFcT0PSIOvqPBeEV6Ytqf6BoCfPYQAvD_BwE)>.

JAKOBSSON, E. How climate-induced migration entered the un policy agenda in 2007–2010: A multiple streams assessment. **Politics and Governance**, v. 9, n. 4, p. 16–26, 2021.

JONES, M. D. *et al.* A River Runs Through It: A Multiple Streams Meta-Review. **Policy Studies Journal**, v. 44, n. 1, p. 13–36, 1 fev. 2016.

JORNAL NACIONAL. Mais de 400 refugiados ucranianos receberam visto humanitário do Brasil desde o início da guerra. **Portal G1 | Jornal Nacional**, 24 fev. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/02/24/mais-de-400-refugiados-ucranianos-receberam-visto-humanitario-do-brasil-desde-o-inicio-da-guerra.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JUBILUT, L. L. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007.

JUBILUT, L. L.; MADUREIRA, A. DE L. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco CARTAGENA + 30. **REMHU-Rev. Interdiscip. Mobil. Hum**, n. 43, p. 11–33, 2014.

KHALID, H. **Systematic Literature Review on Social Network Analysis**. International Conference on Innovative Computing (ICIC). **Anais...**2019.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policy**. 2. ed. Harlow: Pearson Education Limited, 2014.

KLARENBEEK, L. M. Relational integration: a response to Willem Schinkel. **Comparative Migration Studies**, vol. 7, nº 1, 2019. <https://doi.org/10.1186/s40878-019-0126-6>.

KNIGHT, J. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, 2004.

KNIGHT, J. Updated Definition of Internationalization. **International Higher Education**, n. 33, p. 2–3, 2003.

KNOEPFEL, P. *et al.* **Public policy analysis**. Bristol: The Policy Press, 2007.

KOHN, R. Nazi persecution: Britain's rescue of academic refugees. **European Review**, v. 19, n. 2, p. 255–283, maio 2011.

KRAFT, M. E.; FURLONG, S. R. **Public Policy: politics, analysis and alternatives**. [s.l.] SAGE Publications, Inc., 2018.

KUUSISTO-ARPONEN, A. K.; GILMARTIN, M. **The politics of migration**. **Political Geography** Elsevier Ltd, , 1 set. 2015.

LASCOUMES, P.; LE GALÉS, P. **Sociologie de l'action publique**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2012.

LEE, E. S. **A Theory of Migration**. Annual Meeting of the Mississippi Valley Historical Association. **Anais...**Kansas City: 23 abr. 1965. Disponível em: <<http://read.dukeupress.edu/demography/article-pdf/3/1/47/908149/47lee.pdf>>

LEFEVBRE, H. **Lógica Formal: Lógica Dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEMIEUX, V. **L'étude des politiques publiques. Les acteurs et leur pouvoir**. 3. ed. Quebec: Les Presses de l'Université Laval, 2009.

LI, Y. **The Influence of Media Coverage on UK Refugee Policy from the Perspective of Multiple Sources Theory**. Working paper: 2020.

LIMA, I. A. DE. Técnicas Qualitativas em análises de Causalidade: Aplicações do Process Tracing. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 1, 7 ago. 2017.

LIMA, J. L. M. A. As declarações da América Latina sobre os refugiados. **Jus.com.br**, out. 2016a.

LIMA, S. R. **ANÁLISE PROSPECTIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (A3P): O CASO DO SETOR DE SOFTWARE DO PARANÁ**. Doutorado em Tecnologia—Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016b.

LOTTA, G. (org.). **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019. 324 p

LOTTA, G.; PIRES, R. Street-level bureaucracy research and social inequality. **Research Handbook on Street-Level Bureaucracy**, n. June, p. 193–208, 2019.

LOTTA, G.; PIRES, R.; HILL, M.; MØLLER, M. O. Recontextualizing street-level bureaucracy in the developing world. **Public Administration and Development**, v. 42, n. 1, p. 3–10, 2022.

LUSSI, C. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicologia USP**, v. 26, n. 2, p. 136–144, 2015b.

\_\_\_\_\_. Teorias da Mobilidade Humana, Revisão bibliográfica. Em: DURAND, J.; LUSSI, C. (Eds.). **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015a. p. 1–136.

MANTOVANI, F. Unicamp lança “Refúgio Acadêmico” para receber estudantes de países em conflito. **Folha de São Paulo**, 5 mai 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/unicamp-lanca-refugio-academico-para-receber-estudantes-de-paises-em-conflito.shtml>

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3–22, 2005.

MARTÍNEZ PIZARRO, J. Reflexiones sobre la gobernabilidad de la migración internacional en América Latina. **Migraciones internacionales**, v. 1, n. 1, p. 89–110, 2001.

MARYL, M.; Ivashchenko, O.; Reinfelds, M.; Reinsone, S. Addressing the needs of Ukrainian scholars at risk. **Nature Human Behaviour**, v.6, p. 746–747, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41562-022-01387-7>

MASSEY, D. International Migration at the Dawn of the 21st Century. **Populations and Development Review**, vol. 25, no. 2, p. 303–322, 1999.

MASSEY, D. S.; FISCHER, M. J.; CAPOFERRO, C. International Migration and Gender in Latin America: A Comparative Analysis. **International Migration**, v. 44, n. 5, p. 2006, 2006.

MATAVIRE, R.; BROWN, I. **Investigating the Use of “Grounded Theory” in Information Systems Research**. ACM International Conference Proceeding Series, v. 338, p. 139-147, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/1456659.1456676>.

MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. **Geografias**, v. 08, n. 1, p. 7–23, 2012.

MCDANIEL, P. N.; RODRIGUEZ, D. X.; WANG, Q. Immigrant integration and receptivity policy formation in welcoming cities. **Journal of Urban Affairs**, v. 41, n. 8, p. 1142–1166, 17 nov. 2019.

MCGRATH, P. F.; LEMPINEN, E. W. The integration of refugee and displaced scientists creates a win...win situation. **Unesco Science Report**. V. The shifting landscape for scientists n. June, p. 20–23, 2021. Disponível em: <https://www.interacademies.org/sites/default/files/2021-06/The%20integration%20of%20refugee%20and%20displaced%20scientists%20creates%20a%20win%20situation.pdf>.

- MENDOLA, D.; Busetta, A. Health and living conditions of refugees and asylum-seekers: A survey of informal settlements in Italy. **Refugee Survey Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 477–505, 2018.
- MENY, Y.; THOENIG, J.-C. Las políticas públicas. **Cuadernos del CENDES**, v. 34, n. 96, p. 185–192, 1992.
- MICHALZECHEN, A. A saga dos migrantes ucranianos no Brasil. **Revista Ideias**, 5 mar. 2013.
- MIELLET, S. From Refugee to Resident in the Digital Age: Refugees' Strategies for Navigating in and Negotiating Beyond Uncertainty During Reception and Settlement in The Netherlands. **Journal of Refugee Studies**, v. 34, n. 4, p. 3629–3646, 10 fev. 2022.
- MIKOSZ, V. M.; DE LIMA, I. A. A relação universidade-empresa-governo: mecanismos de cooperação e seus fatores intervenientes em uma universidade pública. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 34, p. 215–239, 2018.
- MILANOVIC, B. **On the Threshold of the Third Globalization: Why Liberal Capitalism Might Fail?** Dezembro, 1999. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=262176> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.262176>
- MILLER, S. D. Lessons from the global public policy literature for the study of Global Refugee Policy. **Journal of Refugee Studies**, v. 27, n. 4, p. 495–513, 1 dez. 2014.
- MINTROM, M. Herbert A. Simon, Administrative Behavior: A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organization. Em: LODGE, M.; PAGE, E. C.; BALLA, S. J. (Eds.). **The Oxford Handbook of Classics in Public Policy and Administration**. Oxford: Oxford University Press, 2016. v. 1p. 11.
- MINTROM, M.; NORMAN, P. Policy entrepreneurship and policy change. **Policy Studies Journal**, v. 37, n. 4, p. 649–667, 2009.
- MJSP/MRE. PORTARIA INTERMINISTERIAL MJSP/MRE Nº 28, DE 3 DE MARÇO DE 2022. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA\\_INTERMINISTERIAL\\_MJSP.MRE\\_N%C2%BA\\_28\\_DE\\_3\\_DE\\_MAR%C3%87O\\_DE\\_2022.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP.MRE_N%C2%BA_28_DE_3_DE_MAR%C3%87O_DE_2022.pdf)
- MOREIRA, J. B. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, p. 85–98, 2014.
- MOUNTFORD, A.; RAPOPORT, H. The Brain Drain and the World Distribution of Income and Population Growth. **CReAM Discussion Paper**, v. 04, n. 07, p. 1–25, 2006.
- MRE. **Nota à Imprensa Nº 30**, DE 24 DE FEVEREIRO 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/situacao-na-ucrania-2](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/situacao-na-ucrania-2)

MULLER, P. **Les politiques publiques**. 10. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

NAGEL, S. S. Introduction to Global Policy Studies. **International Political Science Review**, v. 11, n. 3, p. 303–306, 1990.

NATTER, K.; THIOU, H. **Theorising migration politics: do political regimes matter? Third World Quarterly**. Routledge, 2022.

NOLASCO, C. **Migrações internacionais: Conceitos, tipologia e teorias**. Oficina do Centro de Estudos Sociais. **Anais...**Coimbra: Centro de Estudos Sociais, mar. 2016.

NUNES, A. R. S. Políticas públicas. Em: NERY JR., N.; ABOUD, G.; FREIRE, A. L. (Eds.). **Enciclopédia Jurídica da PUCSP, tomo VI Direitos Difusos e Coletivos**. Sao Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020. v. VI.

NUNES, T. Unicamp lança programa de Refúgio Acadêmico. **Portal UNICAMP**, 28 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/04/28/unicamp-lanca-programa-de-refugio-academico>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

O'KEEFFE, P.; PÁSZTOR, Z. SYRIAN ACADEMICS IN EXILE. **New Reserach Voices International Journal of Research from the Front-line**, v. 1, n. 2, p. 1–204, 2016.

OBMIGRA. **2011-2020: uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Brasília: 2021.

OECD. **The future of science in Ukraine: Actions now will affect post-war recovery**: Tackling the policy challenges - Browse OECD contributions. Paris: 2022.

OIM. **Glossário sobre Migração**. Genebra: OIM - Organização Internacional para as Migrações, 2009.

OLEKSIYENKO, A. *et al.* 'What Do You Mean, You Are a Refugee in Your Own Country?': Displaced Scholars and Identities in Embattled Ukraine. **European Journal of Higher Education**, v. 11, n. 2, p. 101–118, 2021.

OLIVEIRA, A.T.R. A inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho formal: o que nos diz a RAIS? In: CAVALCANTI, L., OLIVEIRA, T., ARAUJO, D. (Org.) **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016

OVERPELT, L. **Explaining change and stability with Multiple Streams Framework (MSF) in the Netherlands and Germany during the 2015 refugee crisis**. Master of Science - Public Administration –International & European Governance—Leiden: Leiden University, 2017.

PACIFICO, A. M. C. P. **O capital social dos refugiados: bagagem cultural e políticas públicas**. Tese—São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

PACÍFICO, A. M. C. P.; MENDONÇA, R. DE L. A proteção sociojurídica dos refugiados no Brasil. **Textos & Contextos**, v. 9, n. 1, p. 170–181, 2010.

PARANÁ EDUCATIVA FM. Prudentópolis oferece refúgio para ucranianos. **Paraná Educativa - Cidades**, 25 fev. 2022. Disponível em: <https://www.paranaeducativafm.pr.gov.br/Noticia/Prudentopolis-oferece-refugio-para-ucranianos>

PARDY, K. Why are some refugees more welcome in Canada than others? **Policy Options | Global Affairs | Politics**, 27 fev. 2023. Disponível: <https://policyoptions.irpp.org/magazines/february-2023/ukrainian-afghan-refugees/>

PARSONS, C. Showing Ideas as Causes: The Origins of the European Union. **International Organization**, v. 56, n. 1, p. 47–84, 9 jul. 2002.

PARSONS, W. **Políticas públicas : una introducción a la teoría y la práctica del análisis de política pública**. México: FLACSO - México, 2007.

PATRIARCA, P. Aeroporto de Guarulhos volta a ter afegãos acampados à espera de abrigo: “Precisamos de local provisório com estrutura”, diz voluntária de ONG. **Portal G1 | São Paulo**, 15 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/15/aeroporto-de-guarulhos-volta-a-ter-afegaos-acampados-a-espera-de-abrigo-precisamos-de-local-provisorio-com-estrutura-diz-voluntaria-de-ong.ghtml>

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **Socius Working Papers**, Lisboa, p. 1-36, 2004. Disponível em: <<https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/wp/wp200411.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PELLEGRINO, A. La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes. **CEPAL – SERIE. Población y Desarrollo**. Santiago de Chile: 2003.

PERALVA, A. **Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais**Africa: Coesão Social na América Latina: Bases para uma Nova Agenda Democrática. São Paulo e Santiago de Chile: 2008.

PEREIRA, R. Governador em exercício, Darci Piana divulga nota de solidariedade ao povo ucraniano. **Gazeta do Povo**, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/roger-pereira/darci-piana-divulga-nota-de-solidariedade-ao-povo-ucraniano/>

PERELLES, E. **Políticas de Ensino Superior e engajamento dos refugiados no crescimento inclusivo**. Dissertação—Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2021.

PICHÉ, V. **Les Théories de la migration**. Paris: INED, 2013a.



PICHÉ, V. Les théories migratoires contemporaines au prisme des textes fondateurs. **Population**, v. 68, n. 1, p. 153, 2013b.

PMC. Prefeito de Curitiba participa de ato pela paz na Ucrânia. **Prefeitura Municipal de Curitiba**, 24 fev 2023. Disponível em:

<<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeito-de-curitiba-participa-de-ato-pela-paz-na-ucrania/67449>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

PRESTES, G. F. **Refugiados ambientais à luz do direito ambiental internacional: caso dos haitianos imigrantes no Brasil**. Dissertação—Belo Horizonte, Escola Superior Dom Helder Câmara, 2013. Disponível em:

<<http://www.domhelder.edu.br/uploads/DissertacaoGesunFPrestes1>>.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gradiva - Publicações, 1998.

RAMOS, A. DE C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. DE. 60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro. Em: RAMOS, A. DE C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. DE (Eds.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011. p. 318.

RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 52, n. 2, p. 241–305, jun. 1889.

RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167–235, jun. 1885.

RAY, B. The Role of Cities in Immigrant Integration. **Migration Information Source**, 1 out. 2003.

REINICKE, W. H. Global Public Policy: Governing without Government? **International Journal**, v. 53, n. 3, p. 597–599, 1998.

RIBEIRO, P. G. **Governança Pública aplicada à Gestão da Propriedade Intelectual: um estudo em núcleos de Inovação Tecnológica de Universidades Públicas**. Dissertação—Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999.

RIDDE, V. Policy implementation in an african state: An extension of kingdon's multiple-streams approach. **Public Administration**, v. 87, n. 4, p. 938–954, dez. 2009.

ROBSON, S. Internationalization at home: internationalizing the university experience of staff and students. **Educação**, v. 40, n. 3, p. 368, 31 dez. 2017.

ROBSON, S.; ALMEIDA, J.; SCHARTNER, A. Internationalization at home: Time for review and development? **European Journal of Higher Education**, v. 8, n. 1, p. 19–35, 1 set. 2017.

ROCHFORD, D. A.; COBB, R. W. Problem Definition: an emerging perspective. Em: ROCHEFORT, D. A.; COBB, R. W. (Eds.). **The Politics of Problem Definition: Shaping the Policy Agenda**. Lawrence: University of Kansas Press, 1994. p. 1–31.

RODRIGUES, K. F.; RODRIGUES, I. S. **Process tracing: o método, inovações e perspectivas para o campo da Administração Pública**. V Encontro brasileiro de Administração Pública. **Anais...**Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2018.

ROGERIO, M. S. **O fenômeno das migrações e o paradigma estatal soberano : as políticas migratórias no Brasil**. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/o-fenomeno-das-migracoes-e-o-paradigma-estatal-soberano-as-politicas-migratorias-no-brasil/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROSA, I. V. S. **Enciclopédia Jurídica da PUCSP I Poder discricionário**. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/282/edicao-1/poder-discricionario>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RUA, M. DAS G. **POLÍTICAS PÚBLICAS**. Brasília: CAPES: UAB, 2009.

RUA, M. DAS G.; ROMANINI, R. As Diferentes Conceituações de Políticas Públicas. Em: **Para aprender políticas públicas**. Brasília: IGEPP, 2003.

SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. **Theories of the Policy Process**. [s.l: s.n.].

SAES, K. V. R. **EFEITOS DAS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA: ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS (BIOQUÍMICA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**. Dissertação—Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020.

SAES, K. V. R.; INVERNIZZI, N. A política de internacionalização na pós-graduação brasileira: efetividade da mobilidade acadêmica para internacionalizar a produção científica e a colaboração internacional. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, v. XIV, n. 41, 2023.

SAGER, F.; THOMANN, E. Multiple streams in member state implementation: politics, problem construction and policy paths in Swiss asylum policy. **Journal of Public Policy**, v. 37, n. 3, p. 287–314, 12 set. 2017.

SAHARSO, S. Who needs integration? Debating a central, yet increasingly contested concept in migration studies. **Comparative Migration Studies**, vol. 7, nº 1, p. 16–18, 2019. <https://doi.org/10.1186/s40878-019-0123-9>.

SALIM, C. A. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...**Campinas: ABEP, 1992.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2008.

SASSEN, S. The Global City: Enabling Economic Intermediation and Bearing Its Costs. **City & Community**, v. 15, p. 97-108. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cico.12175>

SASSEN, SASKIA. **Cities in a world economy**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE/Pine Forge Press, 2012.

SCHETTINI, E.; CUNHA, M.; ARAÚJO, C. E. L. **Process tracing nas Ciências Sociais: Fundamentos e Aplicabilidade**. Brasília: ENAP, 2018.

SCHINKEL, W. Against 'immigrant integration': for an end to neocolonial knowledge production. **Comparative Migration Studies**, vol. 6, nº 1, p. 1–17, 2018. <https://doi.org/10.1186/s40878-018-0095-1>.

SCHMIDT, J. P. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, v. 3, n. 56, p. 119–149, 3 set. 2018.

SCHMITZ, G. DE O. A Migração e o Desenvolvimento Global: propostas para a organização do debate teórico e construção de uma agenda unificada de pesquisa. **Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI**, n. 19, p. 87–102, 2015.

SCHNEIDER, A. L.; INGRAM, H. M. **Deserving and Entitled: Social Constructions and Public Policy**. Albany: State University of New York Press, 2005.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEPÚLVEDA, L. Em nove meses de guerra, Brasil emite 480 vistos de residência para ucranianos; 64 para crianças. **Portal R7 I Internacional**, 24 nov. 2021. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/em-nove-meses-de-guerra-brasil-emite-480-vistos-de-residencia-para-ucranianos-64-para-criancas-24112022>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SERVENT, A. R. The EU's refugee "crisis": Framing policy failure as an opportunity for success. **Politique Europeenne**, v. 65, n. 3, p. 178–210, 27 mar. 2020.

SETI. **Apresentação**. [s.d]. Disponível em: <<https://www.seti.pr.gov.br/ugf/apresentacao>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SILVA, T. F. DA; RAMOS, T.C.DA.S.; VIEIRA, H. M. S. L.; VIEIRA, A. C. T. Características e especificidades da Metodologia de Análise de Redes Sociais. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e46510313622, 22 mar. 2021.

SIMON, H. A. **ADMINISTRATIVE BEHAVIOR, a Study of Decision-Making Processes in Administrative Organization**. 2. ed. New York: The Free Press, 1957.

SIQUEIRA, D. C. DE. **Políticas Públicas para refugiados sírios no Canadá, no Chile e no Brasil na perspectiva de John W. Kingdon. Uma contribuição à teoria dos múltiplos fluxos**. Tese—Sao Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2018.

SIVAKUMAR, P.; IRUDAYA RAJAN, S. Contours of migration and development in the SDG agenda. In: SIVAKUMAR, P.; IRUDAYA RAJAN, S. (orgs.). **Sustainable**

**Development Goals and Migration.** London and New York: Routledge, 2022. p. 1–244.

SOROOS, M. S. A Theoretical Framework for Global Policy Studies. **International Political Science Review**, v. 11, n. 3, p. 309–322, 1990a.

\_\_\_\_\_. Global Policy Studies and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 2, 1990b.

SOUZA, C. Políticas públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

STANKOVIC, S.; ECKE, J.; WIRTZ, E. Forced Migration. **Oxford Research Encyclopedia of Anthropology**. [S. l.]: Oxford University Press, 2021. p. 9–10. DOI 10.1093/acrefore/9780190854584.013.468. Disponível em: <https://oxfordre.com/anthropology/view/10.1093/acrefore/9780190854584.001.0001/acrefore-9780190854584-e-468>.

STELLA, M.; ŠTRBÁŇOVÁ, S.; KOSTLÁN, A. (EDS.). **Scholars in Exile and Dictatorships of the 20th century**. Scholars in Exile and Dictatorships of the 20th Century. **Anais...**Prague: Centre for the History of Sciences and Humanities of the Institute for Contemporary History of the ASCR, 24 maio 2011.

STEPPUTAT, F.; SØRENSEN, N. N. Sociology and Forced Migration. In E. Fiddian-Qasmiyeh, G. Loescher, K. Long, & N. Sigona (Eds.), *The Oxford handbook of refugee and forced migration studies*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199652433.001.0001/oxfordhb-9780199652433-e-036>

STONE, D. A. **Policy Paradox: the art of political decision making**. Revised ed. New York: W.W. Norton, 1997.

STONE, D. Global public policy, transnational policy communities, and their networks. **Policy Studies Journal**, v. 36, n. 1, p. 19–38, fev. 2008.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. M. **Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory**. Newbury Park: Sage Publications, 1998.

STREITWIESER, B.; UNANGST, L. Access for Refugees into Higher Education: Paving Pathways to Integration. **International Higher Education**, n. 95, p. 18–20, 2018.

STROPASOLAS, P. Por que dobrou o número de trabalhadores imigrantes resgatados do trabalho escravo no Brasil? **Brasil de Fato**, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/27/por-que-dobrou-o-numero-de-trabalhadores-imigrantes-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil>. Acessado em: 20 jul. 2023.

THE MINISTRY OF EDUCATION AND SCIENCE OF UKRAINE. **Science in Ukraine**. Disponível em: <<https://mon.gov.ua/eng/science/nauka/nauka-v-ukrayini>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

TIERNAN, A.; BURKE, T. A load of old garbage: Applying garbage-can theory to contemporary housing policy. **Australian Journal of Public Administration**, v. 61, n. 3, p. 86–97, 2002.

TRASPADINI, R. **A Teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Outras Expressões, 2014

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. VAN. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529–550, 2008.

TRUE, J. L.; JONES, B. D.; BAUMGARTNER, F. R. Punctuated-Equilibrium Theory: Explaining Stability and Change in Public Policymaking. Em: SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. (Eds.). **Theories of the Policy Process**. 4. ed. Abingdon: Routledge, 2011. p. 155–188.

TUFAN YALÇIN, M. HOW TEACHERS' SOCIAL CAPITAL AFFECTS THEIR ORGANIZATIONAL COMMITMENT VIA TEACHER. **International Journal of Education Technology and Scientific Researches**, 1 jan. 2023.  
<https://doi.org/10.35826/ijetsar.546>.

UENP. **Cátedra Jean Monnet na UENP é aprovada pela Comissão Europeia**. Notícias UENP, 13 jul. 2023. Disponível em: <<https://uenp.edu.br/noticias/item/3957-catedra-jean-monnet-na-uenp-e-aprovada-pela-comissao-europeia>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

UNHCR. **Cátedra Sérgio Vieira de Mello**. [s.d]. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Coletânea de Instrumentos de Proteção Nacional e Internacional de Refugiados e Apátridas**. [s.l.] UNHCR/CONARE, 2016.

\_\_\_\_\_. **Global Trends: Forced Displacement in 2022**. Copenhagen:2023a.

\_\_\_\_\_. **Ukraine Refugee Situation. Operational Data Portal**. UNHCR, 2023b. Disponível em: <<https://data.unhcr.org/en/situations/ukraine>>

\_\_\_\_\_. **VIAS COMPLEMENTARES PARA A ADMISSÃO DE PESSOAS REFUGIADAS EM PAÍSES TERCEIROS**. Geneve: 2019.

VAZ, G. J. A construção dos sociogramas e a Teoria dos Grafos. **Revista Brasileira de Psicograma**, v. 17, n. 2, p. 67–78, 8 jan. 2020.

VELASCO E CRUZ, S. C. Teoria e método na análise de conjuntura. **Educação & Sociedade**, v. XXI, n. 72, p. 145–152, 2000.

VIEIRA, R. DE L. Como Fazer 'Análise de Conjuntura' numa Abordagem Histórica. Em: **A Conjuntura Econômica e Política Brasileira e Argentina**. Sao Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 1–208.

WATKINS, H.; SMITH, R. Thinking Globally, Working Locally: Employability and Internationalization at Home. **Journal of Studies in International Education**, v. 22, n. 3, p. 210–224, 2018.

WEGRICH, K.; JANN, W. Theories of the Policy Cycle. Em: FISCHER, F.; MILLER, G.; SIDNEY, M. S. (Eds.). **Handbook of public policy analysis**. Boca Raton, FL: Taylor & Francis Group, 2007. p. 43–62.

WEGRICH, K.; ŠTIMAC, V. **Problem Solving Capacity. The Problem Solving Capacity of the Modern State: Governance Challenges and Administrative Capacities**, 2014.

WEIBLE, C.; SABATIER, P.A. (org.). **Theories of the Policy Process**. 4a ed. London e New York: Routledge, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780429494284>

WILLICOX, S. Refugee scientists: Quiet pioneers dedicated to discovery. **The UNESCO Courier**, v. 2017, n. December, 2017.

WINKLER, DONALD. R. Modelos de teoria à prática. Em: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Eds.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p. 1–340.

YIN, R. K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos**. Porto Alegre: Editora Bookman, 1994.

ZAHARIADIS, N. Ambiguity and choice in European public policy. **Journal of European Public Policy**, v. 15, n. 4, p. 514–530, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Ambiguity and multiple streams. Em: SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. (Eds.). **Theories of the Policy Process**. Boulder: Westview Press, 2014. p. 25–58.

\_\_\_\_\_. Complexity, coupling, and the future of European integration. **Review of Policy Research**, v. 20, n. 2, p. 285–310, 2003.

\_\_\_\_\_. Setting the agenda on agenda setting: definitions, concepts, and controversies. Em: ZAHARIADIS, N. (Ed.). **Handbook of Public Policy Agenda Setting**. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 1–512.

\_\_\_\_\_. The Multiple Streams Framework: Structure, Limitations, Prospects. Em: SABATIER, P. A. (Ed.). **Theories of the policy process**. Boulder: Westview Press, 2007. p. 344.

ZAHARIADIS, N.; EXADAKTYLOS, T. Policies that Succeed and Programs that Fail: Ambiguity, Conflict, and Crisis in Greek Higher Education. **Policy Studies Journal**, v. 44, n. 1, p. 59–82, 1 fev. 2016.

**APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista de Coordenador de Programa de Pós-Graduação ou Professor Suporte**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DESTINADA AOS  
COORDENADORES DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ou PROFESSOR  
SUPORTE**

- a) Como se inteirou sobre a questão dos refugiados ucranianos?
- b) Laços diretos ou indiretos com ucranianos na Ucrânia.
- c) Como tomou conhecimento do Projeto da Fundação Araucária?
- d) Existência de parcerias prévias com a Ucrânia no Programa de Pós.
- e) Conhecimento prévio sobre a Ucrânia e sua produção acadêmica.
- f) Origem da ideia de participar no Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos.
- g) O que sabia do projeto antes de inscrever o Programa.
- h) Comunicação com o beneficiário e língua de instrução.
- i) Pessoas envolvidas no processo de recebimento dos cientistas.
- j) Iniciativas de recepção de refugiados na instituição.
- k) Atividades semelhantes com outras populações refugiadas.
- l) Impressões iniciais sobre o Projeto de acolhimento dos refugiados e sua evolução.
- m) Expectativas para o Programa de Acolhida.
- n) Atividades desenvolvidas e resultados alcançados no âmbito do Projeto de Acolhida.
- o) Sugestões de melhoria para o projeto em termos práticos, acadêmicos ou outros



**APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista para o Cientista Ucrainiano**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DESTINADO AO CIENTISTA UCRANIANO**

- a) Situação profissional e pessoal antes do conflito.
- b) Outros países considerados para deslocamento.
- c) Participação em projetos de acolhimento de cientistas refugiados e escolha do Brasil ou Paraná.
- d) Como tomou conhecimento do Projeto de Acolhimento de Refugiados Cientistas da Fundação Araucária.
- e) Processo de chegada ao Brasil.
- f) Conhecimento prévio sobre o Brasil e sua produção acadêmica.
- g) Contatos no Brasil.
- h) Expectativas antes de chegar ao Brasil e à Universidade.
- i) Impressões iniciais desde a chegada.
- j) Aprendizado do português e língua de comunicação com professores e alunos.
- k) Diferenças entre o ambiente acadêmico brasileiro e ucraniano.
- l) Suporte recebido da comunidade, de outras instituições e da Universidade.
- m) Avaliação do acolhimento no curso de Pós-Graduação e da infraestrutura.
- n) Manutenção de contato com familiares na Ucrânia.
- o) Expectativas futuras.

**APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista de Ator Público ou Suporte Técnico**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA ATOR PÚBLICO OU SUPORTE TÉCNICO**

- a) Como se inteirou sobre a questão dos refugiados ucranianos?
- b) Laços diretos ou indiretos com ucranianos na Ucrânia.
- c) Origem da ideia do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos nos Programas de Pós-Graduação e do Programa Institucional Universidade Amig@s.
- d) Contribuição da instituição na criação do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos nos Programas de Pós-Graduação e do Programa Institucional Universidade Amig@s.
- e) Participação das instâncias governamentais no processo.
- f) Instituição ou instituição mais influente na adoção e implementação do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos nos Programas de Pós-Graduação e do Programa Institucional Universidade Amig@s e seu papel.
- g) Elementos contextuais, políticos ou financeiros que influenciaram na adoção e implementação do Programa.
- h) Suporte recebido da instituição de um departamento ou organização especializada na questão do refúgio.
- i) Outras atividades com diferentes populações refugiadas.
- j) Processo de implementação do Projeto de Acolhida.
- k) Impressões iniciais sobre o Programa de Acolhida.
- l) Expectativas em relação ao Programa de Acolhida.
- m) Previsão de alteração no projeto de acolhida.
- n) Influência dos projetos nas atividades da Fundação.
- o) Atividades desenvolvidas e resultados parciais até o momento.

## **APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista para o Ator Civil**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA ATOR CIVIL**

- a) Como se inteirou sobre a questão dos refugiados ucranianos?
- b) Laços diretos ou indiretos com ucranianos na Ucrânia.
- c) Reação da comunidade em relação ao conflito.
- d) Mobilização da comunidade e parceiros nas ações em prol do acolhimento.
- e) Conhecimento do Programa de Acolhida de cientistas refugiados ucranianos na cidade.
- f) Participação direta ou indireta da comunidade no Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos nas Universidades.
- g) Convívio ou frequência dos cientistas em atividades da comunidade.
- h) Visão das atividades de acolhimento de cientistas refugiados e refugiados em geral.
- i) Impressões e expectativas em relação às atividades de acolhimento de refugiados ucranianos

**ANEXO A - Chamada 09/2022**

**CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2022**  
**PROGRAMA DE ACOLHIDA A CIENTISTAS UCRANIANAS – FLUXO CONTÍNUO**

A Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) e a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (FA) divulgam a presente Chamada Pública e convidam as Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação (ICTs) elegíveis, com sede e CNPJ no Estado do Paraná, a apresentarem propostas no âmbito do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos.

**1. FINALIDADE**

Apoio humanitário emergencial por meio do recrutamento de cientistas das universidades ucranianas, a fim de desenvolverem suas pesquisas nas Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação (ICTs) do Paraná por um período de até 02 (dois) anos.

**2. OBJETIVOS**

2.1 Apoiar financeiramente as ICTs paranaenses na acolhida de pesquisadoras ucranianas para atuar nos Programas de Pós- graduação Stricto Sensu das mesmas;

2.2 Beneficiar a inclusão das cientistas na comunidade paranaense e em colaborações conjuntas futuras para a reconstrução e fortalecimento da economia ucraniana por meio da ciência e inovação em parceria com o Governo do Estado do Paraná.

2.3 Favorecer a integração de cientistas ucranianos no desenvolvimento de atividades de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação em todas as áreas do conhecimento que apresentem aderência aos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) que vêm sendo fomentados pela Fundação Araucária, ou que apontam aderência a algum dos ecossistemas de inovação e áreas prioritárias identificadas pelo Conselho Paranaense de Ciência, a saber:

Áreas prioritárias do CCT-Paraná:

- Agricultura & Agronegócio;
- Biotecnologia & Saúde;
- Energias Inteligentes;
- Cidades Inteligentes;
- Educação, Sociedade & Economia. Áreas transversais:
- Desenvolvimento Sustentável;
- Transformação Digital.

2.2.1 Além das áreas citadas, será valorizada a aderência das propostas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aspecto que é recomendado na apresentação dos projetos a serem submetidos, (ver [www.odsbrasil.gov.br](http://www.odsbrasil.gov.br)).

**3. RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 A Chamada Pública dispõe de recursos financeiros da ordem de até R\$18.000.000,00(dezoito milhões de reais) a serem providos pela Fundação



Araucária, nos termos da Lei Estadual nº 12.020/98, alterada pela Lei Estadual nº 15.123/06.

3.2 Os recursos orçamentários disponíveis para a presente Chamada Pública correrão à conta do orçamento próprio da Fundação Araucária, dotação orçamentária do exercício de 2022.

#### 4. ITENS FINANCIÁVEIS

4.1 Serão financiadas bolsas:

A - Bolsa categoria Pesquisador Visitante Especial 1 (PVE1), para pesquisadores com mais de cinco anos de experiência como docente universitário e com respectivo grau de produtividade acadêmica, com duração de até 24 meses cada, no valor mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais),

B -Bolsa categoria Pesquisador Visitante Especial 2 (PVE2), para pesquisadores com menos de cinco anos de experiência como docente universitário, com duração de até 24 meses cada, no valor mensal de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

4.2 Cada pesquisador-visitante poderá receber auxílio complementar de:

4.2.1 R\$1.000,00 (mil reais) para cada dependente abaixo de 18 (dezoito) anos e/ou ascendente acima de 60 (sessenta) anos. O limite será estabelecido em três (03) complementos de R\$1.000,00 (mil reais) para cada pesquisador selecionado.

4.3 Passagens áreas de vinda ao Brasil para os pesquisadores e dependentes descritos no item 4.3.1.

4.3.1 As passagens de vinda dos pesquisadores e eventuais dependentes serão emitidas diretamente pela Fundação Araucária, sendo que os recursos a estas correspondentes serão debitados do valor global previsto para a presente Chamada Pública.

4.3.1.1 Os valores referentes às passagens de vinda dos pesquisadores e eventuais dependentes não integrarão o valor do convênio.

4.3.1.2 As passagens de retorno deverão ser providenciadas pelas ICTs convenientes e seus valores deverão constar da proposta a ser apresentada.

4.4 Os recursos deverão ser utilizados exclusivamente para provisão dos itens acima descritos, sendo vedado o seu uso para outros itens como: aquisição de material de consumo ou permanente, realização de viagens ou reuniões, publicação de trabalhos ou contratação de serviços de qualquer natureza.

4.5 O número de propostas a se contratar está condicionado ao limite dos recursos disponíveis nesta CP.

#### 5. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

5.1 Da ICT proponente:

5.1.1 Poderão participar deste chamamento as ICTs, assim definidas na Lei nº 20.541/2021 (art. 2º, inc. VI):

a) Instituição Científica e Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, design, serviços ou processos.

5.1.2 Condições específicas de elegibilidade:

- a) Ser ICT pública ou privada, nos termos do Art. 2º, inc. VI, da Lei Estadual 20.541/2021, em qualquer caso com sede e CNPJ no Estado do Paraná.
- b) Possuir Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu apto a receber o pesquisador selecionado;
- c) Comprometer-se a propiciar condições adequadas de espaço, infraestrutura, pessoal de apoio técnico e administrativo para os pesquisadores ucranianos se dedicarem aos projetos propostos;
- d) Adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, <sup>2</sup> necessárias para a execução das atividades de acolhida e desenvolvimento dos projetos dos pesquisadores ucranianos;
- e) Indicar o Coordenador Institucional, que será o Coordenador da proposta, com vínculo institucional, responsável por encaminhar por via eletrônica todos os documentos exigidos nesta CP;
- f) Caso a proposta seja aprovada, a instituição proponente deverá apresentar, quando solicitadas, as certidões citadas no Art. 3º da Instrução Normativa nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e os requisitos descritos no Ato Normativo nº 01/2012 da Fundação Araucária, para a formalização do instrumento jurídico;

5.2 Do Coordenador Institucional da Proposta:

- a) Ter vínculo formal com a instituição proponente;
- b) Ser brasileiro ou possuir visto permanente no país;
- c) Ser o responsável pela elaboração da proposta, envio da documentação, execução do projeto, seleção e acompanhamento dos itens financiáveis, envio de relatório e prestação de contas;
- d) Ter a proposta convalidada pela instituição à qual se vincula.
- e) Responsabilizar-se pela identificação visual obrigatória da Fundação Araucária e da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior como financiadora do Programa de Acolhida de Cientistas Ucranianos nas publicações de trabalhos apresentados em eventos de qualquer natureza e em qualquer meio de divulgação resultante deste Programa.

5.3 Do Pesquisador-visitante:

- a) Ter título de doutorado;
- b) Ter a proposta convalidada pela instituição acolhedora;
- c) Atuar ou ter atuado nas Universidades sediadas na Ucrânia;

- d) Apresentar carta de interesse em atuar junto a ICT paranaense: até duas laudas, em ucraniano, português ou inglês, contendo a intenção, área de atuação, metas e objetivos da atuação como PVE.
- e) Apresentar vídeo de até 5 minutos explicitando o projeto de atuação como PVE na ICT.
- f) Ter realizado a inscrição na Fundação Araucária, por meio de Google Forms pelo link - <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeQzeOz4QhWR3seU7XC3gtnH4FVY9nzPAsY893u72eGn5Jvsg/viewform>
- g) Dispor-se para atuar junto a Programas de Pós-Graduação da instituição acolhedora, no desenvolvimento de projetos de pesquisa e, complementarmente, de ensino e extensão nas ICTs paranaenses.

## 6. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A proposta deverá ser enviada pelo Coordenador Institucional à Fundação Araucária, por meio da Plataforma de Operação de Projetos Públicos – Sparkx no link -[sparkx.fundacaoaraucaria.org.br](http://sparkx.fundacaoaraucaria.org.br), devendo-se observar os passos:

- a) cadastrar o coordenador e a instituição responsáveis;
- b) preencher o Formulário Eletrônico da Proposta via sistema Sparkx;
- c) preencher e anexar o Roteiro Descritivo da Proposta (Anexo I) devidamente assinado;
- d) preencher e anexar o Termo de Anuência do ICTPR (Anexo II) devidamente assinada.
- e) preencher e anexar a Declaração exclusiva para ICTPR privada (Anexo III) devidamente assinada.
- f) Plano de trabalho da bolsista (cientista ucraniano) devidamente assinado.

6.2 A proposta poderá ser submetida em fluxo contínuo.

6.3 A Fundação Araucária não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e/ou congestionamentos das linhas de comunicação. Observa-se que o expediente da Fundação Araucária é de segunda a sexta, encerrando-se o expediente diário às 18 horas, não havendo suporte técnico após este horário.

6.4 O conteúdo e a integridade da documentação enviada serão de responsabilidade direta e exclusiva do coordenador institucional deste Programa.

6.5 Propostas que não enviarem a documentação solicitada por via eletrônica devidamente assinadas, nos prazos e formas estabelecidos, serão consideradas inelegíveis.

## 7. CRONOGRAMA

Atividades	Data
7.1 Anúncio da CP na página da Fundação Araucária	Dia 31 de março de 2022;
7.2 Contratação das propostas aprovadas	Conforme submissão na plataforma Sparkx.

## 8. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação dos resultados será realizada por meio de Ato da Diretoria Executiva, no site [www.fappr.pr.gov.br](http://www.fappr.pr.gov.br).

## 9. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO JURÍDICO

9.1 A existência de qualquer inadimplência do coordenador ou da instituição responsável com órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, poderá constituir fator impeditivo para a formalização do instrumento de repasse de recursos.

9.2 A instituição proponente não poderá ter qualquer pendência administrativa com a Fundação Araucária no momento da contratação da proposta.

9.3 Dos requisitos para a celebração de convênio PD&I:

9.3.1 As ICTs proponentes deverão apresentar as certidões solicitadas no Art. 3º da Instrução Normativa nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Ato Normativo nº 01/2012 da Fundação Araucária, bem como demais normas pertinentes, para a formalização dos termos de convênio necessários à contratação das propostas aprovadas.

9.3.2 As ICTs deverão apresentar os documentos abaixo atualizados quando forem solicitados pela Fundação Araucária no momento da formalização do termo de convênio:

- a) Cópia de Termo de Nomeação do responsável atual pela instituição;
- b) Cópia do RG, CPF e comprovante de residência do responsável;
- c) Certidão liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná atualizada, em nome da instituição;
- d) Certidão do FGTS;
- e) Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidões das Receitas Estadual e Municipal;
- g) Cópia do Estatuto Social;
- h) Cópia do cartão do CNPJ (obrigatoriamente do Estado do Paraná);
- i) Certidões de Débitos Trabalhistas.

9.3.3 A Fundação encaminhará as minutas de convênio por meio eletrônico à instituição de origem do coordenador, estabelecendo, desde já, o prazo de até 8 (oito) dias úteis para devolução das mesmas assinadas, bem como, dos demais documentos solicitados, sob pena de cancelamento do apoio, caso não seja formalmente justificado.

9.3.4 A liberação dos recursos, segundo a disponibilidade orçamentária e financeira, estará condicionada à data de assinatura e publicação do termo de convênio PD&I.

## 10. ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 A prestação de contas financeira deverá ser apresentada de acordo com a Resolução nº 28/2011 e a Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o Ato Normativo nº 01/2012 da FA.

10.2 O Coordenador deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias após o término da vigência do termo e, de acordo com as exigências da legislação em vigor e todas as demais normas da FA, a prestação de contas financeira (com apresentação dos comprovantes de despesas) e o relatório técnico-científico final do programa, elaborado de acordo com formulário padrão da Fundação Araucária (ver site da FA).

10.2.1 A documentação deve ser enviada pelo coordenador à Fundação Araucária:  
a) deverá ser enviada pelo proponente à Fundação Araucária, por meio da Plataforma de Operação de Projetos Públicos – Sparkx no link - [sparkx.fundacaoaraucaria.org.br](http://sparkx.fundacaoaraucaria.org.br).

10.2.2 O relatório final deverá ser assinado e encaminhado com a prestação de contas.

10.3 A prestação de contas financeira será apresentada de acordo com a Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o manual de prestação de contas da FA vigente no momento de formalização do termo.

10.4 É obrigatória a aplicação das logomarcas da Fundação Araucária e da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) na divulgação e publicações relativas às propostas apoiadas neste Programa, sendo vedada a publicidade que tenha caráter de promoção pessoal de autoridades, servidores ou funcionários dos entes signatários, de acordo com a Lei nº 12.020/98.

10.4.1 As logomarcas supracitadas estão disponíveis em “<http://abre.ai/logomarcas>”.

10.5 O descumprimento parcial ou total deste item implicará na devolução integral do recurso repassado para a execução da proposta.

## 11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

As Instituições poderão recorrer dos resultados conforme descrito a seguir: 4

11.1 Informações a respeito da elegibilidade e avaliação de mérito poderão ser obtidas via Sparkx;

11.2 Para resultados de elegibilidade e de mérito do presente CP caberão recursos, exclusivamente pelo coordenador da proposta, no prazo constante no item Cronograma da referida CP;

11.3 Decorrido o prazo, não haverá possibilidade de qualquer tipo de recurso;

11.4 Em hipótese alguma serão apreciados recursos enviados por meio de correio eletrônico, fora do prazo ou após a homologação do resultado final.

## 12. PROPRIEDADE INTELECTUAL

12.1 Os direitos de comercialização e uso da propriedade industrial e/ou intelectual dos bens produzidos, transformados ou construídos e sua titularidade, bem como os termos de apropriação dos resultados patenteáveis, deverão estar em conformidade

com a Lei de Inovação do Estado do Paraná (Lei nº 17.314 de 24/9/2012 regulamentada pelo Decreto 7.359 de 27/02/2013).

12.2 A titularidade da propriedade intelectual do(s) produto(s) tecnológico(s) com características inovadoras (técnicas, produtos ou processos, patentes, "know-how", privilegiáveis ou não), resultante das atividades realizadas em decorrência do presente Acordo, serão compartilhadas entre as partes, nos moldes da Lei de Inovação.

12.2.1 As Partes declaram desde já que o presente Acordo, assim como os projetos específicos, não importará em cessão a qualquer título de patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais, direitos autorais, programas de computador ou marcas que já sejam previamente de titularidade de quaisquer das Partes ora contratantes.

12.3 O direito de propriedade das Partes, sobre os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do presente Acordo, patenteáveis ou não, poderão ser complementadas através de termo aditivo na ampliação e redução de direitos ou mesmo quando houver o silêncio do presente Acordo em eventuais demandas em comum acordo ou contendas.

12.3.1. As despesas de depósito ou registro de pedido de proteção da propriedade intelectual e os encargos periódicos de manutenção da proteção da propriedade intelectual no âmbito nacional e internacional, antes e depois da sua concessão, deverão ser rateadas pelas Partes, que se responsabilizarão integralmente pelos custos decorrentes de acordo com a legislação vigente, salvo se diferentemente disposto em termo aditivo específico que verse sobre o estabelecido na cláusula 12.2 acima.

12.3.2 As Partes acordam que inovações ou produções intelectuais comprovadamente desenvolvidas de maneira unilateral, ainda que durante o período de vigência deste instrumento ou em ambiente empregado para tanto, desde que não estejam relacionadas ao objeto do presente termo, pertencerão com exclusividade à Parte desenvolvedora.

12.3.3 A cessão a terceiros dos direitos de propriedade referidos não poderá ser realizada sem a anuência, formalizada por escrito, da outra Parte.

## 13. IMPUGNAÇÃO

13.1 Perde o direito de impugnar os termos desta CP, aquele que a tendo aceitado sem objeção, venha apontar, em qualquer momento, eventuais falhas ou irregularidades que a tenham viciado, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13.2 O coordenador que aderir às condições apresentadas nesta CP não poderá arguir qualquer vício ou irregularidade, sendo a apresentação de sua proposta considerada como concordância irretroatável com as condições aqui estabelecidas.

## 14. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

A qualquer tempo a presente CP poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por decisão da Fundação Araucária seja por motivo de interesse público, decretos governamentais ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direitos à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

#### 15. CANCELAMENTO DOS BENEFÍCIOS

A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Fundação Araucária, por ocorrência, durante sua implementação, cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

#### 16. DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta CP pública segue os preceitos definidos na Lei Federal nº 10.973/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como pela Lei Estadual 20.541/2021, que dispõe sobre política pública de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao fomento de novos negócios, e a integração entre o setor público e o setor privado em ambiente produtivo no Estado do Paraná. Os casos omissos e situações não previstas nesta CP serão resolvidos pela Diretoria Executiva da Fundação Araucária.

#### 17. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

17.1 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta CP podem ser obtidos pelo e-mail [projetos@fundacaoaraucaria.org.br](mailto:projetos@fundacaoaraucaria.org.br).

17.2 O atendimento aos proponentes com dificuldades no preenchimento do Formulário eletrônico de propostas e no acesso ao sistema Sparkx será feito pelo e-mail: [onofre@fundacaoaraucaria.org.br](mailto:onofre@fundacaoaraucaria.org.br).

Curitiba, 31 de Março de 2022.

Ramiro Wahrhaftig  
Presidente da Fundação Araucária

## ANEXO I - ROTEIRO DESCRITIVO DA PROPOSTA

**1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

1.1 Instituição Executora:	(Campus/órgão/unidade)	
1.2 Coordenador Institucional :		
1.3 E-mail/Telefone:	(do coordenador)	
1.4 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu responsável por acolher o cientista ucraniano		
1.5 Pesquisador/Docente responsável pelo acompanhamento do bolsista ucraniano		
1.6 Nome do Bolsista (Cientista Ucraniano)		
1.7 Categoria de Bolsa	Categoria PVE 1 ( )	Categoria PVE2 ( )

**2. RESUMO DO HISTÓRICO PROFISSIONAL DO BOLSISTA**

Apresentar principais atuações e qualificação profissional

**3. SÍNTESE DO PROJETO**

Apresentar síntese do projeto resumando a importância, os métodos utilizados e, principalmente, os resultados esperados.

**4. TERMO DE COMPROMISSO**

Declaro expressamente conhecer e concordar, para todos os efeitos legais, com as normas gerais para concessão de auxílio pela FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.	Declaro que a presente proposta está de acordo com os objetivos científicos e tecnológicos desta Instituição.
<i>Coordenador da proposta (Nome e assinatura)</i>	<i>Responsável pela instituição ou representante (Nome, assinatura e carimbo)</i>

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_



## ANEXO II – TERMO DE ANUÊNCIA DA ICTPR

Coordenador do Projeto:

Título do Projeto:

Instituição - ICTPR:

Através deste termo, confirmo a anuência da Instituição para a realização do Projeto supracitado, inclusive com as contrapartidas listadas no mesmo, a ser submetido para financiamento pela Fundação Araucária no âmbito da “CP #####”

A Direção da Instituição apoia totalmente o pedido do Coordenador e colocará à sua disposição a infraestrutura física e de pessoal da Instituição, visando o perfeito andamento de seu projeto.

[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO]

## Anexo III – Declaração exclusiva para ICTPR privada

A [NOME DA ICTPR PRIVADA] declara, para os devidos fins, que:

1. Não serão utilizados recursos oriundos do convênio para a contratação de:
  - a) cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes da ICT privada ou de detentor de cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou na entidade pública concedente;
  - b) pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes da ICT privada ou de detentor de cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou na entidade pública concedente; e
  - c) pessoa, física ou jurídica, que caracterize vedação prevista no Decreto Estadual 2.485/19.
  
2. Não incorre em quaisquer das seguintes vedações:
  - I - esteja omissa no dever de prestar contas de convênio ou qualquer outro tipo de parceria anteriormente celebrada ou tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública estadual nos últimos cinco anos, exceto se:
    - a) a irregularidade que motivou a rejeição for sanada e os débitos eventualmente imputados forem quitados;
    - b) a decisão pela rejeição for reconsiderada ou revista; ou
    - c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
  - II - tenha tido contas julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em decisão irrecurável, nos últimos cinco anos;
  - III - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação com a administração pública federal ou com a concedente, pelo período que durar a penalidade;
  - IV - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em processo de seleção ou a celebração de convênio ou 8  
qualquer outro tipo de parceria com a administração pública federal ou com a concedente, pelo período que durar a penalidade;
  - V - tenha, entre seus dirigentes, pessoa:
    - a) cujas contas relativas a convênios ou a qualquer outro tipo de parceria tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos;
    - b) inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou
    - c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do caput do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 .

[LOCAL], [DATA]

.....  
[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL DA ICTPR PRIVADA]

## ANEXO IV - PLANO DE TRABALHO E DECLARAÇÃO DO BOLSISTA

**1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1 Instituição/Campus	
1.2 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu responsável por acolher o cientista ucraniano	
1.3 Pesquisador/Docente responsável pelo acompanhamento do bolsista ucraniano	
1.4 Nome do Bolsista (Cientista Ucraniano)	

**2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO BOLSISTA**

1
2
3
(adicionar mais linhas se necessário)

**3. ASSINATURAS**

<i>Os abaixo-assinados declaram que o presente documento foi estabelecido de comum acordo, assumindo as tarefas e responsabilidades que lhes caberão durante o período de realização do mesmo.</i>	
Local e data:	
<i>Assinatura do Pesquisador/Docente responsável pelo acompanhamento do bolsista ucraniano</i>	<i>Aprovação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ou equivalente nos Institutos de Pesquisa</i>

ANEXO V – MINUTA DE CONVÊNIO PD&I  
TERMO DE CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO  
(CONVÊNIO PD&I) Nº XXXXXX/2022 - MINUTA

PROCESSO Nº XXXXXX

CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (CONVÊNIO PD&I) QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO PARANÁ, E O(A) XXXXXX, PARA A EXECUÇÃO DO “PROJETO [XXXXXXXXXXXX]”, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ÁREA [XXXXXXXXXXXX].

Pelo presente instrumento, os PARTICÍPES abaixo qualificados:

Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, agência de fomento, nos termos do Art. 2º, inc. V, da Lei Estadual 20.541/2021 (Marco Legal Estadual de CT&I), integrante do Sistema Paranaense de Inovação, conforme § Ún., do Art. 3º, da Lei Estadual 20.541/2021, pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta do Estado do Paraná, com criação autorizada na forma da Lei Estadual 12.020/1998, inscrita no CNPJ sob o nº 03.579.617/0001-00, domiciliada na Av. Comendador Franco, 1341 – Cietep, Jardim Botânico, na cidade de Curitiba/PR, doravante denominada “CONCEDENTE”, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor Ramiro Wahrhaftig, brasileiro, R.G. Nº 952291-3 SSP PR, CPF 321.770.549-15, residente e domiciliado à Rua Campos Sales, nº 782, CEP 80.030 376 ,Curitiba PR, e pelo Diretor de Administração e Finanças, Senhor Gerson Luiz Koch, brasileiro, R.G. Nº 754.751 PR, CPF nº 183.960.899-49, residente e domiciliado à Rua Osório Duque Estrada, nº 682, CEP 80.520-470, Curitiba PR; e

..... [indicar a denominação da ICTPR responsável pela pesquisa],  
com sede no(a)

..... [endereço completo], inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
, Instituição

de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT), conforme definido no Art. 2º, inc. VI, da Lei Estadual 20.541/2021 neste ato representado(a) pelo(a) [inserir nome e cargo ocupado], portador(a) da Carteira de Identidade nº

....., expedida pelo(a) ....., e CPF nº ....., residente e domiciliado a Rua .....

CEP .....em PR, doravante referida como “ICTPR”; e

RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO DE PARCERIA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, com fundamento no artigo 17 da Lei Estadual nº 20.541/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio visa à realização conjunta de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) entre os PARTICIPES, em regime de mútua colaboração, tendo por objeto a execução do projeto intitulado

..... [descrever o produto, processo ou serviço inovador objeto do Convênio para PD&I], protocolo nº XXXXX, em conformidade com o Plano de Trabalho (Anexo I).

PARÁGRAFO ÚNICO - Esta parceria decorre do [chamamento público/dispensa de chamamento público/inexigibilidade de chamamento público n.º XXXX/XXXX], objeto do processo administrativo nº [XX.XXX.XXX-X], com resultado final publicado no Diário Oficial do Estado nº [XXXX], de ## de ##### de #####.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado (Anexo I), bem como os 11

documentos constantes do [chamamento público/dispensa de chamamento público/inexigibilidade de chamamento público n.º XXXX/XXXX] e protocolado sob nº #####.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de XX (XXXXXX) meses após a sua assinatura, para cumprimento do objeto do convênio e prestação de contas final.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A vigência acima aludida detalha-se da seguinte forma: Período de execução do projeto pelo prazo de XX meses. Período de prestação de contas da Conveniente, correndo pelos 30 dias subsequentes, após o que inicia-se o período de avaliação e procedimentos internos da Fundação Araucária que correrá pelos 60 dias finais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A vigência deste Convênio poderá ser prorrogada, a critério da Fundação Araucária, por prazo igual ou inferior, por meio da celebração de Termo Aditivo. O aditamento exige solicitação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do fim da vigência, acompanhada de justificativa técnica e a apresentação de novo Plano de Trabalho. Para a prorrogação da vigência do presente instrumento, deverá a ICTPR observar os prazos máximos previstos no Edital de Chamada Pública, conforme o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Considerando a dificuldade de definir antecipadamente e com precisão a duração necessária para execução das atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, os prazos iniciais e finais das etapas do Plano de Trabalho poderão sofrer alterações, condicionadas a autorização da Fundação Araucária.

#### CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho define os objetivos a serem atingidos por meio do presente instrumento, apresenta o planejamento e o cronograma físico-financeiro dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalha as atividades e as atribuições dos partícipes e estabelece a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, estabelecendo objetivos, metas e indicadores de execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, a ICTPR executará as atividades de PD&I descritas no Plano de Trabalho (Anexo I), que constitui parte integrante e indissociável deste Acordo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Admite-se a subcontratação de profissionais, instituições e empresas de reconhecida competência para a execução de atividades técnicas específicas previstas no Plano de Trabalho, cabendo à ICTPR a responsabilidade pela sua coordenação e execução nos termos previstos neste instrumento. A subcontratação restringe-se à execução de partes específicas do plano de trabalho relacionadas a atividades técnicas e é limitada à rubrica de serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pesquisadores que participarem da execução das atividades inerentes à execução do objeto do acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação trabalhista e/ou funcional com as respectivas entidades de origem.

PARÁGRAFO QUARTO - A impossibilidade técnica e/ou científica de cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho, desde que seja devidamente comprovada e justificada, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARCEIROS quanto à adequação do Plano de Trabalho ou à extinção deste Convênio.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - A FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA compromete-se a:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
2. Inserir as informações pertinentes a esse termo de convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE – PR, conforme dispõem a Instrução Normativa nº 61/2011, e a Resolução nº 28/2011, com nova redação dada pela Resolução nº 46/2014, ou outro que venha substituí-las;
3. Dar publicidade ao instrumento pactuado no Diário Oficial do Estado e no sitio oficial do Estado do Paraná na internet;
4. Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, comunicando à ICTPR quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal;
5. Analisar a prestação de contas da ICTPR, relativo aos valores repassados por conta deste Convênio, informando eventuais irregularidades encontradas, para o devido saneamento e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;
6. Monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;
7. Notificar a ICTPR, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial.

II – A ICTPR compromete-se a:

1. Abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;
2. Aplicar os recursos financeiros recebidos da CONCEDENTE no objeto deste Termo;
3. Executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como em estrita observância ao contido no Plano de Trabalho;
4. A ICTPR fica obrigada a:
  - a) Aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira 13 oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês; e,
  - b) As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, desde que com a devida autorização do CONCEDENTE para utilização do recurso da aplicação financeira, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.
5. Devolver à CONCEDENTE, quando da conclusão, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo improrrogável de (30) trinta dias após o termo final de sua vigência, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial;
6. Restituir o valor recebido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:
  - a) Não for executado o objeto deste Convênio;
  - b) Não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e,
  - c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.
7. Apresentar quando na formalização do ajuste a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.
8. Observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
  - a. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
  - b. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

- c. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
- f. Fazer constar das notas fiscais o número do convênio seguido da sigla da Concedente dos recursos financeiros;
- g. Iniciar a execução do Convênio em até trinta dias após o recebimento da primeira parcela ou parcela única, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho.

8.1 No caso de subcontratação ou de contratação de terceiros, a ICTPR compromete-se a exigir a 14 apresentação mensal de certidões de regularidade fiscal dos respectivos prestadores de serviço, devendo apresentá-las à CONCEDENTE sempre que instada a tanto.

#### CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros, no valor total de R\$ XXXXXX (XXXXXX) que serão repassados em parcela (única ou XXXXXX parcelas), conforme o cronograma físico-financeiro constante do Plano de Trabalho. As despesas deste Convênio estão devidamente reguladas pela fonte de recursos do Fundo Paraná, instituído pela Lei nº. 12.020/1998.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na Cláusula Sexta em favor da ICTPR em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A liberação da primeira parcela ocorrerá em até 30 dias a partir da data de assinatura do presente instrumento, mediante a apresentação das certidões de regularidade da ICTPR, tais como Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da

Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, dentre outras que venham a ser exigidas por lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso os recursos repassados pela CONCEDENTE sejam insuficientes para consecução do objeto deste Convênio, a complementação poderá ser aportada ao Convênio como contrapartida da ICTPR, devendo ser os respectivos valores depositados e utilizados na mesma conta do Convênio após autorização de ajuste do valor do convênio emanada pela CONCEDENTE.



PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela CONCEDENTE de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso haja previsão de contrapartida desde o início da execução da presente avença, esta deverá ser depositada, no mínimo, proporcionalmente, na mesma data da liberação da primeira ou da única parcela da transferência ou conforme estabelecido no ato da transferência ou no cronograma de desembolso.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS REMANESCENTES

Fica assegurado à ICTPR o direito de propriedade, mediante instrumento próprio, dos bens e materiais de natureza permanente a serem adquiridos, produzidos, transformados ou constituídos com os recursos 15 transferidos pela Fundação Araucária. Extinto o Convênio serão adotados procedimentos de doação ou não, conforme legislação pertinente à matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ICTPR deverá observar os seguintes procedimentos em relação aos bens remanescentes:

- a) a ICTPR concederá ao coordenador do projeto a autorização para utilizar e manter os bens sob sua guarda durante o período de execução do projeto, estipulando a obrigação do mesmo de conservá- los e não aliená-los ;
- b) o coordenador deverá assumir o compromisso de utilizar os bens para fins científicos e tecnológicos e exclusivamente para a execução do projeto;
- c) o coordenador deverá comunicar à ICTPR, imediatamente, qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
- d) em caso de furto ou de roubo, o coordenador deverá proceder ao registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, informando de imediato à ICTPR e diligenciando para que se proceda à investigação pertinente;
- e) o coordenador deverá informar à ICTPR a devolução dos bens, em razão da conclusão do projeto ou da sua não utilização;
- f) a instituição corresponsável afixará destacadamente, em lugar visível dos bens, o selo de identificação do apoio financeiro proporcionado pela Fundação Araucária.

#### CLÁUSULA NONA – BOLSAS

Observados os critérios e procedimentos previstos [chamamento público/dispensa de chamamento público/inexigibilidade de chamamento público n.º XXXX/XXXX], a ICTPR poderá conceder bolsas de estímulo à inovação aos pesquisadores a ela vinculados, bem como a alunos de curso técnico, de graduação, pós-graduação ou

pesquisadores integrantes de grupo de pesquisa, desde que a concessão do auxílio esteja prevista no Plano de Trabalho e as atividades subsidiadas não sejam inerentes ao vínculo funcional ou jurídico mantido com a entidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores, a periodicidade, duração da bolsa e respectivos beneficiários serão especificados em Termo de Outorga de Bolsa ou instrumento congênere a ser entabulado entre ICTPR e bolsista, o qual deverá ser previamente aprovado pela CONCEDENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A bolsa de estímulo à inovação caracteriza-se como doação e, como tal, não configura vínculo empregatício, não caracteriza contraprestação de serviços ou vantagem para o doador, e 16 não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do artigo 16, § 4º da Lei Estadual n. 20.541/21.

#### CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

A ICTPR deverá observar as disposições da Lei Estadual nº 20.541/2021, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e, subsidiariamente da Lei Federal nº 14.133/2021, além das demais legislações pertinentes. A título de obrigações legais fica estabelecido à CONVENIENTE, dentre outras, conforme previsto na Resolução nº 028/2011 – TCE/PR e regulamentada pela Instrução Normativa 61/2011, as de:

1. Prestar Contas dos recursos recebidos por meio do Sistema Integrado de Transferências Voluntárias-SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE-PR, no qual deverá atualizar as informações de sua competência exigidas pelo sistema;
2. Garantir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno da CONCEDENTE, além dos servidores do Tribunal de Contas, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
3. Atender as recomendações, exigências e determinações do concedente dos recursos e dos agentes dos sistemas de controle interno e externo.
4. Movimentar os recursos do convênio em conta específica;
5. Estar ciente de que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará a ICTPR, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;
6. Preservar todos os documentos originais relacionados com esse Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos.
7. Submeter-se à regulação instituída pelo CONCEDENTE;
8. Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com a CONCEDENTE;
9. Cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;

PARÁGRAFO ÚNICO - O não atendimento às condições estabelecidas no neste instrumento, autoriza a denúncia unilateral do pactuado, sem prejuízo da persecução pelo Estado quanto aos prejuízos advindos.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E SUAS VEDAÇÕES

1. A título de vedações legais e contratuais, fica estabelecido que:
  - a. É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares;
  - b. É vedada a realização de despesas com publicidade, salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do termo de transferência e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
  - c. É vedada aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
  - d. É vedada a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos; 17
  - e. É vedado o trespasse, cessão ou a transferência a terceiros da execução desse Convênio, pelo que a contratação de terceiros é restrita e condicionada à execução de atividades materiais não passíveis de execução direta pela ICTPR, observadas as disposições da Lei Estadual 15.608/2005 e o que consta da Cláusula Quarta do presente instrumento;
  - f. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Termo;
  - g. Não poderão ser pagas com os recursos transferidos, as despesas:
    - i. Com pagamento a qualquer título a servidor ou empregado público, integrantes do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta;
    - ii. Relativas as taxas de administração, gerência ou similar;
    - iii. Taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos ou pelo descumprimento de determinações legais ou conveniais;
    - iv. Pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do termo de transferência;
    - v. Não poderão ser pagos, em hipótese alguma, com recursos do Convênio, honorários a dirigente da instituição beneficiada, bem como gratificações, representações e comissões, obedecidas as normas legais que regem a matéria em especial a LC nº 101/2000.
2. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da ICTPR, devidamente identificados com o número deste Convênio.
3. Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se a ICTPR a notificar, de imediato, a CONCEDENTE e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

Dentre outras atribuições legais e contratuais, compete à Fundação Araucária, na fiscalização do presente Convênio PD&I:

- a. Cuidar para que a documentação do Convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até aprovação da Prestação de Contas;

- b. Ensejar as ações para que a execução física e financeira do Convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- c. Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se pela sua eficácia, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio.
- d. Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
- e. Controlar os saldos dos empenhos dos Convênios ou instrumentos congêneres;
- f. Prestar, quando solicitado, informações sobre a execução do Convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade;
- g. Controlar os prazos de Prestação de Contas dos Convênios bem como efetuar análises e encaminhar ao ordenador de despesa para aprovação;
- h. Zelar para que o Sistema Integrado de Transferências – SIT do TCE atualizando as informações relacionadas à execução do convênio, cumprimento dos objetivos e elaboração do termo de fiscalização;
- i. Zelar pelo cumprimento integral do Convênio;
- j. Acompanhar a execução dos ajustes firmados, promovendo medidas necessárias à fiel execução das condições estabelecidas no convênio, gerenciar, decidir sobre eventuais e possíveis alterações inicialmente 18 estabelecidas, inclusive sobre a celebração de seus termos aditivos.
- k. O fiscal do convênio deve primar para que não haja alteração no objeto do ajuste, atentando-se para o cumprimento dos prazos convenientes e fazendo o gerenciamento necessário dos processos de modo eficiente, evitando prejuízos ao erário.
- l. Garantir os recursos por meio da Declaração de Adequação Orçamentária da Despesa e de Regularidade do Pedido.
- m. Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pelo proponente tanto na formalização quanto nas suas adequações.
- n. Opinar sobre a prorrogação de prazo além dos limites estabelecidos no termo de convênio, quando ocorrer fato excepcional ou imprescindível que altere fundamentalmente as condições de execução do convênio, com justificativa fundamentada e com prévio parecer jurídico.
- o. Autorizar a indicação e substituição de fiscal de convênios, por meio de ato emitido pela autoridade competente.
- p. Aplicar sanções à ICTPR de acordo com a natureza e gravidade das infrações.
- q. Indicar os funcionários para compor a Comissão de Tomadas de Contas Especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica indicado como Fiscal do Convênio XXXXXX (NOME DO DIRETOR(A), para acompanhar e fiscalizar a execução deste convênio e dos recursos repassados, o que será executado juntamente com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o Controle Interno da Fundação Araucária.

PARÁGRAFO SEGUNDO –Compete ao Setor de Análise e Prestação de Contas da Fundação Araucária apoiar o Fiscal de Convênio no desempenho de suas atribuições, cabendo-lhe, especificamente:

- a. Processar a Tomada de Contas Especial, cuja instauração dar-se-á por decisão do controle interno da CONCEDENTE.

b. Encaminhar por meio eletrônico a prestação de contas final, para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não sendo prestadas as contas devidas pela ICTPR nos prazos estabelecidos, a CONCEDENTE instaurará, dentro de 30 dias, a Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete ao Controle Interno da CONCEDENTE, no exercício de sua função institucional, emitir parecer sobre os recursos repassados e a sua utilização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO OU ENCERRAMENTO

O presente Convênio será rescindido em caso de:

1. Em caso de inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável;
2. Expressa manifestação de qualquer das partes, através de denúncia espontânea a qual deverá ser 19 obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção;
3. Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
4. Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
5. Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
6. Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
7. Demais casos previstos em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Exceto no caso de rescisão unilateral pela CONCEDENTE, deverá ser lavrado “Termo de Rescisão ou Encerramento” com as devidas justificativas administrativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão unilateral do convênio dar-se-á de ofício e enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, caso se dê em virtude de falha na execução havida por culpa da ICTPR, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, os PARTÍCIPES comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a ICTPR deverá observar, ao longo de toda a vigência deste Convênio, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a ICTPR deve:

- a) notificar imediatamente a CONCEDENTE;
- b) auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e
- c) eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até [30 (trinta) dias corridos], contados a partir do requerimento do titular;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os PARTÍCIPES armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Os PARTÍCIPES devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Convênio e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

PARÁGRAFO QUINTO - A ICTPR deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO - Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a ICTPR deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A ICTPR deverá notificar a CONCEDENTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONCEDENTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

PARÁGRAFO OITAVO - Os PARTÍCIPES deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

PARÁGRAFO NONO - É vedada a transferência de dados pessoais, pela ICTPR, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONCEDENTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à ICTPR a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A ICTPR responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONCEDENTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONCEDENTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONCEDENTE, não exime a ICTPR das obrigações decorrentes deste Convênio, permanecendo integralmente responsáveis perante a CONCEDENTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A ICTPR deve colocar à disposição da CONCEDENTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONCEDENTE ou por terceiros por eles indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A ICTPR deve auxiliar a CONCEDENTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Acordo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Toda criação, invenção ou desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Convênio será de propriedade da ICTPR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A ICTPR deve assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos de propriedade intelectual de terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caberá unicamente à ICTPR praticar os atos necessários ao preparo, arquivamento, depósito, acompanhamento e manutenção do pedido, perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI ou outros órgãos competentes, no Brasil e no exterior, informando a CONCEDENTE dos andamentos correspondentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de exploração comercial dos resultados decorrentes deste Convênio, instrumento jurídico específico deverá garantir a participação dos pesquisadores nos ganhos econômicos auferidos pela ICTPR, observados os critérios estabelecidos em sua Política de Inovação e a participação efetiva de cada um no trabalho que resultou na criação explorada.

PARÁGRAFO QUARTO - As publicações, materiais de divulgação e resultados materiais relacionados ao presente Convênio deverão mencionar expressamente o apoio recebido da CONCEDENTE, sendo obrigatória a aplicação da logomarca da Fundação Araucária e do Governo do Estado do Paraná/SETI (logomarcas disponíveis no website da Fundação Araucária).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Os PARTÍCIPIES declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira (“Marco Legal Anticorrupção”), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 (“Código Penal Brasileiro”), a Lei Federal no 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”) e a Lei Federal no 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”) e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os PARTÍCIPIES não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se privada, a ICTPR declara e garante que:

- a) não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;
- b) não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;
- c) não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilícitamente;
- d) não irá receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;
- e) seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informará por escrito a CONCEDENTE, no prazo de [3 (três) dias úteis], sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ICTPR privada deverá comunicar prontamente a CONCEDENTE, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICIDADE

A eficácia deste convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela CONCEDENTE, na forma do art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

## CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO



Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

Por estarem de acordo e por se tratar de processo digital, as partes firmam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, de forma eletrônica, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba,        de        de 2022.

TESTEMUNHAS:

Nome CPF

Nome CPF

**ANEXO B - Formulário de Inscrição Chamada 09/2022**



## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÕES/ APPLICATION FORM/РЕЄСТРАЦІЙНА ФОРМА<sup>51</sup>

The name and photo associated with your Google account will be recorded when you upload files and submit this form. Your email is not part of your response.

\* Indicates required question

Nome/Name/Ім'я:\*

Sobrenome/Surname/прізвище:\*

E-mail/Email/Електронна пошта:\*

Telefone/Telephone Number/Мобільний телефон:\*

Endereço/Address/Адреса:\*

Cidade/City/Місто:\*

Universidade de origem/Home University/Університет, який Ви представляєте:\*

Ano da obtenção do doutorado/Year of obtaining the doctorate/рік здобуття докторського ступеня:\*

Documento comprobatório de vínculo com a Universidade de Origem/Any document that evidences the link with the home university/Документ, що підтверджує зв'язок із цим університетом: (.pdf)\*

Comprovante de titulação de doutorado/proof of doctoral degree/підтвердження докторського ступеня: (.pdf)\*

Portfólio de publicações/Portfolio of publications/портфоліо публікацій: (.pdf)\*

Currículo resumido/curriculum - resume/навчальний план - резюме: (.pdf)\*

Área de Estudo/Field of study/Напрямок роботи:\*

<sup>51</sup> Disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeQzeOz4QhwR3seU7XC3gtnH4FVY9nzPAsY893u72eGn5Jvsg/viewform>

Foto do passaporte/Passport photo/Фото паспорту: (.pdf or .jpg, .png,etc.)\*  
Foto da página de identificação com foto e número/Photo ID page with photo and number/сторінка посвідчення особи з фотографією та номером  
Proposta de pesquisa/Research proposal/Тема Дослідження: (.pdf)\*

Vídeo/Video/Відео: (.mp4)\*

Autorizo a utilização de minha imagem nos materiais publicitários/jornalísticos da Fundação Araucária / Я дозволяю використання мої зображення в рекламних/журналістських матеріалах Fundação Araucária / I authorize the use of my image in the advertising/journalistic materials of Araucaria Foundation\*

Possui dependentes/Do you have dependents/Маєте Залежний член родини?  
Apenas serão aceitos como dependentes pessoas abaixo de 18 anos ou acima de 60 anos, que o acompanham/Only people under the age of 18 or over 60 will be accepted as dependents/Будуть прийняті як залежні члени родини, в даному контексті, лише особи віком до 18 та старші 60.

**ANEXO C - Chamada nº 10/2022**

**CHAMADA PÚBLICA 10/2022**  
**PROGRAMA INSTITUCIONAL UNIVERSIDADES AMIG@S: ACOLHIMENTO**  
**EXTENSIONISTA AOS CIENTISTAS UCRANIANOS - Fluxo Contínuo**

A Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) e a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (FA) divulgam a presente Chamada Pública e convidam toda a comunidade de pesquisadores/extensionistas das Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação (ICTs) elegíveis na forma da presente Chamada Pública com sede e CNPJ no Estado do Paraná, por meio das Pró-Reitorias de Extensão e/ou setores equivalentes, a apresentarem propostas no âmbito do Programa Institucional Universidades Amig@s: Acolhimento Extensionista aos Cientistas Ucranianos.

**1. OBJETIVOS**

1.1 Prestar acolhimento social em forma de apoio nas atividades cotidianas dos pesquisadores ucranianos e suas famílias, integrando-os socialmente a partir da vivência acadêmica e social;

1.2 Facilitar o processo de integração entre a cultura ucraniana e a brasileira por meio da extensão científica, auxiliando na compreensão do idioma e tradução que envolva as línguas portuguesa, inglesa e ucraniana;

1.3 Acompanhar professores-pesquisadores, seus dependentes e suas famílias nas atividades do cotidiano, instruindo sobre o espaço geográfico da cidade, dos campi e das especificidades regionais de cada universidade acolhedora;

1.4 Oportunizar a transformação da pesquisa em ações extensionistas visando envolver os participantes e os Programas de Pós-Graduação na elaboração de propostas inovadoras que contribuam para o desenvolvimento social da comunidade paranaense;

1.5 Integrar os pesquisadores ucranianos por meio de ação extensionista, no seu fundamento científico e tecnológico e considerando a aderência aos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação no Paraná (NAPIs) que vêm sendo fomentados pela Fundação Araucária ou que apontam aderência a algum dos ecossistemas de inovação, áreas prioritárias e/ou transversais identificadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia, a saber:

Áreas prioritárias do CCT-Paraná:

- Agricultura & Agronegócio;
- Biotecnologia & Saúde;
- Energias Inteligentes;
- Cidades Inteligentes;
- Educação, Sociedade & Economia. Áreas transversais:
- Desenvolvimento Sustentável;
- Transformação Digital.

Em relação às áreas prioritárias segue detalhamento na Nota Técnica 02/2021 da Fundação Araucária (<http://www.fappr.pr.gov.br/Pagina/Atos-Notas-e-Comunicados>). Além das áreas citadas, será valorizada a aderência das propostas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aspecto que é recomendado na apresentação dos projetos a serem submetidos ([verwww.odsbrasil.gov.br](http://www.odsbrasil.gov.br)).

## 2. ATIVIDADES DE ACOLHIMENTO/AÇÕES EXTENSIONISTAS:

### 2.1 O Orientador Extensionista terá responsabilidade de:

- a) Orientar a construção de uma ação extensionista, com fulcro na mesma área de pesquisa em que está inserido o cientista ucraniano, considerando o conhecimento da comunidade local;
- b) Promover articulação com o Programa de Pós-Graduação em que está inserido o cientista ucraniano para o desenvolvimento da proposta de Extensão Científica;
- c) Acompanhar o pesquisador nas atividades extensionistas, auxiliando-o para o bom andamento do trabalho;
- d) Introduzir o pesquisador ucraniano no contexto extensionista das universidades paranaenses participando junto com ele de eventos acadêmicos e projetos extensionistas já constituídos;
- e) Orientar o encaminhamento dos resultados da ação extensionista para apresentação em eventos ou publicação em Revistas Científicas e/ou eventos científicos e de extensão.

### 2.2 O bolsista técnico extensionista terá responsabilidade de:

- a) Encaminhar os resultados decorrentes do envolvimento na ação extensionista por meio de relatório final;
- b) Promover a articulação com as Assessorias ou Escritórios de Internacionalização das Universidades para resguardar o atendimento a questões legais e diplomáticas nas ações propostas;
- c) Colaborar na busca por moradia, acompanhando os cientistas em imobiliárias, apartamentos e/ou casas nos mais diferentes locais da cidade;
- d) Orientar o uso de transporte público em geral;
- e) Acompanhar visitas ao campus (e/ou diversos campi);
- f) Acompanhar o cientista na Polícia Federal e outros órgãos para aquisição de documentação;
- g) Acompanhar o pesquisador para providenciar CPF e conta bancária;
- h) Mostrar a organização e funcionamento do SUS, bem como a forma de utilização das UBS e Pronto Atendimento e atendimentos de Urgência-Emergência;
- i) Orientar quanto ao uso do dinheiro brasileiro, situando a pessoa no valor da moeda em relação ao preço das mercadorias em geral.

## 3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1 As propostas aprovadas serão financiadas com recurso global de até R\$ 888.000,00 (oitocentos e oitenta e oito mil reais), a serem providos pela Fundação Araucária, nos termos da Lei Estadual nº 12.020/98, alterada pela Lei Estadual nº 15.123/06.

3.2 Os recursos orçamentários disponíveis para a presente Chamada Pública correrão à conta do orçamento próprio da Fundação Araucária, dotação orçamentária do exercício de 2022.

## 4. ITENS FINANCIÁVEIS

4.1 01 (uma) Bolsa Orientador Extensionista por ICT, equivalente à bolsa DT-2 (conforme Ato da Diretoria Executiva 034/2022), no valor de 1.375,00 (mil trezentos e setenta e cinco reais) mensais. O período de execução da bolsa será de

até 12 meses (doze), com possibilidade de prorrogação por mais 12 (doze) meses, se a justificativa for aprovada pela Fundação Araucária.

4.1.1 Para os casos de prorrogação da bolsa Orientador Extensionista, a solicitação deve ser enviada para a Fundação Araucária, via sistema Sparkx com dois meses de antecedência do final da mesma.

4.2 Bolsas Técnico-Extensionistas, equivalente à bolsa Extensão no País - EXP, no valor de R\$ 1.310,00 (mil trezentos e dez reais) mensais. O período de execução das bolsas será de até 06 (seis) meses.

## 5. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

### 5.2 Condições específicas de elegibilidade da ICT:

a) Ser ICT pública ou privada nos termos do Art. 2º, inc. VI, da Lei Estadual 20.541/2021 com sede e CNPJ no Estado do Paraná;

b) Comprometer-se a propiciar condições adequadas de espaço, infraestrutura, pessoal de apoio técnico e administrativo, bem como tempo para a equipe se dedicar ao projeto proposto;

c) Indicar o coordenador institucional, que será o coordenador da proposta, com vínculo institucional, responsável por encaminhar por via eletrônica todos os documentos exigidos nesta Chamada;

d) Caso a proposta seja aprovada, a instituição proponente deverá apresentar, quando solicitadas, as certidões citadas no Art. 3º da Instrução Normativa nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e os requisitos descritos no Ato Normativo nº 01/2012 da Fundação Araucária, para a formalização do instrumento jurídico;

e) Ter projeto aprovado na Chamada Pública 09/2022 - Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos - Fluxo Contínuo;

### 5.2 Do Coordenador da Proposta Institucional

a) Ter vínculo formal com a instituição proponente;

b) Ser brasileiro ou possuir visto permanente no país;

c) Ser o responsável pela elaboração da proposta, envio da documentação, execução, seleção e acompanhamento dos itens financiáveis, envio de relatório e prestação de contas;

d) Ter a proposta convalidada pela instituição à qual se vincula.

### 5.2 Do Bolsista Orientador Extensionista:

a) Ter vínculo formal com a instituição proponente;

b) Ser brasileiro ou possuir visto permanente no país;

c) Ter experiência extensionista;

d) Ter domínio da língua inglesa ou língua ucraniana;

e) Desenvolver proposta de extensão de acordo com os objetivos desta Chamada, a ser realizada em conjunto com o cientista ucraniano, com dedicação de até 20 horas semanais; respeitadas as condições de não sobreposição com horas atividade;



- f) Responsabilizar-se pela identificação visual obrigatória da SETI e da Fundação Araucária como financiadoras do Programa, nas publicações de trabalhos apresentados em eventos de qualquer natureza e em qualquer meio de divulgação;
- g) Ter o projeto convalidado pela instituição à qual se vincula.

### 5.3 Do projeto:

- a) Deverá estar claramente caracterizado como ação extensionista relativa ao exposto nos objetivos da presente Chamada;
- b) Deverá ser convalidado pela Pró-Reitoria de Extensão ou órgão equivalente da Instituição de vínculo do proponente;
- c) Ter prazo de execução de até 24 (vinte) meses.

### 5.4 Do Bolsista Técnico:

- a) Ter domínio da língua inglesa ou língua ucraniana;
- b) Estar matriculado em cursos de graduação ou pós-graduação do Paraná ou ser profissional recém- formado (no nível de graduação);
- c) Não ter vínculo empregatício;
- d) Ter currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq;
- e) Apresentar, no final do período de execução da bolsa, os resultados decorrentes do envolvimento na ação extensionista por meio de relatório de atividades;
- f) Responsabilizar-se pela identificação visual obrigatória da SETI e da Fundação Araucária como financiadoras do Programa, nas publicações de trabalhos apresentados em eventos de qualquer natureza e em qualquer meio de divulgação.

## 6. CRONOGRAMA

Atividades	Data
6.1 Anúncio da CP na página da Fundação Araucária	Dia 28 de abril de 2022;
6.2 Contratação das propostas aprovadas	Conforme submissão na plataforma Sparkx.

## 7. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 As propostas poderão ser submetidas em fluxo contínuo, observando as seguintes condições:

- 7.1.1 Todos os termos estabelecidos na presente Chamada;
- 7.1.2 Na primeira submissão, a ICT poderá requerer (01) uma bolsa Orientador-Extensionista e bolsas-técnico na proporção de quantos forem os cientistas ucranianos acolhidos pela ICT na Chamada Pública 09/2022 - Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos - Fluxo Contínuo;
- 7.1.3 Nas submissões seguintes, a ICT poderá requerer bolsas-técnico não contempladas no item 7.1.2, na proporção de quantos forem os cientistas ucranianos acolhidos pela ICT na Chamada Pública 09/2022 - Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianos - Fluxo Contínuo;

7.2 A proposta institucional deverá ser enviada pelo Coordenador da Proposta à Fundação Araucária, por meio do perfil institucional da Plataforma de Operação de Projetos Públicos – Sparkx no link - [sparkx.fundacaoaraucaria.org.br](http://sparkx.fundacaoaraucaria.org.br), devendo-se observar os passos:

- a) cadastrar o coordenador e a instituição responsáveis;
- b) preencher o Formulário Eletrônico da Proposta via sistema Sparkx;
- c) preencher e anexar o Roteiro Descritivo da Proposta (Anexo I) devidamente assinado;
- d) Preencher e anexar o Termo de Anuência da ICTPR (Anexo II) devidamente assinado;
- e) Preencher e anexar o Termo de Anuência da ICTPR privada (Anexo III) devidamente assinado.

7.3 A proposta deverá ser submetida até às 23h59 da data limite de submissão estabelecida nesta Chamada.

7.4 A Fundação Araucária não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e/ou congestionamentos das linhas de comunicação. Observa-se que o expediente da Fundação Araucária é de segunda a sexta, encerrando-se o expediente diário às 18 horas, não havendo suporte técnico após este horário.

7.5 O conteúdo e a integridade da documentação enviada serão de responsabilidade direta e exclusiva do coordenador da proposta.

7.6 Propostas que não enviarem a documentação solicitada por via eletrônica devidamente assinadas, nos prazos e formas estabelecidos, serão consideradas inelegíveis.

## 8. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS BOLSAS

8.1 O Coordenador Institucional deverá enviar via perfil institucional, por meio da Plataforma de Operação de Projetos Públicos – Sparkx a ata descritiva do processo de seleção de bolsistas contendo as seguintes informações:

8.1.1 Composição da Comissão Institucional de seleção de bolsistas (nome, qualificação e assinatura) dos integrantes;

8.1.2 Critérios adotados pela Comissão no processo de Seleção dos Bolsistas;

8.1.2.1 Os critérios de julgamento para Bolsista Orientador Extensionista deverão considerar o foco da ação extensionista do projeto além de outros específicos da ICT proponente;

8.2 Para aluno de graduação/pós-graduação anexar comprovante de matrícula do aluno em 2022;

8.3 Para profissional recém-formado, comprovante de egresso de graduação;

8.4 Para todos os Bolsistas: Plano de Trabalho e Declaração do Bolsista (Anexo IV – Orientador Extensionista e Anexo V – Bolsista Técnico)

8.5 As bolsas deverão ser implementadas a partir da assinatura e publicação do convênio/Termo de colaboração pela Fundação Araucária;

8.6 Cada bolsista técnico deverá ser assistido por orientador que acompanhará as atividades descritas no Plano de Trabalho do Bolsista e Declaração do Bolsista (Anexo V).

8.7 É vedada a indicação de candidato para exercer outras atividades que não as descritas nesta Chamada.

8.8 Os projetos dos Bolsistas-Técnico deverão ser desenvolvidos em até 06 (seis) meses.

8.9 Os projetos dos Bolsistas-Orientadores Extensionistas deverão ser desenvolvidos entre 12 (doze), renováveis por mais 12 (doze) meses .

## 9. ANÁLISE DOCUMENTAL

A Fundação Araucária fará a análise documental relativa à habilitação da entidade e enquadramento quanto à adequação da proposta à presente Chamada, pela verificação no atendimento aos itens relativos à prazos, critérios de elegibilidade, documentação e demais condições nela estabelecidas. Nesta sessão serão declaradas habilitadas as propostas que cumprirem com os requisitos de elegibilidade constantes desta Chamada.

## 10. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação dos resultados será realizada por meio de Ato da Diretoria Executiva, no site [www.fappr.pr.gov.br](http://www.fappr.pr.gov.br).

## 11. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO JURÍDICO

11.1 A existência de qualquer inadimplência do coordenador ou da instituição responsável com órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, poderá constituir fator impeditivo para a formalização do instrumento de repasse de recursos.

11.2 A instituição proponente não poderá ter qualquer pendência administrativa com a Fundação Araucária no momento da contratação da proposta.

11.3 Dos requisitos para a celebração de convênio PD&I:

11.3.1 As ICTs proponentes deverão apresentar as certidões solicitadas no Art. 3º da Instrução Normativa nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Ato Normativo nº 01/2012 da Fundação Araucária, bem como demais normas pertinentes, para a formalização dos termos de convênio necessários à contratação das propostas aprovadas.

11.3.2 As ICTs deverão apresentar os documentos abaixo atualizados quando forem solicitados pela Fundação Araucária no momento da formalização do termo de convênio:

- a) Cópia de Termo de Nomeação do responsável atual pela instituição;
- b) Cópia do RG, CPF e comprovante de residência do responsável;
- c) Certidão liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná atualizada, em nome da instituição;
- d) Certidão do FGTS;
- e) Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidões das Receitas Estadual e Municipal;
- g) Cópia do Estatuto Social;
- h) Cópia do cartão do CNPJ (obrigatoriamente do Estado do Paraná);
- i) Certidões de Débitos Trabalhistas.

11.3.3. A Fundação encaminhará as minutas de convênio por meio eletrônico à instituição de origem do coordenador, estabelecendo, desde já, o prazo de até 8

(oito) dias úteis para devolução das mesmas assinadas, bem como, dos demais documentos solicitados, sob pena de cancelamento do apoio, caso não seja formalmente justificado.

11.3.4 A liberação dos recursos, segundo a disponibilidade orçamentária e financeira, estará condicionada à data de assinatura e publicação do termo de convênio PD&I.

## 12. ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1 A prestação de contas financeira deverá ser apresentada de acordo com a Resolução nº 28/2011 e a Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o Ato Normativo nº 01/2012 da FA.

12.2 O Coordenador deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias após o término da vigência do termo e, de acordo com as exigências da legislação em vigor e todas as demais normas da FA, a prestação de contas financeira (com apresentação dos comprovantes de despesas) e o relatório técnico-científico final do programa, elaborado de acordo com formulário padrão da Fundação Araucária (ver site da FA).

12.2.1 A documentação deve ser enviada pelo coordenador à Fundação Araucária:

a) deverá ser enviada pelo proponente à Fundação Araucária, por meio da Plataforma de Operação de Projetos Públicos – Sparkx no link - [sparkx.fundacaoaraucaria.org.br](http://sparkx.fundacaoaraucaria.org.br).

12.2.2 O relatório final deverá ser assinado e encaminhado com a prestação de contas.

12.3 A prestação de contas financeira será apresentada de acordo com a Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o manual de prestação de contas da FA vigente no momento de formalização do termo.

12.4 É obrigatória a aplicação das logomarcas da Fundação Araucária e da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) na divulgação e publicações relativas às propostas apoiadas neste Programa, sendo vedada a publicidade que tenha caráter de promoção pessoal de autoridades, servidores ou funcionários dos entes signatários, de acordo com a Lei nº 12.020/98.

12.4.1 As logomarcas supracitadas estão disponíveis em “<http://abre.ai/logomarcas>”.

12.5 O descumprimento parcial ou total deste item implicará na devolução integral do recurso repassado para a execução da proposta.

## 13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Os coordenadores das propostas poderão recorrer dos resultados de elegibilidade via Sparkx;

13.2 Em hipótese alguma serão apreciados recursos enviados por meio de correio eletrônico ou após a homologação do resultado final.

## 14. PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 Os direitos de comercialização e uso da propriedade industrial e/ou intelectual dos bens produzidos, transformados ou construídos e sua titularidade, bem como os termos de apropriação dos resultados patenteáveis, deverão estar em conformidade com a Lei de Inovação do Estado do Paraná (Lei nº 17.314 de 24/9/2012 regulamentada pelo Decreto 7.359 de 27/02/2013).

14.2 A titularidade da propriedade intelectual do(s) produto(s) tecnológico(s) com características inovadoras (técnicas, produtos ou processos, patentes, “know-how”, privilegiáveis ou não), resultante das atividades realizadas em decorrência do presente Acordo, serão compartilhadas entre as partes, nos moldes da Lei de Inovação.

14.2.1 As Partes declaram desde já que o presente Acordo, assim como os projetos específicos, não importará em cessão a qualquer título de patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais, direitos autorais, programas de computador ou marcas que já sejam previamente de titularidade de quaisquer das Partes ora contratantes.

14.3 O direito de propriedade das Partes, sobre os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do presente Acordo, patenteáveis ou não, poderão ser complementadas através de termo aditivo na ampliação e redução de direitos ou mesmo quando houver o silêncio do presente Acordo em eventuais demandas em comum acordo ou contendas.

14.3.1. As despesas de depósito ou registro de pedido de proteção da propriedade intelectual e os encargos periódicos de manutenção da proteção da propriedade intelectual no âmbito nacional e internacional, antes e depois da sua concessão, deverão ser rateadas pelas Partes, que se responsabilizarão integralmente pelos custos decorrentes de acordo com a legislação vigente, salvo se diferentemente disposto em termo aditivo específico que verse sobre o estabelecido na cláusula

14.2 acima.

14.3.2 As Partes acordam que inovações ou produções intelectuais comprovadamente desenvolvidas de maneira unilateral, ainda que durante o período de vigência deste instrumento ou em ambiente empregado para tanto, desde que não estejam relacionadas ao objeto do presente termo, pertencerão com exclusividade à Parte desenvolvedora.

14.3.3 A cessão a terceiros dos direitos de propriedade referidos não poderá ser realizada sem a anuência, formalizada por escrito, da outra Parte.

## 15. IMPUGNAÇÃO

15.1 Perde o direito de impugnar os termos desta Chamada, aquele que a tendo aceitado sem objeção, venha apontar, em qualquer momento, eventuais falhas ou irregularidades que a tenham viciado, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15.2 O coordenador que aderir às condições apresentadas nesta Chamada não poderá arguir qualquer vício ou irregularidade, sendo a apresentação de sua proposta considerada como concordância irrevogável com as condições aqui estabelecidas.

## 16. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

A qualquer tempo a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por decisão da Fundação Araucária seja por motivo de interesse público, decretos governamentais ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direitos à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

## 17. CANCELAMENTO DOS BENEFÍCIOS

A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Fundação Araucária, por ocorrência, durante sua implementação, cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta chamada pública segue os preceitos definidos na Lei Federal nº 10.973/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como pela Lei Estadual 20.541/2021, que dispõe sobre política pública de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao fomento de novos negócios, e a integração entre o setor público e o setor privado em ambiente produtivo no Estado do Paraná. Os casos omissos e situações não previstas nesta Chamada serão resolvidos pela Diretoria Executiva da Fundação Araucária.

## 19. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

19.1 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada podem ser obtidos pelo e-mail: [projetos@fundacaoaraucaria.org.br](mailto:projetos@fundacaoaraucaria.org.br)

19.2 O atendimento aos proponentes com dificuldades no preenchimento do Formulário eletrônico de propostas e no acesso ao sistema Sparkx será feito pelo e-mail: [onofre@fundacaoaraucaria.org.br](mailto:onofre@fundacaoaraucaria.org.br)

Curitiba, 27 de abril de 2022.

Ramiro Wahrhaftig  
Presidente da Fundação Araucária

PROGRAMA INSTITUCIONAL UNIVERSIDADES AMIG@S: ACOLHIMENTO  
EXTENSIONISTA AOS CIENTISTAS UCRANIANOS - Fluxo Contínuo

## ANEXO I - ROTEIRO DESCRITIVO E TERMO DE COMPROMISSO DA PROPOSTA

### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

<i>Título do Projeto</i>	
<i>Instituição/Sigla</i>	
<i>Coordenador Institucional</i>	
<i>E-mail</i>	
<i>Telefones</i>	

### 2. SÍNTESE DA PROPOSTA

--

### 3. TERMO DE COMPROMISSO

Declaro expressamente conhecer e concordar, para todo o seu efeito legal, com as normas gerais para concessão de auxílio pela FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.	Declaro que o presente projeto está de acordo com os objetivos científicos e tecnológicos desta Instituição.
<b>Coordenador do projeto (Nome e assinatura)</b>	<b>Responsável pela instituição ou representante (Nome, assinatura e carimbo)</b>

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

## ANEXO II–Termo de Anuência da ICTPR

Coordenador da Proposta:

Título do Projeto:

Instituição - ICTPR:

Através deste termo, confirmo a anuência da Instituição para a realização do Projeto supracitado, inclusive com as contrapartidas listadas no mesmo, a ser submetido para financiamento pela Fundação Araucária no âmbito da “CHAMADA #####”

A Direção da Instituição apoia totalmente o pedido do Coordenador e colocará à sua disposição a infraestrutura física e de pessoal da Instituição, visando o perfeito andamento de seu projeto.

[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO]



## ANEXO III– Declaração exclusiva para ICTPR privada

A [NOME DA ICTPR PRIVADA] declara, para os devidos fins, que:

1. Não serão utilizados recursos oriundos do convênio para a contratação de:
  - a) cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes da ICT privada ou de detentor de cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou na entidade pública concedente;
  - b) pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes da ICT privada ou de detentor de cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou na entidade pública concedente; e
  - c) pessoa, física ou jurídica, que caracterize vedação prevista no Decreto Estadual 2.485/19.
  
2. Não incorre em quaisquer das seguintes vedações:
  - I - esteja omissa no dever de prestar contas de convênio ou qualquer outro tipo de parceria anteriormente celebrada ou tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública estadual nos últimos cinco anos, exceto se:
    - a) a irregularidade que motivou a rejeição for sanada e os débitos eventualmente imputados forem quitados;
    - b) a decisão pela rejeição for reconsiderada ou revista; ou
    - c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
  - II - tenha tido contas julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em decisão irrecorrível, nos últimos cinco anos;
  - III - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação com a administração pública federal ou com a concedente, pelo período que durar a penalidade;
  - IV - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em processo de seleção ou a celebração de convênio ou qualquer outro tipo de parceria com a administração pública federal ou com a concedente, pelo período que durar a penalidade;
  - V - tenha, entre seus dirigentes, pessoa:
    - a) cujas contas relativas a convênios ou a qualquer outro tipo de parceria tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;
    - b) inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou
    - c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do caput do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 .

[LOCAL], [DATA]

.....

[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL DA ICTPR PRIVADA]

#### ANEXO IV - Plano de Trabalho do Bolsista Orientador Extensionista

##### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

<i>Título do Projeto</i>	
<i>Instituição/Sigla</i>	
<i>Bolsista Orientador Extensionista</i>	
<i>E-mail</i>	
<i>Telefones</i>	

##### 2. DADOS DA EQUIPE DO PROJETO

<i>Nome</i>	<i>Função</i>	<i>Instituição</i>

##### 3. BREVE INFORMAÇÕES DO PROJETO

<i>Objetivo(s):</i>	
<i>Justificativa</i>	
<i>Metodologia</i>	
<i>Colaborações ou parcerias (quando houver)</i>	
<i>Resultados esperados</i>	

##### 4. ASSINATURAS

*Os abaixo-assinados declaram que o presente documento foi estabelecido de comum acordo, assumindo as tarefas e responsabilidades que lhes caberão durante o período de realização do mesmo.*

Local e data:

<i>Assinatura do Bolsista Orientador Extensionista</i>	<i>Assinatura/Aprovação da Pró-Reitoria de Extensão ou equivalente</i>

## ANEXO V - Plano de Trabalho e Declaração do Bolsista Técnico

**1. IDENTIFICAÇÃO**

Instituição/Campus	
Pesquisador/extensionista responsável pelo bolsista Técnico	
Bolsista	<input type="checkbox"/> Aluno de Graduação <input type="checkbox"/> Aluno de Pós-Graduação <input type="checkbox"/> Profissional recém-formado
Nome do bolsista	

**2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO BOLSISTA**

1
2
3
(adicionar mais linhas se necessário)

**3. Declaração**

Declaro para os devidos fins que \_\_\_\_\_ foi selecionado para participar como bolsista do Chamada Pública Nº XX/2022 - Programa Universidades Amig@s: Acolhimento Extensionista aos Cientistas Ucrânicos não acumulará bolsa da Fundação Araucária ou manterá vínculo empregatício enquanto permanecer bolsista desta Chamada Pública. O tratamento dos dados coletados no âmbito desse Programa se dará de acordo com os artigos 7, IV e 11, II, c da Lei 13.709/18.1

**4. ASSINATURAS**

Os abaixo-assinados declaram que o presente documento foi estabelecido de comum acordo, assumindo as tarefas e responsabilidades que lhes caberão durante o período de realização do mesmo.	
Local e data:	
Assinatura do Bolsista	Assinatura do Pesquisador/extensionista Responsável pelo bolsista
Assinatura/Aprovação da Pró-Reitoria Extensão	

1. \_\_\_\_\_

<sup>1</sup>Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

IV – para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;\*

\*Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

II – sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;

## ANEXO VI- Modelo de Plano de Trabalho

**Observação:** Os itens que constam neste documento (Anexo VI) são os mesmos que estão na plataforma de submissão do projeto. Não há necessidade de envio de cópia deste documento.

## 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

<i>Título da proposta</i>	
<i>Instituição/Sigla</i>	
<i>Coordenador</i>	
<i>E-mail</i>	
<i>Telefones</i>	

## 2. DADOS DA EQUIPE DO PROJETO (COORDENADOR/EQUIPE)

<i>Nome</i>	<i>Função</i>	<i>Instituição</i>

## 3. INFORMAÇÕES DA PROPOSTA

<i>3.1 Título:</i>	
<i>3.2 Objetivos:</i>	
<i>3.3 Justificativas</i>	Demonstrar a relevância do problema abordado, quando pertinente resumir o estado da arte relativo ao tema do projeto, evidenciando como os resultados previstos pelo *** justificam sua execução.
<i>3.4 Resultados esperados:</i>	(listar os resultados e os benefícios esperados considerando o aspecto social, econômico, ambiental científico, tecnológico e/ou sociocultural para o Estado ou região)
<i>3.5 Colaborações ou parcerias:</i>	(já estabelecidas com outros centros de pesquisa e/ou empresas na área, quando houver)
<i>3.5 Metodologias</i>	(descrever quais métodos e/ou procedimentos serão utilizados para o desenvolvimento do projeto)

## 4. DESPESAS/ORÇAMENTO

ITEM	Item de despesa	Qtidade	Valor unit. (R\$)	Valor Total (R\$)

## 5. ATIVIDADES DO PROJETO

<i>Atividades (A-1):</i>				
<i>Início:</i>		<i>Duração:</i>		<i>C. H. S.:</i>
<i>Membros:</i>				
<i>Atividades (A-2):</i>				
<i>Início:</i>		<i>Duração:</i>		<i>C. H. S.:</i>
<i>Membros:</i>				

\* C.H.S – Carga horária semanal

## 6. CRONOGRAMA FÍSICO

Item	Metas e Atividades	Indicador Físico de Execução	Duração prevista	
			Início	Fim
			Mês/Ano	Mês/Ano
1	[Texto descrevendo a meta física 1]		mm/aaaa	mm/aaaa
[1.1]	[Texto descrevendo a atividade 1.1]	[Texto descrevendo o indicador físico 1.1]	mm/aaaa	mm/aaaa
[1.n]	[Texto descrevendo a atividade 1.n]	[Texto descrevendo o indicador físico 1.n]	mm/aaaa	mm/aaaa
[N]	[Texto descrevendo a meta física N]		mm/aaaa	mm/aaaa
[N.1]	[Texto descrevendo a atividade N.1]	[Texto descrevendo a atividade N.1]	mm/aaaa	mm/aaaa
[N.n]	[Texto descrevendo a atividade N.n]	[Texto descrevendo o indicador físico N.n]	mm/aaaa	mm/aaaa

## 7. CRONOGRAMA FINANCEIRO

METAS FINANCEIRAS		PERÍODO				TOTAL
		Ano I		Ano II		
Código	Grupos/Elementos de Despesas	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	
<b>DESPESAS FINANCIÁVEIS</b>						
	Bolsas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## 8. PLANO DE METAS E ETAPAS

Descrever a(s) meta(s), elementos que compõe o projeto, contemplando a descrição, unidade de medida e quantidade, além das etapas, ações em que se pode dividir a execução de uma meta, do período de realização e valor previsto para a mesma. Não existe nenhuma limitação para a quantidade de metas e etapas.

META nº	Descrição da meta:	
	Unidade de medida:	Quantidade:
	Etapa/Fase nº	
	Descrição da Etapa/Fase	
	Período de realização: Início: / / Término: / /	

META nº	Descrição da meta:	
	Unidade de medida:	Quantidade:
	Etapa/Fase nº	
	Descrição da Etapa/Fase	
	Período de realização: Início: / / Término: / /	

Local e data:
<i>Nome e assinatura do Coordenador da proposta</i>

## Anexo VII–Minuta de Termo de convênio PD&amp;I

## TERMO DE CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (CONVÊNIO PD&amp;I) Nº XXXXXX/2022 - MINUTA

## PROCESSIONºXXXXXX

CONVÊNIO PARA PESQUISA, ETENSÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (CONVÊNIO PD&I) QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO/EXTENSIONISTA E TECNOLÓGICO DO PARANÁ, E O(A) XXXXXX, PARA A EXECUÇÃO DO “PROJETO [XXXXXXXXXXXX]”, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ÁREA [XXXXXXXXXXXX].

Pelo presente instrumento, os PARTICIPES abaixo qualificados:

Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, agência de fomento, nos termos do Art. 2º, inc. V, da Lei Estadual 20.541/2021 (Marco Legal Estadual de CT&I), integrante do Sistema Paranaense de Inovação, conforme § Único, do Art. 3º, da Lei Estadual 20.541/2021, pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta do Estado do Paraná, com criação autorizada na forma da Lei Estadual 12.020/1998, inscrita no CNPJ sob o nº 03.579.617/0001-00, domiciliada na Av. Comendador Franco, 1341 – Cietep, Jardim Botânico, na cidade de Curitiba/PR, doravante denominada “CONCEDENTE”, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor Ramiro Wahrhaftig, brasileiro,

R.G. Nº 952291-3 SSP PR, CPF 321.770.549-15, residente e domiciliado à Rua Campos Sales, nº 782, CEP 80.030 376 ,Curitiba PR, e pelo Diretor de Administração e Finanças, Senhor Gerson Luiz Koch, brasileiro, R.G. Nº 754.751 PR, CPF nº 183.960.899-49, residente e domiciliado à Rua Osório Duque Estrada, nº 682, CEP 80.520-470, Curitiba PR; e

..... [indicar a denominação da  
ICTPR responsável pela pesquisa], com sede ..... no(a)  
..... [endereço completo], inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
, Instituição de  
Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT), conforme definido no Art. 2º, inc. VI, da Lei Estadual 20.541/2021 neste ato representado(a) pelo(a) ..... [inserir nome e cargo ocupado], portador(a) da Carteira de Identidade nº ,  
expedida pelo(a) ....., e CPF nº ....., residente e domiciliado a Rua ..... CEP ..... em PR, doravante referida como “ICTPR”; e

RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO DE PARCERIA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, com

fundamento no artigo 17 da Lei Estadual nº 20.541/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições.

## CLÁUSULA PRIMEIRA -DO OBJETO

O presente Convênio visa à realização conjunta de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) entre os PARTICIPES, em regime de mútua colaboração, tendo por objeto a execução do projeto intitulado

..... [descrever o produto, processo ou serviço inovador objeto do Convênio para PD&I], protocolo nº XXXXX, em conformidade com o Plano de Trabalho (Anexo I).

PARÁGRAFO ÚNICO - Esta parceria decorre do [chamamento público/dispensa de chamamento público/inexigibilidade de chamamento público n.º XXXX/XXXX], objeto do processo administrativo nº [XX.XXX.XXX-X], com resultado final publicado no Diário Oficial do Estado nº [XXXX], de ## de ##### de #####.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado (Anexo I), bem como os documentos constantes do [chamamento público/dispensa de chamamento público/inexigibilidade de chamamento público n.º XXXX/XXXX] e protocolado sob nº #####.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de XX (XXXXXX) meses após a sua assinatura, para cumprimento do objeto do convênio e prestação de contas final.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A vigência acima aludida detalha-se da seguinte forma: Período de execução do projeto pelo prazo de XX meses. Período de prestação de contas da Conveniente, correndo pelos 30 dias subsequentes, após

o que inicia-se o período de avaliação e procedimentos internos da Fundação Araucária que correrá pelos 60 dias finais. 17

PARÁGRAFO SEGUNDO – A vigência deste Convênio poderá ser prorrogada, a critério da Fundação Araucária, por prazo igual ou inferior, por meio da celebração de Termo Aditivo. O aditamento exige solicitação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do fim da vigência, acompanhada de justificativa técnica e a apresentação de novo Plano de Trabalho. Para a prorrogação da vigência do presente instrumento, deverá a ICTPR observar os prazos máximos previstos no Edital de Chamada Pública, conforme o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Considerando a dificuldade de definir antecipadamente e com precisão a duração necessária para execução das atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, os prazos iniciais e finais das etapas do Plano de Trabalho poderão sofrer alterações, condicionadas a autorização da Fundação Araucária.

#### CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho define os objetivos a serem atingidos por meio do presente instrumento, apresenta o planejamento e o cronograma físico-financeiro dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalha as atividades e as atribuições dos partícipes e estabelece a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, estabelecendo objetivos, metas e indicadores de execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, a ICTPR executará as atividades de PD&I descritas no Plano de Trabalho (Anexo I), que constitui parte integrante e indissociável deste Acordo.



PARÁGRAFO SEGUNDO - Admite-se a subcontratação de profissionais, instituições e empresas de reconhecida competência para a execução de atividades técnicas específicas previstas no Plano de Trabalho, cabendo à ICTPR a responsabilidade pela sua coordenação e execução nos termos previstos neste instrumento. A subcontratação restringe-se à execução de partes específicas do plano de trabalho relacionadas a atividades técnicas e é limitada à rubrica de serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pesquisadores que participarem da execução das atividades inerentes à execução do objeto do acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação trabalhista e/ou funcional com as respectivas entidades de origem.

PARÁGRAFO QUARTO - A impossibilidade técnica e/ou científica de cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho, desde que seja devidamente comprovada e justificada, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARCEIROS quanto à adequação do Plano de Trabalho ou à extinção deste Convênio.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - A FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA compromete-se a:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
2. Inserir as informações pertinentes a esse termo de convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE – PR, conforme dispõem a Instrução Normativa nº 61/2011, e a Resolução nº 28/2011, com nova redação dada pela Resolução nº 46/2014, ou outro que venha substituí-las;
3. Dar publicidade ao instrumento pactuado no Diário Oficial do Estado e no sítio oficial do Estado do Paraná na internet;
4. Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, comunicando à ICTPR quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal; 18
5. Analisar a prestação de contas da ICTPR, relativo aos valores repassados por conta deste Convênio, informando eventuais irregularidades encontradas, para o devido saneamento e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;
6. Monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;
7. Notificar a ICTPR, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial.

II – A ICTPR compromete-se a:

1. Abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;

2. Aplicar os recursos financeiros recebidos da CONCEDENTE no objeto deste Termo;

3. Executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como em estrita observância ao contido no Plano de Trabalho;

4. A ICTPR fica obrigada a:

a) Aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês; e,

b) As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, desde que com a devida autorização do CONCEDENTE para utilização do recurso da aplicação financeira, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

5. Devolver à CONCEDENTE, quando da conclusão, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo improrrogável de (30) trinta dias após o termo final de sua vigência, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial;

6. Restituir o valor recebido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:

a) Não for executado o objeto deste Convênio;

b) Não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e,

c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.

7. Apresentar quando na formalização do ajuste a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

8. Observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de 19

alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

f. Fazer constar das notas fiscais o número do convênio seguido da sigla da Concedente dos recursos financeiros;

g. Iniciar a execução do Convênio em até trinta dias após o recebimento da primeira parcela ou parcela única, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho.

8.1 No caso de subcontratação ou de contratação de terceiros, a ICTPR compromete-se a exigir a apresentação mensal de certidões de regularidade fiscal dos respectivos prestadores de serviço, devendo apresentá-las à CONCEDENTE sempre que instada a tanto.

## CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros, no valor total de R\$ XXXXXX (XXXXXX) que serão repassados em parcela (única ou XXXXXX parcelas), conforme o cronograma físico-financeiro constante do Plano de Trabalho. As despesas deste Convênio estão devidamente reguladas pela fonte de recursos do Fundo Paraná, instituído pela Lei nº 12.020/1998.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na Cláusula Sexta em favor da ICTPR em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A liberação da primeira parcela ocorrerá em até 30 dias a partir da data de assinatura do presente instrumento, mediante a apresentação das certidões de regularidade da ICTPR, tais como Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, dentre outras que venham a ser exigidas por lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso os recursos repassados pela CONCEDENTE sejam insuficientes para consecução do objeto deste Convênio, a complementação poderá ser aportada ao Convênio como contrapartida da ICTPR, devendo ser os respectivos valores depositados e utilizados na mesma conta do Convênio após autorização de ajuste do valor do convênio emanada pela CONCEDENTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela CONCEDENTE de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso haja previsão de contrapartida desde o início da execução da presente avença, esta deverá ser depositada, no mínimo, proporcionalmente, na mesma data da liberação da primeira ou da única parcela da transferência ou conforme estabelecido no ato da transferência ou no cronograma de desembolso.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS REMANESCENTES

Fica assegurado à ICTPR o direito de propriedade, mediante instrumento próprio, dos bens e materiais de natureza permanente a serem adquiridos, produzidos, transformados ou constituídos com os recursos transferidos pela Fundação Araucária. Extinto o Convênio serão adotados procedimentos de doação ou não, conforme legislação pertinente à matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ICTPR deverá observar os seguintes procedimentos em relação aos bens remanescentes: 20

- a) a ICTPR concederá ao coordenador do projeto a autorização para utilizar e manter os bens sob sua guarda durante o período de execução do projeto, estipulando a obrigação do mesmo de conservá-los e não aliená- los;
- b) o coordenador deverá assumir o compromisso de utilizar os bens para fins científicos e tecnológicos e exclusivamente para a execução do projeto;
- c) o coordenador deverá comunicar à ICTPR, imediatamente, qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
- d) em caso de furto ou de roubo, o coordenador deverá proceder ao registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, informando de imediato à ICTPR e diligenciando para que se proceda à investigação pertinente;
- e) o coordenador deverá informar à ICTPR a devolução dos bens, em razão da conclusão do projeto ou da sua não utilização;
- f) a instituição corresponsável afixará destacadamente, em lugar visível dos bens, o selo de identificação do apoio financeiro proporcionado pela Fundação Araucária.

#### CLÁUSULA NONA – BOLSAS

Observados os critérios e procedimentos previstos [chamamento público/dispensa de chamamento público/inexigibilidade de chamamento público n.º XXXX/XXXX], a ICTPR poderá conceder bolsas de estímulo à inovação aos pesquisadores a ela vinculados, bem como a alunos de curso técnico, de graduação, pós-graduação ou pesquisadores integrantes de grupo de pesquisa, desde que a concessão do auxílio esteja prevista no Plano de Trabalho e as atividades subsidiadas não sejam inerentes ao vínculo funcional ou jurídico mantido com a entidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores, a periodicidade, duração da bolsa e respectivos beneficiários serão especificados em Termo de Outorga de Bolsa ou

instrumento congênera a ser entabulado entre ICTPR e bolsista, o qual deverá ser previamente aprovado pela CONCEDENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A bolsa de estímulo à inovação caracteriza-se como doação e, como tal, não configura vínculo empregatício, não caracteriza contraprestação de serviços ou vantagem para o doador, e não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do artigo 16, § 4º da Lei Estadual n. 20.541/21.

#### CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

A ICTPR deverá observar as disposições da Lei Estadual nº 20.541/2021, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e, subsidiariamente da Lei Federal nº 14.133/2021, além das demais legislações pertinentes. A título de obrigações legais fica estabelecido à CONVENIENTE, dentre outras, conforme previsto na Resolução nº 028/2011 – TCE/PR e regulamentada pela Instrução Normativa 61/2011, as de:

1. Prestar Contas dos recursos recebidos por meio do Sistema Integrado de Transferências Voluntárias-SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE-PR, no qual deverá atualizar as informações de sua competência exigidas pelo sistema;
2. Garantir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno da CONCEDENTE, além dos servidores do Tribunal de Contas, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
3. Atender as recomendações, exigências e determinações do concedente dos recursos e dos agentes dos sistemas de controle interno e externo.
4. Movimentar os recursos do convênio em conta específica;
5. Estar ciente de que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará a ICTPR, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;
6. Preservar todos os documentos originais relacionados com esse Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos.
7. Submeter-se à regulação instituída pelo CONCEDENTE;
8. Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com a CONCEDENTE;
9. Cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;

PARÁGRAFO ÚNICO - O não atendimento às condições estabelecidas no neste instrumento, autoriza a denúncia unilateral do pactuado, sem prejuízo da persecução pelo Estado quanto aos prejuízos advindos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E SUAS VEDAÇÕES

1. A título de vedações legais e contratuais, fica estabelecido que:
  - a. É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares;

b. É vedada a realização de despesas com publicidade, salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do termo de transferência e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

c. É vedada aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;

d. É vedada a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

e. É vedado o trespasse, cessão ou a transferência a terceiros da execução desse Convênio, pelo que a contratação de terceiros é restrita e condicionada à execução de atividades materiais não passíveis de execução direta pela ICTPR, observadas as disposições da Lei Estadual 15.608/2005 e o que consta da Cláusula Quarta do presente instrumento;

f. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Termo;

g. Não poderão ser pagas com os recursos transferidos, as despesas:

i. Com pagamento a qualquer título a servidor ou empregado público, integrantes do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta;

ii. Relativas as taxas de administração, gerência ou similar;

iii. Taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos ou pelo descumprimento de determinações legais ou conveniais;

iv. Pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do termo de transferência;

v. Não poderão ser pagos, em hipótese alguma, com recursos do Convênio, honorários a dirigente da instituição beneficiada, bem como gratificações, representações e comissões, obedecidas as normas legais que regem a matéria em especial a LC nº 101/2000.

2. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da ICTPR, devidamente identificados com o número deste Convênio.

3. Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se a ICTPR a notificar, de imediato, a CONCEDENTE e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

Dentre outras atribuições legais e contratuais, compete à Fundação Araucária, na fiscalização do presente Convênio PD&I:

a. Cuidar para que a documentação do Convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até aprovação da Prestação de Contas;

b. Ensejar as ações para que a execução física e financeira do Convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;

c. Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se pela sua eficácia, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio.

- d. Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
- e. Controlar os saldos dos empenhos dos Convênios ou instrumentos congêneres;
- f. Prestar, quando solicitado, informações sobre a execução do Convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade;
- g. Controlar os prazos de Prestação de Contas dos Convênios bem como efetuar análises e encaminhar ao ordenador de despesa para aprovação;
- h. Zelar para que o Sistema Integrado de Transferências – SIT do TCE atualizando as informações relacionadas à execução do convênio, cumprimento dos objetivos e elaboração do termo de fiscalização;
- i. Zelar pelo cumprimento integral do Convênio;
- j. Acompanhar a execução dos ajustes firmados, promovendo medidas necessárias à fiel execução das condições estabelecidas no convênio, gerenciar, decidir sobre eventuais e possíveis alterações inicialmente estabelecidas, inclusive sobre a celebração de seus termos aditivos.
- k. O fiscal do convênio deve primar para que não haja alteração no objeto do ajuste, atentando-se para o cumprimento dos prazos convenientes e fazendo o gerenciamento necessário dos processos de modo eficiente, evitando prejuízos ao erário.
- l. Garantir os recursos por meio da Declaração de Adequação Orçamentária da Despesa e de Regularidade do Pedido.
- m. Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pelo proponente tanto na formalização quanto nas suas adequações.
- n. Opinar sobre a prorrogação de prazo além dos limites estabelecidos no termo de convênio, quando ocorrer fato excepcional ou imprescindível que altere fundamentalmente as condições de execução do convênio, com justificativa fundamentada e com prévio parecer jurídico.
- o. Autorizar a indicação e substituição de fiscal de convênios, por meio de ato emitido pela autoridade competente.
- p. Aplicar sanções à ICTPR de acordo com a natureza e gravidade das infrações.
- q. Indicar os funcionários para compor a Comissão de Tomadas de Contas Especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica indicado como Fiscal do Convênio XXXXXX (NOME DO DIRETOR(A), para acompanhar e fiscalizar a execução deste convênio e dos recursos repassados, o que será executado juntamente com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o Controle Interno da Fundação Araucária.

PARÁGRAFO SEGUNDO –Compete ao Setor de Análise e Prestação de Contas da Fundação Araucária apoiar o Fiscal de Convênio no desempenho de suas atribuições, cabendo-lhe, especificamente:

- a. Processar a Tomada de Contas Especial, cuja instauração dar-se-á por decisão do controle interno da CONCEDENTE.
- b. Encaminhar por meio eletrônico a prestação de contas final, para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não sendo prestadas as contas devidas pela ICTPR nos prazos estabelecidos, a CONCEDENTE instaurará, dentro de 30 dias, a Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete ao Controle Interno da CONCEDENTE, no exercício de sua função institucional, emitir parecer sobre os recursos repassados e a sua utilização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO OU ENCERRAMENTO

O presente Convênio será rescindido em caso de:

1. Em caso de inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável;
2. Expressa manifestação de qualquer das partes, através de denúncia espontânea a qual deverá ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção;
3. Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
4. Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
5. Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
6. Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
7. Demais casos previstos em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Exceto no caso de rescisão unilateral pela CONCEDENTE, deverá ser lavrado “Termo de Rescisão ou Encerramento” com as devidas justificativas administrativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão unilateral do convênio dar-se-á de ofício e enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, caso se dê em virtude de falha na execução havida por culpa da ICTPR, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, os PARTICIPES comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a ICTPR deverá observar, ao



longo de toda a vigência deste Convênio, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a ICTPR deve:

- a) notificar imediatamente a CONCEDENTE;
- b) auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e
- c) eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até [30 (trinta) dias corridos], contados a partir do requerimento do titular;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os PARTÍCIPES armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Os PARTÍCIPES devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Convênio e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

PARÁGRAFO QUINTO -A ICTPR deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO - Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a ICTPR deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A ICTPR deverá notificar a CONCEDENTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONCEDENTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

PARÁGRAFO OITAVO - Os PARTÍCIPES deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

PARÁGRAFO NONO - É vedada a transferência de dados pessoais, pela ICTPR, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONCEDENTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à ICTPR a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A ICTPR responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONCEDENTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONCEDENTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONCEDENTE, não exime a ICTPR das obrigações decorrentes deste Convênio, permanecendo integralmente responsáveis perante a CONCEDENTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A ICTPR deve colocar à disposição da CONCEDENTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONCEDENTE ou por terceiros por eles indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A ICTPR deve auxiliar a CONCEDENTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Acordo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Toda criação, invenção ou desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Convênio será de propriedade da ICTPR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A ICTPR deve assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos de propriedade intelectual de terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caberá unicamente à ICTPR praticar os atos necessários ao preparo, arquivamento, depósito, acompanhamento e manutenção do pedido, perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI ou outros órgãos competentes, no Brasil e no exterior, informando a CONCEDENTE dos andamentos correspondentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de exploração comercial dos resultados decorrentes deste Convênio, instrumento jurídico específico deverá garantir a participação dos pesquisadores nos ganhos econômicos auferidos pela ICTPR, observados os critérios estabelecidos em sua Política de Inovação e a participação efetiva de cada um no trabalho que resultou na criação explorada.

PARÁGRAFO QUARTO - As publicações, materiais de divulgação e resultados materiais relacionados ao presente Convênio deverão mencionar expressamente o apoio recebido da CONCEDENTE, sendo obrigatória a aplicação da logomarca da

Fundação Araucária e do Governo do Estado do Paraná/SETI (logomarcas disponíveis no website da Fundação Araucária).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Os PARTÍCIPES declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira (“Marco Legal Anticorrupção”), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 (“Código Penal Brasileiro”), a Lei Federal no 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”) e a Lei Federal no 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”) e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO -Os PARTÍCIPES não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO -Se privada, a ICTPR declara e garante que:

a) não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;

b) não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao

descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;

c) não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilicitamente;

d) não irá receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;

e) seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informará por escrito a CONCEDENTE, no prazo de [3 (três) dias úteis], sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ICTPR privada deverá comunicar prontamente a CONCEDENTE, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICIDADE

A eficácia deste convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela CONCEDENTE, na forma do art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

#### CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

Por estarem de acordo e por se tratar de processo digital, as partes firmam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, de forma eletrônica, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba,        de        de2022.

RESPONSÁVEL PELA ICTPR	Ramiro Wahrhaftig
CARGO NOME DA ICTPR	Diretor-Presidente Fundação Araucária

Gerson Koch  
Diretor de Administração e Finanças Fundação Araucária

#### TESTEMUNHAS:

Nome CPF  
Nome CPF